UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

MICHELLE DA SILVA LIMA

COOPERATIVA HABITACIONAL E COMUNIDADE ORGANIZADA

Uma etnografia da mobilização coletiva de famílias trabalhadoras cooperadas em Ipiíba – São Gonçalo – RJ

Casa da Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba sendo construída em mutirão
(foto do acervo dos cooperados)

Niterói
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

MICHELLE DA SILVA LIMA

COOPERATIVA HABITACIONAL E COMUNIDADE ORGANIZADA

Uma etnografia da mobilização coletiva de famílias trabalhadoras cooperadas em Ipiíba – São Gonçalo – RJ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor.

Vínculos Temáticos: Antropologia urbana, classes trabalhadoras, habitação.
Linha de Pesquisa do orientador: Transmissão de Patrimônios Culturais.

Niterói
2011

Banca Examinadora

Profa. Orientadora – Dra. Simoni Lahud Guedes Universidade Federal Fluminense
Profa. Dra. Delma Pessanha Neves Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Edilson Márcio de Almeida Silva Universidade Federal Fluminense
Profa. Dra. Leilah Landim Assumpção Universidade Federal do Rio de Janeiro
Profa. Dra. Soraya Silveira Simões Universidade Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profa. Dra. Eliane Cantarino D'Owyer Universidade Federal Fluminense

Aos meus pais,
João Carlos Lima e
Maximiana da Silva Lessa

Ao meu marido
Alexandre Alves Domingues

Agradecimentos

A minha querida professora e orientadora Simoni Lahud Guedes que com insubstituível maestria consolidou minha inserção na pesquisa e saberes antropológicos e com generosa paciência trilhou comigo um longo percurso de iniciação e crescimento na vida acadêmica, me acompanhando em diferentes fases deste caminho, consagradas pelos estudos e pesquisas desde a graduação em ciências sociais até a pós-graduação em antropologia, primeiro em nível de mestrado e depois em nível de doutorado. Fechamos juntas um ciclo de trabalho fecundo nesta "aventura antropológica", mas permanece aberta a relação de confiança e amizade construída durante este percurso. Em nome também de outros alunos e alunas de graduação e pós-graduação, que trilharam ou trilham caminhos semelhantes, agradeço sua peculiar sensibilidade e experiência como professora que enriquecem o papel de orientadora, desempenho que certamente todos reconhecem.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF pelo empenho com que conduzem o ensino de antropologia, contribuindo para o amadurecimento teórico de seus alunos e incentivando sua autonomia acadêmica por meio do exercício de projetos de pesquisa próprios. Especificamente aos professores Jair de Souza Ramos, Luiz Fernando Rojo, Edilson Márcio de Almeida Silva e Delma Pessanha Neves que generosamente cederam seu tempo para mais diretamente contribuírem para a qualificação desta tese, com importantes considerações, sugestões e comentários acerca da minha pesquisa que me auxiliaram na organização dos dados aqui presentes.

Meu agradecimento especial à professora Delma Pessanha que, junto com a professora Simoni Guedes, acompanhou e incentivou meu trabalho de pesquisa na Cooperativa Ipiíba e estando sempre presente e disponível colaborou para que esse trabalho fosse possível. Agradeço a oportunidade de compartilhar de suas qualificadas e estimulantes formulações teóricas ao longo de minha produção acadêmica, em especial neste trabalho, e de contar mais uma vez com sua gratificante presença a partir de sua participação como membro da banca examinadora desta tese de doutorado.

Aos demais membros da banca examinadora, professores Leilah Landim Assumpção, Soraya Silveira Simões, Edilson Márcio de Almeida Silva – mais uma vez presente e acolhedor das questões que proponho – Eliane Cantarino D'Owyer e Édison Luis Gastaldo agradeço por aceitarem a tarefa da leitura desta tese e poder contar com suas valiosas observações, comentários e sugestões que virão, cada qual, certamente, com apropriações enriquecedoras tendo em vista aproximações antropológicas com campos de estudo e proposições teóricas específicas.

A CAPES pela mais que oportuna bolsa de estudos concedida quando, finalmente, no ano de 2009 consegui usufruir licença sem vencimentos do cargo de professora estadual do Rio de Janeiro e pude, então, me dedicar integralmente às pesquisas deste trabalho.

Aos amigos dos cursos de mestrado e doutorado do Programa do PPGA/UFF, pelas estimulantes trocas e discussões teóricas que consolidam as experiências acadêmicas do estudante de antropologia. Particularmente aos companheiros de estudos e pesquisas orientadas pela professora Simoni Guedes, Michele Markowitz, Rolf Ribeiro de Souza, Martin Curi, Izabella Lacerda Pimenta e André Gil Ribeiro de Andrade, pelo compartilhar das angústias e aflições típicas da vida acadêmica, mas também das alegrias pelas conquistas consagradas durante este percurso trilhado em conjunto. Meu agradecimento especial ao amigo André Gil pela companhia generosa de mais longo tempo e amizade zelosa própria de um irmão.

Às famílias cooperadas da Cooperativa Ipiíba, sem as quais esse trabalho não seria possível, pela recepção calorosa desde muito tempo, sempre renovada pela disponibilidade em atender aos anseios de observação participante desta pesquisadora que é imensamente grata pelas oportunidades abertas pela relação de amizade, confiança e respeito que nos une. Em especial às famílias que me acolheram em sua casa como uma filha, a elas desejo retornar com gratidão o carinho e a cumplicidade partilhada em muitas ocasiões.

A minha família de origem que com zelo, dedicação e afeto me apóia desde sempre e estruturou a pessoa que sou hoje. Assim, ao meu pai João Carlos Lima que reiteradamente “orgulhoso” da filha que tem, partilha, então, de uma categoria cara, em seu sentido positivo, às classes trabalhadoras que acompanhei ao longo das variadas experiências de pesquisa, muitas testemunhadas neste trabalho de tese. A minha mãe Maximiana da Silva Lessa que sempre zelosa e dedicada me envolve em afetivas providências e deliciosos dotes culinários. Aos meus irmãos Alex da Silva Lima, figura emblemática da energia e alegria jocosas que me contagiam, e Wellington da Silva Lima que me acolhe pelo estímulo frequente à proteção e carinho. A minha sobrinha Júlya da Silva Lima, linda e amada criança que torna a minha vida mais feliz em todos os sentidos. A todos estes, dos quais não pude estar próxima em muitos momentos, meu agradecimento pela compreensão, carinho e apoio.

Finalmente, a Alexandre Alves Domingues, ícone maior de estímulo afetivo que me aquece a alma, tornando assim a empreitada da escrita mais amena, e fonte também de constante estímulo intelectual, pois sempre pronto a compartilhar comigo suas motivações teóricas acerca das subjetividades da vida vivida.

Resumo

Neste trabalho objetivo entender processos de construção coletiva de trabalhadores urbanos como seres políticos específicos para atuarem na sociedade em que vivem a partir de valores da cidadania moderna que, associados a princípios e valores de ação coletiva, são fomentados por meio do cooperativismo habitacional.

Tomo como unidade de análise famílias destes trabalhadores organizadas como cooperadas da Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba, localizada no bairro de mesmo nome, no município de São Gonçalo do Estado do Rio de Janeiro. Ela se organizou sob regime de mutirão familiar da mão-de-obra, do qual participaram homens e mulheres para a construção de casas próprias e faz parte de uma rede de cooperativas deste Estado, mantida através do programa Direito à Habitação de uma organização não-governamental, a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião.

Estas famílias são objeto de intervenções sociais de representantes desta ONG e da instituição católica Associação São Pedro de Alcântara e do movimento social União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro, que por meio daquele programa e de novos programas habitacionais são mediadores da proposta de inclusão a direitos sociais sob a proposição do desenvolvimento social. O direito à habitação é proposto como um meio de consolidar princípios do cooperativismo como ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade por meio da organização de demandas comunitárias e neste sentido é englobante de outros direitos neste contexto produzidos.

Palavras-chave: família de trabalhadores, cooperativismo, casa própria, organização comunitária, cidadania, política habitacional.

Abstract

The aim of this study is to understand how urban workers become collective political units so that they may act socially as modern citizens, associated to the values of collective action, driven by way of a habitation co-op project.

Working-class families were used as an analytical unit to observe workers recruited as part of the Habitation Cooperative and Mista Ipiíba, located in the neighborhood having the same name, in the city of São Gonçalo, in Rio de Janeiro State. The co-op was organized as a family-based self-construction labor force in which men and women joined forces in order to construct their own homes as part of a network of State co-ops, funded by the program Habitation Rights, which is maintained by an NGO, The Bento Rubião Foundation Center for Defending Human Rights.

The participating families are subject to social intervention from representatives of this NGO, from the Catholic institution, the São Pedro de Alcântara Association, and also from the Union for Popular Habitation movement from the state of Rio de Janeiro, through which this as well as other habitation programs designated to promoting social inclusion by way of development are intermediated. The Right to Habitation is proposed as a means toward consolidating cooperative principles such as associativism, responsibility, democracy, equality, and solidarity by way of community organization of demands. In this sense, the program encompasses other rights produced in this context.

Keywords: working-class families, co-ops, home owning, community organization, citizenship, habitation policies.

Sumário

Introdução

1. A questão.....01
2. Uma trajetória etnográfica – a construção do campo.....09
3. O campo revisitado – a questão reconstruída.....13
4. Recursos metodológicos – as partes, os capítulos.....19

PARTE I – A PESQUISA EM IPIÍBA – A QUESTÃO HABITACIONAL

Capítulo 1 – Apresentação: instituições e personagens.....30

1.1. O distrito de Ipiíba.....30
1.2. A Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba.....35
1.3. O cooperativismo.....42
1.4. A Fundação Bento Rubião.....46
1.5. A União Nacional por Moradia Popular.....50
1.6. A Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.....56
1.7. Os representantes familiares – distinções de gênero.....59
7.1.1. Mobilidade geográfica e doméstica – perfis de gênero.....67
7.1.2. Participação religiosa – católicos e evangélicos.....69
7.1.3. Participação comunitária – uma transição religiosa.....74

Capítulo 2 – Condições da pesquisa.....79

2.1. Famílias acolhedoras – a reinserção no campo.....79
2.2. O caso moto-táxi – adaptação ao campo.....86
2.3. Relações de pesquisa – os imponderáveis, as ambigüidades.....92
2.3. Hierarquia intergeracional – valores familiares.....97
2.4. A pesquisa antropológica – implicações no campo.....102

PARTE II – EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS: A COOPERATIVA E O BAIRRO IPIÍBA

Capítulo 3 – Cooperativa Ipiíba versus Bairro Ipiíba.....110

3.1. Os ditos e os não ditos – lideranças em destaque.....110
3.2. Levantamento de dados sociais – o bairro reencontrado.....121
3.2.1. As visitas, outros espaços – uma liderança comunitária, a política do bairro.....123
3.3. Políticas de liderança.....145

Capítulo 4 – A Cooperativa Ipiíba vivida: as reuniões de assembléia....151

4.1. Dilemas cooperativos em discussão – versões públicas.....151
4.2. A consulta: *cooperativa – o que queremos?*.....157
4.3. *Todo mundo um dia vai querer construir!* – os limites da construção coletiva 166
4.4. A reforma do Estatuto Social.....171

Capítulo 5 – A Cooperativa Ipiíba em retrospectiva: os questionários.....183

5.1. Dilemas cooperativos em proposição – versões reservadas.....183
5.2. A adesão à cooperativa – a importância da casa própria.....184
5.3. As relações de convivência – os cooperados e *o pessoal do recurso próprio*.....193
5.4. Os motivos de satisfação – aspectos positivos da cooperativa.....204
5.5. Os motivos de insatisfação – aspectos negativos da cooperativa.....209
5.6. A reforma da casa – um projeto permanente.....220
5.7. Os planos de vida – as expectativas futuras.....231

PARTE III – NOVAS INTERVENÇÕES INSTITUCIONAIS – FAMÍLIAS REPRESENTADAS

Capítulo 6 - O programa Assistência Técnica para mobilização comunitária e as famílias beneficiárias.....240

6.1. O programa: fundamentos político-institucionais e contradições metodológicas.....240
6.2. A Assembleia com os moradores.....250
6.3. A segunda reunião com os moradores – levantamento de campo.....272

Capítulo 7 – O movimento União por Moradia Popular no Estado do RJ.....282

7.1. A entrevista com a coordenadora nacional.....282
7.1.1. A Cooperativa Shangrilá.....286
7.1.2. A expansão da experiência Shangrilá – abordagens sobre o cooperativismo habitacional.....294
7.1.3. A consolidação da União por Moradia no Estado do Rio.....304
7.2. A reunião da UMP-RJ em Ipiíba – minha inserção no movimento.....312
7.2.1. Questões discutidas.....316
7.3. A reunião da UMP-RJ no Parque da Cidade – limites à minha participação.....324

Considerações finais.....331

Bibliografia.....350

Anexos

Anexo 1 – mapas de São Gonçalo – figuras 1 a 5

Figura 1 – Distritos de São Gonçalo
Figura 2 – Distritos e bairros de São Gonçalo
Figura 3 – Orla Oriental da Baía de Guanabara: Localização das Freguesias de São Gonçalo e de Nossa Senhora da Conceição e Cordeiro – século XVI
Figura 4 – Município de São Gonçalo - 2° Distrito-Ipiíba: Zoneamento, segundo Plano Diretor, 1991
Figura 5 – Município de São Gonçalo - 2° Distrito-Ipiíba: Delimitação da Área Rural, segundo lei 006/1999

Anexo 2 – Estatuto Social da Cooperativa Ipiíba

Anexo 3 – Regimento Interno de Mutirão da Cooperativa Ipiíba

Anexo 4 – Manual para Apresentação de Propostas de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social

Anexo 5 – Modelo de questionário aplicado aos cooperados

Anexo 6 – Planta de Situação do Condomínio do Padre (20/08/2010)

Introdução

1. A questão

A questão principal tratada pela pesquisa etnográfica no campo que aqui descrevo, bem como minha trajetória nele, é produto de um trabalho de longo prazo no acompanhamento das atividades de organização coletiva de um conjunto de famílias da classe trabalhadora para a consecução do sonho da casa própria. Estas famílias foram organizadas inicialmente por uma instituição religiosa, a Igreja São Pedro de Alcântara, que posteriormente deu origem à Associação São Pedro de Alcântara e assim concretizou a compra de um terreno para a construção de casas em Ipiíba, bairro de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, cujos lotes foram repassados a custos baixos aos núcleos familiares.

Esta mesma instituição religiosa viabilizou uma parceria com uma ONG[1] (Organização Não-Governamental), a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FBR) para o financiamento do material de construção das casas e a organização coletiva das famílias em cooperativa habitacional dando origem à Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba, fundada em 2001. Ela funcionou sob o regime de mutirão familiar da mão-de-obra através do qual os homens, mulheres e filhos maiores trabalharam sob assistência técnica para construírem as próprias casas. Ela foi instituída também como "mista" porque foi idealizada como uma antecipação à sua potencialidade de gerar futuras cooperativas de trabalho entre seus membros.

Do conjunto aproximado de 40 famílias trabalhadoras iniciais 37 aderiram efetivamente à proposta de cooperativismo para a construção das casas. A proposta, por sua vez, implicava em sua formatação original, via representantes técnicos da FBR como assistentes sociais entre outros, na mobilização das famílias para que elas superassem o viés da melhoria das condições de existência simplesmente e lutassem por formas mais justas de organização da sociedade que se daria sob as brechas do sistema

[1] Mantive o epíteto de ONG, definição complexa por ter seu eixo em uma negação, embora, mais recentemente, seja também utilizado o de OSC (Organização da Sociedade Civil). No livro organizado por Landim (1998), as duas denominações são utilizadas.

capitalismo tomado como injusto e fomentador da concentração de renda e das desigualdades sociais.

Trata-se de um projeto de transformação sócio-econômica de seus adeptos pela inclusão das famílias atendidas à cidadania como valor. Assim, a questão principal sobre a qual me debruço neste trabalho e que se atualizou através de novos arranjos no campo, trata dos processos objetivados de inclusão dos trabalhadores em uma realidade transformadora de seu ser, segundo a idealização dos valores da cidadania moderna e tendo como objeto de intervenção seu núcleo familiar.

José Murilo de Carvalho (2009) em "Cidadania no Brasil: o longo caminho" desenvolve a ideia de cidadania tal qual Thomas Marshall que tem como parâmetro o modelo inglês cujas dimensões foram tradicionalmente entendidas como direitos civis, políticos e sociais. "O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos" (Carvalho, 2009: 09).

Como descreve o autor:

> "Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. (...) São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual. Os direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. (...) São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua essência é a ideia de autogoverno. (...) Os direitos sociais incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. (...) Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social" (Carvalho, 2009:09-10)

Os direitos civis, políticos e sociais como dimensões da "cidadania modelo" seguiram na Inglaterra esta ordem cronológica o que caracterizou uma determinada ordem lógica que histórica e etnocentricamente, como propõe Peirano (2006), serviu de parâmetro para avaliação do status da cidadania em outras nações. Como salienta a autora (2006:123) o conceito de cidadania como modelo "traz consigo fortes conotações de individualidade e universalismo" como conotações próprias das sociedades modernas, questão desenvolvida por Louis Dumont (1975). Neste sentido é que podemos entender o modelo de cidadania inglesa, segundo o qual o indivíduo se qualifica através do exercício consecutivo dos direitos civis e políticos e segundo esta lógica tem acesso aos direitos sociais.

Mas variações quanto a esta ordem cronológica e na forma de realização destes direitos constituem variações também de ordem lógica e, portanto, do sentido de cidadania. Estas variações deram origem às distintas experiências históricas nacionais, incluindo aqui também o Brasil que não seguiu o modelo inglês. Como argumenta Peirano (2006:133), "em diferentes contextos, os direitos civis, políticos e sociais de que fala Marshall podem ter valores ideológicos diferenciados – como parece ser o caso histórico brasileiro em relação à predominância dos direitos políticos" e em relação à precedência dos direitos sociais, segundo Carvalho (2009:12).

Assim, no Brasil, os primeiros direitos sociais não aparecem como consequência lógica da participação política que por sua vez seria um direito constituído pela liberdade adquirida de organização e formas de expressão civil. Pelo contrário, sob governo autoritário, eles surgiram como concedidos em um contexto desprovido de sentido reivindicatório. Portanto, esvaziados de conteúdo representativo, não representaram efetivamente os ditos cidadãos brasileiros e nem promoveram justiça social.

Com a promulgação da Constituição de 1988, dita "Constituição Cidadã", o direito do voto é incorporado, difundindo o direito de representação política no país. Sob este contexto houve "entusiasmo cívico", entretanto, as grandes desigualdades sociais e econômicas continuaram sem solução ou se agravaram, como descreve Carvalho (2009: 07, 08). O autor esclarece o otimismo e a crença não realizada de que a democratização das instituições e o desenvolvimento de determinados direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, gerariam automaticamente o desenvolvimento de

direitos sociais importantes, com a consequente resolução de graves problemas sociais como a falta de emprego, de serviços de educação, saúde e saneamento básico de qualidade, que manifestam por outro lado o problema maior da desigualdade no acesso à riqueza nacional.

O autor aponta que embora a "constituição cidadã" tenha ampliado os direitos sociais, mais do que suas antecedentes, ainda é grande a defasagem na sua realização e amplitude. Além disso, em termos de direito civil tivemos a questão da segurança individual agravada. Tendo em vista este panorama analisado pelo autor há quase uma década[2], mas que infelizmente se atualiza com o passar dos anos, é compreensível a intensificação recente de programas de desenvolvimento social alternativos à política pública de assistência social que ampliou consideravelmente as redes privadas de assistência como ONGs e instituições filantrópicas.

O campo de atuação destas agências privadas é marcado pela complexidade de competições inerentes ao processo de formulação e operacionalização de formas alternativas de organização da sociedade e de redistribuição de recursos materiais e imateriais. Os agentes escolhidos como multiplicadores deste processo, geralmente aqueles sob os quais incide mais gravemente a exclusão social e econômica promovida pelo capitalismo hegemônico, ou seja, as camadas pobres da sociedade, são objeto de disputas institucionais impulsionadas por este contexto concorrencial de intervenção sobre as mazelas sociais, seja esta intervenção de viés reformador do coletivo, através do "desenvolvimento integral do indivíduo" (Veiga e Fonseca, 1999) ou de viés compensador, reparador dos mecanismos de desigualdade social (cf. Neves, 2001).

Landim (2002) analisa o campo deste jogo de disputas materiais e simbólicas do qual as categorias identitárias são signos. Descreve que a partir dos anos 70 os agentes que compartilhavam uma trajetória de ligação com grupos populares através de trabalhos de base desenvolvidos começam a se organizar em redes com uma identidade comum e com apoio de setores da Igreja, mas tratando de diferenciar-se da "chamada filantropia, caridade ou assistencialismo" desenvolvida anteriormente em colaboração com o Estado. Assim, "as mesmas práticas e projetos que se vinham fazendo nas bases da sociedade vão se politizar, e assumir o sentido básico de criação de organizações populares e de contrapoderes" (Landim, 2002: 26).

---

[2] Cidadania no Brasil: um longo caminho teve sua primeira edição em 2001.

Transformações na conjuntura política e social do país possibilitaram a publicização desta visão, contexto que sustentou o investimento das ONGs – no Brasil representadas pela Abong[3] – na delimitação de uma identidade diferenciada de outras organizações da sociedade civil, processo sobre o qual também discorre Jorge Eduardo Durão (2003). Procuraram se diferenciar do viés da mera assistência social explicitando uma origem particular e objetivos específicos que lhes conferiam uma identidade própria, não se confundindo com a generalizada pelo termo Terceiro Setor, o qual aglutina sob uma mesma denominação instituições distintas como fundações empresariais, movimentos sociais, entidades assistencialistas e também as chamadas ONGs.

O trabalho de pesquisa etnográfica em Ipiíba, cuja cooperativa habitacional é produto da intervenção de uma destas ONGs cadastradas na Abong, iniciou-se em outubro de 2002 prolongando-se, em sua primeira etapa, até junho de 2003 aproximadamente, mas foi marcado por idas e vindas, por encontros etnográficos intensos e outros intermitentes. Assim, retornei ao campo em junho de 2005 até outubro do mesmo ano e, mais recentemente, por todo o ano de 2009, intercalando meses de pesquisa mais ou menos intensivos, neste último retorno sob proposta de trabalho de pesquisa do curso de doutorado.

Com questão pertinente ao mestrado[4] contribuí para a reflexão sobre as formas pelas quais iniciativas político-sociais como estas, que objetivam a construção do "ser democrático", são reapropriadas por famílias de trabalhadores urbanos, enfocando como homens e mulheres, cada qual com suas práticas e representações particulares, reinventam o engajamento coletivo para "melhorar de vida", prática tradicional dos trabalhadores que em contextos mais amplos podem envolver instituições externas a eles. Analisei, então, o processo de atualização de valores e concepções das famílias de cooperados frente a princípios do cooperativismo que são os compartilhados pela economia solidária (Veiga e Fonseca, 1999). Refleti sobre as relações que envolviam de um lado as ideias-valores das famílias cooperadas, manifestas sob uma lógica hierárquica, e de outro as ideias-valores explícitas pelo cooperativismo, representando

[3] Associação Brasileira das Organizações Não-governamentais.
[4] Ver Lima (2006).

uma lógica igualitária mais ampla, ainda que pressupondo estratégias de mediação com os valores das famílias trabalhadoras.

Discuti o projeto de cooperativismo também como forma de captação da rede de parentesco e afinidade dos núcleos familiares que se, por um lado, são as unidades de intervenção, por outro são abertos ao princípio da reciprocidade, princípio tradicional entre os trabalhadores que pode vir a servir à veiculação de novos valores objetivados de sustentação da causa cooperativa.

Assim, refleti sobre a organização da divisão do trabalho de mutirão, com apoio de parentes e amigos para a construção das casas, mas tendo em vista também a divisão sexual do trabalho e enfocando relações de gênero sob o contexto da proposição da igualdade sexual como um dos pressupostos do cooperativismo. Tratei, então, do engajamento específico das mulheres cooperadas em pequenas atividades de geração de renda em prol da cooperativa e em atividades religiosas, as quais, de certa maneira, se coadunam com os princípios do cooperativismo. Entendi, então, o engajamento religioso como um fator importante na configuração da sociabilidade destas mulheres na cooperativa.

Outros contextos de negociação entre valores distintos também foram abordados, como o saber prático, forma valorizada de apropriação do mundo do trabalho pelos trabalhadores, descrito em Guedes (1997) e neste campo representado pelas famílias cooperadas, versus o saber teórico representado pelos técnicos da FBR que os assistiram na construção da casa e na organização da cooperativa.

Tratei também do valor da casa, descrita como um projeto almejado e de permanente construção pela família, tendo em vista outros espaços como o muro, o quintal ou a sua ampliação, versus o cooperativismo como proposta de superação da desigualdade sócio-econômica e política, cuja perspectiva vê a questão da casa em si como uma questão menor, ainda que a melhoria das condições materiais de existência seja um dos objetivos do projeto de cooperativismo objetivado.

Orientei-me, desde o início das pesquisas, pelo recorte analítico dado por Luiz Fernando Duarte (1988) acerca da proposição de uma "cultura" nas classes trabalhadoras urbanas. Optei, portanto, pelo termo "classes trabalhadoras" no plural e não por "classe operária" ou "camadas populares" – distinção salientada pelo autor – embora as três categorias se assemelhem no sentido de designar grupos sociais

subordinados ou em posição inferior nas sociedades modernas, quais sejam, os segmentos pobres destas sociedades.

Como propõe Duarte, o termo "classe operária" ao evocar o conceito marxista de classe, marcado pelas condições de subordinação ao capital e pela associação a um "exército social de reserva" – sem falar da questão da alienação concernente à teoria – seria assim por demais restritivo para dar conta dos "grupos sociais efetivos onde se encontram ou em que se constituem os operários" (1988: 126). Ou ainda para designar os que não são propriamente operários no sentido clássico, como por exemplo, "mendigos, pequenos funcionários públicos, marginais, trabalhadores por conta própria, biscateiros, pequenos produtores mercantis etc" (1988: 127). Já a categoria "classes populares" evocaria, pelo contrário, uma imprecisão também infrutífera quanto se tem em vista o termo povo a que se refere, o qual opondo-se às elites não está referido necessariamente aos pobres ou, por um sentido mais positivo, aos trabalhadores.

Assim, a categoria de classes trabalhadoras abarcaria melhor a ideia de auto-representação dada por grupos que, se heterogêneos a sentidos de outros recortes analíticos, tomam para si uma oposição singular a segmentos sociais dominantes nas sociedades modernas. Esta oposição dá-se por meio do que o autor nomeou por "identidade-valor" de trabalhador, mas sugerida como um nível mais abstrato de englobamento da "identidade emblemática" – que descreveria estes trabalhadores por seus traços particulares – e de englobamento da "identidade contrastiva" – própria à demarcação de uma oposição entre nós e eles.

Como afirma o autor (1988: 130) "a ideia da 'identidade-valor' se confundiria com a própria ideia da 'cultura' enquanto 'sistema simbólico' e da 'sociedade' enquanto atualização de uma ordem principal abstrata" no sentido de que opera por meio de uma classificação que não é unidimensional, mas incorpora a "pluridimensionalidade da lógica segmentar, situacional e hierárquica" (1988: 128). Portanto, a identidade-valor de trabalhador é atribuída no contexto específico no qual ela pode ser determinada.

Entretanto, o autor sugere também uma caracterização desta ordem de identidade ou da cultura das classes trabalhadoras, devendo ela ser entendida de modo flexível "para que a própria referência a cada uma de suas eventuais fronteiras de atualização não corresponda a uma pesada substantividade, mas antes a um recorte fundado em propriedades de situação. Ou seja, que os diversos níveis em que o recorte do

observador (mas também certamente ênfases internas à própria cultura) se possa deter possam ser chamados igualmente de cultura...” (1988: 123).

Assim, sua proposta evoca a indispensabilidade analítica de material etnográfico antes de qualquer coisa. Mas refere-se ao postulado de que a cultura das classes trabalhadoras é “hierárquica e holista” em oposição à “ideologia individualista” que “sustenta boa parte da dinâmica das sociedades ‘modernas’ (sobretudo nas ‘substancializações dos aparelhos jurídico-políticos e da estrutura econômica).”

Sustentando este argumento o autor descreve algumas repercussões desta proposta que seriam recorrentes em fontes etnográficas citadas. Aponta para a “preeminência explícita e direta do grupo, da coletividade, da comunidade sobre aquilo que valoramos como a individualidade” e também para a “explícita oposição aos valores da classe média, seja do ponto de vista do etnógrafo, seja do ponto de vista explícito dos grupos de classe trabalhadora em tal ou qual nódulo de seu discurso ou seu comportamento.”

Sobre o processo de individualização que se argumenta incidir sobre os trabalhadores, seja por meio da ideia da “quebra dos laços tradicionais” ou da “invasão pelos meios de comunicação” ou ainda da “experiência do trabalho urbano e fabril” que os exporia a uma “vivência singularizante de um mercado de trabalho”, o autor propõe a atuação de “processos de seleção, reinterpretação e reinvenção que, em nome dos princípios culturais mais profundos da classe, ordenam o que, um tanto voluntaristicamente, se nomeia resistência” tendo em vista “insidiosos mecanismos de disciplinarização e da coerção quotidiana” (Duarte, 1988: 135-139).

No que se refere à última qualificação “urbanas” das classes trabalhadoras, Duarte pondera que ela deve-se mais à afirmação de um processo de construção de identidade, peculiar aos trabalhadores envolvidos “pelo mundo mercantilizado/segmentado urbano”, do que a oposições substancialistas, tanto sociológicas quanto culturalistas, relativas ao rural e urbano. A ênfase da negação não está, como ele diz, “no ‘substrato sociológico’ (camponeses, moradores, colono, meeiros, parceiros, farmers, assalariados rurais etc.)”, mas no distanciamento de “todo um modo de vida ‘rural’”, mais do que simplesmente de suas “condições de trabalho” (Duarte, 1988: 127-128).

Este é um contexto bastante pertinente ao campo que me propus estudar visto que as famílias de trabalhadores que nele se inserem assim se auto-representam. Esta auto-representação assume um sentido propositadamente de oposição ao universo rural, uma vez que muitos, concentrando-se já por alguns anos em áreas adjacentes a regiões metropolitanas deste estado, mas sendo filhos de ex-lavradores de regiões rurais de outros estados brasileiros, desejam marcar uma distinção com aquele modo de vida dos pais que vêem como limitadores de oportunidades de trabalho fundamentalmente.

2. Uma trajetória etnográfica – a construção do campo

A pesquisa etnográfica neste campo foi marcada por descobertas, encontros e também por afastamentos, alguns voluntários e, mais que isso, premeditados, com a finalidade de que os "aspectos imponderáveis da vida real" (Malinowski, 1984), dos quais os antropólogos frequentemente se ocupam na observação participante, venham a fazer sentido na construção do conhecimento antropológico. As operações deste trabalho de construção, como bem salientou Favret-Saada (2005: 160) "acham-se estendidas no tempo e separadas umas das outras". Quer dizer, "no momento que somos mais afetados, não podemos narrar a experiência; no momento que a narramos não podemos compreendê-la. O tempo da análise virá mais tarde".

E para o tempo da análise a elaboração escrita dos dados etnográficos contribui significativamente. É um momento da tomada de consciência – assim eu presumo – sobre a relação entre "o sentido de seu discurso – o do antropólogo – e o sentido do discurso do nativo" (Viveiros de Castro, 2002), ou o momento da "sacada na pesquisa etnográfica" (Magnani, 2009), quando o que nos parece de início um conjunto de fragmentos descontínuos e desconexos podem se ordenar em significados até mesmo inesperados. O conhecimento antropológico é, portanto, uma relação de sentido, "o efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece, e a causa de uma transformação (toda relação é uma transformação) na constituição relacional de ambos" (Viveiros de Castro, 2002: 114).

Hoje vejo este campo, no qual estive envolvida por um tempo considerável, cada vez mais como resultado de uma sedução – "a sedução do campo" – porque sinto que suas dimensões outras só me são visíveis na medida que nele permaneço e motivada por

questões que vão sendo, pouco a pouco, suplementadas ou mesmo fagocitadas por outras reveladas na experiência etnográfica.

A cooperativa habitacional de Ipiíba foi por mim descoberta como campo quando na iniciação científica procurava desenvolver um projeto independente do projeto da minha orientadora – intitulado "A Transmissão do Patrimônio Cultural entre Trabalhadores Urbanos: os valores do trabalho" – aliás, por meio do qual vim a me interessar e me familiarizar com a cultura e os valores das classes trabalhadoras urbanas. Minhas experiências etnográficas iniciais deram-se, portanto, pelo envolvimento com a questão do trabalho e a ela de certa maneira retornei pela construção de outros caminhos.

Assim, minha primeira experiência de campo reflete a busca pela compreensão das questões relevantes aos trabalhadores. Passei a observar cursos profissionalizantes oferecidos por um centro comunitário da Fundação Leão XIII, no município de Niterói, vinculado à Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania. Nele estive atenta inicialmente às questões da exigência do mercado de trabalho quanto à qualificação profissional e a resposta dos trabalhadores a essa questão. Entretanto, comecei a me interessar pela dimensão de gênero destes cursos, uma vez que existiam cursos majoritariamente femininos e outros majoritariamente masculinos.

Não quero com isso postular a ideia de que os diversos recortes do campo estão lá, em estado de latência, prontos para serem descobertos por um ato de vontade. Não pretendo substantivar o campo, não é isso. Entendo que o despertar para a questão do gênero dos cursos profissionalizantes, por exemplo, no sentido do que significam estes cursos no âmbito do trabalho, é efeito de um interesse e saber construído em mim, mas acionado na minha relação objetivada com o outro, cujo "insight" sobre a propriedade da questão como uma questão antropológica é um "arranjo etnográfico" que "carrega as marcas de ambos", ou seja, o arranjo nativo e o arranjo do pesquisador com o qual ele iniciou a pesquisa (Magnani, 2002: 10).

Assim, meu interesse pela dimensão do gênero nas relações de trabalho se, por um lado, foi resultado da "experiência etnográfica" relatada enquanto vivência descontínua, imprevista e não-programada, por outro lado só foi possível porque apoiada em uma "prática etnográfica", enquanto prática intencional, programada e contínua. Magnani (2009: 06) chama a atenção para a dependência recíproca entre estes

aspectos do trabalho de campo. Sem dúvida, na etnografia a experiência e a prática se retro-alimentam.

No meu caso em particular, a 'descoberta' do gênero, devedora da "experiência etnográfica" que relatei, autorizou a "prática etnográfica" no campo posterior a saber, a cooperativa de Ipiíba, onde homens e mulheres da classe trabalhadora trabalhavam juntos para construírem suas casas. E a "experiência etnográfica" neste novo campo veio a apontar outras dimensões pertinentes a ele, desenvolvidas em trabalhos anteriores, primeiro como conclusão do curso de graduação em ciências sociais, posteriormente como conclusão do mestrado em antropologia e agora em trabalho de conclusão do curso de doutorado.

Evidentemente, o trabalho de campo é ele mesmo "a condição para a justa compreensão até mesmo de outras experiências de campo" (Goldman, 2003: 10). Mas, no meu caso, "outras experiências" se dão no mesmo lugar etnográfico, amparadas por projetos de estudo que podem se realizar somente de maneira incompleta, ou melhor, como questões porosas à dinâmica do próprio campo, tendo em vista a circularidade constitutiva da relação entre a "experiência etnográfica" e a "prática etnográfica". Assim, meu investimento de longo prazo em um mesmo campo acompanha suas transformações.

Quando concluí o trabalho de dissertação de mestrado, questões entendidas como potenciais foram propostas para serem, porventura, futuramente aprofundadas. Assim, relatei perspectivas do campo que focalizavam o futuro da cooperativa, a questão da identidade e da sociabilidade desenvolvida entre as famílias cooperadas, abrangendo não só a intimidade e a amizade conquistadas nestas relações de longo prazo, como também suas recíprocas acusações morais, seus conflitos, os quais, por sua vez, são aspectos desta mesma sociabilidade.

Considerei que este era um potencial que deveria ser matizado pelos próprios cooperados na relação com os técnicos da FBR ou com outra instituição de intervenção social, na continuidade ou não do projeto de cooperativismo. E também pela inclusão de novas famílias paralelas ao projeto, como é o caso das famílias que são associadas à Associação São Pedro de Alcântara – porque possuem lotes no condomínio em construção – mas não são cooperadas. Algumas destas famílias já moradoras, em um

total de 10[5], construíram suas casas com recursos próprios, de forma independente dos projetos realizados ou em realização.

Então, abriu-se a possibilidade para o entendimento de relações entre famílias com níveis distintos de sociabilidade e porosidade – mesmo entre os cooperados – ao projeto de construção coletiva de um novo ser político, que, vindo das classes trabalhadoras se faria atuante na sociedade em que vive. A finalidade da proposta seria a sua transformação segundo um modelo ideal de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sob o ponto de vista da consecução dos direitos e valores da cidadania moderna. Mas também propalando melhores condições de vida para estes segmentos da população, tomados como mais pobres e qualificados como possíveis beneficiários exatamente porque sobre eles pode-se incidir uma negação, tendo em vista padrões de consumo e acesso a serviços, bens materiais e simbólicos tidos como ideais na sociedade democrática.

Vejo a atualização das relações de campo como uma espécie de "ilusão biográfica" da qual tratou Bourdieu (2008), quer dizer, cujos sentidos biográficos de coerência, de totalidade e de continuidade são a mim só a posteriori dados, pressupondo todo um trabalho de construção por meio de artifícios de dotação de uma razoabilidade. Embora, no meu caso particular, tal relato autobiográfico de criação de sentido aqui empreendido se realize apenas parcialmente, porque motivado somente pelas experiências vividas no âmbito de minha inserção profissional, que implica, portanto, em reconstrução de relações inteligíveis próprias do método etnográfico e assim, de um "tempo" propriamente etnográfico (Favret-Saada, 2005).

Como o trabalho de campo é uma atividade resultante de um projeto intencional de relação antropológica, cujo corolário é o de que todos os fatos etnográficos construídos a posteriori são devedores daquela relação concebida a priori, o relato da minha trajetória como antropóloga é já uma construção de segunda ordem, porque dadas dentro destes limites.

Assim, a reflexão sobre relações de entendimento que se estabelecem entre o pesquisador e seus distintos interlocutores e que possibilitam esta trajetória profissional é particular ao contexto da etnografia como método antropológico. É marcada pela

[5] Segundo a Planta de Situação (20/08/2010) do condomínio de Ipiíba – em anexo –, há 20 lotes, entre casas iniciadas ou não, que construíram ou deverão construir com recursos próprios junto com as 88 novas moradias financiadas pelo FNHIS.

tentativa de dar àquelas relações um mesmo valor epistemológico, mas buscando assegurar seus significados específicos. Em concordância com o que aponta Goldman (2003: 08), "nosso saber é diferente daquele dos nativos não porque seja mais objetivo, totalizante ou verdadeiro, mas simplesmente porque decidimos a priori conferir a todas as histórias que escutamos [ou vivenciamos] o mesmo valor".

3. O campo revisitado – a questão reconstruída

Na retomada do trabalho de campo, em 2009, novas abordagens da questão principal se fizeram congruentes à nova configuração sócio-cultural considerando as instituições constitutivas deste campo e tendo em vista a atual conjuntura política no que diz respeito à questão habitacional. Este novo contexto favoreceu a inclusão de órgãos governamentais no processo de intervenção social sobre famílias de baixa renda sob o objetivo do "desenvolvimento social". O termo "desenvolvimento social" "fundamenta-se na referência a uma perspectiva sistêmica ou totalizante, definindo-se então pela intervenção articulada sobre vários planos da vida social", como descreve Neves (2008: 2).

Outras 88 novas famílias associadas, junto com as 37 famílias cooperadas, são hoje objeto de novo projeto realizado pela FBR com financiamento do governo federal. Trata-se de um contrato firmado entre a FBR e a instituição proponente ITERJ (Instituto de Cartografia do Estado do Rio de Janeiro) – que prevê assistência técnica para mobilização e organização comunitária ao conjunto de famílias e assistência técnica coletiva para construção de novas moradias para as 88 novas famílias no espaço do terreno São Pedro de Alcântara. O projeto faz parte do programa do governo federal destinado à habitação de interesse social e conta com o FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social).

A UMP-RJ (União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro) é a instituição promovedora parceira da FBR no projeto que representa os moradores beneficiados. Este é um movimento associado a UNMP (União Nacional por Moradia Popular) que através das coordenações estaduais e regionais organiza ações reivindicativas sobre questões habitacionais junto a órgãos competentes no país. O movimento possui dois cooperados que assumem cargos na coordenação estadual do Rio de Janeiro e na coordenação regional de São Gonçalo.

Estas famílias, embora inicialmente distintas entre associadas à Cooperativa Ipiíba e associadas à Associação São Pedro de Alcântara, configurando estatutos diversos que se expressam também na planta de situação do condomínio, deverão em futuro próximo convergir para um estatuto comum. Sobre elas incide um projeto de conversão à categoria de beneficiárias de programas sociais para o seu reconhecimento político, econômico e social dentro de uma ordem universalizável na sociedade hegemônica, sob os auspícios do fomento à igualdade social entendida também como igualdade de direito. Segundo tais intenções, objetivo compreender a relação destas famílias entre si e com representantes mediadores deste projeto de conversão, quais sejam, técnicos da FBR e militantes da UMP-RJ – eles mesmos beneficiários intermediários.

Deste modo, orientada por novas dimensões e relações no campo, as quais devo desenvolver posteriormente, tomo como objeto de análise o processo de conversão destas famílias pobres de trabalhadores urbanos a beneficiários de programas de inclusão social, focalizados na questão habitacional como propulsora de outras demandas sociais e que objetivam, por processos de mediação entre universos de valores e de significação do mundo, o reconhecimento político, econômico e social destas famílias em uma ordem social hegemônica.

Minha unidade de análise é, principalmente, a família, no caso, as 37 famílias cooperadas da Cooperativa Ipiíba na sua relação entre si, na relação com atuais novas famílias beneficiárias de um novo programa habitacional e com os representantes daquele projeto de conversão, tendo em vista não somente as condições de sua adesão e incorporação a princípios e valores idealizados como configuradores de um novo ser político atuante na sociedade, como também as suas condições de contraposição neste processo.

A inclusão destes trabalhadores em tal ordem social hegemônica onde o indivíduo é a categoria-chave passa pela negociação com outros princípios de organização do mundo baseados em instituições como a família, a vizinhança, o bairro, a comunidade etc. Para se alcançar o objetivo da incorporação pelos trabalhadores de valores mais universais como o “direito” a bens materiais e imateriais na sociedade, faz-

se necessário assim a mediação[6] objetivada entre aqueles níveis distintos de representação e de ação social, intervindo sobre as formas de organização social destes trabalhadores.

A Cooperativa Ipiíba surge como o produto deste processo de mediação entre as 37 primeiras famílias de trabalhadores e as instituições externas a eles – a Fundação Bento Rubião, a Associação São Pedro de Alcântara, de base religiosa, e a União Nacional por Moradia Popular, com representantes do Rio de Janeiro – dando início àquele projeto maior de inclusão social por meio da organização destas famílias em cooperados para a aquisição da casa própria. Esta é, neste projeto, entendida como um direito fundador porque englobante de outros direitos associados ao bem-estar social e à vida do trabalho.

Este trabalho de conversão de trabalhadores à categoria de cidadãos pressupõe práticas de mediadores que buscam investir na negociação da adesão a condições e competências explícitas de reconhecimento político do beneficiário e por este viés legitimar a própria posição de mediador qualificado. Neste processo emerge a proposição de construção mediada de valores e atitudes concernentes às categorias sociais que evocam a ausência de um direito, a serem investidas pelos sujeitos beneficiários e representadas politicamente por beneficiários autorizados, como é o caso de lideranças da UMP-RJ que investem na articulação da categoria "sem-teto" ou, mais genericamente, na categoria "comunidade". Eles mesmos seriam mediadores coadjuvantes de uma mediação tecnicamente qualificada, como a exercida pelos técnicos da FBR.

Para o acesso a recursos e suas virtualidades assim objetivadas, estes segmentos das classes trabalhadoras devem se constituir em agrupamentos jurídico-formais, como associação ou cooperativa, para a respectiva formalização da mobilização da "comunidade". Categoria de mais uso corrente, tanto por idealizadores deste projeto, quanto por seus potenciais beneficiários que manifesta os investimentos de ambos os lados no reconhecimento de condições sócio-econômicas e culturais desiguais destes

[6] Categoria por mim tomada como analítica, mas também neste campo um termo que implica método de intervenção social que emerge em propostas objetivadas em textos e documentos, de enquadramentos normativos dos sujeitos construídos para serem mediados por agentes e políticas de mudança social. Como categoria analítica adoto a perspectiva de Neves (2008) que explicitarei mais detalhadamente depois.

últimos. Processo este que possibilita a visibilidade da posição de marginalidade social e da legitimidade das demandas por sua superação. Evidentemente, a proposição da igualdade enquanto projeto pressupõe o reconhecimento do diferente e de formas específicas de objetivar a sua inclusão nesta ordem supostamente igualitária.

Desta maneira, o associado ou cooperado, que manifesta o engajamento político, social e econômico de determinada *comunidade* que se quer *solidária* em suas relações de superação das injustiças sociais, estas tomadas como razão da desigualdade social, deve por este caminho aceder à categoria política universalizante de "cidadão" da sociedade englobante que se idealiza.

Mas a estes mesmos processos de inclusão advoga-se uma pretensão de transformação do todo que deve englobar suas partes desiguais, visto que a sociedade almejada está longe de se confundir com a que de fato se reproduz. É neste sentido que aos processos de inclusão social deve-se militantemente propor novas formas de relação dos homens entre si e destes com a natureza, pautadas por valores da solidariedade e da equidade, capazes de neutralizar, digamos assim, os efeitos perversos e contraditórios da mesma sociedade que institucionaliza programas de inclusão a fim de resolver conflitos urgentes, não-digeríveis por suas outras instâncias de atuação.

A elaboração de diversas estratégias de enquadramento do acesso a bens e recursos ao reconhecimento de categorias de direitos para estes setores da população, assim justificando-o, se dá por mecanismos de mediação entre universos de significação distintos em confronto, postulados como necessários à veiculação de categorias de entendimento e à adesão a sistemas cognitivos próprios daquele projeto de incorporação e consagração de novos valores sociais.

Neste sentido, as políticas que contemplam estas ações de intervenção para a transformação prevêem a função de mediador para o exercício de práticas normativas de conversão dos beneficiários à pessoa jurídica que consolida o mediado. Assim, ele passa a ser reconhecido na esfera das instituições estatais, como no caso do ITERJ, ou na esfera de outras instituições privadas organizadas por princípios próprios de intervenção social, como é o caso aqui da FBR e das instituições populares como a UMP-RJ e a Associação São Pedro de Alcântara. Esta última respondendo também por uma intervenção religiosa.

E, claro, a participação da FBR como mediadora na realização do programa de assistência técnica, proposto por aquela entidade governamental, é autorizada pelo reconhecimento público da consolidação de seu próprio programa social desenvolvido junto às famílias de baixa renda configuradas como beneficiárias legítimas das ações empreendidas por seus técnicos representantes, eles mesmos mediadores da missão transformadora das condições de existência destas famílias. Este reconhecimento se dá em um campo de forças que implica em concorrências e disputas pela consagração de visões de mundo que configuram estratégias políticas próprias de mudança social, mas também possibilita a convergência de interesses por meio de vínculos institucionais que podem fortalecer o poder de barganha nestas disputas.

Assim, a vinculação à FBR de um movimento popular nacional, em sua vertente afiliada local – a UMP-RJ – e de uma instituição mais localizada – a Associação São Pedro de Alcântara –, ambas representantes de famílias beneficiárias, configura uma nova relação de forças nesse processo. Pela ação dos mediadores da possibilidade desta relação, que são as lideranças locais e os técnicos da FBR, estas famílias se deixam representar aderindo ao processo de mediação como mediados, ainda que esse processo não lhes apareça assim tão claro e objetivo.

Nesta conjuntura favorável, a mediação, objetivada como método de intervenção social, pôde se atualizar incorporando outros agentes na proposição de novos significados e visões de mundo referentes ao campo de proposição do "cidadão". Deste modo, representantes do ITERJ – órgão proponente do programa de assistência técnica do governo federal – são incluídos na figura de contratantes da FBR para a viabilização técnico-metodológica do programa.

Embora o termo mediação seja investido do sentido de qualificação de programas de intervenção social, o tomo também como categoria analítica e como tal reitero a caracterização dada por Neves (2008) no trabalho organizado por ela, "Desenvolvimento social e mediadores políticos", que contribui para a melhor compreensão de contextos mediadores de intervenção política para mudanças na organização social e econômica de segmentos pobres da população.

Neste trabalho a autora aponta para a necessidade de superar abordagens essencialistas ou mecanicistas que acabam por traduzir a mediação apenas sob o objetivo do acordo que converge à conciliação e ao consentimento, fazendo supor o que

os próprios mediadores e mediados argumentam enquanto investimento de construção, ou seja, a existência de mundos naturalmente interconectados pela negociação que pode unir o diverso. Assim entendido, como forma de produzir adesões pelo acordo que anula o que é diverso, desconsidera o processo dialético que envolve também relações conflitivas e contraposições como produto do entendimento intencional, mas que passa pela viabilização de um outro campo de significados e comportamentos, não se confundindo com os peculiares a mediadores e mediados através dos quais aquele é possível.

Como salienta Neves (2008: 18) "a valorização do consenso e do consentimento, que os atos de interconexão comunicativa evocam, não pode prescindir da valorização da importância da margem de indeterminação**,** também produzida nesses atos de construção de consciência (coletiva), que rompem com qualquer explicação pela dependência imediata e espontânea". Esta margem de indeterminação é dada pela produção de sentidos específicos ao processo de mudanças que se objetiva sempre como "emancipatório". Os agentes representantes desta missão emancipatória articulam, então, a possibilidade de produção de uma linguagem de acesso a valores e atitudes consagrados como ideais. Para isso devem eles mesmos representar os universos de significação que desejam intermediar. Neste sentido, "múltiplos significados vão então se ordenando para tornar viável o exercício de mediação" (Neves, 2008: 34).

As práticas destes mediadores suscitam a realização do postulado "de que toda mudança de posição social se objetiva por um trabalho educativo". Os sujeitos desta "missão pedagógica destinada a mudar comportamentos e visões de mundo" se definem não somente pelas suas vinculações institucionais e pelas adesões que elas sugerem – aqui expostas sob os contextos deste campo –, uma vez que elas não podem ser pensadas como resultado de "intenções autônomas que se impõem". Definem-se também por "outros sistemas de crenças, fundamentados nos saberes disciplinares que cada um é portador" ou, dito de outro modo, pela incorporação das "contribuições resultantes da socialização profissional para o exercício da mediação política e cultural" inerente a esta proposta de rearranjo da ordem social (Neves, 2008: 32, 33).

No entanto, a própria emergência daquela sociedade idealizada enquanto projeto político-social põe em foco as diferenças e distanciamentos que a negam, abrindo perspectiva para o reconhecimento do "pluralismo sociocultural" que autoriza a função

de intermediação para a conversão a princípios estruturantes compatíveis com uma ordem desejada universalizável e igualitária. Objetiva-se assim a criação de "estruturas intermediárias ou de reconciliação" das diferenças políticas, econômicas e culturais observáveis, embora muitas destas propostas de integração também acabem por recriar, como admite Neves (2008: 29), "formas de dominação que produzem o silenciado, que institucionalizam as 'vítimas' do não-dito e dos prejulgamentos".

Neste campo aqui apresentado, a diferença sócio-econômica e cultural é afirmativa e constitutiva de demandas por inclusão social à sociedade democrática como valor, realidade a ser técnica e politicamente mediada por um investimento na construção do sujeito "cidadão", categoria política de reconhecimento e englobante de outras categorias específicas ao universo de significação deste campo, como a de "cooperado" e "associado" ou ainda, de viés mais militante, a de "sem-teto" e "comunidade".

Neste contexto novos questionamentos que sugeri como propiciados pela retomada mais recente do campo etnográfico deu-se a partir da atualização de relações diferentemente mantidas e legitimadas em função de *um trabalho de muito tempo com a cooperativa*, como propõe um dos cooperados, ainda que não seja a ele de todo compreensível, sobretudo quanto a seus *benefícios para mim*, mas, logicamente, também para eles.

4. Recursos metodológicos – as partes, os capítulos

Como vimos, neste campo entram em relação – além de mim, é claro – fundamentalmente, agentes da Igreja Católica São Pedro de Alcântara, técnicos da FBR, militantes do movimento popular UMP-RJ e famílias de trabalhadores pobres constituídos como "cooperados" da Cooperativa Ipiíba ou como "associados" à Associação São Pedro de Alcântara. Mas deve-se ter em vista que estas relações se dão por meio das "disposições adquiridas" das quais trata Bourdieu (2009). Quer dizer, segundo disposições que são dadas na mediação objetivada daquelas instituições, mas que no processo de seu exercício não devem ser tomadas como ações plenamente intencionais nem, por outro lado, devem pressupor indivíduos que respondem a estas ações sem a interposição qualificada de valores e formas sociais incorporadas de conceber a si, os outros e o mundo que os cerca.

Assim, as questões aqui apresentadas que convergem para o ponto fundamental da conversão das famílias de Ipiíba em beneficiárias de programas de reconhecimento do direito à habitação, não podem ser abordadas sem a problematização de "considerações que se apóiam na pressuposição de indivíduos reconhecidos como passivos diante de consolidação de formas de dominação", argumento defendido por Neves (2008: 12).

Na abordagem deste processo dialético, ou seja, dado não apenas por adesões, mas também por constrições a projetos de intervenção social como estes, por sua vez entendidos como formas particulares de viabilização de controle e dominação sobre segmentos pobres da população, deve-se ter o cuidado de evitar determinações ingênuas acerca das representações e práticas envolvidas, principalmente daqueles que são objeto destas intervenções mediadas para a mudança. Desta maneira procurei estar atenta tanto às condições de aceitação quanto às condições de contraposição ou mesmo de indiferença a universos de significação construídos para ações de proposição de mudança de valores e comportamentos.

A pesquisa etnográfica em Ipiíba, que acompanhou o processo de constituição da cooperativa e desenvolveu-se fundamentalmente junto às 37 famílias cooperadas, desde o início foi teórica e metodologicamente orientada para uma abordagem complementar e profícua entre a "análise de representações" e a "teoria da ação", como já salientava Feldman-Bianco (1987). De acordo com esta opção e dentro de um determinado recorte analítico pode-se apreender a dinamicidade própria das sociedades ditas complexas e assim "desvendar os meandros mais profundos da vida social", como ressaltou a autora.

A especificidade deste viés antropológico desenvolvido por importantes autores contemporâneos "reside no estudo microscópico e detalhado de interstícios sociais e relações interpessoais". Neste estudo privilegia-se "a observação do comportamento concreto de indivíduos específicos, suas ações, interações e estratégias em contextos também específicos" a fim de analisar intensiva e detalhadamente "processos políticos, econômicos, culturais e históricos de pequena escala" (Feldman-Bianco, 1987: 14,15). Desta forma, a análise da cultura enquanto processo possibilita alcançar significados associados ao fluxo dos acontecimentos e das experiências das pessoas histórica e socialmente envolvidas.

Van Velsen (1987) descrevendo esta perspectiva tem como referência o método de análise situacional que possibilita a "oportunidade de integração do acidental e o excepcional com o geral". Segundo este autor a análise situacional fornece "uma série de eventos inter-relacionados que mostram como, numa estrutura específica, indivíduos lidam diante das escolhas com as quais são confrontadas". Procura-se assim "relacionar os desvios das regularidades estruturais às regularidades de outra ordem, especificamente a interpretação de um sistema social em termos de normas conflitantes" (Van Velsen, 1987: 360, 361).

Assim, a opção pela observação das ações de nossos interlocutores, quando ela é possível, incorpora inevitavelmente a perspectiva do imponderável das situações que nos surgem em contexto de observação participante e das escolhas individuais que devem ser articuladas em conjunto com a análise de suas representações. Sob o conceito de "riscos empíricos" Marshall Sahlins (2003) valoriza esta perspectiva que incorpora a dimensão inesperada e imprevista do empírico. Desta forma, a análise das representações e das ações dos atores sociais compõem um todo ordenado, mas como ressaltou Van Velsen esta ordenação é de um tipo específico porque embora de pequeno alcance pode dar conta dos significados dinâmicos dos eventos vividos de maneira contextual.

Tendo em vista esta abordagem metodológica de pesquisa e o projeto intencional de construção antropológica no qual minha trajetória profissional aqui descrita está implicada, retomei, então, não sem dificuldades, decorrentes das transformações contextuais do campo[7], as relações mantidas com as primeiras 37 famílias cooperadas de Ipiíba.

Participei das assembleias mensais mantidas pela cooperativa que têm por finalidade informar e deliberar sobre os assuntos de interesse comum e visitei os núcleos familiares com o objetivo de atualizar questionários sobre seus dados sócio-econômicos e familiares, sobre questões relativas ao espaço de moradia e ao projeto de cooperativismo – modelo de questionário em anexo. Eles foram aplicados aos cooperados titulares das casas, a 23 mulheres e 14 homens. Entretanto, atualmente os representantes femininos são 25 e os masculinos são 12. O marido de uma titular

[7] Estas transformações serão posteriormente retomadas, envolve uma questão delicada acerca da "segurança do campo", proposição minha, dada pela minha percepção do campo de pesquisa no tempo.

realizou a entrevista em seu lugar por problema crônico de saúde da mulher que sofre de depressão e outro cooperado que também respondeu ao questionário passou posteriormente a titularidade para a esposa.

Os questionários funcionaram como um recurso metodológico de acesso mais direto a cada uma das famílias e suas casas, justificando minha permanência por tempo suficiente para estabelecer conversas mais ou menos fluidas, ensejadas pelas questões abertas suscitadas. Visitas por demais informais e casuais, mas sob algumas circunstâncias passíveis de serem entendidas como inoportunas, não seriam suficientemente relevantes para a participação de todos, principalmente para a participação de alguns novos cooperados com os quais o relacionamento é mais recente.

Embora eu possua bom relacionamento com todos e desfrute do carinho e atenção das pessoas, as visitas para conversas de longo prazo, sem uma boa justificativa como os questionários para fins de atualização de dados, não seriam bem vindas. Com muitas pessoas tive que rearranjar horários em função do fluxo de suas atividades cotidianas. Os homens estavam frequentemente envolvidos com obras nas próprias casas ou nas dos vizinhos e as mulheres envolvidas com afazeres domésticos.

Procurei também acompanhar as reuniões realizadas pelos técnicos da FBR responsáveis pelo programa de assistência técnica e mobilização comunitária no espaço do condomínio que procuraram integrar as novas famílias atendidas pelo programa às 37 famílias cooperadas. O programa, segundo sua metodologia (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009) – em anexo – possui duas etapas. A primeira, "diagnóstico participativo", possui 6 atividades e a segunda, "planos de ação", possui 3. Tive oportunidade de acompanhar somente as 3 primeiras atividades da primeira etapa do programa. As demais haviam sido interrompidas quando eu estava em trabalho de campo.

A primeira atividade, denominada "assembleia com os moradores", teve por objetivo apresentar às famílias a metodologia de trabalho do projeto, a "equipe técnica multidisciplinar" da FBR, composta por "advogado, arquiteto, socióloga e/ou assistentes sociais" e os representantes da UMP/RJ. Depois da realização desta atividade fui convidada pela equipe da FBR para participar da segunda atividade denominada "levantamento de dados físicos, fundiários e sociais". Eu realizaria o levantamento dos dados sociais do espaço Ipiíba e organizaria em relatório os demais levantamentos

organizados por estagiários contratados. Foi quando a metodologia do trabalho me foi apresentada. Para a FBR era estrategicamente interessante a minha participação no projeto porque eu já fazia pesquisa em Ipiíba e no futuro também poderia realizar trabalhos com outra população atendida na região de Jacarepaguá por residir relativamente próxima a ela.

De início aceitei porque vi uma oportunidade de ter acesso a documentos importantes e principalmente às reuniões que lá ocorriam, além do acesso às ideias sobre propostas e projetos encaminhados às populações atendidas pela ONG. E como parte da proposta incluía o levantamento de dados sociais sobre as famílias do bairro de Ipiíba, mas fundamentalmente sobre as famílias beneficiárias do programa e sobre o próprio bairro, a mim me pareceu estrategicamente interessante participar desta etapa como forma de atualizar estes dados.

Participei apenas do levantamento dos dados sociais, produzindo parte destes dados e em seguida desvinculei-me do projeto quando percebi o que de mim esperavam. Segundo a arquiteta responsável pelo programa todas as atividades deveriam ter a sua versão "participativa" da população e isso incluía minha persuasão sobre os cooperados a fim de que realizassem as ações de conhecimento e reconhecimento do espaço Ipíiba e de deliberação sobre projetos de sua transformação. Então, já desvinculada do projeto participei, sem esse compromisso, da terceira atividade da assistência técnica, denominada "levantamento de campo e identificação de projetos potenciais de trabalho e renda" que foi realizada por meio de "oficinas, dinâmicas e reuniões previstas para esta atividade" e coordenadas por representantes da FBR.

Infelizmente, durante o período de pesquisa, não tive acesso às demais reuniões realizadas na sede da FBR com outros propósitos. Não tive acesso, por exemplo, às reuniões marcadas entre representantes da comissão de obras da Cooperativa Ipiíba e representantes da FBR, às reuniões de comissão gestora do Fundo de Rotativo[8] na FBR, com representantes das cooperativas, e às reuniões entre representantes da UMP-RJ e da FBR. Eram reuniões fechadas nas quais discussões acaloradas deveriam surgir. As poucas reuniões a que tive acesso eram para tratar de outros projetos em andamento, como o da assistência técnica para mobilização comunitária. Certamente se tivesse

[8] Fundo proveniente do pagamento do material de construção empregado nas casas e do valor das horas trabalhadas destinado a apoiar a criação de outras cooperativas habitacionais ou a circular entre as cooperativas já assistidas pela FBR.

continuado neste projeto teria mais abertura à participação em reuniões de maneira geral, mas não sei em que sentido. Mas por outro lado minha vinculação à ONG Bento Rubião com aquele compromisso de maneira nenhuma era possível porque comprometeria meu trabalho como antropóloga e consciente desta posição fiz a escolha certa.

Informações gerais sobre as famílias cooperadas contidas em minha dissertação de mestrado e que tiveram como base um modelo de cadastro disponibilizado há algum tempo atrás pela própria FBR, foram organizadas em relatório e entregue à instituição. Em contrapartida, tive acesso a documentos importantes sobre o programa de assistência técnica e mobilização para organização comunitária e, sob um viés comparativo, a oportunidade de conhecer, sob a justificativa do trabalho de assistência técnica, espaços alternativos ao espaço da cooperativa, bem como moradores de Ipiíba com níveis sócio-econômicos distintos do das famílias cooperadas e articulações sóciopolíticas típicas do bairro. Informações gerais sobre o distrito e bairro Ipiíba foram organizadas com base nos dados disponíveis no site do IBGE[9] (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no site da prefeitura de São Gonçalo[10] e em literatura acadêmica sobre a região.

Informações gerais sobre a FBR foram a mim disponibilizadas por meio de material impresso de divulgação de seus programas e projetos desenvolvidos, publicado pela própria instituição. Já as informações sobre o movimento UNMP originam-se de seu site oficial[11]. Os dados etnográficos que incorporam sua afiliada UMP-RJ foram recolhidos da participação em uma de suas reuniões ordinárias, bem como de entrevista com cooperada de outra cooperativa atendida pela FBR e que na época ocupava cargo de coordenadora nacional e estadual no movimento. O trabalho de observação participante neste movimento se deu de maneira limitada em virtude de ponderações políticas acerca de minha participação em discussões ocorridas nas ocasiões de reunião do movimento, tendo em vista relações de antagonismo por vezes estabelecidas com a FBR.

Neste trabalho optei por trabalhar com nomes fictícios. Embora este recurso não impeça em muitos casos que os cooperados, pelo acesso ao texto da tese, se reconheçam

---

[9] www.ibge.gov.br – acesso em 06/01/2010.
[10] www.saogoncalo.rj.gov.br – acesso em 06/01/2010.
[11] www.unmp.com.br – acesso em 07/03/2010.

reciprocamente tendo em vista os contextos e posições assumidas, ao menos ele é útil para que a identidade deles seja preservada para além do espaço da cooperativa, evitando assim constrangimentos e problemas futuros com a divulgação do trabalho.

As questões subordinadas à questão central, aqui distribuídas em partes e capítulos, foram neste campo produzidas pela interação de longo prazo com as famílias cooperadas que foram objetivadas no processo de mediação de valores, ideias e disposições consubstanciadas na construção do associativismo habitacional e do ser político a ele vinculado. Estas relações incorporam, por sua vez, a interação com os agentes técnicos responsáveis pelas diretrizes de ação de intervenção das instituições nas quais eles se encontram afiliados e das quais são porta-vozes. Então, a mediação assim entendida pressupõe a interação tecnicamente orientada, segundo os princípios institucionais que estão em jogo na construção do associado, mas também antropologicamente objetivada, uma vez que marcada pela minha presença em contextos possíveis.

Para o propósito de inclusão social dos trabalhadores em uma ordem universalizável como a da sociedade cidadã concorre agora um órgão governamental, o ITERJ, que associado às instituições anteriormente aqui citadas, é proponente de um programa habitacional que inclui novas 88 famílias configuradas como beneficiárias. A fim de que, neste trabalho, se esclareçam os propósitos do programa governamental e não-governamental que atuam neste campo pelo viés do direito à habitação, bem como as categorias sociais que nele "devem" circular e as relações sociais que nele se dão em razão destas objetivações, faz-se necessário, primeiro, entender como se constroem e como se cruzam, normativamente, o cooperativismo, o programa de habitação da ONG Fundação Bento Rubião bem como este novo programa de habitação de interesse social do governo federal.

É interessante perceber que a legitimação da atuação de técnicos da Fundação Bento Rubião na assistência técnica deste programa governamental se dá pelo reconhecimento de suas intervenções anteriores no âmbito da organização social de famílias pobres trabalhadoras – como as da Cooperativa Ipiíba, por exemplo – que também são representadas pelo movimento União por Moradia Popular do Rio de Janeiro. Assim, pelo processo de se fazerem representar como beneficiárias e demandantes potenciais de direitos, estas famílias contribuem para a consolidação de

um capital social específico para a intervenção política e social de ambos, ONG e movimento social.

A primeira parte do trabalho, composta pelo primeiro e segundo capítulos, concentra informações sobre as instituições envolvidas direta ou indiretamente com a proposição do desenvolvimento social pelo viés do direito à habitação, bem como sobre seus respectivos programas de intervenção e sobre as famílias cooperadas beneficiárias. Informações sobre as relações de pesquisa desenvolvidas com as famílias, sobre os desdobramentos e imponderáveis etnográficos oriundos de minha reinserção neste campo também são nesta parte abordados.

No primeiro capítulo abordo a Cooperativa Ipiíba e a lógica do cooperativismo na qual a cooperativa se fundamenta e vinculada particularmente a ela a Associação São Pedro de Alcântara. Apresento também a Fundação Bento Rubião, seus objetivos de intervenção social, seu programa de habitação que inclui cooperativas habitacionais como a de Ipiíba. Posteriormente, a organização da União Nacional por Moradia Popular é associada ao contexto de reivindicação de direitos, quando o novo programa habitacional governamental de interesse social surge como um resultado desejado de sua atuação política valorizada.

O contexto normativo de atuação da Fundação Bento Rubião na prestação de serviço de assistência técnica a grupos de famílias beneficiárias de seu programa de habitação é apresentado como produto de uma parceria com a União por Moradia Popular, o que por sua vez autorizou o contrato com o ITERJ. Por fim descrevo de forma geral as 37 famílias cooperadas beneficiárias de longa data de programa mantido pela FBR, seu perfil sócio-econômico, comunitário e religioso, a mobilidade geográfica destes homens e mulheres até consolidarem-se como famílias cooperadas em Ipiíba.

No segundo capítulo trato das condições de minha reinserção no campo de pesquisa Ipiíba e das relações mantidas com as famílias cooperadas ao longo do "tempo etnográfico", principalmente com duas delas que me foram fundamentais nesta empreitada. Aponto também algumas questões relevantes do "estar lá" (Geertz, 2005) entre eles bem como os recursos metodológicos adotados em função da atualização destas relações. Como assinalou Malinowski (1984: 29) sobre tais condições imprevistas na relação intensa com os nativos, dadas na pesquisa de campo etnográfica, "a carne e o sangue da vida nativa real" são reconstruídos por meio destes "detalhes

referentes ao comportamento" ou destes "pequenos incidentes comuns" que são recolhidos para posteriormente adquirirem sentido etnográfico.

A segunda parte do trabalho, maior que as demais, por comportar a maior parte dos dados etnográficos a respeito das famílias cooperadas, é composta pelo terceiro, quarto e quinto capítulos. Nela trato das políticas de liderança da cooperativa e do bairro de Ipiíba através da análise das representações e ações dos moradores relativas às figuras de liderança que sob o contexto do cooperativismo e da inserção no bairro são comparadas. Trato também da questão do estatuto e destino da cooperativa, dos argumentos a seu favor e contra, da questão da casa como seu principal produto material e simbólico, das práticas dos cooperados referentes à cooperativa e à convivência com os outros, de suas práticas futuras percebidas em termos de seus projetos e intenções para si e para a família.

Nesta parte a cooperativa como vivência é abordada através das versões públicas das reuniões de assembleia, neste caso mais cautelosas, entretanto ricas em proposição de questões relevantes e interativas que como tais acabam por fomentar expressões espontâneas dos cooperados, com a suspensão da cautela em alguns casos. Já a cooperativa enquanto experiência retrospectiva é abordada por meio das versões mais privadas do contexto dos questionários, neste caso menos sugestivas em termos interativos, entretanto mais fluidas e explícitas porque protegidas das atenções alheias. Deve-se ter em vista, na apreciação destas questões, as distinções internas em função das posições e interesses assumidos diante da configuração das relações em campo.

No terceiro capítulo trato, então, de questões relativas à vivência da política não apenas para as famílias cooperadas, mas também para os moradores de Ipiíba que moram no entorno da cooperativa. Mas o termo política é aqui utilizado em seu sentido ampliado, ou seja, inclui dimensões da vida cotidiana, das relações pessoais que incorporam as decisões particulares às experiências vividas ou que manifestam as "disposições incorporadas" como diria Bourdieu (2009). Versões sobre cooperados que se destacaram como líderes são comparadas ao exercício particular de uma liderança que originada da cooperativa mantém um trabalho comunitário que ultrapassa seus limites físicos e incorpora outros moradores de Ipiíba.

No quarto capítulo abordo visões analíticas dos cooperados relativas ao universo da vivência do cooperativismo e da mobilização coletiva para as famílias depois das

casas construídas que emergem das reuniões de assembleia. Busco compreender como nelas são questionados o Estatuto Social da cooperativa e a identidade de cooperado enquanto proposições deles, como eles se responsabilizam e responsabilizam a FBR como instituição relevante sob este contexto e como é argumentado o espaço comum da moradia e o espaço privado da casa.

No quinto capítulo, complementar ao quarto, trato das visões retrospectivas dos cooperados titulares acerca da experiência cooperativa por meio da aplicação de questionários cujas questões propostas convergem para os temas surgidos espontaneamente durante as reuniões de assembleia. Proponho assim as motivações para a adesão à cooperativa – questão atualizada por ocasião do meu último retorno ao campo – além da apreciação das relações de convivência entre moradores cooperados e não cooperados no espaço do condomínio, dos motivos alegados de satisfação e de insatisfação com a cooperativa, bem como de seus aspectos positivos e negativos. Abordo ainda o projeto de ampliação e de reforma da casa, além dos planos pessoais e familiares para o futuro.

Na terceira parte do trabalho, composta pelo sexto e sétimo capítulos, abordo as relações das famílias cooperadas com os outros atores envolvidos com as propostas de mobilização e cooperação consubstanciadas em projeto de intervenção social que se atualiza. Fundamento-me na reinserção da FBR no campo Ipiíba através da proposição do serviço de assistência técnica para organização e mobilização comunitária das famílias cooperadas e das novas famílias pleiteantes a moradores no bairro. Busca-se através deste serviço viabilizar o assentamento destas famílias no espaço da cooperativa e a construção de novas moradias sob financiamento do governo federal via programa de habitação de interesse social.

Nesta parte exploro também o campo de mobilização política acerca das questões habitacionais no país representado pela União Nacional por Moradia Popular que em sua filial estadual do Rio de Janeiro representam grupos de famílias através da parceria com a FBR. Sejam elas famílias já organizadas como cooperativas, como as famílias cooperadas de Ipiíba, ou novas famílias pleiteantes à casa própria na região da grande Rio e também em São Gonçalo.

No sexto capítulo trato das incongruências e contradições na implementação do projeto de assistência técnica da FBR no que se refere ao postulado da

autodeterminação das famílias. Por outro lado abordo distinções internas às famílias tomadas como beneficiárias no programa que possuem graus diferenciados de sociabilidade com a causa coletiva. Tem-se em vista aqui as simetrias e assimetrias na implementação deste tipo de projeto de intervenção sobre a realidade social destes trabalhadores tomados em conjunto.

No sétimo e último capítulo desenvolvo o ponto de vista de representantes do movimento UMP-RJ, alguns deles também cooperados, que aponta para a defesa da autonomia política na representação dos interesses das famílias representadas. Sob um ponto de vista mais amplo, teoricamente compartilhado com a FBR, critica-se também o clientelismo, o assistencialismo, a superficialidade e o viés individualista de alguns programas sociais que consubstanciam interesses privados em detrimento de interesses coletivos que apóiam.

Procuro, então, desenvolver nesta tese o conjunto de representações e práticas dos atores neste campo envolvidos como questões teórico-metodológicas relacionando-as a seus contextos etnográficos específicos aqui anunciados. Ou seja, as observações formuladas pela pesquisa devem considerar "o contexto da ação do que foi dito" (Zaluar, 2004: 110) ou, como propõe Cardoso (2004: 103), devem ancorar-se nas "relações pessoais em seus contextos" e estudar "as condições sociais de produção dos discursos".

PARTE I

A PESQUISA EM IPIÍBA:

A QUESTÃO HABITACIONAL

"A produção de moradias populares no Brasil desenvolve-se a décadas em duas vertentes paralelas: a produção realizada por órgãos governamentais e a realizada pela própria população, através da autoconstrução. (...) É fundamental a construção de uma convergência destas práticas paralelas (as produções realizadas pelo poder público e pela população), complementando-se as limitações e as potencialidades umas das outras. (...) Em síntese, a partir de elementos externos, novos e qualificadores, há que se transformar a tradição da autoconstrução em processos de auto-gestão e ajuda-mútua, preservando-se o espírito empreendedor da população. (...) Por fim e principalmente, a partir da moradia, há que se desencadear processos solidários, de reinserção sócio-econômica e de exercício ampliado da cidadania."
(Corrêa, 2007: 08, 16 – diretor da FBR).

1. Apresentação: instituições e personagens

1.1. O distrito de Ipiíba

O município onde se localiza a Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba é o segundo mais populoso da capital do Rio de Janeiro, com 960.631 habitantes e 249 Km² (IBGE, 2010). Está a 20 Km de distância da capital do Rio de Janeiro e a 10 Km do município de Niterói, outro importante município da Região Metropolitana. O distrito de Ipiíba, o maior dos 5 distritos do município, com 7.200 Km de território, possui 20 bairros, entre eles está o bairro de mesmo nome Ipiíba onde encontra-se a cooperativa - ver figuras 1 e 2 em anexo (Prefeitura de São Gonçalo, 2010).

O município de São Gonçalo que foi ocupado efetivamente somente na segunda metade do século XVII quando os jesuítas lá chegaram e se fixaram longe do litoral, na zona hoje conhecida como Columbandê, se emancipou do município de Niterói em 1890, mas foi elevada à categoria de cidade somente em 1929. Localizada na orla oriental da Baía de Guanabara constituía nesta época a freguesia de São Gonçalo, juntamente com a freguesia de Nossa Senhora da Conceição e Cordeiro, a freguesia de Itaipu e a freguesia de Niterói – ver figura 3 em anexo – (Silva, 2001).

A região onde se localiza o Distrito de Ipiíba, ainda hoje considerada rural pelo poder público, mantém resquício de um passado colonial e agrícola. A partir da edificação de uma paróquia por Gonçalo Gonçalves em 1646 em homenagem ao santo São Gonçalo, a localidade passou a prosperar com base na economia da agricultura, fundamentalmente na cultura da cana-de-açúcar. Aliás, toda esta área do entorno da Baía de Guanabara foi até o século XVII a principal produtora da agroindústria açucareira. Posteriormente, por iniciativa de um padre local, incorporou-se o café à economia gonçalense, a qual passou a liderar o cultivo da maior riqueza do Brasil-Império (Silva, 2001).

Existem ainda hoje na região rural de São Gonçalo pequenas plantações, remanescentes das primeiras culturas agrícolas. Como marcos históricos coloniais, remanescentes desta época, temos a Fazenda Nossa Senhora da Boa Esperança, no bairro de Ipiíba, e a propriedade do capitão Miguel Frias de Vasconcelos, no Engenho Pequeno, além da capela de São João, Porto do Gradim, e a Fazenda da Luz, em Itaóca. (IBGE, 2010; Silva, 2001).

No entanto, hoje podemos compreender a região do distrito de Ipiíba como um espaço que, tendo sofrido grandes influências da expansão metropolitana, na primeira metade do século XX, expansão essa representada pela cidade do Rio de Janeiro e mediada pela cidade de Niterói, teve alterado sua configuração rural, ainda que mais lentamente que outros distritos de ocupação mais antiga de São Gonçalo, como Neves e Sete Pontes. A ocupação dos municípios periféricos ao Rio de Janeiro se intensificou na década de 50 com o aumento do processo de loteamento incentivado pela valorização fundiária e, por outro lado, pela desvalorização monetária em épocas de inflação galopante. Os lotes passaram, então, a substituir as grandes propriedades rurais.

Lília Silva (2001) em sua dissertação de mestrado sobre a região de Ipiíba-distrito a descreve como uma área que sofreu a influência direta desse processo de substituição das grandes propriedades. Caracterizando-a como uma "franja rural-urbana" a autora esclarece, neste caso, diversos usos do solo, ainda rurais e ao mesmo tempo urbanos, criando-se por meio desses usos diversos uma paisagem complexa que tem início nas primeiras décadas do século XX. Com base nesta literatura relato este processo de constituição desta área como "periferia rural-urbana".

Como descreve a autora (2001), com a total defasagem da economia açucareira e depois do café, no século XIX, a fruticultura surge aos poucos como opção de produção de exportação para os que permaneceram na região no século XX provocando o parcelamento das terras. Posteriormente, a baixa produtividade, a queda nas exportações durante a segunda guerra mundial e o crescimento populacional e industrial a partir de 1930, sobretudo na década de 60, vai intensificar ainda mais o processo de loteamento e especulação imobiliária das terras não mais atrativas para a produção, sobretudo sobre os terrenos mais próximos à mancha urbana.

Segundo a autora, os esforços empreendidos anteriormente para o escoamento da produção, primeiro a abertura de estradas para o escoamento do açúcar, que integraram o interior e o litoral de São Gonçalo e depois, no final do século XIX, a construção de linhas ferroviárias que percorriam o litoral através das áreas hoje conhecidas como Rio do Ouro, Santa Izabel e Alcântara, facilitaram o lento, mas contínuo processo de expansão urbana na região. A industrialização, a partir da década de 1930, propiciou a expansão de São Gonçalo como "cidade dormitório" para os trabalhadores que se deslocavam para o Rio de Janeiro e Niterói, mas também como cidade industrial, em

parte pela viabilidade dos terrenos e em parte pelas matérias-primas disponíveis e a mão-de-obra barata encontrada na zona rural.

Na década de 50, São Gonçalo já possuía mais de 70 indústrias. Lá se desenvolveram indústrias metalúrgicas, de laminados, de cimento, papel, fósforo, sardinhas em conserva, de vidro, cloro, soda cáustica etc. No período de 1940-60 a produção industrial do município foi significativamente relevante para o Estado do Rio de Janeiro a ponto do município receber a denominação de "Manchester Fluminense". No entorno do núcleo de Alcântara e no distrito de Ipiíba foram instaladas olarias refletindo o aumento das construções em áreas próximas. Esta rápida e desordenada expansão urbana, ensejada pelos loteamentos das antigas propriedades rurais, não foi acompanhada, entretanto, de melhorias e ordenamento urbano.

O caso do distrito de Ipiíba foi ainda mais exacerbado visto que a decisão da Câmara Municipal de São Gonçalo de tornar, em 1962, todo o município urbano, por interesses de arrecadação fiscal sobre os imóveis urbanos – embora a área na época preservasse características predominantemente rurais, sobretudo os bairros de Ipiíba e Santa Izabel, Engenho Pequeno e Itaoca –, provocou uma expansão desenfreada dos loteamentos sem a contrapartida de uma infra-estrutura urbana adequada, extinguindo, inclusive, vastos laranjais.

Assim, o bairro e distrito de Ipiíba configuram-se, principalmente a partir da década de 70, como uma área em transformação, uma área periférica ainda mais carente de serviços públicos e urbanos essenciais que outras áreas periféricas, para onde foram atraídas um contingente populacional que não possuem condições sócio-econômicas para adquirir lotes ou casas próprias mais próximos aos centros urbanos de Niterói e do Rio de Janeiro. A área ainda é desprovida de infra-estrutura urbana, com ocupações irregulares, dificuldade de acessibilidade e de deslocamento para os moradores, além de pouca oferta de comércio e serviços.

No período de 1970 a 1980, os distritos de ocupação antiga, Neves e Sete Pontes, cresceram pouco, 22% e 14% respectivamente, se comparados aos distritos de Monjolos e Ipiíba que cresceram 106% e 77%, respectivamente. Estes moradores, a maioria de baixo poder aquisitivo, fugiam do aluguel e impostos altos e vislumbraram a possibilidade de adquirir sua casa própria e ou terreno em Ipiíba a um custo acessível, como é o caso das famílias beneficiárias de programas habitacionais na área.

Na década de 80, os loteamentos já apresentam algumas construções habitacionais e dá-se início à configuração dos bairros de Ipiíba e Santa Izabel. As propriedades estavam, nesse momento, mais fragmentadas, dando lugar a pequenos sítios que se destinavam à fruticultura e à criação extensiva. Mas a intensificação do crescimento demográfico marcou decisivamente o abandono das atividades agrícolas.

O poder público, um dos principais atores envolvidos neste processo de urbanização de São Gonçalo e especificamente de Ipiíba, não organizou, entretanto, sua estrutura físico-urbana, mas estimulou o parcelamento especulativo da terra por meio da legislação de 1962 que tornava todo o território municipal urbano, provocando o isolamento dos antigos produtores em relação aos incentivos agrícolas e, mais que isso, se omitindo quanto à consolidação de projetos de ordenamento e assistência pública à população que ocupava a área.

Entretanto, pelas próprias peculiaridades topográficas do lugar em questão que apresenta várias elevações e pelas dificuldades de acessibilidade, a expansão urbana ocorrida de 1970 a 1990 desenvolveu-se lentamente, coexistindo usos rurais e urbanos do espaço. Durante a década de 70, por exemplo, o acesso era feito por uma única linha de ônibus, sem regularidade, com itinerário somente do bairro Santa Izabel ao bairro Alcântara e sem acesso direto ao distrito sede de São Gonçalo. Esses fatores desvalorizaram a terra e retardaram a expansão urbana, sem estímulo à compra e venda de imóveis.

O remembramento da região, na década de 80, foi outro fator que corroborou na defasagem do uso do solo para fins urbanos. Uma extensa área agrícola, hoje conhecida como Fazenda Santa Edwiges e que corresponde a 1/3 do distrito de Ipiíba, foi destinada à pecuária intensiva. Com exceção desta área em particular, a maior parte da área agrícola começa a ceder lugar às áreas em desuso, indicando os objetivos especulativos a partir de então. Os loteamentos, de forma agora mais intermitente, serão a forma mais marcante do processo de urbanização.

No entanto, o poder público municipal, a partir de seu plano diretor sancionado em 1991, estabelece um novo zoneamento para o território municipal – ver figura 4 em anexo – passando a distingui-lo como Área Periférica do Litoral e Área Periférica do Interior. A área do distrito de Ipiíba que encontrava-se na Área Periférica do Interior foi destinada preferencialmente à agricultura e à preservação da vegetação das serras. Neste

sentido, o uso residencial devia ser direcionado para pequenas localidades e ser disciplinado.

O plano diretor para esse fim cria a Zona de Uso Predominantemente Rural para dificultar a urbanização que ocorria desde 1970. A lei previa o fortalecimento dos subcentros do Rio do Ouro e Largo da Ideia como apoio à área e a promoção agrícola do bairro Santa Izabel. No entanto, embora 33% do território gonçalense na década de 90 tivesse inscrição no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e 1.500 pessoas vivessem exclusivamente da agricultura, não houve o cumprimento da lei uma vez que as atividades agrícolas rendiam menos que a compra e venda das terras.

Diante da pressão destes produtores junto ao órgão municipal é criada em 1997 a Superintendência Municipal de Agricultura que, entretanto, não repassou aos agricultores seus recursos e o orçamento criado para esta finalidade. Em 1997 o maior proprietário agrícola do município, o proprietário da Fazenda Santa Edwiges, na condição de vereador, levou à Câmara Municipal o projeto de lei de criação da área rural de São Gonçalo. Mas só em 1999 o projeto é aprovado e é criada a área rural, substituindo a Zona de Uso Predominantemente Rural.

Com a criação da Zona Rural, conforme o mapa de sua delimitação onde o bairro de Ipiíba se situa inteiramente – ver figura 5 em anexo – ocorreu um aumento da extensão de áreas destinadas às atividades agrícolas e medidas foram criadas visando, em princípio, um crescimento populacional controlado e condizente com as características rurais da área. Mas sua criação não garantiu a sua efetivação, pelo contrário, os loteamentos continuaram sendo aprovados pela prefeitura no âmbito da área chamada de rural. Não existe qualquer fiscalização referente ao uso urbano do solo cada vez mais frequente tendo em vista a falta de incentivo para a atividade agrícola no município e o esgotamento dos solos das propriedades rurais.

Com exceção da Fazenda Santa Edwiges que possui 2000 hectares, as demais propriedades no bairro de Santa Izabel e Ipiíba possuem menos de 5 hectares. Geralmente possuem área que correspondem entre 1.800 m² e 3.600 m². Há também propriedades ainda menores, com 900 m². Terras em desuso são vendidas e apropriadas, legal ou ilegalmente, por uma população que cresce nos distritos interiores do município de São Gonçalo.

Em Ipiíba, especificamente, o crescimento foi em média de 2,6% ao ano. Os loteamentos mais recentes, muito originados por processo de invasão, outros legalizados, dão conta deste aumento populacional na área. Estes moradores são atraídos pela facilidade de pagamento dos lotes, pela tranquilidade e a relativa segurança do lugar já que está relativamente longe da agitação e problemas dos centros urbanos e, ao mesmo tempo, com acessibilidade ao distrito sede de São Gonçalo, aos municípios de Niterói e Rio de Janeiro.

Podemos assim concluir que esta é uma área tradicionalmente caracterizada pela liminaridade entre o rural e o urbano. Vinculado a ela estão discursos ecológicos de mobilização da população de baixa renda objeto de projetos habitacionais de inserção populacional na área. Assim, o viés do direito à habitação, do direito à "moradia digna", como se preconiza, se coaduna com o dever de preservação das disposições de um lugar que guarda as belezas naturais desta região outrora efetivamente rural, a fim de que se viabilize o ideal em voga do "desenvolvimento sustentável".

Este é, portanto, um lugar que traduz a promessa de realização da proposta de sustentabilidade ambiental, mas que por outro lado, também incorpora, sob o ponto de vista de seus moradores, o risco de reproduzir, com o desenvolvimento, os mesmos problemas encontrados nos centros urbanos dos quais eles se ressentem.

1.2. A Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba

Cooperativa Ipiíba – Rua 1[12]

[12] As fotos da cooperativa e do bairro Ipiíba neste trabalho apresentadas são de minha autoria, salvo algumas exceções notificadas nas legendas das respectivas fotos.

Cooperativa Ipiíba com casas ainda em construção (foto do acervo dos cooperados).

Como dito anteriormente, a Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba foi organizada sob a forma de mutirão familiar para a construção inicial de 37 casas próprias, cujos materiais de construção foram financiados pela ONG FBR que incorporou a cooperativa ao projeto Direito à Habitação mantido pela instituição. Fundada no dia 09 de dezembro de 2001 ela nasce, então, do investimento coletivo deste conjunto de 37 famílias[13] de trabalhadores pobres – 24 mulheres e 13 homens representantes de núcleos familiares atuais.

Homens e mulheres, através do sistema de ajuda mútua – prática metodologicamente orientada por técnicos da FBR – uniram-se para a realização do *sonho do trabalhador brasileiro*, como ressaltam. Neste sistema, os demais componentes do núcleo familiar, além de parentes e amigos, poderiam fornecer a mão-de-obra necessária que era computada sob valores monetários exigidos para a construção das casas.

A Cooperativa Ipiíba veio se constituir a partir da intervenção planejada de representantes da Igreja Católica São Pedro de Alcântara, localizada no bairro de

[13] Foram construídas 39 casas, mas houve desistência de duas famílias. Duas casas que restaram são objeto de reconstrução para dar origem a um centro comunitário. Hoje, já em condições de moradia no condomínio que estão construindo, 3 famílias foram substituídas por outras pelo repasse da dívida do imóvel e quitação do valor correspondente das horas trabalhadas pelas novas famílias.

Alcântara, no município de São Gonçalo, sobre a carência habitacional neste município para a população de baixa renda, mais especificamente nos seus bairros periféricos. Segundo dados do documento da FBR "Metodologia de Trabalho – Ipiíba" (2009:10) a preocupação inicial destes representantes era "com o número crescente de famílias sem-teto na cidade de São Gonçalo, cujo resultado era: crescimento desordenado de favelas e mais de 100 ocupações de terrenos e de prédios abandonados."

A primeira tentativa de mobilização das famílias de baixa renda moradoras da região de São Gonçalo, interessadas em adquirir casa própria, mas sem possibilidades econômicas para adquirir de forma autônoma, se deu por meio das missas realizadas nesta igreja. As primeiras famílias, que vieram depois a se constituir em cooperados, souberam da *proposta do padre* por meio dos avisos emitidos durante estas missas das quais participavam. A maioria delas vivia de aluguel e muitas em imóveis bastante precários, como vim a saber posteriormente pelos próprios cooperados já assim constituídos.

O padre desta igreja e uma senhora, muito participativa das atividades católicas, iniciaram, então, uma organização destas primeiras famílias interessadas. É, então, criada em 1998 a Associação São Pedro de Alcântara, a fim de criar um fundo coletivo arrecadado mensalmente pelas famílias para a compra do terreno, cujo presidente é o padre João, idealizador da proposta de habitação. Mas as dificuldades financeiras da maioria das famílias cadastradas inviabilizaram a arrecadação do valor do terreno por poupança. Foi quando a iniciativa pôde se concretizar por meio de um empréstimo com a própria Igreja São Pedro de Alcântara, que por sua vez financiou parte do valor necessário à compra do terreno no bairro Ipiíba por meio de um empréstimo bancário.

O financiamento dos lotes uni-familiares que, futuramente, darão lugar a 220 moradias populares, são repassados a custos acessíveis às famílias associadas. Depois da compra dos lotes, o primeiro grupo organizado, as 37 famílias que originaram a Cooperativa Ipiíba, obtiveram o financiamento do material de construção das casas quando o mesmo padre presidente da Associação São Pedro de Alcântara possibilitou o contato com a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, a qual passou também a assessorá-los técnica e juridicamente na viabilização da cooperativa, disponibilizando profissionais da área de engenharia, arquitetura, direito e serviço social às famílias.

Assim, a instituição da Igreja Católica de São Pedro de Alcântara e a associação a ela vinculada, cujos representantes são os proprietários do terreno onde os cooperados construíram suas casas, manifestou-se como um cenário importante para o entendimento das relações de cooperação no contexto da cooperativa habitacional analisada em trabalhos anteriores. Esta é a instituição que representa a própria cooperativa, na medida em que se reverencia a figura do padre desta igreja, como *o pai João.* P*adre João é um pai* porque foi ele que abraçou a causa da cooperativa e conseguiu em nome dos associados o vínculo com a ONG que a tornou possível, o compromisso com a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião.

Deste modo, a figura deste padre e com ele, toda a rede institucional católica de formação religiosa e, mais que isso, de assessoria político-pastoral[14], sob a forma de igrejas, movimentos, encontros, pastorais etc., é central para o entendimento da sociabilidade mantida entre os cooperados e de uma certa identidade que congrega o grupo ainda hoje e que, no início da mobilização coletiva para a aquisição da casa era possível perceber. O sentido de seu engajamento se coaduna com a proposta da FBR, embora a instituição católica, sob a figura do padre João, opere pela "ética da convicção" (Weber, 2000), que manifesta uma dominação personalizada, enquanto que a Fundação, sob a figura de técnicos, como assistentes sociais, arquitetos e advogados – e mais recentemente uma socióloga – opere segundo a "ética da responsabilidade", que manifesta uma dominação formal-legal[15].

São famílias pobres que identificam-se quanto às condições sócio-econômicas semelhantes, mas também pela similar trajetória religiosa, cujo comprometimento veio ao encontro das questões partilhadas pela Igreja e a ONG Bento Rubião. Assim, os esforços coletivos para a melhoria das condições de vida, que assumiu a dimensão objetiva de construção da casa própria, se revestiam de outros significados para além das questões econômicas das trocas materiais.

As trocas neste contexto realizadas são também de outra ordem, apoiadas em uma outra economia, a "economia dos bens simbólicos" (Bourdieu, 2009), por meio da

[14] Ver Carlos Brandão (1985) sobre o trabalho de pesquisa necessariamente engajada de setores da igreja católica com as classes populares, precursor do Movimento de Educação de Base que fundamentou uma linha de ação político-pastoral no Brasil, no apoio e assessoria aos movimentos populares.
[15] Vide associações em Neves (2008).

qual as coisas trocadas, ainda que materiais, se revestem de significados simbólicos. Estes significados fundamentam a lógica do "dar, receber e retribuir" descrita por (Mauss, 2003). Este jogo se reveste de uma "alquimia simbólica", um "trabalho objetivamente voltado à transfiguração das relações econômicas", opondo-se ao 'toma lá, dá cá' destas relações. Ou seja, as trocas simbólicas se revestem de uma ambiguidade, um trabalho socialmente instituído de mistificação do valor do que é dado, para, com a produção de eufemismos, "permitir a quem dá, definir sua dádiva como uma dádiva sem retorno – e ao que retribui, de definir sua retribuição como gratuita e não determinada pela dádiva inicial" (Bourdieu, 2009: 160-166). Entretanto, neste processo de trocas, a manipulação de tais valores simbólicos, a despeito de supostos interesses econômicos subjacentes, é afirmativa de sua relevância para aqueles que os acionam como recursos.

O cenário da Igreja Católica São Pedro de Alcântara desde o início da cooperativa mostrou-se como fundamental. Primeiro, porque a maioria dos cooperados que acompanhou todo o processo de constituição da cooperativa, direta ou indiretamente, por meio de amigos ou parentes religiosos, associação de moradores ou movimento comunitário, foram por ela convocados. Segundo, porque o padre da paróquia da região, por meio também da presidência da Associação São Pedro de Alcântara, continua a acompanhar os moradores cooperados e o crescimento do condomínio que possui o seu nome. Fomentou, por exemplo, a construção de uma capela dentro do condomínio e se faz presente nos eventos desenvolvidos, muitos do quais religiosos, sendo por vezes homenageado, além de participar de encontros mais formais como reuniões presididas pela FBR, representando, nestes casos, a Associação São Pedro de Alcântara.

A FBR atendeu os núcleos familiares cadastrados pela igreja, cujos responsáveis deveriam possuir no mínimo 21 anos, estar em condições de gozo dos seus direitos civis, "estar plenamente consciente dos princípios cooperativos e do funcionamento de uma cooperativa", participar de capacitações (treinamento teórico e prático orientado por técnicos da FBR), possuir renda familiar mensal entre 2 e 6 salários mínimos, contando ainda que não fossem proprietários nem possíveis compradores ou mutuários de nenhum imóvel no Estado do Rio de Janeiro (Estatuto Social, 2001 – em anexo).

A administração da cooperativa é atributo da diretoria, composta pelos cargos de presidente, tesoureiro, secretário e vogal, válidos por dois anos. O controle do planejamento e da administração é realizado pelo Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos por um ano. Os componentes destes dois órgãos são eleitos, por maioria simples dos presentes, em assembleia geral, órgão máximo da sociedade cooperativa, sendo que o primeiro pode ser reeleito integralmente e o segundo admite reeleição de apenas um terço de seus membros. A eleição é idealmente organizada por uma Comissão Eleitoral – embora na cooperativa ela nunca tenha existido – formada por três cooperados imparciais à disputa entre as chapas, que devem ser compostas somente por associados da cooperativa.

A cooperativa, na época de construção das casas, possuía ainda três comissões de caráter permanente, a Comissão de Obras, a Comissão de Mobilização e a Comissão de Formação. Elas possuem, respectivamente, o objetivo principal de: supervisionar, coordenar e organizar as obras do mutirão juntamente com o pedreiro e o apontador de obras; mobilizar os cooperados para a realização das tarefas de organização do mutirão e controlar o banco de horas dos núcleos familiares; desenvolver e organizar atividades de formação dos cooperados e mobilizá-los para a participação.

O Regimento Interno de Mutirão da cooperativa (2001) – em anexo – previa que o trabalho de mutirão fosse realizado coletivamente pelos componentes dos núcleos familiares que fossem maiores de 16 anos, para que assim a mão de obra fosse qualificada, caso contrário, o menor seria referenciado pela sua condição de "aprendiz". Cada núcleo familiar teve que cumprir a carga horária de 17 horas semanais no horário das 8 às 17 horas, com o intervalo de 1 hora para o almoço, não podendo, entretanto, trabalhar menos que 4 horas por dia, o que contabilizava o valor equivalente a R$1,90 a hora trabalhada por cada cooperado.

Os cooperados que desejavam trabalhar durante a semana, deveriam notificar previamente e assumir os dias de trabalho desejados assinando o termo de compromisso, cujo controle era realizado pelo pedreiro e servente, ambos funcionários contratados que repassavam as informações para a Comissão de Obras. Estes "profissionais" trabalhavam durante a semana a fim de abrir frentes de trabalho para as atividades do mutirão dos finais de semana e feriados, quando a cooperativa recebia o maior contingente de famílias. O controle das horas trabalhadas durante esses dias era

realizado através da assinatura do ponto, as quais eram computadas, junto com as da semana, pelo banco de horas do núcleo familiar, sob a responsabilidade da Comissão de Mobilização.

Cooperativa Ipiíba – rua 3 – rua de acesso.

Cooperativa Ipiíba – rua 3.

Cooperativa Ipiíba – rua 3.

1.2. O cooperativismo

Inicialmente, quando cheguei ao campo da cooperativa Ipiíba, pensava se tratar de uma cooperativa de prestação de serviço de construção civil na qual homens e mulheres trabalhavam como sócios. Mas na verdade tratava-se de uma cooperativa habitacional, amparada técnica e financeiramente por uma instituição externa aos trabalhadores que intervinha e intervêm – hoje com novo projeto – sob uma perspectiva mais ampla de transformação das condições sociais e de existência dos trabalhadores.

Assim, a casa, como produto da organização coletiva, seria apenas o primeiro passo para a transformação política e preparação para a prática cidadã. A proposta de cooperativismo, mediada pelos técnicos da FBR, representava, então, um projeto de transformação sócio-política das famílias adeptas que passa pela objetivação da melhoria das condições de existência, mas não se limita a ela. Pelo contrário, a lógica da proposta incorpora essa questão como meio e não fim. Desta forma os valores dos cooperados no que se referem à centralidade do trabalho e à sua organização familiar, incluindo homens e mulheres, passavam necessariamente pela negociação com os valores e princípios do cooperativismo referidos à "ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade" (A Identidade do Cooperativismo, FBR, s/d).

O cooperativismo, tal como apresentado aos cooperados[16], é uma proposta que envolve não só órgãos públicos, mas agências não-governamentais que busca preparar agentes sociais participativos e conscientes de seus direitos e deveres como cidadãos. A proposta em questão visa capacitar trabalhadores pobres para se organizarem coletivamente na construção de melhores condições de vida, mas incluindo uma dimensão político-pedagógica de intervenção e modificação da sociedade em que vivem, mantendo a esfera local como referência para a atuação na realidade social.

Segundo Sandra Veiga e Izaque Fonseca (1999: 16), propõe-se um modelo de cooperativismo que, por meio de valores morais e éticos solidários, atenda "às necessidades e interesses específicos dos trabalhadores". O modelo pressupõe o compartilhamento de um conjunto de valores próprios às classes trabalhadoras, reconhecendo sua força de coesão e cooperação porque baseada em "princípios fundamentais do cooperativismo" como a solidariedade, o reconhecimento mútuo e a reciprocidade. Na sua ligação com a Economia Solidária o modelo propõe, então, uma associação com o patrimônio cultural das classes trabalhadoras, acumulado na sua convivência intensa e longa com sua rede social mais ampla.

Como destacam os autores Veiga e Fonseca (1999: 16) "a Economia Solidária utiliza o poder de articulação coletiva dos indivíduos a partir de suas trajetórias mais ou menos compartilhadas; parte de um referencial teórico e prático longamente acumulado na história das classes trabalhadoras..." De acordo com esta perspectiva o cooperativismo visa, portanto, atualizar princípios sócioculturais importantes na vida dos trabalhadores, mas com um sentido de reformismo individual e social, ou seja, de capacitação sócio-política de seus adeptos para a transformação da sociedade em que vivem, transformando-se a si mesmos nesse processo.

Como diz Flávio Gouveia apud Veiga e Fonseca (1999:16) sobre o cooperativismo, "seu objetivo não é o conjunto das pessoas, mas o indivíduo através do

[16] A cooperativa Habitacional e Mista de Ipiíba conta com um material que pretende ser um guia técnico sobre cooperativismo, disponibilizado pela FBR, chamado "Cooperativismo: uma alternativa dos trabalhadores" de autoria Veiga e Fonseca (1999). Foi também disponibilizado aos cooperados um material similar, mais voltado para a venda de produtos ou serviços chamado "Apostila do Aluno" – Curso de Capacitação para Gestores de Cooperativas Popular, organizada pela ASPLANDE (Assessoria e Planejamento para o Desenvolvimento), CAMPO (Centro de Assessoria ao Movimento Popular) e CooperAção.

conjunto das pessoas". Como propõem Veiga e Fonseca (1999: 15,16), as ações cooperativas consolidariam um sistema de cooperação cujo produto esperado seria "o desenvolvimento integral do indivíduo através do coletivo". Define-se o cooperativismo como "sistema", e as cooperativas como "unidade econômica e espaço de convívio e transformação dos seus integrantes". Esta é a definição e delimitação do cooperativismo que encerram esta perspectiva:

> "...é, antes de tudo, uma filosofia do homem na sociedade em que vive, que procura construir uma nova maneira de processar a economia baseando-se no trabalho e não no lucro; na ajuda mútua e não na concorrência e competição; nos valores e necessidades humanas e não na acumulação individual do dinheiro e na exploração do trabalho de outras mulheres e homens. Para tanto, o cooperativismo visa o aprimoramento do ser humano em todas as suas dimensões: social, econômica e cultural, preocupa-se com a qualidade de seus produtos e serviços, busca o preço justo, preocupa-se com seu entorno e com o meio ambiente e busca construir uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável" (Veiga e Fonseca, 1999:15).

Através da mediação da FBR as famílias conheceram e negociaram valores alternativos enquanto princípios do cooperativismo, como a igualdade mais ampla e a equidade, ainda que mobilizadas fundamentalmente pela possibilidade da aquisição da casa própria. Assim, tiveram acesso a outras redes coletivas consolidadas no meio urbano e associadas direta ou indiretamente ao movimento de cooperativismo.

São exemplos de novas redes de relações, algumas ainda atuantes entre alguns cooperados, o Fórum de Cooperativismo Popular do Estado do Rio de Janeiro e a União Nacional por Moradia, o Movimento de Mulheres de São Gonçalo, as instituições religiosas como Encontro de Casais e Pastorais, a RICAMARE (Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis), a Rede Fito-Vida (que manipulam receitas fitoterápicas) e a Rede de Centros de Formação Profissional do Grande Rio, entre outras. A União Nacional por Moradia Popular, por exemplo, como um movimento

popular de forte implicação política na questão habitacional estadual, é hoje representada por dois ex-presidentes da cooperativa que são coordenadores regionais de São Gonçalo, representando Ipiíba. Um deles também é diretor financeiro do movimento.

A participação de uma cooperada nos trabalhos da RICAMARE ensejou também a criação de sua própria rede de catadores, a CATIVARE (Catadores Vivendo e Aprendendo com a Reciclagem), hoje em processo de registro. O projeto recebeu a ajuda da filha que está frequentemente envolvida em capacitações para liderança comunitária. A cooperada é ainda membro da cooperativa de crédito Casa da Confiança que nasceu do Fórum de Cooperativismo Popular. Participa do movimento de mulheres de São Gonçalo e do Comitê da Ação da Cidadania veiculando uma biblioteca itinerante no local. Algumas mulheres também participam ainda hoje de associações, eventos e encontros religiosos e pastorais, alguns de cunho assistencialista e pedagógico, desenvolvendo trabalhos com jovens e crianças.

Além disso, a secretária em exercício da cooperativa reativou, em abril do ano passado, a Associação de Moradores de Ipiíba Amos-Jardim[17], fundada em 1988, da qual é hoje vice-presidente. Mas esta associação em particular é representativa de relações antagônicas com a cooperativa, não incorporando-a – como seria de se esperar de uma associação de moradores do bairro –, mas mantendo com ela um certo distanciamento em razão de orientações políticas divergentes. Esta mesma cooperada encontra-se em processo de construção de uma ONG com parceiros de outros bairros com o objetivo de prestar assessoria a catadores de lixo para reciclagem, incorporando outra cooperada, idealizadora da CATIVARE, a qual por decisão pessoal hoje procura envolver-se em projetos sem vínculo com a cooperativa.

Estas e outras questões acerca de novos atores políticos no âmbito da cooperativa serão posteriormente retomadas. Mas o que importa no momento é evidenciar um certo dinamismo reproduzido pela vivência da experiência cooperativa, principalmente entre aqueles que exerceram alguma função de direção ou de mobilização e liderança das atividades cooperativas.

---

[17] Associação de Moradores Loteamento Cidade Jardim 1, 2, 3 e Recanto dos Arcanjos – que guarda as denominações dos antigos loteamentos da região de Ipiíba.

1.4. A Fundação Bento Rubião

A Cooperativa Ipiíba e outras cooperativas semelhantes que foram apoiadas pela FBR fizeram parte do projeto Direito à Habitação, dentro do Programa Terra e Habitação mantido até hoje pela instituição. A cooperativa de Ipiíba e a do Jóquei, em São Gonçalo, e a Herbert de Souza, em Jacarepaguá, iniciadas em 2001, contaram com experiências anteriores de cooperativas construídas entre 1996 e 1999 no município do Rio de Janeiro, como a cooperativa Colmeia e a cooperativa Shangrilá – a qual visitei pelo valor simbólico que representa como uma das precursoras da construção por ajuda-mútua –, ambas em Jacarepaguá.

Este circuito de trocas é parte do processo de capacitação para o cooperativismo ou associativismo mantido pela ONG que adota modelos de intervenção que variam da constituição de construtoras comunitárias – "com trabalhadores contratados na própria comunidade" – e de sistemas mistos de produção, quer dizer, contratação de empreiteira em conjunto com o sistema de ajuda mútua (mutirão familiar da mão-de-obra) à plena aplicação da ajuda mútua. Varia-se também o gestor principal. Propõe-se que a cooperativa constituída venha a desempenhar este papel com exclusividade ao longo do processo de capacitação. Este último modelo de intervenção, o adotado pelas cooperativas citadas, e a co-gestão entre a Bento Rubião e o grupo instituído "tem sido mais comum, bem como mais eficiente", segundo o responsável pelo Programa Terra e Habitação, o arquiteto Ricardo Corrêa (2007: 44; 46).

A metodologia adotada nos projetos do programa fundamenta-se nos seguintes princípios explicitados na publicação acima citada: o "habitat" é o locus da satisfação de "necessidades biológicas, emocionais e sociais, permitindo gerar soluções para outros problemas comunitários"; "o sistema que conjuga a auto-gestão e a ajuda-mútua" é "o meio para provocar a iniciativa e o empreendedorismo popular"; o "cooperativismo e o associativismo (...) como estímulo ao exercício da cooperação solidária" constitui-se "em semente de uma nova forma de organização da sociedade". Procura-se, no exercício desta proposta, adotar "a propriedade coletiva tanto das unidades habitacionais quanto dos terrenos" como forma de evitar "a especulação imobiliário-financeira e a chamada 'remoção branca' onde por pressão econômica, as famílias vendem suas moradias, retornando a uma situação de demanda habitacional". Com isso mantém-se

"os subsídios aportados junto a famílias que deles necessitam" e "as unidades produzidas como estoque de redução do déficit habitacional" (Corrêa, 2007: 54).

A instituição, além de trabalhar com demandas diretas da população que a procura ou encaminhadas ao poder público trabalha também com demandas incentivadas por meio do projeto Direito à Habitação, normalmente proposto às famílias atendidas anteriormente pelo projeto Direito à Terra como um desdobramento deste. Este outro projeto mantido "disponibiliza assessoria sócio-jurídica a grupos ameaçados de despejo da terra que ocupam, a grupos de sem teto e a grupos com possibilidade de regularizarem a terra que ocupam" (Corrêa, 2007: 58).

A metodologia de intervenção adotada no programa objetiva as seguintes linhas de ação: "participação" – "o planejamento das atividades é construído com o grupo (...), vindo as decisões a serem tomadas de forma conjunta"; a "informação e transferência" – "a capacitação para a gestão, para o trabalho e para a cidadania são as principais ferramentas repassadas à comunidade (...)" e a "articulação" – "busca-se sempre articular os grupos e suas lideranças "a outros grupos que estejam vivenciando processos semelhantes; a grupos cuja temática de atuação contribua com alguma demanda do grupo em questão; a fóruns, movimentos, conselhos etc. que enfrentem as demandas sócio-políticas estruturais e pressionem pela implementação de políticas públicas, principalmente no campo do direito à moradia e do direito à cidade" (Ricardo Corrêa, 2007: 54, 56).

O programa de habitação mantido pela ONG inicia-se em 1992 a partir do investimento de uma equipe interdisciplinar formada por arquitetos, agentes sociais e advogados no Rio de Janeiro que, por meio de recursos de uma agência da Holanda, buscou desenvolver uma metodologia própria e viabilizar parcerias no atendimento às demandas locais por moradia. Um grupo composto por técnicos da FBR, representantes de grupos beneficiários e da prefeitura do Rio de Janeiro realizaram visitas aos "mutirões de São Paulo" via intercâmbio com a União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro – UMP-RJ – e com o Centro de Assessoria à Auto Gestão Popular – CAAP –, coordenado por um arquiteto uruguaio. Posteriormente, as visitas se estenderam às cooperativas uruguaias via intercâmbio com o Centro Cooperativista Uruguaio – CCU – e a Federação Uruguaya de Cooperativas de Vivenda por Ayuda

Mutua – FUCVAM – cujos técnicos coordenaram uma oficina realizada pelo grupo brasileiro (Corrêa, 2007).

A partir de um modelo de referência e uma equipe constituída inicia-se uma negociação com a Prefeitura do Rio de Janeiro através da Secretaria de Habitação então criada para que se constituísse um agente público financiador do projeto proposto, a exemplo das parcerias realizadas no Uruguai. Mas diante do recuo da participação municipal, no nível de viabilização do projeto que se esperava – assegurando terrenos, infra-estrutura e concedendo financiamento para a construção de moradias – e após um ano de negociações, às quais se seguiram outros momentos com o poder público em diferentes instâncias na trajetória do projeto, optou-se pela cooperação internacional (Corrêa, 2007).

Desde então, até o ano de 2003, a ONG propicia assessorias a associações de moradores e a 6 cooperativas em regiões pobres do município do Rio de Janeiro e do município de São Gonçalo com o objetivo de reconstruir barracos ou construir novas unidades habitacionais. Os recursos financeiros provenientes, predominantemente, da agência alemã Misereor – ligada à Conferência dos Bispos Católicos daquele país – e da Fundação Interamericana – agência ligada ao Congresso norte-americano – constituem um Fundo Rotativo entre as cooperativas apoiadas, gerido por um conselho gestor constituído por representantes destas cooperativas e da FBR. As últimas cooperativas beneficiadas pelo fundo são as iniciadas juntamente com a de Ipiíba, em 2001, como a Cooperativa Jóquei, no bairro de mesmo nome, também em São Gonçalo e a Cooperativa Herbert de Souza em Jacarepaguá.

Segundo Corrêa (2007), a participação da prefeitura do Rio de Janeiro desde quando iniciadas as assessorias da Fundação tem sido pontual e desproporcional à parceria internacional. A falta de expressividade do poder público no contexto de implementação do programa Terra e Habitação da ONG é assim entendida pelo seu diretor executivo (responsável pelo texto), após tentativas frustradas que enuncia:

> "Esta longa e praticamente infrutífera negociação com o poder público, que se repetiu em outros momentos ao longo da trajetória do projeto, deixa como lição a convicção de que, para tal envolvimento, são requeridos recursos e estratégias de lobby e negociação permanentes. À

> época, como posteriormente em situações similares, considerou a Fundação que bastava uma ideia inovadora e comprovadamente eficaz para que tal envolvimento se desse. Por ingenuidade ou inexperiência, não se ponderou a real dimensão da lógica e dos interesses próprios do poder público, normalmente pouco permeável à inovação e à priorização do que é eficaz. O poder público possui dinâmicas próprias, que primeiramente precisam ser conhecidas em profundidade e que só poderão ser revertidas com a adoção de estratégias específicas, muito bem formuladas e de implementação contínua, incluindo-se principalmente a pressão direta da população"(Corrêa, 2007:28).

Entretanto, a partir de 2003, com a criação do Ministério das Cidades pelo governo federal, uma reivindicação constante do Fórum Nacional pela Reforma Urbana e dos movimentos populares de moradia do país, o cenário das parcerias começa a mudar. É lançado o Programa Crédito Solidário atendendo parte das reivindicações políticas voltadas para o atendimento das demandas por moradia da população com renda entre 0 e 5 salários mínimos. Este "é um programa de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, criado pelo Conselho Curador – CCFDS, conforme Resolução 93/2004 e regulamento pelo Ministério das Cidades nas disposições da Instrução Normativa de 28 de dezembro de 2005 e suas posteriores alterações" (UNMP).

A reivindicação de um programa de moradia pelo Fórum Nacional por Reforma Urbana, que consolida uma rede de instituições como "ONGs, sindicatos (federações de arquitetos e urbanistas), universidades e movimentos sociais", atuantes desde da década de 80 na "luta pela implementação da sua agenda no país" propunha: "um desenho financeiro adequado" para essa população específica, "o acesso direto aos recursos pelas Associações e Cooperativas Habitacionais Populares" e "o financiamento dado a grupos em situações de posse segura da terra, ainda que sem titulação definitiva" (Corrêa, 2007:30).

Falhas do Programa, no sentido da morosidade na implementação dos projetos contemplados, são apontadas pelo arquiteto Ricardo Corrêa da FBR, autor da publicação aqui utilizada. Ele sugere dificuldades para se encontrar terrenos diante do

baixo valor de financiamento por unidade habitacional construída; extrema dificuldade da Caixa Econômica Federal, agente financeiro do Programa Crédito Solidário, em se adaptar às peculiaridades da população de baixa renda, reproduzindo excessiva burocracia; ausência de assessoria técnica aos grupos para capacitá-los e elaborar projetos sociais, arquitetônicos e urbanísticos congruentes com as demandas habitacionais – neste sentido ele cita a FBR como instituição exemplar no trabalho de assessoria. E ainda pouco envolvimento do poder público municipal, necessário às aprovações dos projetos urbanísticos e às emissões de licenças ambientais, de obra etc. que são de competência local (Corrêa, 2007, p. 32).

Apesar de todas as dificuldades relatadas, ele aponta a possibilidade de parceria com o poder público como um momento de abertura da discussão da "autogestão, da ajuda-mútua e do cooperativismo" no âmbito das políticas públicas. Assim, com a criação do Ministério das Cidades inaugura-se uma instância de centralização e articulação das políticas e programas de habitação e de desenvolvimento urbano que estavam dispersos em ministérios e órgãos federais. Posteriormente ao Programa Crédito Solidário, é lançado em 2008 um novo programa voltado para o apoio à construção de moradias populares vinculado ao FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social).

Neste processo de reivindicação e conquistas de direitos destacam-se os movimentos populares de representação da questão habitacional no país, como a UNMP. A FBR, em parceria com os representantes deste movimento no Estado do Rio de Janeiro, firmou contrato com o governo federal para a construção de novas unidades habitacionais de seus grupos assessorados. Cinco grupos assessorados pela FBR que tiveram suas propostas aprovadas pelo Crédito Solidário migraram para o novo programa mantido pelo governo federal. Segundo informações do ex-presidente da cooperativa e um dos coordenadores regionais da UMP-RJ, o programa anterior mostrou-se inviável para o atendimento dos interesses da população de baixa renda.

1.5. A União Nacional por Moradia Popular

A criação de um Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), previsto no Plano Nacional de Habitação, é uma das conquistas das reivindicações do movimento popular UNMP. O movimento inicia-se em 1989 e consolida-se "a partir do

processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular no Brasil (Lei 11.124/05)".

Inicialmente formado pelos movimentos por moradia do Estado do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, hoje possui representação em 19 estados brasileiros, entre eles o Rio de Janeiro. Em seu estatuto a UNMP é formalizada como "uma associação civil, sem finalidade lucrativa, de cidadãs e cidadãos oriundos dos movimentos populares que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, defesa do direito à moradia, autogestão e reforma urbana, com vistas à eliminação da exploração, da dominação, da opressão, da desigualdade social, da injustiça e da miséria, trabalhando pelo fim do déficit habitacional e pela modificação das péssimas condições de vida dos Sem Teto em nosso país e no mundo".

Voltada para a proposição da participação popular, de demandas de autogestão e controle no que concernem ao "direito à moradia" e ao "direito à cidade", o movimento funciona por meio da mobilização popular para organização de reivindicações que inclui negociações e propostas de políticas de habitação, mas também formas de pressão popular junto às instâncias do governo federal, como ocupações e caravanas à Brasília, por exemplo. "Áreas de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos" são objetos de atuação dos grupos de associados representantes das regionais nas quais se dividem cada estado do país representado no movimento.

"A UNMP é filiada à Central de Movimentos Populares, ao Fórum Nacional da Reforma Urbana e à Coordenação dos Movimentos Sociais. Em nível internacional é filiada à Secretaria Latino-Americana de la Vivienda Popular e à Coalizão Internacional do Habitat". Sua estrutura de organização e funcionamento constitui-se por Encontro Nacional bienal – instância máxima de deliberação da entidade com caráter de assembleia geral –, pela Plenária nos Estados, pela Coordenação Nacional e Coordenação Executiva e pela Secretaria Executiva. A coordenação nacional, órgão colegiado de gestão, compõe-se por 22 membros, sendo 2 coordenadores nacionais representantes de cada estado. Entre coordenadores e vice-coordenadores gerais e auxiliares, coordenadores secretários e tesoureiros, há também coordenadores dispostos por categorias temáticas, tais como, Mobilização, Relações Internacionais, Articulação Setorial, Formação Política, Relações Institucionais e Relações de Gênero.

A União por Moradia do Estado do Rio de Janeiro (UMP-RJ) possui as seguintes regionais (UNMP, 2010):

• Regional RJ Oeste 1 – Jacarepaguá – Cooperativa Habitacional e Mista Shangrilá – 1996/1999 – 30 famílias (contratada pela Selavip[18] em 2008); Cooperativa Habitacional e Mista Herbert de Souza – 2001/2003 – 20 famílias; Grupo Esperança – 2003 – 70 famílias (contratada pelo FNHIS em 2008) e um novo grupo em processo de formação política – 2008 – 60 famílias – a coordenadora desta região é também coordenadora nacional.

• Regional RJ Oeste 2 – Santa Cruz – Associação de Moradores de Matadouro – 2004 – 56 famílias (contratada pelo FNHIS em 2008) – o coordenador desta região é também coordenador nacional.

• Regional RJ Centro Sul – Comunidade Parque da Cidade – Gávea – 2001– 30 famílias.

• Regional São Gonçalo – Associação São Pedro de Alcântara – Alcântara e adjacências – 1998 – 220 famílias (contratada pelo FNHIS em 2008); Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba – 2001/2005 – 37 famílias; Associação Habitacional Estrada do Anaia – bairro Anaia – 1999 – 24 famílias.

• Regional Nova Iguaçu – Associação dos Mutirões da Rua Manuel Ferreira Campar e Adjacências (2004 – 102 famílias)

• Nova Regional Magé/Caxias – Comunidade de Guia de Pacobaíba – Magé – 2007 – 40 famílias (contratada pelo FNHIS em 2008); Comunidade Jardim Primavera – Caxias – 2007 – 168 famílias (contratada pelo FNHIS em 2008).

A história objetivada do movimento em seu site oficial vincula a sua organização à "forte influência da metodologia das Comunidades Eclesiais de Base, de onde se originam grandes partes de suas lideranças". Estes grupos de base são regionalmente incorporados ao viés específico deste movimento popular. Brandão (1985), em artigo sobre trabalho popular com lavradores nos sertões de Goiás, lembra os vínculos históricos de setores da Igreja com questões de causa popular, ligadas

[18] Selavip (Servicio Latinoamericano, Africano y Asiático de Vivienda Popular) é uma ONG com sede em Chile que apoiou financeiramente em 2008 um pequeno projeto de melhoria das casas da Cooperativa Shangrilá.

inicialmente ao problema da terra e que posteriormente viabilizaram a articulação das Comunidades Eclesiais de Base.

Elas surgiram como "pequenas unidades de mediação entre a Igreja e o povo", depois que o Movimento de Educação de Base, enquanto instituição nacional idealizada a partir de um convênio entre a Confederação dos Bispos do Brasil e o governo brasileiro, em 1961, tornou-se inviável devido à repressão política que se seguiu aos anos de 1964. A ideia de um "controle político popular" através de um "processo social de libertação" começa naquele contexto a ser gerido (Brandão, 1985: 227-237). Assim, as formas atuais de mobilização popular, do qual a UNMP é um exemplo, guarda alguma simetria com a história das comunidades eclesiais de base.

Algumas iniciativas governamentais no sentido de atualizar políticas de desenvolvimento urbano e para o setor habitacional, configurando uma nova conjuntura política, são elencadas no site da UNMP como conquistas e atributos da mobilização do movimento. Desta maneira é citado o financiamento de construção de moradias populares por autogestão, em 2004, através do Programa Crédito Solidário do Ministério das Cidades. Também são citadas a participação nos processos de aprovação do Estatuto da Cidade e na Conferência das Cidades e a eleição de 6 titulares e 5 suplentes para o Conselho Nacional das Cidades para o período 2008-2010. Merece destaque ainda a participação, durante os anos de 2004 e 2005, do processo de construção do novo Sistema Nacional de Habitação, incorporando o projeto de lei do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e a luta, em 2007, pelo acesso direto a esses recursos, obtido no ano seguinte.

O "Programa Habitacional Popular – Entidades – Minha Casa, Minha Vida", também acessível no site do movimento, objetiva a moradia para as famílias cuja renda familiar mensal bruta não ultrapasse a 3 salários mínimos e que estejam "organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos visando a produção e aquisição de novas habitações". Este programa também é disponível a pessoas físicas e seu financiamento não deve comprometer mais que 10% da renda em forma de parcelas a serem pagas em um prazo de 10 anos.

Outro programa divulgado, chamado Operações Coletivas – FGTS – Resolução 460/518, beneficiou as 37 famílias cooperadas de Ipiíba que, através de contrato com a Caixa Econômica Federal, estão por viabilizar abatimento no valor de R$5.000 no

pagamento da dívida do material de construção das casas, cujo valor total de financiamento pelo Fundo Rotativo, de origem privada, é hoje de R$11.600. Trata-se de um "programa de financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – com o objetivo de atender às necessidades habitacionais das famílias de baixa renda, com financiamento direto às pessoas físicas organizadas de forma coletiva, em parceria com Entidade Organizadora". No caso dos cooperados o contrato é realizado diretamente com a Cooperativa Ipiíba. O beneficiário final é a "pessoa física, com renda familiar entre R$ 200 e R$ 1.875, exceto para a modalidade de aquisição de lote urbanizado cuja renda é de R$ 200 a R$ 900".

O Programa de Habitação de Interesse Social também mantido pelo governo e do qual associados da UMP-RJ são beneficiários, "possui por objetivo apoiar entidades privadas sem fins lucrativos, vinculadas ao setor habitacional, no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem em acesso à moradia digna, situada em localidades urbanas ou rurais, voltada a famílias de baixa renda, assim consideradas aquelas que recebam até R$ 1.125,00 (um mil, cento e vinte e cinco reais) de rendimento mensal bruto." A intervenção assim objetivada, como "Ação de Produção Social da Moradia, será implementada por intermédio das seguintes modalidades: produção ou aquisição de unidades habitacionais; produção ou aquisição de lotes urbanizados; e requalificação de imóveis". Em Ipiíba, as unidades habitacionais são repassadas a custo de R$ 27.000 para cada associado.

Segundo a coordenadora do Programa Direito à Habitação da FBR, a arquiteta Sandra Kokudai, cerca de 90% do fundo do Programa de Habitação de Interesse Social destina-se aos Estados e Municípios e só 10% vai para as cooperativas e associações habitacionais. Como ela diz *o Estado não repassa direto para a comunidade,* mas como retifica Dona Édina, secretária da Associação São Pedro de Alcântara, *a legislação atual dá abertura para o repasse direto, mas é necessário organização!* – das cooperativas e associações habitacionais, no sentido da qualificação necessária para assumir demandas de serviços voltados para o campo habitacional e de infra-estrutura urbana.

A aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de 2008 e de autoria do deputado Zezéu Ribeiro (PT-BA) – para a qual eu também contribuí com

recolhimento de assinaturas[19] -, é também divulgada no site sob a forma de artigo[20]. Ampliando os recursos destinados a moradias populares, a PEC estabelece que, durante os próximos vinte anos serão destinados 2% das receitas da União e 1% das receitas dos estados, do DF e dos municípios ao Fundo de Habitação de Interesse Social.

Parte da justificativa da PEC divulgada no site ressalta que se pode "afirmar com segurança que 90% do déficit habitacional brasileiro, estimado em mais de sete milhões de unidades, atinge essencialmente famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos". Entretanto, propõe-se que "o sucesso de qualquer medida visando o enfrentamento deste déficit exige mais do que o simples aumento da produção de novas moradias: exige o equacionamento das intervenções, de forma que as unidades produzidas estejam compatíveis com o perfil da demanda". Assim, a justificativa põe em foco a limitação dos recursos disponíveis para o atendimento desta demanda do setor habitacional, mas proclama a sua otimização através da integração de ações das três esferas de governo – União, Estados e Municípios.

Esta atual conjuntura no âmbito das políticas públicas de habitação, traduzida pela UNMP e também pela FBR por meio da explicitação de "conquistas", faz parte de um contexto de lutas pela constituição de direitos que atuam em um "campo de poder", segundo Bourdieu (2008). Este campo, pondera o autor, "não deve ser confundido com o campo político", visto a sua especificidade. Nele estão envolvidos capitais próprios de outros campos. Ele tem como alvo de luta "a conservação ou a transformação da 'taxa de câmbio' entre os diferentes tipos de capital e, do mesmo modo, o poder sobre as instâncias burocráticas que podem alterá-la por meio de medidas administrativas" (2008: 52).

Assim, ele não é um campo como os outros, mas de certa maneira os subentende porque "é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital" (por exemplo, o capital político, econômico e cultural e aqui particularmente, o campo do exercício da política habitacional). Assim, o campo de poder coloca em relação "o conjunto dos agentes ou das instituições que têm em comum o fato de possuírem uma quantidade de capital específico (econômico ou cultural, especialmente) suficiente para

[19] Resultado de demanda de lideranças do grupo de cooperados de Ipiíba em contrapartida a minha participação como pesquisadora desde o ano de 2003.
[20] "PEC da Moradia Digna é aprovada na comissão especial" (UNMP).

ocupar posições dominantes no interior de seus campos respectivos (..)" (Bourdieu, 2008: 52).

A previsão legalmente instituída de um serviço estruturado de assistência técnica à produção habitacional surge também como produto desta correlação de forças em que instituições qualificadas reúnem capitais culturais específicos na discussão de propostas de políticas de habitação e de serviços de urbanização para a cidade. A FBR, como instituição de assessoria a 6 grupos participantes da União por Moradia Popular do Rio de Janeiro, viabilizou um contrato com o governo federal de prestação de serviço de assistência técnica coletiva e de mobilização e organização comunitária a 4 destes grupos por meio de repasse do FNHIS.

1.6. A Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social

O "Instituto da Assistência Técnica como componente estratégico para promoção de melhoria habitacional, conforme previsto no Estatuto da Cidade de que trata a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001" (Manual para Apresentação de Propostas de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – Exercícios – 2008/2011 – Diretrizes Gerais – sem p. – em anexo), é resultado de iniciativas institucionais tanto no campo do exercício quanto no das discussões de programas de habitação e urbanização intra e extra-governamentais há alguns anos.

Assim como representantes da UNMP, o arquiteto e urbanista Ângelo Arruda, discutindo o Plano Nacional de Habitação e a importância da promoção da assistência técnica como direito, no âmbito da habitação de interesse social, investe contra as práticas de construção habitacional adotadas informalmente no país e, por outro lado, na necessidade de se legitimar demandas por auto-construções por meio da assistência técnica regulamentada. Segundo sua visão constata-se que:

> "A maior parte do que é edificado em nossas cidades é produzido de maneira informal, fora dos parâmetros técnica e legalmente definidos com baixa qualidade construtiva e de segurança e, ainda, ao fato de que as necessidades habitacionais nacionais projetadas para os próximos 15 anos superam a casa dos 20 milhões de unidades/atendimentos, o que não poderá ser enfrentado unicamente pela ação direta do poder público na provisão ou

> melhoria das condições habitacionais existentes em nossas cidades. A autopromoção e o autofinanciamento têm sido as formas mais usuais de solução das carências habitacionais da população brasileira, especialmente a de menor renda" (Arruda, s/d, p. 01).

Ele também aponta para o investimento do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA/CONFEA) e da Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA) em ações de demanda pela participação qualificada da arquitetura e da engenharia em políticas públicas de habitação e desenvolvimento urbano no país. Menciona, por exemplo, o "1º Seminário Assistência Técnica, um Direito de Todos: Construindo uma Política Nacional", em Campo Grande/MS e em 2005, realizado em parceria com o Ministério das Cidades, CONFEA, FNA e a Caixa Econômica Federal, como um marco de disseminação de seminários regionais que propunham a regulamentação do direito institucional à moradia, bem como da assistência técnica como direito explícito no Estatuto da Cidade.

Logo em seguida é criado em 2006, pelo deputado federal Zezéu Ribeiro, um projeto de lei que propõe assegurar assistência técnica gratuita para projetos de habitação de interesse social às famílias de baixa renda, o qual é aprovado sob o n° 11.888 em 24 de Dezembro de 2008. Segundo Arruda (Contribuição para Oficina de Planejamento – FNA – s/d), "a proposição estabelece que a assistência técnica seja financiada com apoio dos recursos da União, repassados a estados e municípios por meio de convênios ou termos de parcerias para a execução de serviços permanentes e gratuitos de assistência técnica nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia", podendo "ser oferecido diretamente às famílias ou a grupos organizados que as representam, tais como cooperativas e associações de moradores, dando prioridade, além disto, aos empreendimentos realizados em regime de mutirão e em zonas de interesse social legalmente definidas".

O Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Habitação, torna, então, público o Manual para Apresentação de Propostas de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – Exercícios – 2008/2011 – dentro da "Ação de Apoio à Provisão Habitacional para Famílias de Baixa Renda" do "Programa de Habitação de Interesse Social". No documento o objetivo da ação é

descrito como “apoiar a estados, Distrito Federal e municípios na melhoria dos padrões de salubridade, segurança e habitabilidade das edificações produzidas, reformadas ou ampliadas no âmbito do processo de auto-gestão habitacional no país, por intermédio de apoio à prestação de serviços de assistência técnica, assim entendida como o conjunto de ações voltadas à elaboração de projetos, acompanhamento e execução da obra, trabalho social e jurídico” (II – Objetivo).

Os pleiteantes a “proponente/agente executor” são entendidos como representantes legais dos estados, Distrito Federal e dos municípios ou dirigentes de órgãos da administração indireta destes três níveis do poder executivo. O Ministério das Cidades é qualificado como órgão gestor da ação e a Caixa Econômica Federal como agente operador. Os recursos foram definidos como provenientes do Orçamento Geral da União, mas também dos Proponentes/Agentes Executores e de outras fontes a serem definidas, abrindo assim perspectivas para novas parcerias.

Os “promovedores” dos projetos de assistência técnica são entendidos como “movimentos sociais, associações ou grupos representativos de segmentos da população, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa”. Aos promovedores e às “famílias beneficiárias” é atribuída uma perspectiva de participação “em todas as etapas do projeto” e “controle da gestão dos recursos financeiros da União”. Aos promovedores cabem ainda “apresentar demandas aos Proponentes/Agentes Executores” e “desenvolver atividades relativas à prestação de serviços de Assistência Técnica”. Segundo o documento (VIII Ações Contempladas) os serviços de assistência técnica que deverão ser “implementados por equipes técnicas multidisciplinares e de diferentes níveis de formação” dividem-se em:

• Assistência Técnica Individual: destinada a prestar assistência técnica necessária à construção, reforma, ampliação ou conclusão da moradia em unidades isoladas, abrangendo as ações necessárias para regularização fundiária do terreno objeto da intervenção, a elaboração de projetos de engenharia e arquitetura e o acompanhamento da execução das obras e serviços.

• Assistência Técnica Coletiva: destinada a prestar assistência técnica a beneficiários organizados de forma associativa para elaboração de projetos de empreendimentos habitacionais que contemplem parcerias com o poder público

municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal. Compreenderá as etapas de elaboração dos projetos de engenharia, arquitetura e trabalho social, até a etapa de contratação da operação junto ao Agente Financeiro, como também a assessoria no processo de licenciamento ambiental e apoio técnico-construtivo e jurídico para regularização fundiária, necessários à realização dos empreendimentos e à contratação pelos agentes financeiros.

• Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária: destinada à mobilização e organização comunitária, com viés associativo voltada para a capacitação da demanda coletiva ao acesso dos recursos públicos direcionados a Habitação de Interesse Social; à implementação de trabalho social para geração de renda da comunidade; à educação ambiental voltada para a capacitação de público instalado em áreas de risco ambiental; à implementação de processo de regularização fundiária.

Por meio desta abertura política, as propostas habitacionais de cinco grupos associados à UMP-RJ, envolvendo mais de 650 famílias, foram apresentadas e aprovadas para viabilização pelo novo programa federal, via parceria com a FBR que elaborou a proposta de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social a estes grupos, incorporando as 3 modalidades de assistência previstas. Neste sentido, a Fundação firmou contrato com o Instituto de Cartografia do Estado do Rio de Janeiro vinculado à Secretaria de Estado de Habitação (ITERJ/SEH), órgão estadual proponente do programa e responsável pelo repasse do recurso orçamentário da União.

A parceria entre a FBR e a UMP-RJ neste projeto particular de assistência técnica, bem como a adesão das famílias de Ipiíba concebidas como beneficiárias será, posteriormente, objeto de reflexão por meio de trabalho de campo realizado no período de implementação do projeto. Mas, inicialmente, a parceria aponta para a possibilidade de fazer cumprir alguns critérios para a seleção de propostas tais como: “pré-existência de serviço de assistência técnica à habitação de interesse social” e “existência de parcerias com entidades da sociedade civil e/ou agentes financeiros de habitação de interesse social” na prestação destes serviços (Manual para Apresentação de Propostas de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – Exercícios – 2008/2011 – XI Critérios para Seleção de Propostas).

Entre os grupos instituídos como beneficiários, com os respectivos valores de contrato, estão a Associação de Moradores Matadouro, em Santa Cruz (R$ 43.418,00); o grupo Esperança, na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá (R$ 81.390,00) – consolidado junto à Cooperativa Shangrilá, que foi assessorada pela FBR e pela Comunidade Eclesial de Base Padre Josino, mas a ser assentada em novo terreno; a Associação de Moradores de Guia de Pacobaíba, em Magé (R$ 13.400,00); a Associação de Moradores de Jardim Primavera, em Duque de Caxias (R$ 34.760,88); e o grupo Ipiíba II, em São Gonçalo (R$ 69.523,85) – consolidado junto à Cooperativa Ipiíba e à Associação São Pedro de Alcântara, também assessorada pela FBR e a ser assentado no mesmo terreno.

Alguns destes novos grupos de famílias, portanto, associam-se às cooperativas instituídas e assessoradas pela FBR, como a Shangrilá, entre outras em Jacarepaguá, e a de Ipiíba, em São Gonçalo. A proposta põe em foco a vinculação de novas famílias pleiteantes à moradia às experiências de cooperativismo já realizadas na região onde moram, das quais se aproximam porque mediadas também por instituições representantes da ação organizada da Igreja Católica. Estes grupos de famílias – todos associados a UNM-RJ – faziam parte do Programa Crédito Solidário que foi substituído pelo atual programa do governo federal. No anterior havia o impedimento do limite da idade para os beneficiários, acima de 60 anos não era possível viabilizar o crédito sob os critérios de retorno financeiro do programa anterior.

Em Ipiíba nem todos os 220 associados da Associação São Pedro de Alcântara são objeto dos projetos de assistência técnica. O serviço de mobilização e organização comunitária terá como beneficiárias 88 novas famílias pleiteantes a construções habitacionais – também atendidas pela Assistência Técnica Coletiva –, as 37 famílias cooperadas moradoras – em processo de reformulação de seu estatuto social – e as 10 famílias moradoras que construíram suas casas com recursos próprios. Há outras famílias que estão construindo também de maneira independente, mas ainda não são moradoras. Segundo planta de situação (15/10/2009) elas deverão concluir a construção das casas junto com as 88 financiadas com recursos públicos, a fim de não impedir a regularização de todas as casas na Prefeitura e no Cartório de Registro de Imóveis.

O serviço de Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária será realizado com todos estes grupos de famílias, já o de Assistência Técnica Coletiva,

envolvendo construção de novas unidades habitacionais para famílias organizadas de forma associativa, será realizado apenas com o grupo de Jacarepaguá e de Ipiíba. Ambas modalidades estão oficialmente previstas para serem realizadas em um prazo de 9 meses, a contar do mês de março do ano de 2009, embora na prática este prazo tenha se estendido em muito, mesmo em Ipiíba onde o trabalho estaria mais adiantado. O serviço de Assistência Técnica Individual, envolvendo a construção de unidades habitacionais isoladas, será realizado apenas com o grupo de Santa Cruz.

As atividades previstas pelo projeto de assistência técnica configuram-se como "produtos" por meio dos quais a verba é liberada. A Metodologia de Trabalho-Ipiíba (2009) para o desenvolvimento da proposta de Mobilização e Organização Comunitária em Ipiíba detalha todas as atividades a serem realizadas em 2 etapas assim descritas: "Diagnóstico Participativo"[21] e "Planos de Ação"[22].

Segundo o Cronograma de Execução das ações, integrado à Metodologia, as atividades previstas nesta segunda etapa acontecerão concomitantemente à primeira etapa da Assistência Técnica Coletiva[23]. As atividades previstas nesta última dependem dos resultados da primeira assistência técnica, no sentido de que os projetos por ela gerados enquadrem-se na proposta de reordenamento do Condomínio do Padre em Ipiíba quando novas unidades habitacionais serão construídas pelo valor previsto de R$27.000,00.

---

[21] Esta etapa prevê as seguintes atividades: Assembleia com os Moradores; Levantamento de Dados Físicos, Fundiários e Sociais; Levantamento de Campo (Entrevistas, Caminhadas e Oficinas) e Identificação de Projetos Potenciais de Trabalho e Renda; Integração dos Dados Obtidos na Etapa Anterior; Assembleia de Validação dos Dados; Oficina de Sensibilização para Cooperação e Autogestão (Metodologia de Trabalho, 2009).

[22] Esta etapa prevê as seguintes atividades: Elaboração de Propostas (Planos de Ação); Discussão e Consolidação de um Plano de Trabalho com a Comunidade; Estruturação de Grupo para o Associativismo Habitacional e para Implementação do Plano de Trabalho (Metodologia de Trabalho, 2009).

[23] A primeira etapa desta assistência técnica prevê as seguintes atividades: Elaboração de Projeto de Drenagem de Águas Pluviais; Rede de Abastecimento de Água Potável e de Esgotamento Sanitário; Elaboração de Projeto de Bio-sistema Alternativo para Tratamento de Esgoto; Elaboração de Projeto Arquitetônico de Parcelamento e Unidade Habitacional; Elaboração de Projeto de Pavimentação. A segunda etapa prevê o Projeto Técnico Social (Metodologia de Trabalho, 2009).

Como é apontado no documento, o terreno de Ipiíba foi adquirido "de forma solidária" e "sem previsão de custos para implementação da infra-estrutura", uma exigência para a regularização da área. Então, a Assistência Técnica Coletiva inserir-se-ia metodologicamente como uma contrapartida na "elaboração de projetos de urbanização que permitam ao grupo buscar parcerias para execução da obra".

Os princípios estabelecidos para este trabalho de assistência técnica são assim elencados (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009:07):

• Empoderamento da comunidade envolvida na melhoria das condições de vida e na busca de soluções coletivas para problemas comuns, através da organização e mobilização comunitária e fortalecimento de redes sociais populares;

• Promover a participação da população beneficiada em todas as etapas do trabalho; entendida essa participação como o efetivo reconhecimento da população beneficiada "...como analistas, planejadores e organizadores ativos" (Chambers & Guijt, 1995);

• Sensibilizar e capacitar a comunidade para a mudança de sua realidade, buscando melhores condições de vida.

• Incentivar práticas de autogestão, cooperativismo e associativismo popular, através do exercício de práticas coletivas, e assim transpor os limites da ação individual na solução dos problemas urbanos.

No documento Metodologia de Trabalho-Ipiíba buscou-se legitimar a proposta de Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária e de Assistência Técnica Coletiva por meio da explicitação de sua discussão e avaliação junto às famílias beneficiárias de Ipiíba. A elas teria sido apresentado um Plano de Trabalho pela equipe técnica da FBR e "relatados os interesses e as expectativas da população beneficiária". Segue-se a importância da "condução do trabalho de forma participativa, planejada e pensada de acordo com a realidade local das famílias", bem como da "parceria FBR e União por Moradia Popular/RJ na execução do trabalho", tendo em vista as "perspectivas de mudanças na realidade urbana e social das famílias beneficiárias".

A *participação* é a categoria tomada para qualificar as relações entre os diferentes envolvidos no trabalho de assistência técnica que assume aqui esta dimensão

normativa supondo também a mediação: “a participação deve ser concebida como um ato interativo entre os diversos atores sociais, na perspectiva de conhecer o contexto no qual se encontram inseridos, as situações que precisam de intervenção e as alternativas para superação, utilizando para esta finalidade a mediação e o ato comunicativo no processo de acompanhamento dos grupos”. (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009: 13).

A convivência dos futuros moradores de Ipiíba com as famílias cooperadas lá estabelecidas é também apontada como um contexto favorável à mobilização e à organização comunitária de todo o grupo. Sinalizando inclusive para uma perspectiva já adotada por mim em trabalho anterior, não no que se refere a esta determinação sobre as relações neste contexto produzidas, mas sim no sentido da proposição de seu entendimento, situando-as no contexto das intenções objetivadas segundo os agentes e ações de intervenção envolvidos neste processo de permanente construção do “cidadão”.

Assim postulada esta é propriamente uma “categoria de mediação” que se faz representar por meio de “uma espécie de ascese, mediante a qual ele [o sujeito investido desta posição] submete seus interesses particulares àqueles da coletividade” (Neves, 2008: 27-28). Segundo a autora este é um “recurso de legitimação de ações políticas orientadas pela referência à democracia como valor, implica a aceitação de uma concepção moralizante ou normativa”. É sob este sentido que validam-se novas intervenções e novos agentes neste campo e assim se atualiza a questão já delineada em trabalho anterior.

1.7. Os representantes familiares – distinções de gênero

Atualmente são 25 mulheres cooperadas e 12 homens cooperados titulares. A maior parte das mulheres, 52% delas, possui mais de 40 anos, concentrando-se na faixa de 41 a 50 anos e 30% configura uma população mais velha, com mais de 50 até 70 anos. Já os homens são um pouco mais jovens, 80% deles possuem entre 30 e 50 anos.

A maioria das mulheres, 82% delas, também vive sozinha, são solteiras, separadas ou viúvas, enquanto 71% dos homens são casados ou possuem companheira, solteiro há apenas um rapaz, dois são separados e recentemente o presidente da cooperativa Genilson ficou viúvo.

Os dados aqui organizados confirmam o fato de que, tradicionalmente, recai sobre os homens a responsabilidade pelo sustento familiar, mesmo sob ocorrência de trabalho remunerado da mulher que neste caso é visto como complementar e subordinado ao trabalho do marido, sendo configurado como "ajuda" a ele (Durham, 1983). Os homens costumam ganhar mais que as mulheres e permanecer sozinhos por menos tempo que elas. Quando se separam geralmente unem-se novamente a outra mulher constituindo novo núcleo familiar e reproduzindo a expectativa quanto ao provimento dele.

Na cooperativa, por exemplo, um episódio de troca de mulheres gerou, por algum tempo, certo alvoroço e fofoca, fato contado com certo ressentimento pela atual companheira do rapaz cooperado em questão. Já as mulheres solteiras que não constituem novas famílias buscam se adaptar à vida sem companheiros através de formas alternativas de ajuda e de auto-sustento das quais a cooperativa é um exemplo. Elas demonstram maior abertura para formas alternativas de renda e para a possibilidade de qualificação profissional.

Apesar da maioria dos homens titulares serem autônomos, 43% deles, significando uma renda que às vezes pode oscilar, eles possuem maior estabilidade financeira, com um rendimento um pouco maior que as mulheres. 36% deles são assalariados com carteira de trabalho assinada, enquanto a maioria das mulheres assalariadas, 35% delas, não possui este direito. Outros 35% das mulheres são aposentadas ou pensionistas, recebendo frequentemente um salário mínimo apenas, 13% delas se dizem autônomas e 17% não trabalha ou estão desempregadas. Entre os homens, 14% são aposentados ou pensionistas, apenas um é funcionário público e nenhum se diz desempregado.

Entre as profissões ocupadas pelos homens temos a de pedreiro, para 29% deles, a de vendedor, gesseiro, eletricista, mecânico, vigilante, enfermeiro, guarda municipal, gerente de restaurante e a de sushiman. Esta última profissão se destaca pelo maior rendimento, o que sinaliza uma diferenciação interna a eles que se reflete também no aspecto diferenciado da casa deste cooperado. Ele receou em fornecer o valor de seu rendimento mensal para a pesquisadora até que lhe foi informado que dados como estes serviriam para a tabulação de dados gerais e principalmente não teriam influência sobre

fontes de financiamento das casas, como o mantido pelo Programa Operações Coletivas – FGTS – Resolução 460/518 em vigor, dado que se trata de um trabalho acadêmico.

Entre as profissões das mulheres foram anunciadas, sob maior número, a de auxiliar de produção, a de empregada doméstica ou diarista, cabeleireira, costureira, cozinheira e *do lar* – para quem não exerce ou exerceu nenhuma ocupação remunerada – contabilizando 60% das mulheres. O restante delas relatou como profissão agente de saúde, operadora de caixa, acompanhante de idoso, supervisora infantil e promotora de vendas, nestes dois últimos casos profissão sob a qual se deu a aposentadoria.

Sob a categoria de ocupações anteriores as ocupações mais comuns apontadas pelos homens foram a de pedreiro e ajudante de pedreiro, auxiliar de serviços gerais, mecânico, cobrador, balconista, garçom e lavrador – neste caso para os que vieram de outros estados. Entre as mulheres, 43% delas declararam que foram empregadas domésticas, em seguida destacam-se as ocupações de vendedora, auxiliar de produção, auxiliar de serviços gerais, operadora de caixa, camareira, costureira e balconista.

O destaque entre os homens é o tipo de ocupação anterior do cooperado Genilson que assumia a presidência da cooperativa durante a pesquisa. Ele possui ensino médio completo e assumiu cargo de regente de ensino e de diretor escolar em um pequeno município da Paraíba quando lá morava. Entre as mulheres a cooperada Clara, então secretária da cooperativa, também se destaca com uma ocupação incomum, tendo em vista outras mais comuns. Foi secretária escolar no CIEP próximo à cooperativa e atua como professora do Programa Brasil Alfabetizado, apesar de não ter formação específica para o cargo assim como o presidente Genilson, mas formação geral em ensino médio.

Quanto ao rendimento os homens se destacam quando comparado ao das mulheres, 36% deles ganham mais de um a 2 salários mínimos[24], 28% ganham mais de 2 a 3 salários, 21% ganham até um salário mínimo e 14% ganham mais de 3 a 4 salários mínimos. Já entre as mulheres 52% ganham até um salário mínimo, 26% ganham mais de 1 a 2 salários, 13% mais de 2 a 3 salários e 9% mais de 3 a 4 salários. Uma das mulheres diz não possuir rendimento. Obviamente há também uma disparidade entre gastos masculinos e femininos. O gasto da maioria dos homens corresponde ao salário

[24] Foi considerado o valor do salário mínimo em janeiro de 2010 – R$ 510,00 – quando foram terminadas as entrevistas com as famílias.

maior. A maioria deles, 78%, mantém um gasto entre 1 e 3 salários mínimos, já parte considerável das mulheres, 87%, gastam de meio a 2 salários.

Por sua vez, o menor poder aquisitivo das mulheres, sinaliza uma maior troca material entre as mulheres e seus parentes. Enquanto os homens costumam sustentar sozinhos um maior número de pessoas, com gastos mais fixos, as mulheres costumam ter gastos mais esporádicos que oscilam conforme as possibilidades financeiras e as oportunidades de trocas familiares. Assim, 57% dos homens sustentam de 3 a 4 pessoas e 36% sustentam de 5 a 7 pessoas. A maior parte das mulheres não possui companheiro, mas possui filhos e frequentemente vive com outros parentes, por isso 52% delas revelaram que a renda familiar ajuda no sustento de 3 até 7 pessoas, embora o restante delas, uma porcentagem considerável de 48% sustente no máximo 2 pessoas no grupo doméstico.

Neste último caso há um circuito de trocas com parentes que não moram com as mulheres ou moram provisoriamente. Por exemplo, três cooperadas *ajudam* filhas e netos que não vivem com elas, enquanto duas outras recebem a *ajuda* de sobrinhos. Uma conta com o apoio recente de um sobrinho que veio de Pernambuco para trabalhar e hoje mora com ela, a outra conta com a ajuda do sobrinho para gastos com medicamentos. Já entre os homens quando há colaboração financeira que extrapola o grupo doméstico ela não manifesta propriamente uma *ajuda*, mas uma obrigação, porque frequentemente assume a forma de pensão alimentícia a filhos concebidos fora da união conjugal atual, como acontece em dois casos entre os cooperados.

Entretanto, se as mulheres possuem rendimento menor, destacam-se quanto ao grau de escolaridade. O investimento na escolaridade pelos cooperados vem crescendo com o tempo. Aumentou a porcentagem de quem cursou o ensino médio desde que iniciei a pesquisa na cooperativa, mas cresceu principalmente entre as mulheres. Por exemplo, 43% delas possuem o ensino médio completo ou incompleto, embora a maioria, 57%, possua apenas o ensino fundamental distribuindo-se entre o primeiro e o segundo segmentos deste ensino. A maioria dos homens, 64%, também possui o ensino fundamental e 36% possuem o ensino médio completo ou incompleto.

As mulheres destacam-se também pelo investimento em cursos de curto prazo com qualificação em áreas variadas, 48% delas o fizeram. Entre elas há uma maior diversidade de cursos realizados. Os mais citados foram os cursos de cabeleireira,

costureira, telemarketing, datilografia e informática – este último citado pelas mais jovens. Foram citados também o curso de maquiagem e penteado, de tosa de animais, manicure, fotografia, técnico em enfermagem, técnico em escritório, técnico em vendas, auxiliar de administração e até mesmo de eletricista e vigilante, cursos tradicionalmente masculinos. Alguns outros estão associados às oportunidades geradas na cooperativa como o curso de reciclagem de papel e cursos de artesanato (caixas decorativas com papel reciclado e pufs com garrafas pet). O curso de capacitação em cooperativismo lembrado por algumas mulheres, mas também por alguns homens, foi aplicado pela FBR no início da constituição da cooperativa.

Entre os homens 43% declararam terem realizado os cursos de eletricista, mecânica, radiotécnico, cabeleireiro, técnico em enfermagem, técnico em segurança, confeitaria, informática e capacitação em regência de classe (no caso do cooperado Genilson).

1.7.1. Mobilidade geográfica e doméstica – perfis de gênero

Um fato que marca de maneira geral a homens e mulheres é a mobilidade geográfica, a grande porcentagem dos que são originários de outros estados do país, que lá nasceram e migraram para o Rio de Janeiro quando mais jovens em busca de oportunidades de trabalho. Ou seja, 65% dos cooperados são originários do Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo e deste total 51% são nordestinos.

Mas há uma diferença entre os representantes femininos e masculinos quanto ao aspecto da mobilidade geográfica. Quando se separam homens e mulheres, comparativamente temos uma maior representação dos homens que vieram de outros estados, 71% contra 61% das mulheres, embora seja este também um percentual alto. Geralmente eles migram através de parentes como irmãos mais velhos, tios e primos enquanto as mulheres migram também por meio dos pais.

Do total das mulheres que vieram de outros estados 64% migraram com os pais e ou irmãos, as demais migraram acompanhadas de outros parentes de origem e também do marido em alguns casos. Já entre os homens, principalmente para os que ainda não constituíram família, é comum a migração independente, ainda que frequentemente haja

alguma referência familiar no lugar para onde se destinam. Assim, 50% deles migraram sozinhos.

Além disso, os dados demonstram que os homens são mais propensos a esta mobilidade. Muitos, em função do trabalho e da maior independência com relação à família de origem, inclusive financeira, circulam por mais lugares até se estabelecerem com a família de procriação em moradia independente como a possibilitada pela Cooperativa Ipiíba. Tendo em vista o conjunto de representantes cooperados, os homens circularam mais e de forma mais independente que as mulheres, tanto por bairros de São Gonçalo, tanto por outros municípios do Rio de Janeiro e outros estados até se estabelecerem em Ipiíba.

Outros municípios e estados como segundo lugar de moradia são citados por 50% dos homens. 28% citam outros municípios do Rio e 22% outros estados, enquanto 30% das mulheres fizeram o mesmo, ou seja, 22% delas moraram em outro município e apenas 8% em outro estado como segundo lugar. Como terceiro lugar de moradia essa porcentagem sobe para 57% no caso dos homens e cai para 26% no caso das mulheres. 28% dos cooperados moraram em outro estado em comparação a 8% das mulheres que fizeram o mesmo. Até o quarto lugar de moradia o padrão se repete, mas uma parte considerável dos homens morou em até 8 lugares distintos, um deles chegou a morar em 11 lugares diferentes. As mulheres, quando em São Gonçalo, estabeleceram-se em diferentes bairros do município, 48% delas moraram em mais de um bairro, morando em até 7 bairros diferentes e 57% dos homens fizeram trajeto semelhante, morando em até 4 bairros distintos.

Entre outros municípios citados como lugares de moradia estão o Rio de Janeiro, Niterói, Nova Iguaçu, Maricá, Cabo Frio, Petrópolis, Teresópolis e Friburgo. Os outros estados também enunciados foram São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Ceará, Rondônia, Manaus, Brasília e Goiás. Já os bairros de São Gonçalo citados foram inúmeros, totalizando mais de 30 bairros diferentes.

A constituição dos grupos domésticos anteriores manifesta também um perfil de mobilidade diferenciado quanto ao gênero. Embora seja comum entre homens e mulheres morar com outros parentes quando transitam por outros lugares, para as mulheres isto é ainda mais frequente. Enquanto 70% das mulheres moraram anteriormente com outros parentes, além dos próprios pais, 50% dos homens o fizeram

antes de alugar um imóvel. Entre as mulheres aparece também com frequência a categoria *quintal* porque moravam em imóvel cedido no quintal por algum parente de origem (cf. Guedes e Lima, 2006).

A quase equivalência da porcentagem de homens e mulheres que moraram em imóvel alugado, 64% e 61%, respectivamente, revela a importância da independência residencial dos núcleos familiares que se formam. 71% das mulheres que moraram em imóvel alugado eram casadas e 98% dos homens também. O restante das mulheres que disseram morar em situação de aluguel vivia com os pais. Quanto aos poucos que moraram em imóvel próprio, ainda que precário, há 28% dos homens contra 9% das mulheres, mesmo assim, elas se referem ao imóvel anterior como *do marido.*

O padrão de grupo doméstico atual para eles e para elas reforça o fato de que o casamento ou o "viver junto" quase sempre manifesta a presença dos filhos, eles frequentemente justificam a união, principalmente entre os homens, como me alertou um dos cooperados em entrevista que disse abertamente que a razão para estar com a atual esposa é a filha de quem se *orgulha muito*, esperando que ela não o *decepcione* ao longo da vida. E quando a união se desfaz a obrigação pelos filhos recai geralmente sobre as mulheres, como demonstram os dados (cf. Neves, 1985; Woortmann, 1987).

Assim, quase todos os homens, 86%, vivem com esposa e filhos, alguns também com enteados, apenas 2 cooperados vivem sozinhos, um deles se ressente de sua deficiência física e atribui a falta de companheira a este problema específico e o outro separou-se mas possui filhos que não moram com ele. Quanto às mulheres, 65% delas moram com os filhos e deste total 21% moram também com outros parentes como irmãos, mãe, netos, sobrinhos, nora ou genro. Algumas abrigam provisoriamente parentes em sua casa, como uma cooperada que mora agora com um sobrinho que veio de Pernambuco e outra que acolheu a família da filha que se mudou do município de Búzios. Apenas 17% do total das mulheres têm marido ou companheiro e 22% moram sozinhas e a maioria destas possui mais de 50 anos.

1.7.2. Participação religiosa – católicos e evangélicos

Quanto à representação religiosa, por se tratar de um grupo forjado sob a mediação da Igreja Católica, a maioria das mulheres e homens cooperados é obviamente católica. As mulheres lideram essa representação, 56% delas mantêm práticas católicas

e as que não são titulares das casas, mas são esposas de cooperados titulares frequentemente os acompanham quando estes são católicos, cerca de 36% deles. Também é menor a parcela das mulheres que não participam de nenhuma organização religiosa com relação aos homens, 26% e 36%, respectivamente. Igrejas evangélicas têm representação menor entre as mulheres e um pouco maior entre os homens, apenas 9% das mulheres frequentam igreja evangélica ou protestante em comparação a 14% dos homens.

As organizações religiosas católicas apontadas se localizam em Ipiíba e em bairros adjacentes. Entre as igrejas e capelas citadas estão a Igreja Católica São Pedro de Alcântara, a Capela Nossa Senhora de Guadalupe – recentemente construída no espaço do Condomínio do Padre – a Igreja Católica São Lourenço, a Capela de Santo Antônio e a Capela Nossa Senhora da Conceição. Outras organizações apontadas foram o grupo de oração católica, o grupo jovem católico – frequentado por filhas de cooperados –, a Pastoral da Catequese, a Pastoral da Liturgia e Pastoral do Dízimo, a Pastoral dos Vicentinos e a Sociedade São Vicente de Paula e o Conselho Paroquial de Ipiíba. Entre as organizações evangélicas foram citadas a Igreja Pentecostal de Deus em Cristo, a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Evangélica Nova Aliança e o Grupo de Varão.

Com relação à importância da adesão religiosa e à finalidade deste tipo de organização, há uma diferença com relação à religião católica e evangélica, tanto nas declarações das mulheres quanto nas dos homens. Entre os católicos há frequentemente o apelo à tradição da doutrina e da participação transmitida pelos pais e que desejam repassar aos filhos, como se o próprio hábito autorizasse sua continuidade e explicasse o bem-estar proveniente desta participação.

O ponto de encontro entre católicos e evangélicos, principalmente para as mulheres, é a expectativa de evitar situações de risco para os filhos, como a vida desvirtuada da criminalidade ou das drogas, que se opõe à vida do trabalho, ao *seguimento de coisas certas*, como aponta uma das cooperadas. Mas entre os poucos evangélicos este discurso assume formas mais diretas e incisivas. Enquanto os católicos falam em *evangelizar* e *em vida cristã,* manifestando também uma expectativa de proteção e acolhimento para a vida familiar como um todo, os demais afirmam a sua

religião como forma de *salvação de almas* e de *libertação*, atribuindo-lhe uma função mais específica e urgente para o indivíduo.

A maioria das cooperadas e cooperados católicos participam de missas, grupos de oração e pastorais, ajudam na limpeza de capelas, na redistribuição de bens e recursos etc. Eles assumem o seguinte discurso que justifica sua respectiva religião:

> *Eu gosto de ir à missa. Fui criada com minha avó e acostumei* (Graça, 41 anos, auxiliar de produção).

> *Desde a primeira comunhão é o único lugar que os meus pais me mostraram e que gosto. Sinto falta!* (Olga, 42 anos, aposentada por invalidez).

> *Eu gosto porque meus pais me ensinaram desde cedo, me sentia bem, gosto mesmo! O Júnior* (filho) *hoje é coroinha por vontade mesmo! O Luiz* (marido) *é desinteressado um pouco! A Kelly* (filha) *trabalha na missa!* (Amélia, 46 anos, doméstica, ex-vogal da cooperativa – o casal se casou na cooperativa quando se mudou para lá por sugestão do padre João que celebrou o casamento).

> *Eu participo porque sou devota de Nossa Senhora de Fátima.* (Ilda, 54 anos, aposentada).

> *A religião é importante pra conhecer a palavra de Deus, ter uma doutrina.* (Quitéria, 49 anos, aposentada por invalidez).

> *Eu fico mais aliviada quando vou à igreja. Deixo o pecado todo pra trás!* (Tânia, 47 anos, dona de casa).

> *A gente tem que ter uma religião, ter Deus dentro da gente.* (Henrique, 40 anos, gerente de restaurante).

É importante rezar, pedir a Deus que não aconteça nada de ruim! (Francisquinho, 38 anos, pedreiro).

A importância está em primeiramente evangelizar e orientar os primeiros passos da pessoa para a vida cristã, para o batismo e para a crisma; evangelizar e resgatar o ser pra sociedade. Muitos são alcoólatras, outros são moradores de rua, desempregados, sem estímulo e em depressão! (Alice, 45 anos, cabeleireira, catequista e coordenadora de pastorais).

Eu acho importante minha filha participar da igreja pra enxergar um bom caminho. A cabeça dela vai está focada naquilo! Ali ela vê seguimento de coisas certas! Se ela amanhã quiser seguir outra religião eu não vou proibir (Eliana, 33 anos, operadora de caixa).

É importante buscar o jovem que está muito avulso. Lá eles (cristãos católicos) *tentam colocar o que Deus procura, mas dentro da idade deles* (dos jovens). *Eles fazem baile só com música da igreja, dentro da igreja!* (Débora, 34 anos, agente de saúde).

Eu gosto assim das pessoas que conversam comigo. O jeito do padre é carinhoso, protege a família! Todo mundo faz oração pra mim. Eu não vou falar que eu mando na minha vida! Quem sabe é Deus. Às vezes o padre fala que eu vou andar. Eu digo, quem sabe é Deus! (Gustavo, 27 anos, deficiente auditivo e aposentado desde que, como eletricista, sofreu um acidente que afetou sua locomoção).

Através da religião a gente tem um mundo melhor! Esta é a finalidade. Tem muitos pais que só pensam nas coisas materiais! Ciência e fé andam juntas. Nós temos que evangelizar os jovens, mas nós estamos precisando evangelizar os pais também – exemplificou o resultado da evangelização citando um menino filho de cooperado de 13 anos que lhe

pediu desculpas por não ter ido à missa (Dona Glória, 68 anos, aposentada e catequista).

Identifico-me e gosto muito! O conselho paroquial é para um bem maior pra comunidade, pro nosso convívio! Para um crescimento da comunidade. É tão bom alguém precisar de um conselho e poder dar um conselho! (Moisés, 47 anos, pedreiro e ex-presidente da cooperativa).

Outros poucos cooperados que seguem outra religião assim a explicitam no sentido de seu propósito fundamental:

Na maioria das vezes ele (o cristão) *vai pra ficar rico e ser curado. Eu não vejo esse lado! O que eu vejo é a salvação! É fugir da criminalidade, se livrar das drogas. É buscar discussões dentro deste caminho.* (Zé Carlos, 45 anos, pedreiro e ex-presidente da cooperativa).

A finalidade é estar bem com Deus e com o mundo em si, o único caminho é a salvação! (Genilson, 43 anos, pedreiro e presidente da cooperativa).

Eu considero como se fosse minha vida! Eu já fui salva 4 vezes! A última vez agora eu pensei que não ia viver e eu me salvei. Quando o meu marido era vivo e fui operada eu ungi em 3 cruzes na minha barriga e disse: Faça a carne unir na outra! O médico achou que fosse um milagre! Com a fé a gente resolve tudo! (Dona Filomena, 67 anos, aposentada e costureira).

Eu creio na história de Jesus. Ele salva almas! Você é resgatado! A fé resgata o ser humano, dá uma certa direção! (Ivete, 50 anos, pensionista e fundadora de uma rede de catadores de material reciclável).

> *É importante pra mais pra frente chegar a um batismo. Eu me sinto bem, pra me libertar de muitas coisas, ter uma libertação!* (Pedro, 22 anos, rebaixador de lençol d´água, filho da cooperada Tânia).

Entende-se, então, que o engajamento religioso é importante entre os cooperados, principalmente o engajamento católico que associado a valores tradicionais e populares colabora ou colaborou para a efetividade dos objetivos propostos pelos idealizadores do cooperativismo no que dizem respeito à mobilização das famílias para a cooperação. Scott Mainwaring (2004) argumenta no sentido da afirmação desta proposição católica inequívoca para a aceitação da "nova evangelização" da igreja popular que propunha a "autonomia do povo":

> "O esforço para respeitar a religiosidade popular gerou um diálogo mais fértil entre a Igreja e o povo. Quando a Igreja esposava uma fé politizada, secularizada, distante do catolicismo tradicional, o povo frequentemente a rejeitava, mas sua abordagem posterior, menos politizada, oferecendo maior apoio ao profundo sentimento de devoção popular, permitiu que a Igreja brasileira fosse mais eficaz no seu trabalho com o povo (...) A maioria das dioceses começou a compreender que uma abordagem politizada da religião era alienante para os leigos e desnecessária. Havia maneiras mais eficazes de comunicar a mensagem libertadora da religião. Agentes pastorais começavam a achar que a religião não precisava ser árida, intelectualizada ou secularizada para ser uma força libertadora. Incorporar as festas populares ou as devoções tradicionais poderia gerar um impulso libertador até mais forte" (Mainwaring, 2004: 195;198).

1.7.3. Participação comunitária – uma transição religiosa

Tendo em vista os elementos religiosos tradicionais de forte apelo aos cooperados, os serviços comunitários ou de assistência social conhecidos são, frequentemente, os abarcados pela Igreja e citados anteriormente sob a proposição da participação religiosa. Estas atividades funcionam como forças agregadoras das famílias

católicas neste espaço e outras associações comunitárias, com outros vínculos, em geral são desconhecidas. Por exemplo, somente algumas pessoas declararam conhecer a associação de moradores local.

Para a maior parte dos cooperados as explicitações da importância ou finalidade destas organizações vinculadas à Igreja Católica estão associadas à ideia de um dever cristão, de acolhimento do necessitado, de valorização da caridade como princípio de ação social para reparação da desigualdade, para "eliminação ou minimização da diferença" (Neves, 2001: 46). Como assinala a cooperada Olga a respeito das doações a uma associação vicentina de atendimento a mendigos da qual ela participa: *O difícil que eu acho é querer dar coisas usadas, velhas a eles. Eles não gostam! É importante também dar comidinha fresca, bem temperada!* Como propõe Neves (2001) acerca da caridade:

> "A caridade, enquanto categoria construtora de proposições ideológicas de reordenação social pela filantropia, opera como princípio de justiça, definindo direito do pobre e dever do rico. Ela ultrapassa o oferecer, para incluir o engajamento. Assim concebida, ela deve ser analisada como categoria fundamental ao exercício de proselitismo sob envergadura política. O engajamento ao exercício da caridade, ao socorrer os pobres, os aflitos, os transeuntes, consagra uma forma ideal de ligação social. Portanto, não se pode perder de vista que o exercício da filantropia caritativa se ancora num projeto político de mutação de valores, tematizando fundamentalmente a generosidade como princípio da ação e gestão sociais" (Neves, 2001: 46, 47).

Apenas algumas cooperadas e cooperados que se destacaram em termos de liderança comunitária declaram participar de organizações coletivas ou movimentos sociais independentes da Igreja, embora quase todos mantenham inclusive atividades religiosas. Aliás, estas atividades podem ser entendidas também como forças fomentadoras de mobilização e agenciamento comunitários que fora do espaço religioso não se desvinculam por completo dos princípios solidários e cristãos de ação social, como reiteram os cooperados em diferentes momentos, ainda que novos elementos

idealizados de intervenção social, como o da transformação sócio-econômica e autonomia político-social, sejam incorporados aos discursos.

Neste sentido, entre as mulheres destacam-se a cooperada Ivete, envolvida há algum tempo com redes de economia solidária e a cooperada Clara, atual secretária e vice-presidente da associação de moradores de Ipiíba. Entre os homens destacam-se o presidente da cooperativa Genilson e o ex-presidente Zé Carlos que integram e representam a cooperativa em outras instâncias e movimentos de discussão da habitação popular.

Entre as organizações citadas pela cooperada Ivete estão o Fórum de Cooperativismo, a cooperativa de crédito Casa da Confiança, a Ação de Cidadania contra a Fome, pela Miséria e Pela Vida, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul e a Cativare (Redes de Catadores Vivendo e Aprendendo com a Reciclagem) criada por ela. A cooperada Clara citou a própria cooperativa e a Associação de Moradores Amos-Jardim.

A cooperada Vanda citou também a Comissão de Avaliação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) no CIEP onde trabalha e a cooperada Verônica, ex-secretária da cooperativa, lembrou de sua participação como secretária em uma creche comunitária em outro bairro da região, mas que foi dissolvida em razão das dificuldades em firmar convênio com a prefeitura de São Gonçalo. Algumas outras mulheres destacaram ainda ajudas pontuais através de trabalhos assistencialistas, mas estes não são representativos de associações comunitárias alternativas porque vinculadas à Igreja Católica.

As organizações citadas pelo cooperado Zé Carlos e Genilson foram a União Nacional por Moradia Popular e sua representante estatal UMP-RJ, o Conselho Estadual de Habitação, o Conselho das Cidades do Rio de Janeiro e o Conselho do Fundo Municipal de Educação. Zé Carlos é também diretor financeiro da Associação Habitacional São Pedro de Alcântara. Há ainda um outro cooperado, um senhor com mais de 70 anos, Seu Paulo, que é membro do Conselho Comunitário de Segurança Pública do município de São Gonçalo.

As pessoas que se pronunciaram sobre o sentido desta participação comunitária suplantando a ideia do assistencialismo pontual foram exatamente as que possuem uma

participação comunitária mais engajada fora da cooperativa e independente da Igreja, embora o pertencimento religioso permaneça como uma referência fundamental. Assim eles se referem às atividades comunitárias que desenvolvem, apontadas anteriormente:

> *Nelas* (nas organizações comunitárias das quais faz parte) *se procura conseguir repassar uma habitação mais justa, dar acesso à habitação ao povo.* (Genilson, 43 anos, pedreiro e presidente da cooperativa). Em outro momento de entrevista associa a ideia de trabalho social ao seu pertencimento religioso, a uma missão cristã: *Falando socialmente, pretendo correr sempre atrás de melhorias aqui pro condomínio. Qual foi o principal objetivo que Deus nos colocou no mundo? Servir! Primeiro a Deus e depois o mundo!*

> *A Associação* (São Pedro de Alcântara) *e a União* (UNMP) *têm os mesmos objetivos: promover e discutir moradia. Já os Conselhos* (ligados ao movimento habitacional) *incluem a preocupação com transporte e urbanização* (Zé Carlos, 45 anos, pedreiro e ex-presidente da cooperativa).

> *O objetivo da associação é promover vida digna às pessoas, buscar melhorias pro bairro. Com relação à comunidade, se ela participasse mais acho que teria melhores resultados. Tem muita gente de bens em Ipiíba e gente passando fome!* (Clara, 44 anos, professora do programa Brasil Alfabetizado, vice-presidente da Associação de Moradores Amos-Jardim).

> *Em todas estas experiências há um crescimento para várias direções, se passa a olhar o mundo de uma maneira diferente! Bom, em todas elas, em cada uma delas* (organização que participa) *você discute um assunto, se busca sair da situação em que vive. Ás vezes a pessoa se encontra em dificuldades e não sabe nem aonde ir! E ás vezes você chega lá e sua presença é importante! A experiência te dá coragem, atitude! Você aprende a lidar com a diferença, a ter visão de liderança!* (Ivete, 50 anos, pensionista e fundadora da CATIVARE).

Assim, o compromisso religioso e no caso da cooperativa, frequentemente o compromisso religioso católico, principalmente para as mulheres, reflete-se no engajamento comunitário que se traduzem em experiências de consolidação de lideranças locais. Como ressalta a cooperada Ivete, aprende-se *a ter visão de liderança* por meio da *experiência* que *dá coragem* e *atitude!* Disponibilidade certamente incorporada pelas redes de apoio e fomento aos movimentos sociais e comunitários.

Inclusive é notório para os próprios cooperados as transformações que ao longo do tempo se deram nos colegas durante a vivência do cooperativismo como as que ressaltam no ex-presidente Zé Carlos. Enfatizam que *o Zé nem falar falava! Não abria a boca!* E hoje participa ativamente das instâncias coletivas de reivindicação de direito à moradia. A cooperada Ivete também reitera o que é visto como uma superação, a sua timidez inicial vencida, a sua coragem em falar em público de forma improvisada, o seu orgulho em ser valorizada como agente comunitária a partir de um curso que realizou.

Enfim, a cooperativa mostra-se rica em oportunidades de acolhimento e de relações de ajuda-mútua principalmente para as mulheres cooperadas que em comparação aos homens estão em desvantagem no mercado de trabalho, em geral ganham menos e não possuem companheiros que assumam a responsabilidade pelo sustento familiar. Mas por outro lado possuem escolaridade relativamente maior, investem mais em alternativas de renda e em cursos de qualificação profissional. Além disso, pela forma específica como a Cooperativa Ipiíba se constituiu, esta é uma experiência que mantém diálogo profícuo com uma religiosidade de forte apelo à maioria das cooperadas, da qual o rito da oração posterior às reuniões de assembleia e demais encontros é um símbolo.

2. Condições da pesquisa

2.1. Famílias acolhedoras – a reinserção no campo

O primeiro período de trabalho de campo na Cooperativa Ipiíba se deu nos anos de 2002 e 2003, quando motivada por questões relativas às divisões de gênero na cooperativa, desenvolvi trabalho sobre os valores do trabalho e da casa que de maneira específica autorizavam a inserção das mulheres no projeto de construção coletiva a partir do cooperativismo habitacional. Relações tecidas com as famílias cooperadas que deram início ao projeto propiciaram meu retorno em 2005, quando desenvolvi a questão da construção das casas como um dos resultados desejados de um projeto maior que a englobava, ou seja, a proposição de transformações sociais a partir da transformação do ser trabalhador e de sua família através do cooperativismo e da cidadania como valor.

Procurei recuperar, então, a análise desta proposição político-pedagógica a partir de um novo retorno ao campo em 2009, quando busquei atualizá-la analisando a objetivação de uma atuação qualificada destas famílias na sociedade em que vivem. O retorno se dá também pela atualização de relações fundamentais alicerçadas ao longo do tempo com estes cooperados.

Este último retorno a Ipiíba, no início de 2009, após pouco mais de três anos de afastamento, se deu pelo recíproco acolhimento baseado em trocas de informações e relatos entre pesquisador e pesquisados, ora selecionados como "novidades", ora selecionados como "história compartilhada" por ambas as partes. Os eventos assim selecionados e enunciados assumem o importante papel da reaproximação, como não poderia deixar de ser quando relações sociais são "recuperadas". Neste sentido, são revelados não apenas para informar, mas fundamentalmente para restabelecer relações e possibilitar trocas futuras, estas salvaguardadas pela enunciação de um passado compartilhado, mas interpretado à luz do presente, como diria Michael Pollak (1989).

O que se diz nestas trocas – e o que se omite também, como presumo – interessa, portanto, ao fortalecimento dos laços de longo prazo no campo, no sentido de uma "retro-alimentação" da relação. Este processo é o que torna possível um certo tipo de etnografia que nós antropólogos desenvolvemos na atualidade nas sociedades complexas e que Ramos (1990) descreve como uma "etnografia em movimento", no sentido de uma composição dada por dados que se constroem de maneira cumulativa.

Quanto aos pesquisados destacam-se aqui principalmente os "indivíduos-chave", como ressaltou Foote White (2005), ou que se posicionam como mediadores entre nós – pesquisadores – e eles, demais interlocutores. São eles que, como ressaltou o referido autor, acabam por avalizar nossa presença e fornecer as informações suficientes a fim de que sejamos aceitos. E, na maioria das vezes, como no meu caso, não é necessário que se faça conhecer a todos os motivos detalhados do pesquisador ou as motivações específicas para se estar lá entre eles. Assim como para Foote Whyte foi suficiente explicar que escrevia um livro sobre Corneville, para mim foi suficiente dizer que venho a algum tempo estudando a Cooperativa de Ipiíba ou o cooperativismo entre seus moradores.

Mas, por outro lado, a aceitação mediada pelos indivíduos-chave não anula uma certa sensação de desconforto com as desigualdades nesta troca, no sentido de uma dívida por mim impagável e que parece crescer ao mesmo tempo em que se torna mais evidente para os cooperados, como atestam algumas das iniciativas destes mesmos mediadores na sugestão de formas variadas de colaboração, incluindo também aí representantes da Fundação Bento Rubião.

Entre lideranças da cooperativa sugere-se, por exemplo, minha maior participação nas reuniões, sob a forma de consultas ou mesmo oração de encerramento, ou ainda a redação de algum projeto específico para obtenção de financiamento. Entre representantes da ONG Bento Rubião sugere-se a apresentação da minha dissertação de mestrado para os cooperados, como um claro propósito de compartilhar com os beneficiários de programas sociais as informações, mas com um sentido pedagógico de ensinar-lhes algo ou reorientá-los em um caminho institucionalmente objetivado, o que não se coaduna com os propósitos do trabalho antropológico ou da pesquisa antropológica de maneira geral. Nestes casos, privilegiou-se o bom senso para as colaborações possíveis, tendo em vista a preservação da relação com os cooperados e o desenvolvimento da pesquisa.

Refiz, então, os contatos através da relação diferenciada com duas famílias das 37 atuais moradoras no Condomínio do Padre. Uma delas me acolheu em sua casa todos esses anos, período no qual pude participar de sua intimidade familiar, compartilhar as afinidades afetivas e vivenciar a recepção calorosa, o que me deixava completamente à vontade, mas onde também não pude deixar de experimentar a angústia da rotina

diferenciada, dos desencontros quanto ao costume e gostos pessoais. Experiências que, por caminhos distintos me possibilitaram entender determinados valores para este casal de trabalhadores que de forma específica os transmitem aos filhos. A outra família, contando com a "figura carismática" (Weber, 2000) de seu "provedor" (Agier e Guimarães, 1995) me guiou e legitimou meus passos entre os cooperados, entre os assuntos que lhes interessavam e obviamente, também a mim.

No primeiro caso trata-se de um casal com pouco mais de quarenta anos que possui dois filhos, uma adolescente com 18 anos e um menino com 8. Ele, Luiz, é gesseiro, ela, Amélia, é costureira e foi vogal da cooperativa, mas trabalha frequentemente como empregada doméstica, inclusive já trabalhou nesta função por curto período em minha casa, o que veio a fortalecer ainda mais nossa relação de confiança e a legitimidade para o fato de eu me hospedar sempre em sua casa, em detrimento das demais. Minha ligação com esta família dá-se, então, fundamentalmente através da cooperada Amélia. Eles carinhosamente me acolheram em sua casa em períodos mais intensos da pesquisa ou quando simplesmente desejei vê-los ou ainda quando eles desejam que eu participe de alguma festividade familiar ou organizada pelos cooperados.

No segundo caso trata-se de um casal da mesma faixa etária do anterior e com uma prole maior por conta de outra relação da esposa que gerou filhos criados pelo atual marido. Este se chama Zé Carlos e é pedreiro, a esposa se chama Luzia e é enfermeira. Eles possuem cinco filhos entre 18 e 24 anos, quatro morando com eles e um, com um novo núcleo constituído, mora próximo a eles no espaço no condomínio, em uma pequena casa semi-acabada construída com recursos próprios.

Mas o cooperado Zé Carlos, em especial, diferencia-se dos demais porque possui uma trajetória de liderança importante na cooperativa que vem crescendo com o tempo. Foi primeiro presidente da cooperativa por duas gestões consecutivas, de 2005 a 2008, gozando de grande apoio e credibilidade entre os cooperados. A partir de então passou a participar da União Estadual por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro e hoje é coordenador estadual neste movimento. É também diretor financeiro da Associação Habitacional São Pedro de Alcântara e suplente de Dona Édina – secretária desta associação e representante da igreja católica juntamente com o padre João – na

Secretaria do Meio Ambiente de São Gonçalo. Mais recentemente, no ano passado, passou a ser conselheiro do Conselho Estadual de Habitação deste estado.

Assim, nesta última família meu elo é o cooperado Zé Carlos, mas a relação que nos une baseia-se mais no encontro entre sua vivência da questão política da habitação e meus interesses acadêmicos pela mesma questão. Os convites que partem dele são, então, de outra ordem, perseguem minhas supostas expectativas pelos encontros e eventos institucionalizados, pautados naqueles mesmos interesses.

Trata-se de uma família com a qual desfruto de uma relação intermediária, tendo em vista a que estabeleci com a da cooperada Amélia e com o restante dos núcleos familiares residentes. Como não permaneço por muito tempo em sua casa, não compartilho de tanta intimidade familiar, mas, por outro lado, sendo ele uma referência para os cooperados, pelo status de confiança e admiração que desfruta entre eles, as afinidades "eletivas", se assim posso dizer, transformam-se também, facilmente, em afinidades afetivas. O entusiasmo e a seriedade com que ele trata das questões habitacionais transbordam em preocupações com os outros, atitude valorizada entre os demais cooperados como eles mesmos puderam me relatar nos depoimentos.

Meu retorno deu-se, então, não somente, mas principalmente, através destas duas famílias, com as quais minha recepção pessoal e "institucional" se entrelaçava. Com a família da cooperada Amélia eu combinava minha chegada, minhas acomodações, minha partida e conversávamos sobre os acontecimentos familiares, mas também sobre as expectativas quanto à cooperativa. Com o cooperado Zé Carlos, eu combinava os possíveis encontros – e desencontros –, as oportunidades de trabalho e conversávamos sobre as novidades cooperativas, mas também sobre assuntos pessoais, principalmente quando estava entre seus familiares.

Fui, então, imediatamente sinalizada para algumas mudanças e acontecimentos importantes da cooperativa, tais como uma nova diretoria, cuja suspeitada eleição não teria contado com o respaldo da maioria dos cooperados e cujas assembleias originadas a partir de então não teriam a participação necessária e desejada, sendo, por vezes, até mesmo não realizadas por falta de quorum mínimo como eu mesma vim a presenciar posteriormente. Alguns moradores também haviam sido substituídos por outros.

Três representantes homens haviam passado a titularidade da casa para as respectivas esposas e um outro cooperado que representava duas casas, uma para si e

outra para sua mãe, após o falecimento desta resolveu repassá-las e mudou-se com a família. Uma das casas deste último morador ficou sob a responsabilidade de um sobrinho e a outra foi assumida pela irmã de duas moradoras do condomínio que construíram suas casas com recursos próprios para que lá pudesse morar um casal idoso, seus pais. Os familiares que lá moram cotizaram-se para a compra da casa para que os pais que moravam em outro bairro de São Gonçalo pudessem ser assistidos mais facilmente. Outro morador, um jovem cooperado, também mudou-se e negociou o investimento na casa com um casal, filhos de cooperados, que precisavam de uma casa porque constituíram novo núcleo.

Além disso, um súbito falecimento de uma cooperada com apenas 33 anos também determinou a passagem automática, mas provisória, da casa para o ex-marido, visto que os dois filhos em comum do casal e que com ela moravam são ainda menores de idade. O seu atual companheiro teve de deixar a casa e o ex-marido a assumiu. Este, casado inclusive com a irmã mais nova da cooperada falecida, com a qual possui mais duas filhas, mudou-se para lá com toda a família, para salvaguardar os direitos dos filhos, agora órfãos de mãe. Eles teriam sido, inicialmente, mal recebidos pelos outros cooperados ligados afetivamente à sua ex-esposa, mas depois a família foi aceita pelos demais.

Outros três cooperados faleceram, dois homens e uma mulher. Todos eram casados, mas apenas um dos homens era titular da casa, determinando também a passagem dos direitos para a respectiva viúva. Dois falecimentos ocorreram ainda na época de meu retorno e foram muito sentidos pelos cooperados. Em um caso, tratava-se de *excelente pedreiro, homem muito trabalhador,* como ouvi mais de uma vez, que inclusive fazia grande parte das obras de reforma ou ampliação do espaço das casas dos colegas moradores. O outro falecimento testemunhado foi o da esposa do então presidente da cooperativa, a qual parecia gozar de maior status entre os moradores que o próprio marido. Este chegou a ser acusado, principalmente pelas mulheres, de negligência no tratamento da esposa e de *orgulhoso* por esconder a gravidade da doença dela.

Entre os cooperados é bastante comum o relato de que *em casos de necessidade de ajuda*, principalmente nos casos de doença, todos estão dispostos a ajudar independente das diferenças que possam ser reconhecidas nas relações com os outros.

Estas devem ser convenientemente suspensas a partir destas ocorrências que autorizam a maior circulação nas casas uns dos outros, principalmente entre as mulheres. As mesmas que ponderam sobre a propriedade da evitação de visitas demasiadas, a fim de que se mantenha a privacidade do núcleo familiar e o status feminino de mulher voltada para o lar e para o bem-estar da família, se mobilizam no apoio a quem precisar circulando entre as casas, inclusive para a cotização nos casos de doença como se deu no caso da esposa do presidente, neste caso infelizmente em vão porque tardiamente.

Apenas um dos falecimentos não parece ter sido tão sentido pelos demais cooperados. O de um homem com 55 anos de idade, marido da cooperada Ivete, muito atuante em termos de mobilização comunitária, envolvida que está, desde o início da cooperativa, com encontros e redes de assistência e desenvolvimento comunitário, tendo, inclusive, gerado algumas iniciativas locais para geração de renda, como horta comunitária, uso produtivo de reciclagem de lixo etc. Diferentemente dos outros casos, este homem não faleceu subitamente, já estava muito doente há algum tempo e sua esposa, anteriormente obrigada com cuidados cotidianos enquanto ele esteve doente, ressignificou sua morte ao revelar para todos o quanto sofreu em segredo todos os anos em que viveram juntos, revelando sua personalidade agressiva e ciumenta sob efeito do álcool do qual era dependente.

Sua versão relativizadora da relação conjugal mantida, autorizando assim a relativização pelos demais companheiros cooperados, revela que ele não aceitava sua independência, a tolhia nas atividades extra-familiares que fazia em nome da cooperativa e em suas viagens e encontros através dos quais fazia conexão com outras redes sociais. Entretanto, ela observa que procurou preservar seu casamento em nome das filhas ressaltando um sentido de abnegação e projetando suas forças pessoais em forças divinas. Disse que conseguia tudo o que queria, não deixando nunca de fazer o que pretendia porque utilizava a estratégia do não confronto, do *ficar calada*, do *saber lidar*, como ressalta. Este é um argumento já analisado por Rocha-Coutinho (1994) como parte das estratégias femininas para uma liderança sutil e para a preservação da autoridade pública do homem, da qual a mulher também sabe tirar proveito.

Outros acontecimentos, mais felizes, também logo transmitidos teriam renovado a cooperativa. A interpretação espirituosa da cooperada Luiza de que *a cooperativa teria dado cria,* sinalizava para uma terceira geração, a dos filhos de filhos de

cooperados que lá teriam nascido. Ela mesma teria sido avó pela primeira vez, juntamente com as cooperadas dona Rosa e Ivete e as respectivas esposas do ex-presidente Zé Carlos e do então atual Genilson.

No caso do presidente Genilson, dois de seus filhos tiveram filhos. Seu filho mais velho, um rapaz com 24 anos, hoje casado com a filha da cooperada dona Rosa e possui já um casal de filhos, com 4 e 2 anos e moram em uma casa que foi de um cooperado desistente. Sua outra filha com 16 anos é também mãe de uma menina com 2 anos e é mãe solteira. Morou algum tempo com o pai e a madrasta que veio a falecer recentemente como descrevi anteriormente. Quando a madrasta faleceu a menina decidiu mudar-se para a casa da mãe que mora em outro bairro da cidade de São Gonçalo.

O filho do cooperado Zé Carlos possui um filho também com 24 anos que mora com sua jovem esposa próximo aos pais. A filha da cooperada Ivete, com 23 anos, também se casou e possui uma filha com 4 anos. Mora próxima à mãe, mas fora do condomínio. A filha da cooperada Luiza, com 20 anos, tem um bebê com menos de 1 ano, é mãe solteira e mora com a mãe e o padrasto que possui também uma casa em seu nome na cooperativa. Esta casa já veio a ser ocupada por sua mãe e um irmão que veio do Maranhão, mas eles tiveram que ir embora porque a casa precisa ser comprovadamente habitada pelo titular. Hoje ele se desdobra entre a sua casa e a da cooperada Luiza, com a qual deseja morar.

Assim, na medida que os filhos que hoje se concentram na faixa etária entre 11 e 20 anos – numa proporção aproximada de 60% dos filhos que vivem com os pais – dão origem a novos núcleos e geram filhos, buscam outras casas que sejam próximas às dos pais. A maioria, mesmo os que estão morando provisoriamente fora do condomínio, buscam formas de financiamento de casas equivalentes a dos pais. Além disso, parentes vindos também de outros estados – como em outro caso em que uma cooperada abriga provisoriamente um sobrinho em sua casa que veio de Pernambuco para trabalhar – podem vir a buscar caminhos semelhantes. No momento, para futuros moradores, abre-se a perspectiva de financiamento com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Alguns destes novos casais, filhos de cooperados, já conseguiram cadastrar-se.

Entretanto, algumas filhas de cooperadas tornaram-se mães solteiras e passaram a morar com as próprias mães, reproduzindo o perfil das mulheres cooperadas, maioria na cooperativa. Mas a reprodução do perfil familiar pelas filhas, por sua vez, não impede que futuramente venham a constituir novo núcleo familiar ou como solteiras possam concorrer a formas de financiamento para famílias de baixa renda que cada vez mais, sob pressão dos movimentos populares do campo habitacional, privilegiam as mulheres como titulares de casas populares (cf. NEVES, 1985 e Woortmann, 1987 para famílias matrifocais).

2.2. O caso moto-táxi – adaptação ao campo

Minha percepção de mudanças no espaço do Condomínio do Padre e dos novos acontecimentos ou o seu detalhamento pelos cooperados se deu pela minha readaptação ao campo. Minhas primeiras tentativas de visita, fundamentalmente àquelas duas famílias, me fizeram pensar sobre mudanças que afetavam o entorno, às quais as famílias pareciam ter se adaptado ou naturalizado, como o crescimento populacional em detrimento de estrutura urbana como oferta de comércio e serviços públicos. Estou me referindo principalmente ao transporte alternativo clandestino de moto-táxi que, dada a precariedade de oferta de transporte público regular para os moradores de Ipiíba, passou a ser oferecido a eles.

Feitos, então, os primeiros contatos por telefone, o moto-táxi me foi sugerido pelos cooperados Zé Carlos e Amélia como alternativa para chegar da estrada RJ 106, a caminho de Maricá, na altura de Ipiíba, onde o ônibus me deixava, até o condomínio, percorrendo a partir de então um curto percurso de aproximadamente 2 Km e meio em estrada de chão. Mas ao atravessar a estrada e procurar pelo ponto do moto-táxi me deparei com alguns jovens rapazes sentados em uma esquina em frente a uma fábrica desativada da Firense. Estavam próximos a um orelhão através do qual recebiam chamadas dos moradores como vim posteriormente a saber.

Em uma estrutura improvisada havia uma placa com a inscrição “Ponto de moto-táxi MC Marcinho” e apenas uma moto visível. Mas só resolvi perguntar pelo Condomínio do Padre depois que avistei um passageiro tomando a tal moto. O motorista me perguntou se eu o conhecia e em seguida disse que *era longe*. Eu o desmenti dizendo que já tinha inclusive caminhado até lá e que de moto-táxi não deveria

ultrapassar 5 minutos – isto quando não chovia, porque do contrário as estradas ficam cheias de lama. Disse para eu esperar que logo viria uma moto para me buscar. Tive, então, tempo para avisar ao marido da cooperada Amélia que estava a caminho. Ela e a filha, como todo domingo pela manhã, estavam assistindo à missa em igreja católica próxima a Ipiíba. Com o telefonema buscava não apenas comunicar à família que chegaria de moto-táxi, mas também informar indiretamente ao grupo de rapazes de que sou conhecida no lugar e de que certamente alguém me aguardava.

Durante o percurso fui conversando com o jovem que chegou para me buscar, o qual me pareceu "mais simpático" que os demais, conforme meus juízos de valor inevitavelmente etnocêntricos neste momento em que estava realmente com medo de fazer uso deste tipo de transporte, embora parecesse conhecido dos cooperados e demais moradores. Enfatizei o fato de que era conhecida no lugar, que já havia acompanhado a cooperativa anteriormente, sob condições piores, quando não havia ainda moto-táxi e tinha que andar um bom trecho a pé. Ele, por sua vez, falou das condições de trabalho, disse que *é o primeiro a chegar e o último a sair* e explicou que a falta de ônibus suficientes se deve à má estrutura das estradas e a baixa lucratividade para a empresa com o transporte local visto que, segundo ele, não haveria também passageiros suficientes. Mas dei minha opinião a favor da "comunidade" – como ressaltaram alguns cooperados durante entrevistas –, sobre seu crescimento demográfico desde que eu visito a região, da necessidade de se implementar infra-estrutura local.

Chegando à cooperativa revi a família da cooperada Amélia e a do Zé Carlos e alguns outros cooperados. Com exceção das crianças, que estavam maiores e algumas haviam se tornado adolescentes, a maioria deles havia mudado pouco. Entreguei alguns presentes, atualizei informações, conversei com alguns e, principalmente, com Zé Carlos sobre os novos projetos locais. Participei também de uma reunião de assembleia e, de volta pra casa, utilizando novamente moto-táxi, fiquei mais uma vez apreensiva pelo que presenciei.

Outro motorista, chamado por telefone, veio me buscar na casa da cooperada Amélia e sob os seus olhos cuidadosos me orientou para eu não queimar a perna na motocicleta. Mas o motorista não seguiu, pediu permissão para parar na casa da cooperada Carmem. Ele esperava pelo irmão dela que saiu da casa acompanhado do

filho da cooperada Dona Filomena, o qual ainda não conhecia porque veio a morar com ela enquanto estive afastada do campo.

Então, os três iniciaram uma conversa sob códigos ingênuos, assim imagino, ao menos para mim que estava no banco de trás ouvindo. Os dois moradores perguntaram ao motorista: *E aí?* O qual retrucou: *Eu que pergunto! E aí?* O filho da Dona Filomena explicou que só teria dinheiro na sexta-feira próxima. Então, o motorista lançou a pergunta: *Quantas pizzas-brotinho vocês vão querer?* Com uma pausa um deles respondeu: *Não sei!* E depois: *Cinco! Eu já trago* – respondeu o motorista. Diante disso os outros dois comemoraram batendo palmas e rindo: *É pra agora!! Vai trazer ainda hoje!!* Despediram-se e nós seguimos caminho para o ponto de ônibus.

Ficou claro que não se tratava de "pizza-brotinho"! E eu, a partir de então, fiquei com muito medo pelo o que podia acontecer no caminho. Fiquei imaginando coisas, que ele poderia parar em algum lugar para receber algum tipo de material ilegal ou sermos interpelados por alguém. Mas o pior – por causa da minha insegurança – estava por vir.

Confirmei com ele o que havia me dito Zé Carlos sobre a regularidade do ônibus Castelo que eu deveria tomar, retornando ao Rio de Janeiro. O rapaz passou em frente a um bar, próximo a um CIEP local, e de lá assoviaram pra ele. Reconheci o bar, existe desde da época que iniciei minha pesquisa por lá. Mas quando ele decidiu *cortar caminho por causa da lama* – havia chovido muito – não reconheci a pequena rua de chão, diferente do acesso tradicional. Só posteriormente me lembrei que eu mesma já havia passado por lá anteriormente. Mas sob medo não me lembrei. Pelo contrário, argumentei que na ida à cooperativa o outro motorista não havia passado por lá e insisti para que não cortasse caminho. Quando pedi "por favor", olhou pra mim e sem dizer mais nada, atendeu ao pedido.

Para "quebrar o clima" puxei conversa. Falei da importância do transporte alternativo e tudo o que havia falado antes com seu colega de trabalho. Ao falar da iniciativa da cooperativa em reivindicar melhorias para o bairro, como infra-estrutura e transporte público, ele foi pessimista dizendo que não irá melhorar porque a atual prefeita da cidade, reeleita, não fez nada em benefício da localidade durante o mandato anterior e não irá fazer agora. Relato reproduzido pelos demais colegas e também por alguns cooperados no que se refere ao descrédito na política local. Antes de chegarmos ao final do percurso ele me garantiu que aquele desvio de caminho era normal com os

moradores de lá, mas me confidenciou que, apesar de haver "pagamento de policiais" pelo serviço clandestino de moto-táxi, eles sofrem represália dos mesmos, de modo que as motocicletas não ficam à vista dos passageiros. Há uma rotatividade que assegura que elas não permaneçam no ponto por muito tempo.

Cheguei a cogitar, junto com minha orientadora, outra forma de chegar à cooperativa, como ser acompanhada de mais um pesquisador ou chegar de táxi, mas a segunda opção não seria muito conveniente porque além de custar muito caro, talvez comprometesse minha relação com as famílias. Entretanto, com o passar do tempo, acabei me adaptando ao transporte e tornei-me mais segura com relação aos *meninos* – como as mulheres se referiam aos rapazes das motos-táxi. Como os cooperados, passei a confiar neles a ponto de seguir recomendação de que durante os finais de semana, quando não havia movimento de comércio no bairro, permanecesse próxima ao ponto de moto-táxi enquanto meu ônibus não chegasse. Estaria assim bem acompanhada e relativamente protegida.

A maioria dos *meninos* era gentil e conversávamos durante o percurso sobre o clima muito quente durante o dia e frio durante a noite – a amplitude térmica é comum nesta área cercada de verde e longe do mar -, sobre o meu trabalho na cooperativa e as dificuldades de acesso. Em pouco tempo todos já sabiam que eu *escrevia uma tese sobre a cooperativa.* Assim presumo, já que alguns deles, com quem eu ainda não havia falado, me perguntavam sobre a tal tese e me desejavam bom trabalho.

Um dos rapazes chegou a qualificar a relação com os pobres – classificando os moradores locais como tais – contrapondo-a à relação mantida com pessoas de outras classes sociais. Relatou uma experiência pessoal para exemplificar o fato de que as pessoas pobres seriam mais receptivas e afetivas, sendo naturalmente *boa gente,* enquanto as demais nem sempre seriam. Contou que não guarda boas lembranças de quando trabalhava subordinado a pessoas que ocupavam cargos de gerência ou administrativos. Elas o teriam tratado mal. Mas, por outro lado, já pôde contar com a receptividade de gente pobre em Campos quando, em função de uma festa na cidade, hospedou-se em casas destas pessoas que nem mesmo o conhecia.

Então, resolvido o problema com o transporte ou tendo sido por mim "naturalizado" durante minha permanência no campo para aqui ser recomposto como problema metodológico, sinalizo para seu efeito sobre mim. Tal experiência me alertou

para a insegurança das famílias quanto a "perigos" representados sob a figura de novos cooperados, parentes dos demais e sob os quais não se teria o mesmo controle ou nível de conhecimento. Com quem não se havia partilhado da experiência familiar do mutirão de obra, como aconteceu com os antigos. Sendo este um assunto delicado, não deveria perguntar pelos indícios de tais perigos, mas aos poucos pude juntar as peças e compor o quadro sutil da representação dos riscos impostos pelas mudanças locais, relatados amiúde ou em sigilo.

Assim, certo dia, ao visitar o entorno do condomínio com a cooperada Clara, entramos em um estabelecimento para que a filha dela pudesse usar o banheiro do espaço. Enquanto eu conversava com um senhor, morador do bairro, em frente ao local, lá dentro Clara conversava com outra cooperada. Entrei e tentei participar da conversa que acontecia como se contassem algum segredo. Elas falavam sobre as condições de insegurança no condomínio e da necessidade de relatar isso oficialmente à Fundação Bento Rubião.

Falaram que há filhos e irmãos de cooperados viciados em drogas e relataram um episódio que seria emblemático desta sensação de insegurança a partir de então. O filho de uma cooperada, devendo a fornecedores de drogas, teve sua casa invadida por cobradores da dívida que ameaçaram matá-lo, mas sua mãe teria implorado pela vida dele e o escondido no banheiro, salvando sua vida. Ele se distinguiria dos demais *viciados* porque iniciava um pequeno tráfico no local. A cooperada que relatou este caso temia que houvesse uma tragédia no condomínio porque as pessoas que estivessem, por ventura, próximas a episódios deste tipo também correriam riscos. Levantaram ainda a questão das motos suspeitas que circulariam durante a noite pelo condomínio cujo livre acesso funcionaria como rota para atividades ilícitas.

Disseram que tinham interesse em conversar sobre este assunto com a Fundação Bento Rubião porque a responsabilizavam pela falta de controle sobre familiares de cooperados e temiam que acontecesse o mesmo com as novas 88 famílias pleiteantes à ocupação de casas no terreno da Associação São Pedro de Alcântara, onde se estabeleceram as primeiras famílias cooperadas.

O atual presidente da cooperativa, em entrevista, também havia abertamente alertado para o problema de *alguns viciados* no condomínio quando falava sobre problemas do bairro. Como em outras circunstâncias voltou a afirmar que ainda não há

traficantes em Ipiíba porque lá também haveria *milícia* atuante. Destacou o fato de ter, inclusive, intercedido junto a esta suposta *milícia* pela vida do irmão de um dos cooperados, somente por consideração a este último que é muito querido por todos. O tal irmão, que não cheguei a conhecer, teria vindo de outro Estado acompanhado da mãe para lá morar e teria envolvimento com drogas.

Como ele ressaltou, tal *milícia,* como classifica, seria de um tipo específico. Seria constituída por policiais aposentados que lá foram morar e que, procurando "zelar" pelo lugar que moram, não cobram aos moradores por nenhum "serviço", diferenciando-se assim das que atuam em outras regiões pobres da grande Rio, principalmente na zona oeste da cidade, como sabemos. De fato, como vim a saber mais tarde pela secretária da cooperativa, estes policiais aposentados moram em um condomínio aberto, vizinho ao da cooperativa, constituído por casas diferenciadas, lotes maiores e sítios. Algumas destas casas seriam ocupadas apenas durante os finais de semana ou em períodos determinados.

O presidente não parecia tolerante com esta situação como eu mesma vim a presenciar em diferentes ocasiões. Dono de uma personalidade forte – motivo inclusive de insatisfação dos moradores e muitas acusações de *autoritarismo* – cheguei a presenciar, durante uma reunião de assembleia, uma discussão entre ele e o cooperado envolvido no episódio relatado anteriormente pelas cooperadas. Enquanto este o acusava de *não gostar* dele*,* aquele falava sobre *certas verdades* que ele devia temer. O motivo público da discussão que se colocava em apreciação era a propriedade ou não da obra realizada na casa do cooperado, que destoava das realizadas nas demais. O presidente, sob vários motivos alegados, colocou-se veementemente contra a construção. Entretanto, as acusações de ambos refletiam uma rixa pessoal.

Então, seja sob a figura ameaçadora de supostos "traficantes" ou, por outro lado, de sugestivos guardiões "milicianos", o que se coloca como questão é o risco simbolizado pelos "de fora" e o desejado controle moral das famílias. Discussões frequentes sobre a "ocupação" dos mais jovens, outrora ocupados na época do mutirão com pequenos projetos paralelos ou com as festividades locais, que reproduziam motivos coletivos, refletem esta preocupação. Aliás, os exemplos parecem evidenciar que os envolvidos com tais experiências anteriores não percorrem facilmente caminhos entendidos como desviantes do moralmente desejado.

Segundo Pereira (1979), as funções simbólicas deste tipo de ocupação, como o artesanato, por exemplo, extrapolam seu viés econômico. O *estar ocupado* pode assim "representar uma forma de controle social", se revestindo de todo um significado preventivo contra a "ociosidade", vista em geral pela classe trabalhadora como a fronteira entre o mundo do trabalho e a "vadiagem", a ser prevenida (cf. Duarte, 1988; Guedes, 1997; Zaluar, 2000).

Estes e outros entendimentos, advindos das experiências em campo, refletem uma conquistada relação de confiança com os cooperados, a qual foi tecida não apenas por meio da disponibilidade dos cooperados em aceitar minha presença, mas também pela minha própria disponibilidade em deixar-me ser aceita. Em enveredar-me pelas relações estabelecidas entre os cooperados, quando ainda construíam as casas, mas, principalmente, pelas relações cotidianas e familiares no lar da cooperada Amélia, experiência cheia de acolhimento, sem a qual não seria possível todo o trabalho de pesquisa.

2.3. Relações de pesquisa – os imponderáveis, as ambiguidades

Assim, o retorno à cooperativa foi marcado por sentimentos ambíguos. Enquanto alegrava-me por poder rever as pessoas das quais sou próxima e pelas quais mantenho reais sentimentos de carinho, zelo e respeito, por outro lado, preocupava-me, inicialmente, pelas condições de segurança – aqui enunciadas – e depois pelos inevitáveis desconfortos e angústias advindos dos contextos em campo. Condições que, clássicas nos questionamentos antropológicos e metodológicos, são produto da vivência de contrastes entre maneiras de viver e conceber discrepantes, as quais atualizadas na relação cotidiana, evidenciam, pela experiência de pesquisa, sua ambiguidade característica. Ou seja, ao mesmo tempo em que revelam-se, para o deleite da percepção antropológica do pesquisador, como valores específicos a seus nativos, também afirmam-se à revelia dos valores e costumes daquele.

Tais experiências assim vividas são afirmadas "no corpo e na alma" do pesquisador enquanto tal, tendo em vista o doar-se sob estado de permanente tensão e alerta exigido do pesquisador em observação participante. Mas elas acabam por ganhar novo relevo quando digeridas a posteriori, ou seja, sob as condições de produção de sentido dadas pela análise etnográfica. Entretanto, em campo, ainda que com certa

ambição de controle sobre atividades programadas, deve-se se deixar levar pela rotina alheia, percorrendo caminhos estranhos, cuja sinalização só se manifesta como tal à medida que é possível incorporá-la como signo. O que se dá pela insistência no percurso, feito o percurso do analfabeto pelas hipóteses silábicas até o completo reconhecimento do sistema linguístico.

Assim, quando comecei a conviver na cooperativa estava tal qual uma criança escrevendo a palavra elefante com grafias indecifráveis, mas cobrindo toda a extensão horizontal de uma folha, em analogia com o dado concreto de que ele é de fato um animal grande. Então, o que acontecia de concreto na relação com os cooperados, só depois pode revelar seu significado simbólico, ainda que eu estivesse lá, como a criança, disposta a produzir um sentido possível para o trabalho proposto.

Lembro-me dos percalços passados quando comecei a passar os finais de semana na casa da cooperada Amélia. Ela e a filha costumam frequentar missa aos domingos de manhã em igreja católica de bairro vizinho. Certo dia, acompanhei as duas. Saímos todos em jejum bem cedo e caminhamos longo percurso – para mim que não estava acostumada, é claro – e passamos por estradas de chão, por vezes cortando caminho mato adentro. Inevitavelmente, ao retornar, passei mal, a sensação de fome deu lugar à fraqueza e mal estar e Amélia parou na casa de uma conhecida que vendia leite engarrafado para lhe pedir algo pra eu comer e levar leite pra casa.

Para mim era absolutamente estranho não tomar café pela manhã, ao ponto que para a família parecia não ser. Entretanto, sua filha adolescente, Kelly, chegou a passar mal algumas vezes no colégio por ignorar esta refeição do dia. Ela mesma chegou a confidenciar que às vezes chegava em casa com tanta fome que repetia muitas vezes o almoço, de forma que voltava a passar mal, neste caso pela razão contrária. Depois destes episódios, sua mãe chegou a levá-la ao médico, o qual diagnosticou anemia, e passou a chamar sua atenção para a necessidade de se alimentar para evitar tais transtornos.

Mas o problema é que, para a família, o essencial parece ser o almoço e o jantar, refeições indispensáveis, enquanto que as demais são irregulares porque não prioritárias, variando em função de *melhora de situação*, como me alertou a jovem Kelly diante de minha preocupação com sua saúde. Então, ao mesmo tempo em que há, de fato, um zelar pelo seu estado de saúde, por outro lado, como eu mesma presenciei, há um certo

controle racionalizado dos alimentos disponíveis, cuja seleção, em sua maior parte, não leva em consideração o valor nutricional dos mesmos. O casal, seus pais, não conversam comigo sobre isso, mas sua filha diz que *o leite*, por exemplo, quando há, é, prioritariamente, para seu irmão mais novo.

Evidentemente, minha colaboração financeira à família sempre foi uma preocupação frequente e depois da evidência física de minha distância quanto aos costumes alimentares, a família passou a se preocupar também comigo, o que gera um inevitável constrangimento de minha parte. Embora não seja grande sacrifício me adaptar ao tipo de alimentação que é tradicional na classe trabalhadora, farta em carboidratos em uma única refeição – visto que compartilho de mesma origem social, embora tenha ao longo do tempo de fato me afastado de alguns de seus hábitos – ainda tenho certa dificuldade para me adaptar aos intervalos entre as refeições, excessivamente longos, o que parece ser compensado pela quantidade proporcionalmente ingerida durante as principais.

Investi neste tipo de relato, que exemplifica os "imponderáveis" do trabalho de campo, também porque mais recentemente, quando retornei, algumas queixas de cooperados quanto à carência alimentar das crianças locais, da necessidade de emprego para os pais e de cursos de qualificação para os jovens, contrastavam com os investimentos realizados nas casas pela maioria deles. Com algumas poucas distinções, através das quais se sobressaem poucas famílias pelo maior investimento, quase todas as casas[25] agora possuem pelo menos muro nos fundos e cercas de material variado na frente, de forma que não é mais possível ter acesso a outra rua, atrás das casas pelo quintal delas. Além disso, as casas estão em permanente construção. As ampliações acontecem para os fundos em forma de área de serviço ou outros cômodos, como quartos e, principalmente, ampliação da cozinha, considerada muito pequena pelas famílias.

Algumas destas famílias se destacam por construções adiantadas, pelo investimento em garagem ao lado da casa, em portões de madeira à frente e em cisternas nos fundos. As famílias que conseguiram construir cisternas, por exemplo, são vistas

[25] As casas, ao término das construções, possuíam 46 m² com uma sala, cozinha, banheiro, dois quartos e uma varanda à frente. A área do terreno, 120 m², a que cada família tem direito, na época era livre de limites físicos.

pelas demais como privilegiadas já que a falta de água encanada e a saturação do poço artesiano são motivos atuais de desentendimentos cotidianos pela disputa da pouca água disponível. Embora este seja um problema específico que parece que está para ser resolvido[26], ele aponta para diferenças entre cooperados que, ao mesmo tempo em que alimenta o ressentimento em alguns casos, encoraja o desejo de superação pessoal em outros, em favor da valorização da casa.

Assim, apesar das dificuldades financeiras que atingem as famílias – como há de se presumir pelo rendimento familiar médio entre ½ e 2 salários mínimos[27] –, as economias possíveis parecem ser destinadas ao investimento na casa e não em alimentação ou vestimenta, por exemplo, que são preocupações secundárias. Além do aporte de valorização financeira da casa com reformas ou ampliações, elas parecem ter uma utilidade extra que indica outras valorizações para o tipo de construção lenta e contínua que é comum aos membros da classe trabalhadora. Os cômodos, durante seu processo de construção, são utilizados provisoriamente para outros fins enquanto não são terminados.

Por exemplo, a cooperada Amélia construiu mais 3 cômodos na casa, estendendo-a para os fundos, que estão em fase de acabamento e futuramente darão lugar a uma cozinha, um banheiro – mudando-os de lugar – e mais um quarto para o filho mais novo. Mas atualmente o espaço é utilizado como área de lavanderia e também para trabalho pessoal com costura de roupas. Mais recentemente, em fase mais adiantada da cozinha, o fogão pode migrar para o novo espaço e as refeições passaram a ser preparadas lá, enquanto que as louças eram ainda lavadas na pia antiga e não na nova, em construção.

Semelhantes deslocamentos acontecem nas casas de outros cooperados. O mesmo se deu, por exemplo, com a nova cozinha da cooperada Clara que funcionava provisoriamente em concomitância com a antiga. E nos fundos da casa do cooperado

---

[26] Como a aprovação do projeto de construção das demais casas depende de projeto paralelo de infra-estrutura local, a CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos), em acordo com os moradores, se responsabilizou pela obra de encanamento do espaço do condomínio, sob despesas com material custeadas por eles, o que se viabilizou via doação privada holandesa adquirida por meio de contatos pessoais do padre João.

[27] A renda familiar da maioria das mulheres titulares das casas é menor quando comparada a dos homens. Enquanto as primeiras concentram-se na faixa de ½ a 1 salário mínimo, os segundos concentram-se na faixa de 1 a 2 salários mínimos, com uma parcela considerável chegando até 3 salários mínimos. Estou aqui considerando o valor do salário mínimo no início do ano de 2009.

Fernando, o cômodo que foi construído de maneira independente servirá no futuro de copa e cozinha, mas no momento da pesquisa servia de depósito para a família e também de local para trabalho e estudos, com mesa e computador. Também na casa do presidente Genilson um *puxadinho* em provisão aos filhos no futuro serve hoje pra guardar material próprio da cooperativa.

Assim, estando abrigada na casa da cooperada Amélia e compartilhando de sua intimidade familiar pude estranhar e ser estranhada, mas também relativizar distanciamentos e permitir relativizações, a fim de que, por um lado, pudesse entender significados inerentes ao contexto particular de interação e, por outro, permitir um contexto de aceitação e, porventura, amizade. Contexto este que não se refere às já tão propaladas críticas sobre a ideia ingênua de uma sensibilidade fundamental, inerente à experiência etnográfica, baseada nas possibilidades e riscos de uma identificação total com o nativo (Geertz 1997, Goldman, 2003). Mas que, sem desconsiderar as implicações de tais sentimentos em experiência de pesquisa, principal motivação para sua eventual ocorrência, não nega que o próprio estado de abertura a que o pesquisador frequentemente se impõe em trabalho de campo, colabora para que tais sentimentos de fato surjam.

Tais relações de confiança, de amizade, de trocas afetivas e, inclusive, econômicas, foram as que propiciaram, por exemplo, metáforas como as do tipo que eu sou a outra *filha* do casal e que *faço parte da família,* com extensão explícita a meu marido que chegou a conhecê-los. Metáforas que me autorizam a circular em sua casa "como se fosse de casa" – esta é a mensagem – embora, de fato, nunca venha a ser.

Vivenciando, então, um pouco da intimidade desta adorável e acolhedora família – um porto-seguro como foi, por exemplo, para Foote Whyte (2005) a família que o acolheu – tive a oportunidade de apreender alguns de seus valores que se referem à criação dos filhos, à relação entre cônjuges e à apreciação dos outros. O que me propiciava, também, circular no condomínio e perceber a circulação das pessoas entre as moradias. Algo naturalizado pela maioria das famílias e motivo de queixas por apenas uma delas, que parece se distanciar tanto do padrão de sociabilidade quanto do padrão financeiro das demais, um caso a parte.

Aliás, foi mesmo essa circulação, maior ainda no caso das crianças, que fez com que as entrevistas que eram em parte programadas com a ajuda da secretária Clara,

fossem de fato determinadas pelos acontecimentos imprevistos. Pelos encontros ocasionais com as pessoas na casa de vizinhos – categoria nativa que não delimita apenas o morador próximo à residência, mas abarca, em geral, todas as 37 famílias –, pelas sugestões e orientações das pessoas sobre os outros, uma vez que indicavam quem estaria ou não em casa, a rotina de cada um e com quem seria mais conveniente estar no momento. E pelas próprias crianças, porque estas eram sempre solícitas, espertas e às vezes me indicavam percursos. Além disso, estar com bebês, netos de cooperados, o que fiz algumas vezes, despertava a atenção das mulheres que vinham conversar comigo, o que pude me dar conta só depois, porque na maioria das vezes minha intenção era apenas desafogar as mães ou avós que estavam muito atarefadas.

Assim, as pessoas transitavam entre as casas por variadas razões, porque se esperava ou chamava por um filho, porque combinavam encontros de igreja, porque se visitava alguém doente ou porque, o mais comum, dada a fase de investimentos em reformas das casas, gostariam de ver o andamento da obra, o tipo de material comprado, como piso e azulejo, preço, local de compra, enfim, ter ideias para a sua própria casa. Ou podia-se ainda, no caso de quem realizava a obra, guardar provisoriamente algum móvel ou objeto na casa do vizinho.

Diante de tal estado de comunhão ou de abertura para que ele se realize, diferenciações sócio-econômicas, como as vividas pela família do cooperado Vagner, nem sempre bem vistas, contrastam com as do tipo relatado pela cooperada Amélia, visto que suas diferenciações parecem revelar valores perseguidos e mantidos pelos demais, embora nem sempre possível de serem realizados em contextos urbanos.

2.4. Hierarquia intergeracional – valores familiares

No Condomínio do Padre a maioria das famílias mantém uma forma específica de relacionamento com os filhos que preza o respeito e reverência aos mais velhos, o que se identifica pela forma de tratamento, ainda que não sejam formas polidas de falar. Estou me referindo a um tipo de hierarquia intergeracional, amplamente valorizada na relação com familiares, que parece possuir um forte enraizamento não apenas na classe trabalhadora de maneira geral, mas, sobretudo, em trabalhadores da região nordestina do país, cuja hierarquia possui forte apelo à autoridade incontestável da figura do pai e ou da mãe. A maioria dos cooperados é originária de outros estados, 65% deles, e deste

percentual mais de 50% são nordestinos. Eles procuram reproduzir nos filhos um modelo de comportamento também seguidamente avalizado pela doutrina cristã católica que, na cooperativa, possui na figura carismática do padre João seu apelo popular e extra-institucional.

Mainwaring (2004) em trabalho sobre o papel de liderança exercido pela igreja católica brasileira na associação original entre elementos tradicionais da igreja popular e uma "mensagem politicamente progressista" (p. 118), chama a atenção para a particularidade de sua atuação histórica no nordeste brasileiro, através da qual as iniciativas religiosas colaboraram para fortalecer sua "opção preferencial pelos pobres". A abordagem desta ala progressista da igreja católica pouco a pouco passou a considerar estrategicamente o catolicismo popular que é entendido como "um conjunto de práticas e crenças religiosas tradicionais que enfatiza os elementos devocionais da fé, tais como a devoção dos santos, os favores e agradecimentos materiais, o uso de símbolos particulares, ritos de devoção e ritos extra-oficiais...Essas práticas religiosas populares encontram-se fora e frequentemente em oposição à Igreja institucional" (p. 195).

Em um documento católico internacional de apoio à religião popular e de valorização de sua originalidade, ela é traduzida como "sabedoria popular com expressões contemplativas que orienta o modo peculiar como o homem latino-americano vive sua relação com a natureza e com os outros homens, num sentido de trabalho e festa, de solidariedade, de amizade e parentesco" (Mainwaring, 2004:198). Assim, como pondera o referido autor (2004:34), "a igreja popular assumiu algumas características de seita, com maior ênfase na qualidade do compromisso religioso do que na quantidade numérica dos membros participantes", embora ela não ignore preocupações institucionais. Aí é que estaria a particularidade da igreja católica brasileira, em alcançar "um equilíbrio entre a mudança e a continuidade, entre a comunidade e a instituição, entre a base e a hierarquia".

Deste modo, um modelo de educação para os filhos, referido a valores tradicionais entre os cooperados encontra respaldo em práticas religiosas, o que não quer dizer, entretanto, que o modelo como referência ideal se realize em todos casos. No caso da cooperada Amélia, natural do Ceará, estes valores tradicionais são recorrentemente afirmados por meio dos frequentes testemunhos de uma ressentida, mas também valorizada relação com os pais. Ressalta-se, por um lado, os excessos e a

rigidez na relação pais e filha, mas, por outro, a aprendizagem de valores entendidos como fundamentais, referidos que estão à *honestidade, à obediência aos pais acima de tudo, ao trabalho, à dedicação ao lar e também aos deveres cristãos*.

Tal modelo é reproduzido como conjunto de valores na relação cotidiana com os filhos. A forma de tratamento pela qual os filhos da cooperada Amélia se referem a ela e ao pai, por exemplo, tratando-os como *senhora* e *senhor* e pedindo a eles *a benção* toda noite, me remete a relações parentais profundamente marcadas pela valorização da hierarquia entre os mais velhos e os mais jovens, através da qual aos primeiros é dado o prestígio e a honra da obediência e respeito dos segundos. Tais sinais de reverência já causaram certo embaraço à jovem Kelly, sua filha, quando ao tratar meu marido por *senhor,* quando a encontramos próxima à cooperativa, em frente a um abatedouro onde trabalhava, ele brincou com a situação dizendo que estava mesmo velho. A menina levou a brincadeira a sério e veio se desculpar comigo depois dizendo que não foi sua intenção e que sua mãe assim a ensinou como *forma de respeito.*

No dia a dia, pequenas formas de controle da cooperada Amélia sobre a menina afirmam e transmitem valores familiares. São recorrentes preocupações com as tarefas de casa, com horários a cumprir, com as responsabilidades religiosas e, inclusive, com economia doméstica. A economia de água, por exemplo, é motivo pelo qual ela não me deixava lavar louça, me alertando quando eu insistia: *Deixa que você não sabe lavar! Tenho que economizar água!* Evita-se também outros desperdícios, sobretudo de alimento. Não se deve deixar sobrar comida no prato. Caso isso aconteça, como sua filha procede nos casos em que seu irmão mais novo desiste da refeição, o que sobra é guardado na geladeira para ser oferecido novamente em outro horário.

Outra forma de controle sobre a filha, o zelo pela sua castidade, revela uma preocupação em prevenir riscos representados por filhas de cooperados que engravidaram precocemente, situação interpretada como a transposição da *ordem natural das coisas* dada pelo namoro, casamento, com a constituição de família e filhos. Em contraposição, Amélia orgulha-se de comentar o que seria uma notável diferenciação da menina em comparação a outras moças do condomínio que acabam por distanciarem-se do moralmente desejado. Fez a ressalva de que não se trata que a Kelly esteja isenta deste tipo de risco, nem que seja melhor que outras moças, mas sim que ela

conta com um tipo de orientação e cuidado especial no sentido de prevenir tal situação indesejada.

Assim, certo dia, quando estávamos a sós, Amélia me contou detalhadamente como se deu a autorização para o primeiro namoro da filha, como se desejasse me dar explicações para o fato inusitado de encontrar um rapaz em sua casa acompanhando a menina. Ela o teria conhecido pela Internet. Aliás, o uso excessivo da Internet pelos filhos, até altas horas da noite – meio de comunicação e de lazer que parece se impor como um dado a todos os jovens de diferentes classes sociais –, é motivo de intermináveis discussões familiares.

Então, tendo conhecido o rapaz em uma rede de relacionamento virtual, se tornaram amigos e assim se comunicaram por muito tempo até que chegaram a se conhecer pessoalmente em um encontro casual já que moram no mesmo bairro. A interpelação do pai e da mãe sobre o tipo de relação que se estabeleceu teria começado depois que o rapaz passou a acompanhá-la quando ela voltava da escola e, principalmente, da igreja para casa. Depois disso a mãe do rapaz chegou a convidar a família para um almoço em sua casa, mas ela, junto com o marido, teria recusado, já que não a conheciam e o rapaz não teria lhes falado nada sobre compromisso. Mas deixaram a filha ir ao tal almoço. Uma vez que, finalmente, o rapaz teria pedido a eles a permissão para o namoro, estabeleceram com o casal condições para que ele se realizasse. O namoro se estabeleceria sob horários prescritos, dentro de casa e sem exageros, como Amélia fez questão de frisar ao metaforizar o exagero: *Como se o mundo fosse acabar! Feito dois cachorros no cio!*

Feito isso, em outras ocasiões, a cooperada Amélia mostrou-se em dúvida sobre as razões da filha para o namoro. Afirmou com veemência que a menina sempre teve planos de ir para o convento e estava preocupada que a escolha pelo rapaz fosse apenas para compensar certa defasagem com relação a outras moças de sua idade que já namoravam há tempo. A menina lhe teria negado essa versão dizendo que o tal rapaz era diferente de outros que conheceu porque falava em estudos e trabalho, enquanto os outros seriam desinteressantes porque imaturos e sem perspectivas e planos pro futuro.

Cheguei a desconfiar dessa versão de convento porque a menina nunca havia tocado em tal assunto comigo. Pelo contrário, só perguntava sobre cursos, pré-vestibular, faculdade e viagens. Mas sua mãe me garantiu que este sempre foi seu real

desejo e que ela sim é que gostaria de ser avó um dia. O menino, com 9 anos, é que parece entusiasmado com o novo papel desempenhado na igreja como coroinha. O que é também motivo de orgulho para sua mãe, que chegou a insistir para que eu fosse vê-lo *atuando na igreja.*

Enfim, há na cooperativa, assim como Amélia, outras mulheres muito religiosas, duas delas catequistas, que buscam incorporar filhos, demais parentes e vizinhos ao círculo religioso. Tal círculo parece oferecer à população pobre, como salientou Scott Mainwaring (2004:20), um sentido de unidade comunitária diante de novos valores disseminados na sociedade moderna. Assim ele argumenta: "O pentecostalismo trata de alguns dos mesmos problemas humanos que o trabalho da Igreja Católica com os pobres: cria um sentido comunitário em torno da fé, oferece às pessoas à margem da sociedade algo em que possam acreditar suprindo uma concepção ordeira do universo numa sociedade que atravessa rápidas mudanças".

Estes novos valores, dissolvidos que estão nos espaços de interação social, ao mesmo tempo em que colaboram para alimentar a independência e ampliar horizontes, fundamentalmente dos mais jovens, abertos às novidades, são interpretados pelos pais como perigos não localizados, que manifestam o risco do solapamento das raízes e bases morais da família. Manifestam o risco de solapar a hierarquia entre gerações que cumpre o papel da reprodução desta base moral.

A cooperada Alice, por exemplo, voltada para a educação religiosa de jovens e crianças, inúmeras vezes já manifestou sua preocupação com o futuro deles. Ressaltou o risco do enveredar por caminhos tortos, pela falta de amor e compaixão pelo próximo, pela falta de respeito aos pais etc. Riscos que delimitam, em conjunto, um certo tipo de apatia social. Até mesmo a cooperada Amélia chegou a se queixar comigo de sua filha Kelly depois dela mesma ter terminado o contestado namoro. Desabafou, então, dizendo: *Não reconheço mais minha filha! Está muito diferente, está rebelde, respondona! Troca o dia pela noite no computador! Não parece ser minha filha, não criei ela assim!*

Como para mim ela parece ser uma adorável moça, na qual só enxergo virtudes, podendo qualificá-la como persuasiva, inteligente e carinhosa, me senti compelida a opinar com sua mãe, com a qual desfruto de grande intimidade. Mas também só o fiz porque já cheguei a ouvir dela, sob outras palavras, semelhantes elogios como sinais de

distinção da filha quanto aos demais, os quais ora parecem ser bem vindos, bem interpretados, e ora questionados, quando eles parecem interferir em uma idealizada relação familiar.

Assim, embora meus próprios juízos de valor aqui não interessem no sentido de entender o que sejam verdadeiras virtudes, qualidades valorizadas, para os que com ela se relacione, intervim dizendo que, por outro lado, ela está fazendo pré-vestibular em Niterói, prestes a fazer faculdade. Está se esforçando e conhecendo novas pessoas, novos horizontes, num esforço de tornar-se independente. Disse que era normal, que seria uma fase e, com exemplo pessoal, afirmei que eu mesma havia passado por isso, que saí de casa para estudar e passei a ter novos interesses. Entretanto, lhe dei razão para o fato dela não ser ainda independente e de morar na casa dos pais, lhes devendo, portanto, obediência. A cooperada ficou feliz em compartilhar comigo suas angústias e em me ouvir. Aliás, esperava isso de mim, ainda que nem sempre seja possível, tendo em vista determinadas situações peculiares à pesquisa antropológica.

2.5. A pesquisa antropológica – implicações no campo

Intervenções como a descrita anteriormente, por outro lado, abstenções em outros casos, sinalizam para o que seria ou não possível ser dito em contexto de trabalho de campo antropológico ou o que seria ou não conveniente. Se em alguns casos, como os já aqui relatados sobre as situações de segurança em campo, minhas próprias opiniões ou certos questionamentos poderiam gerar desconforto entre mim e os cooperados ou entre as próprias famílias, e sob estas circunstâncias tornar a pesquisa infrutífera, outras intervenções, como as realizadas entre os *meninos do moto-táxi,* por exemplo, se mostraram enriquecedoras e viáveis destas mesmas relações.

Desta maneira, em determinadas situações, a emissão de opinião pessoal, o relatar de afinidades ou troca de experiências pessoais, ao contrário de invalidar dados, sob uma suposta ausência de neutralidade científica, colaboraram para dirimir os receios de cooperados quanto à fala. Receios ou suspeições quanto à impropriedade de determinados discursos frente às experiências presumidamente distantes da pesquisadora, de alguém que não teria assim nada a compartilhar ou que desejaria ouvir somente o que lhe fosse conveniente.

Assim como o pesquisador Foote White (2005: 303) que evitava "expressar opiniões sobre questões melindrosas", mas que descobriu que "discutir sobre alguns assuntos era simplesmente parte do padrão social, e que dificilmente alguém poderia participar sem se juntar à discussão", descobri que compartilhar determinados assuntos com os cooperados era conveniente ao estabelecimento de relação de confiança. Deste modo ainda que eu considere "o fato inelutável de que o etnólogo é um observador estrangeiro", como reitera Goldman (2003:08), foram, ao mesmo tempo, minhas diferenças e semelhanças com relação a eles, minhas possibilidades de aproximações e distanciamentos – a exemplo das experiências de Richard Hoggart (1970) – que puderam produzir sob as experiências de campo, este efeito sobre as pessoas.

Compartilho com Hoggart, reconhecido por seu clássico trabalho com as classes populares, a prerrogativa e o "perigo" de estar relativamente próxima de quem estudo, em razão da mesma origem de classe – salvo as ressalvas anteriormente apresentadas sobre este recorte de classe, as posteriores críticas ao autor sobre reificação realizada em termos da "cultura do pobre" e, obviamente, as distâncias socioculturais, temporais e espaciais que nos separam. Jean-Claude Passeron, na apresentação apreciativa de The Uses of Literacy, título original de La culture du pauvre, explicita a particular implicação de Hoggart no trabalho e, deste modo, a especificidade de sua contribuição. Como discorre o autor:

> "The Uses of Literacy é também, em boa parte, – o autor confessa-o várias vezes – autobiografia, se não auto-análise. Finalmente, se Richard Hoggart busca metodicamente apreender o mecanismo dos erros de perspectiva ou os julgamentos morais ou estéticos geralmente usados sobre a cultura popular, ele não se propõe abster-se de apreciar, aos seus riscos e perigos, o valor das mudanças culturais associadas à transformação da condição das classes populares: entregando ao mesmo tempo os elementos de autobiografia que permitem situar a sua própria situação em relação às classes populares e, lá relativizar os seus próprios julgamentos..." (Passeron, 1970: 09).
>
> "As análises de Richard Hoggart não são tão originais quando se pergunta a imagem que as outras classes fazem das classes populares e seus

> valores. Mas, sem dúvida, o passado do autor, nascido e criado numa família operária, que tem-se tornado bolsista, seguidamente universitário e investigador, coloca-o numa posição particularmente favorável para aperceber o significado de classe destes julgamentos sobre as classes populares que têm, nas classes cultivadas, toda a opacidade 'das evidências naturais'. Mas se é verdadeiro que qualquer personalidade intelectual é socialmente condicionada e se nenhuma experiência de classe é capaz de gerar pela sua própria virtude a atitude corretamente científica (...) vê-se que é no fim de um trabalho de si sobre si, cujas condições sociais são precisamente as do trabalho científico que Richard Hoggart pôde aceder a esta disposição, feita ao mesmo tempo de distância e participação, que torna-o capaz de perceber e explicar por exemplo até aos matizes de comportamento dos intelectuais procedentes das classes populares ..." (Passeron, 1970: 17).

Sem a intenção de, como Hoggart, contribuir de forma tão direta e objetiva para a questão das oportunidades e limitações metodológicas e epistemológicas dadas pela relativa proximidade entre pesquisadores e seus nativos, assim considerados através de todo um trabalho de conexão entre "conceitos de experiência próxima" e conceitos de experiência distante" (Geertz,1997), alerto para a propriedade da minha identificação com cooperados em alguns casos de experiência etnográfica. E, em contrapartida, sua aceitação de minha presença como pesquisadora, mais que isso, de minhas intervenções e indagações, já que algumas poderiam ser tomadas como impertinentes.

Entretanto, faço minhas as palavras de Geertz (1997:107) a fim de evitar certas interpretações sobre as quais não partilho. Assim, segundo o autor, "seja qual for nossa compreensão – correta ou semicorreta – daquilo que nossos informantes, por assim dizer, realmente são, esta não depende de que tenhamos, nós mesmos, a experiência ou a sensação de estar sendo aceitos, pois esta sensação tem que ver com nossa própria biografia, não com a deles. Porém, a compreensão depende de uma habilidade para analisar seus modos de expressão, aquilo que chamo de sistemas simbólicos, e o sermos aceitos contribui para o desenvolvimento desta habilidade".

Relato aqui algumas situações durante entrevistas com cooperados nas quais pude otimizar a possibilidade de compreensão de tais sistemas simbólicos por meio de específicas implicações pessoais. Estejam elas referidas à possibilidade de meu distanciamento ou, ao contrário, à possibilidade de identificações, aproximações, estas experiências mostraram-se motivadoras de uma participação mais qualificada dos titulares das casas ou mesmo de seus familiares em determinadas questões. Isto porque as entrevistas se deram em grande parte, como não poderia deixar de ser neste ambiente familiar, sob olhares e ouvidos atentos de algum parente ou mesmo vizinho. Nestes casos, esposas ou filhos colaboravam com informações sobre datas e acontecimentos e alguns se sentiam à vontade para dar opiniões, diferenciadas a partir de quem as enunciava. O conteúdo destas entrevistas será posteriormente objeto de apreciação.

As situações que se referem à possibilidade de meu distanciamento refletiram a participação de dois filhos de cooperados e de uma jovem esposa a partir do momento que puderam se identificar com experiências distintas das de suas famílias.

Assim, a filha da cooperada Ivete passou a falar de seus projetos em movimentos comunitários em parceria com a mãe, entre outras questões, quando pude contribuir no esclarecimento sobre diferenças entre o curso superior de serviço social e o de ciências sociais, visto que ela desejava cursar um dos dois. A jovem pediu mais informações acerca do curso de ciências sociais. Imaginava que se tratava de um curso que estudava os problemas sociais buscando resolvê-los.

Procurando utilizar linguagem adequada, com uso de exemplos envolvendo questões de seu interesse, como o campo da assistência social – às vezes nem sempre possível –, atentei para o fato de que explicações científicas sobre problemas e realidades sociais requerem um afastamento do mundo do senso comum e seus resultados apenas indiretamente podem gerar mudanças objetivadas acerca destes mesmos problemas sociais. De qualquer maneira me disse que serviço social seria sua primeira opção, já que desejava trabalhar com projetos sociais com os quais já tinha alguma experiência como aprendiz. Para seguir os passos da mãe, disse que desejava se capacitar através do estudo. Hoje já aproveita as oportunidades que surgem em cursos voltados para a capacitação de jovens para liderança comunitária para *aprender a falar com financiadores.*

A filha adolescente da cooperada Amélia, da qual sou bastante próxima, também havia pedido a mim informações sobre a carreira acadêmica do cientista social. Este tipo de curiosidade é comum a algumas filhas de cooperados que desejam cursar o ensino superior, distanciando-se da escolaridade básica da maioria das mulheres cooperadas que possui o ensino fundamental. Embora, comparando-se homens e mulheres, estas possuam um investimento significativo na educação formal, já que 43% das cooperadas entrevistadas possui ensino médio completo e incompleto.

Por outro lado, o filho da cooperada Tânia, durante a entrevista de sua mãe, ficou à vontade para falar das razões de sua mudança para a cooperativa depois que conversamos como em um bate-papo informal sobre sua entrada na igreja Assembleia de Deus. Ele me perguntou sobre o significado da palavra *congregar* dizendo que está participando há pouco tempo da igreja e *não é muito de perguntar, mas só de ouvir.* O pastor lhe teria dito que ele precisava se casar com sua companheira, cuja união já teria por ele sido questionada em razão dela ter sido *mulher de bandido* e deste ter tido um filho que hoje o rapaz cria como seu. Falou, então, de seu desejo de sair do *morro* onde morava, das dificuldades para entrega de lojas e do preconceito de policiais que *não querem saber se você é trabalhador ou bandido* quando lá se mora. Ainda me relatou a estratégia a ser adotada quando um policial interpelava um homem trabalhador. Deve-se *ter logo os documentos em mãos e responder rápido e sem rodeios*, ou seja, sem hesitação para que não haja dúvidas, nem contradições.

Em outro caso, a jovem segunda esposa do cooperado Vagner, Vanessa, pôde relatar para mim suas queixas com relação aos outros cooperados e o tipo de sociabilidade que na cooperativa vigora, ao qual não parece ter se adaptado. Seu marido durante a entrevista parecia incomodado diante da espontaneidade da mulher nos depoimentos e da filha de 1 ano que insistia em brincar comigo e com meu material, o que pra mim não foi motivo de embaraço já que fui professora de educação infantil. Já sua esposa pareceu se identificar comigo e chegou a perguntar se eu não gostaria de morar lá. Eu seria para ela alguém com quem se relacionaria facilmente porque seria diferente.

A moça, então, me confidenciou o que parece ser também motivo de desagrado do marido, a falta de privacidade do casal, mas de um certo tipo, aquele que deve vigorar em outro lugar. Queixou-se de que quando ela lá foi morar as pessoas não

hesitavam em contar a vida do casal para a ex-esposa do marido. Além disso, quando sua filha era recém-nascida os ensaios de quadrilha de festa junina aconteciam em frente a sua casa, o que seria sinal da *falta de noção* dos moradores, para usar um termo dela.

Disse achar estranho que as pessoas passem os dias *entrando e saindo da casa dos outros,* que falem abertamente da vida de cada um, que gritem da rua em direção às casas. Apontou ainda para sintomas de diferenciação quanto aos demais porque são, segundo ela, acusados de *metidos e ricos* porque vivem sem se envolver diariamente com os outros moradores ou visitá-los e porque investiram na casa de forma desproporcional às demais. De fato esta casa destoa das demais nas quais estive, não somente pelos espaços construídos, mas também pelo tipo de acabamento e materiais de construção.

Já em outras entrevistas o partilhar de situações semelhantemente vividas me aproximaram dos entrevistados e possibilitaram relatos mais abertos graças a algum grau de identificação.

Assim se deu, por exemplo, com o cooperado Maurício, com 33 anos, sobrinho do cooperado Ronaldo, que ocupou a casa de sua tia-avó. Quando falávamos de sua família, da relação mantida com seu padrasto que o criou como filho quando ainda morava com a mãe, em clara exposição do valor dos laços afetivos da criação em detrimento dos biológicos, por identificação, me senti compelida a falar de exemplo pessoal.

Relatei a distinta relação de meu próprio pai com sua mãe adotiva e biológica, como esta foi por ele negada como mãe em fase adulta. Apontei para o fato de que o "parentesco por acaso" pode gerar sentimentos ambíguos, como reconhecimento e gratidão por um lado e mágoa e ressentimento por outro. Para minha surpresa, revelou que lida muito bem com esta situação porque é pai biológico da filha mais velha, hoje com 18 anos, fruto de uma aventura com uma mulher casada na época da adolescência. Disse que com a cumplicidade da mãe a conheceu há pouco tempo e agora mantém contato esporádico com a menina e de maneira escondida do pai biológico que a registrou, que seria assim de fato pai dela, o qual nem imagina que a filha o conhece.

Além de outros pequenos eventos compartilhados, dois merecem também destaque. Um deles refere-se aos relatos das cooperadas Amélia e Alice sobre o *sacrifício* de suas respectivas filhas, uma com 18 anos e a outra com 13, para estudarem

durante todo tempo que vivem lá em Ipiíba, em analogia com minhas próprias dificuldades em cursar o ensino superior na UFF.

Trabalhando em Cabo Frio todos os dias como professora de educação infantil chegava sempre um pouco atrasada para as aulas. E quando o micro-ônibus que eu alugava, juntamente com outros estudantes da Região dos Lagos, parava – em razão de férias acadêmicas das universidades particulares – eu tinha que "ir para a pista", como dizia, e fazer baldeação pra voltar pra casa. Ao contrário dos demais, eu era aluna de universidade pública que mantinha calendário diferenciado. Assim, nestes períodos, para não perder o último ônibus que saía do terminal de Niterói em direção a Araruama, eu saía meia hora antes de terminar a aula. Situação semelhantemente vivida por filhos de cooperados que estudam longe de casa ou fazem cursinhos paralelos, como a filha da cooperada Amélia.

Assim, a cooperada Amélia destacou a determinação da filha para terminar o ensino médio diante das dificuldades locais, da falta de iluminação, de ônibus e de colégio próximo, diferentemente dos demais jovens da cooperativa que acabam desistindo, como ressalta. Relata que não foram poucos os dias em que o pai da menina teve que esperá-la em um ponto escuro, longe de casa, onde o ônibus a deixaria e as vezes em que ela levava "quentinha" e comia a refeição no próprio ônibus. Já a cooperada Alice, juntamente com o marido, orgulhoso da filha, enfatizava a habilidade e as conquistas da menina nos estudos de ginástica rítmica, mostrando fotos e medalhas, apesar das mesmas dificuldades relatadas anteriormente pela cooperada Amélia.

Durante entrevista com um novo cooperado, que veio ocupar o lugar da ex-esposa falecida, o qual, portanto, vim a conhecer só recentemente durante meu último retorno ao campo, a intervenção da cunhada colaborou para encorajá-lo nas respostas a partir do momento que suspendeu momentaneamente minha posição de "estrangeira" frente aos demais para reconhecer minha relativa posição de igualdade com eles, tendo em vista uma época em parte compartilhada, a época do mutirão de construção das casas.

Francisquinho, como é conhecido, perguntou pelo propósito do questionário e me pareceu contido nas respostas. Por vezes ficava pensativo e receava emitir opiniões contrárias à ideia de cooperativismo porque imaginava que eu a defendia, por suposto. Então, Laura, sua cunhada, passou a questionar suas respostas sobre os aspectos

negativos do espaço ou da cooperativa porque achava que não condizia com a realidade e o incentivava que dissesse *a verdade,* que ele falasse francamente já que não se tratava de qualquer pessoa quem perguntava, mas de mim, que já havia convivido com eles. Até que ela o interpelou dizendo: *você quer ensinar a missa ao padre?* Apontando para o fato de que eu já conheço o lugar e o que lá acontece não seria novidade.

Assim, colho agora os frutos de uma relação de confiança construída por longo tempo, mesmo sob os interstícios típicos do trabalho de campo antropológico. Entretanto, não sou indiferente ao fato de que embora eu possa sob alguns assuntos ser considerada semelhante aos demais, no que diz respeito a outros, menos públicos, que exigem maior discrição dos cooperados e são relativos às idiossincrasias de suas relações cotidianas, há uma inevitável diferença que nos separa. Não sou moradora e mesmo que circunstancialmente o seja, não desfruto de mesmo status e aqueles que comigo se relacionam – dadas relativas distinções quanto ao grau de confiança e aproximação – o fazem referidos inexoravelmente ao papel que lá desempenho como pesquisadora.

PARTE II

EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS:

A COOPERATIVA E O BAIRRO IPIÍBA

A cooperativa, a meus olhos, é o único meio
mais justo de viver socialmente! Mas na realidade
não soou bem aos olhos da Fundação a auto-gestão,
a galinha dos ovos de ouro da Fundação!
A associação de moradores a Clara fundou há pouco,
mas trabalham sempre ligados a um vereador.
Isso não é bom! São politiqueiros!
(Declaração do presidente da cooperativa)

Nós fomos capacitados apenas para a casa, não
fomos trabalhados para exercer a autonomia!
(Declaração do ex-tesoureiro cooperativa).

3. Cooperativa Ipiíba versus Comunidade Ipiíba

3.1. Os ditos e os não-ditos – lideranças em destaque

Desejo ressaltar aqui determinados juízos de valor sobre figuras de liderança na cooperativa que nem sempre são emitidos de maneira direta, mas sim por meio de subterfúgios para que "sejam ditos sem que sejam ditos", se me permitem o paradoxo. Dessa forma, para que sejam apreendidos requerem um certo tipo de envolvimento de longo prazo com os informantes não apenas para que seja possível "uma síntese plausível" por meio do "catar folha", como ressalta Goldman (2003) – ou seja, o antropólogo "deve ir reunindo ("catando") pacientemente, ao longo dos anos, os detalhes que recolhe aqui e ali (as "folhas")" –, mas também para que se possa relativizar de forma contextualizada o que nos é informado.

Estes ditos são constitutivos do código moral e de interação social das classes trabalhadoras conhecido por "fofoca" (Fonseca, 2004: 42-43) que é de "domínio feminino por excelência" e "serve para informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando sua imagem pública". Como a reputação desempenha um papel importante na integração ou exclusão da "rede de ajudas e proteção mútua" peculiar a estes grupos ela é manipulada através da "fofoca" pela "fofoqueira" conforme os interesses em jogo nas relações sociais. A autora atenta para a sua "ambiguidade" no sentido colocado anteriormente, ou seja, de se dizer indiretamente ou parcialmente o que afeta o outro. Esta ambiguidade é, segundo ela, parte fundamental do propósito de não comprometimento de quem a usa, fazendo-se assim "apenas alegações insinuantes" e "deixando o público livre para tirar suas próprias conclusões".

Como exceção a esta ambiguidade destaca-se apenas o caso da cooperada Amélia que procurou me alertar diretamente para o que me disseram outros, por outros meios. Mas aqui a relação se dá de maneira diferenciada. Se suas opiniões ou preocupações comigo podem ser relativizadas, por outro lado elas se tornam mais qualificadas porque mais espontâneas ou menos limitadas por apreensões quanto ao enunciado.

Assim, certo dia, eu e Amélia conversávamos sobre seus estudos com a cooperada Clara, sua professora pelo programa Brasil Alfabetizado e também secretária

da cooperativa. Ela me contava que abandonou os estudos que aconteciam em uma sala da associação de moradores do bairro, da qual a cooperada Clara também é vice-presidente atualmente. Queixou-se da falta de segurança porque as aulas aconteciam à noite, saía muito tarde e passava por lugares sem iluminação.

Mas o motivo principal confessado era o medo de que lhe acontecesse algo de ruim quando voltasse pro condomínio acompanhada de Clara, já que seu ex-marido havia ameaçado a ex-mulher durante uma noite de aula na associação, dizendo saber onde ela mora e onde mora a sua mãe. Como a própria Clara havia me contado o motivo era a disputa judicial por uma casa construída no quintal do ex-sogro à qual ela teria também direito. Clara desejava que ela fosse cedida ao filho de 18 anos que acabara de ser pai. Amélia reafirmou sua insegurança quando disse que por vezes seu ex-marido a procura no condomínio gritando na porta de sua casa e sempre acompanhado de *uns homens estranhos, mal encarados.*

Esta conversa serviu de pretexto para o que ela gostaria de me alertar, sua preocupação com minha própria segurança. Mas, mais que isso, esclareceu sua incerteza com relação à reputação da cooperada Clara entre os cooperados e, por consequência, quanto à eficácia de sua ajuda na minha pesquisa. Visto que a ela me direcionei, inicialmente, para ajudar-me nos contatos com os cooperados para a realização de entrevistas e, principalmente, para visitas ao entorno de Ipiíba, aos poucos serviços comunitários e públicos no bairro, por conta de um trabalho específico junto à Fundação Bento Rubião[28].

Amélia procurou ressaltar o caráter duvidoso da cooperada ao relatar o inconveniente de uma dívida com sua filha Kelly, por ter comprado produtos da revista AVON, a qual permaneceria até hoje. Mas, principalmente, tornou explícita sua indignação com o que teria ocorrido envolvendo outros moradores do bairro.

---

[28] Embora, eu não o tenha realizado integralmente, por motivos ético-metodológicos – quando as famílias cooperadas deveriam estar envolvidas sob minha coordenação para seu engajamento em questões comunitárias –, o trabalho fora do espaço do condomínio, sob a colaboração da cooperada Clara – aliás, já envolvida há tempo nestas questões fora da cooperativa –, mostrou-se muito interessante. Não apenas porque me abriu caminhos para ter acesso a documentos importantes da Fundação Bento Rubião, mas também porque me possibilitou compreender distinções sócio-econômicas com relação aos moradores da cooperativa e visões dos de fora relativas a eles.

A cooperada teria contraído um empréstimo de R$ 2.000 com um antigo morador do bairro a fim de antecipar o valor necessário para promover a festa junina local que acontece próxima ao CIEP do bairro, fora do Condomínio do Padre. Mas, segundo Amélia, posteriormente ela teria arrecado o valor correspondente ao empréstimo com os demais moradores sem repassá-lo para quem devia, para com quem contratou o empréstimo, desviando assim o dinheiro, supostamente para usos pessoais. No dia da festa, Amélia enfatiza, a cooperada organizadora do evento teria aparecido *toda bonitona,* com roupas novas e bonitas. Disse que o dinheiro devido estaria investido nas tais roupas, o que causou rumores sobre sua desonestidade.

Entretanto, sob seus receios quanto à segurança e à eficácia da ajuda da cooperada Clara, eu a esclareci sobre o que eu estava interessada. Eu andaria com ela durante o dia somente e visitaria espaços adjacentes à cooperativa já que trata-se de uma pessoa que conhece bem o bairro e seus moradores. Amélia, então, confirmou o fato de que *para isso ela é a melhor pessoa.*

Em entrevista, o cooperado Leandro questionou também a cooperada Clara em termos de sua representação da cooperativa quando falávamos dos problemas locais. Observou que *falta alguém na cooperativa que as pessoas goste e confie, que represente bem a comunidade.* Então, lançou críticas não tão diretas à cooperada Clara, dizendo que ela não é a pessoa adequada porque *é uma pessoa que só pensa em si mesma.* E sugeriu que o que ela faz, o faz sempre com propósito de ter algum benefício pessoal. Citou também a mesma festa junina que teria sido organizada por ela, da qual havia falado Amélia. Evidentemente, não apontou claramente o que teria acontecido, como o fez a cooperada Amélia, mas sugeriu o evento como exemplo da acusação anterior.

Como no caso da cooperada Amélia, senti-me compelida a explicar o trabalho realizado junto à Clara, com a ajuda dela – o que era visível para todos –, no sentido de esclarecer distinções quanto a interesses e, sobretudo, evitar mal-entendidos. Relatei meu trabalho realizado com sua ajuda primordial no reconhecimento do bairro e que, pessoalmente, temos boa relação, apesar de estar a par deste tipo de acusação. Leandro ponderou dizendo que isso não significa que deixe de manter com ela boa relação pessoal, embora sem maiores expectativas em virtude das objeções relatadas. E reiterou

a perspectiva da cooperada Amélia dizendo que para o que eu estava interessada *ela é uma excelente pessoa.*

Entretanto, Leandro chamou a atenção para a importância da intensa sociabilidade para que se compreenda, apenas pela experiência, o que ele acabou de denunciar. Enfatizou as sutilezas da convivência cotidiana que fazem com que *o outro* possa perceber as razões de seu argumento contra a cooperada. Assim, sob minhas ressalvas anteriores, é da opinião de que *ela não passa para o outro esta imagem* ou esta faceta malograda, mas somente na convivência diária e intensa pode-se percebê-la. Por último, perguntou de forma sugestiva: *Por que você acha que ela está à frente da associação de moradores!?*

Mas se é assim mesmo como eles relatam ou assim como o sentem, o que dá no mesmo, sua expertise política é excelente. No convívio comigo e com os outros, sob minha presença, seu interesse pelas questões da assistência social ao próximo ou ao *outro,* como reitera o cooperado Leandro, apenas parece transbordar o espaço de convívio com os moradores do condomínio para o entorno dele. Sem que a mim diretamente transpareça esta outra possibilidade perceptiva.

Isto me faz lembrar a construção de "outrem" por Deleuze como categoria que explica fundamentalmente a estrutura do campo de percepção possível e não simplesmente o sujeito ou o objeto desta percepção. Neste sentido, mundos possíveis são expressos por "outrem" e não por mim, mas a mim se tornam evidentes pela existência de "outrem". Deleuze apenas traduz filosoficamente o que nós antropólogos experimentamos e aprendemos com o exercício da profissão no lidar com o outro ou com a alteridade expressa nele:

> "Ele relativiza o não-sabido, o não-percebido; pois outrem para mim introduz o signo do não-percebido no que eu percebo, determinando-me a apreender o que não percebo como perceptível para outrem (...) Que esta estrutura seja efetuada por personagens reais, por sujeitos variáveis, eu para vós e vós para mim, não impede que ela preexista como condição de organização em geral aos termos que a atualizam em cada campo perceptivo organizado – o vosso, o meu. (...) Quando apreendo, por minha vez e por conta própria, a realidade do que outrem exprimia, não faço nada mais do

> que explicar outrem, desenvolver e realizar o mundo possível correspondente (...) Em suma, outrem como estrutura, é a *expressão de um mundo possível,* é o expresso apreendido como não existindo ainda fora do que o exprime" (Deleuze, 2000: 315-317).

Assim, críticas sobre a figura da então secretária da cooperativa[29] chegavam a mim através do ex-presidente da cooperativa antes mesmo dos relatos anteriormente descritos, mas sem que eu pudesse, na época, dessa maneira os perceber porque encapsuladas sob a categoria genérica de presidente de associação de moradores. A crítica que se fazia à associação de moradores de Ipiíba se estendia indiretamente à cooperada secretária porque na época era ligada à política de bairro e posteriormente foi eleita vice-presidente da associação. Comentários que desqualificavam a atuação política desta associação, entre outros, eram recorrentes. O cooperado apontava recorrentemente que não há um real interesse pelos *problemas da comunidade*, mas sim pela possibilidade de apoio a uma futura candidatura a cargo de vereador e posteriormente a cargo de deputado. O cooperado Seu Paulo reitera a opinião do ex-presidente quando fala que *em tudo que é associação, entrou política acabou* e que por isso *há muita falta de organização.*

Mas é comum que valorações que partem de outros cooperados mais afastados dos discursos abstratos de discussão do universo político ou dos modelos políticos de organização da sociedade, estejam mais associadas às características pessoais, aos atributos morais recolhidos da experiência prática, do que às generalizações que se fundamentem naquelas abstrações.

Desta maneira é que se traduzem as opiniões do próprio cooperado Seu Paulo, de sua esposa Alice e da cooperada Amélia opondo o ex-presidente ao atual em termos de particularidades de cada um que expressariam o exercício qualificado ou não qualificado do cargo. As críticas ao ex-presidente começam de forma indireta e o nome é sempre poupado de ser anunciado ainda que todos saibam de quem se trate.

O cooperado Seu Paulo sugere uma oposição entre *católicos* e *crentes* ao elaborar sua versão contra o exercício do atual presidente, identificando-o

[29] Atualmente ocupa cargo de presidência da cooperativa, embora os cooperados não reconheçam a regularidade da eleição para diretoria que teria se dado de maneira incorreta, sem uma real representação das famílias.

implicitamente como *crente*, já que é sabido por todos sua opção religiosa. Assim ele argumentou quando explicitava a questão das condições de convivência no condomínio:

> *Cada um por si! Você não vê o que aconteceu com a festa?* (festa do dia das crianças). *Você pode ser o que for, mas não obrigue a pessoa ser o que ele não quer ser! Os católicos se misturam, o que bebe e o que não bebe, mas o crente não! Só ajuda quem é crente e faz as coisas escondidas. A festa é da competência da presidência, da diretoria.* (Seu Paulo, 78 anos, mecânico aposentado).
>
> Sua esposa Alice prossegue:
>
> *Não é que a diretoria vai fazer* (a festa), *mas precisa do apoio porque, caso contrário, a comunidade não vai se sentir à vontade pra fazer. Aquele evento vai se tornar quase que particular. Antigamente o Zé Carlos* (ex-presidente) *mesmo que fosse de outra religião dava apoio. Falei pra Olívia* (esposa do atual presidente)*: Não vou fazer porque vai parecer algo particular.* (Alice, 45 anos, cabeleireira e catequista).

A cooperada Amélia em outros momentos reiterou o fato de que os cooperados estariam ressentidos com o presidente, acusando-o de *orgulhoso,* principalmente no caso do falecimento de sua esposa, cuja gravidade da doença que a acometeu – teria sido omitida por ele – era desconhecida das famílias. Além disso, outros cooperados insinuaram que o problema maior está na forma como lida com as pessoas, de maneira intransitiva e autoritária ou *ignorante,* como dizem.

Amélia, traduzindo uma possível conversa entre Zé Carlos e Genilson, o ex e o atual presidente – tradução esta já de segunda mão porque transmitida pela esposa do primeiro – desqualifica o segundo e afirma o reconhecimento do ex-presidente entre as famílias. Zé Carlos teria dito: *O meu povo está muito abandonado. Tenho que fazer alguma coisa por ele.* E Genilson teria retrucado: *Não faço mais nada por ninguém! Já fiz e sou tomado ainda como ruim. Ninguém reconhece, ninguém agradece.* A conversa teria terminado com o discurso que simboliza a ideia de dedicação, solidariedade e uma liderança de tipo afetivo, enfim, atributos que legitimam moralmente a figura do líder e que se traduzem na ideia de "carisma" de Weber (2000). Zé Carlos teria respondido que

lá era o lugar onde ele mora, que ele queria o melhor para o lugar e que *devemos fazer o bem, sem olhar a quem*. Disse ainda que se quisesse fazer qualquer coisa, teria *o apoio de todos com certeza.*

O carisma do ex-presidente para a cooperada Amélia traduz-se no seu discurso apaixonado quando também falava das condições de convivência no condomínio como questão:

> *Eu falo por mim. Eu gosto de todo mundo, até de quem não gosta de mim. Só Zé Carlos que é pra mim uma pessoa que é um incentivador da vida. Mas por ele é um amor, uma amizade...! Ele é pra mim uma pessoa intocável! Neutro, suave, sereno, calmo. É um dos melhores vizinhos que eu tenho. Todos eles são legais, mas ele é um inspirador da vida! Embora ele seja errante e falhe como todos nós* (Amélia, 46 anos, doméstica).

Então, na cooperativa há referências genéricas à figura do político, mas, sobretudo, às lideranças comunitárias mais próximas de suas experiências diárias. Tais juízos de valor sinalizaram para o significado dado à política, aos vínculos de liderança admitidos com uns e não com outros, cujas diferenciações salientam mais a avaliação de atributos pessoais desta liderança do que distinções entre formas tradicionalmente clientelistas, populistas, versus outras, idealmente mais democráticas.

Questionamentos mais qualificados acerca do âmbito da política são preocupações dos que estão mais diretamente ligados ao universo das barganhas políticas formais, os que exerceram a presidência da cooperativa e hoje ocupam ou ocuparam cargos de coordenadoria na UMP – RJ, por exemplo. Embora, não seja para eles sem dificuldades a socialização neste universo tomado por atributos de linguagem e escrita os quais não dominam, sendo por isso extremamente necessárias instâncias de mediação como as promovidas pelos técnicos da Fundação Bento Rubião.

Neste universo específico, questionamentos e discursos mais abstratos sobre qualificação política são comuns, diferenciando-se do que Jean-Paul Willaime apud Júlia Miranda (1999: 73) descreveu como "função infrapolítica do religioso" cuja importância está menos em sua dimensão ordenadora da sociedade do que na consolidação de "um espaço simbólico onde os atores se reconhecem como integrantes

de um mesmo mundo" e o tomam como referência para a percepção do mundo, como pondera a autora.

Neste sentido, Miranda (1999: 76) aponta para uma relação indireta e na maioria das vezes não explicitada com o religioso que funciona como um sistema de referência para as relações políticas, inclusive transbordando os limites do sagrado. A autora sinaliza o fato de que na tradição brasileira "a referência parece ser o imaginário cristão, através de um conteúdo determinado, mas pouco preciso, qual seja, o apelo à justiça, à solidariedade e à honestidade".

A partir deste conteúdo religioso incorporado, digamos, a autora chama a atenção para a valoração do político profissional em termos de dicotomias consagradas como "bom" e "mau", "justo" e "injusto", referências para a concepção do "homem público como um salvador", "retomando a antiga vinculação entre moral e religião como definidora do político" (1999: 76).

Christine Chaves (2003) toca também na questão da apreciação do "bom político", valoração que enfoca a categoria "pessoa" e contrasta com o "conjunto de valores comumente associados à ideia de cidadão". Enquanto o cidadão seria "o indivíduo autônomo que constitui um espaço público em que se relaciona com os demais sob uma orientação igualitária" (...) "a categoria política pessoa atesta a ausência de uma moral pública". Segundo a autora:

> "'O bom político' conquista eficácia justamente porque atua segundo o código social vigente do que consiste ser 'boa pessoa'. O bom político, como pessoa e não indivíduo, estabelece o plano das relações segundo vínculos particulares de solidariedade. Ele atualiza na política a dimensão concreta da categoria pessoa – isto é, da pessoa com sua inscrição social particular. Com o recurso ao campo moral regido pela pessoa enquanto valor, orientado pelo compromisso mútuo, sustenta ideologicamente a assunção de privilégios particulares" (Chaves, 2003:64).

Esta questão referente à dimensão da pessoa no espaço público brasileiro, em oposição à dimensão do indivíduo como valor, com a transferência de relações pessoais, como as relações de compadrio, de amizade, de vizinhança e parentesco, por exemplo,

para este espaço em princípio impessoal ganhou visibilidade a partir da proposição de Da Matta (1990) acerca do dilema brasileiro (cf. também Kant de Lima, 2002).

Christine Chaves argumenta que este "personalismo", já descrito também por Sérgio Buarque de Holanda como característica de nossas relações privadas que transbordam para o público e que perdura na sociedade brasileira, orientando inclusive o sistema político do país – apenas formalmente construído segundo regras impessoais – se reproduz através de um Estado de cunho patrimonialista que mantém "trato clientelista com os agentes econômicos e sociais" (2003: 40). Como explica:

> "...diversamente das nações protestantes, onde a ética do trabalho entendido como vocação (weber, 1983) conferiu à economia uma legitimidade moral de que carecia nos primórdios do capitalismo, como Sérgio Buarque notou, no Brasil desconfia-se visceralmente da normatividade impessoal implantada pela hegemonia da esfera econômica. À ausência da normatividade impessoal do mercado e de qualquer outra cuja abrangência confira um sentido do público, o personalismo, e com ele o vínculo afetivo, tornam-se esteios da vida social e política... Sob o véu da afetividade e da intimidade, o personalismo opera no interior de uma estrutura decisória verticalizada, que o pressupõe. É a partir da moldura de um Estado centralizado de cunho patrimonial que as relações personalistas adquirem significado político, do mesmo modo que é por meio delas que ele se viabiliza e perdura." (Chaves, 2003:42).

Assim, é coerente, ainda mais no caso brasileiro, que se tenha uma outra referência do político. Tomando-o como referência não apenas como um sistema institucionalmente formalizado de representação dos interesses dos "indivíduos-cidadãos" (Chaves, 2003), guiado por uma idealizada racionalidade instrumental, o tomo também aqui como dimensão do vivido, como dimensão das relações porosas às experiências imprevistas e transitivas da vida, cuja atualização se dá por meio de sistemas de valores incorporados sob a forma de "habitus", como diria Bourdieu (2009), que são acionados para a tomada de decisões cotidianas, mais do que "uma moralidade fundada na racionalidade técnico-legal" da política como sistema (Chaves, 2003).

Pretendo assim valorizar uma perspectiva mais abrangente do político como propõe Rosiley Maia (2002: 57) quando atenta para espaços atuais de deliberação pública, como a Internet, por exemplo, ou as chamadas "redes cívicas", com a "politização de novas questões" que abrangem "dimensões da vida cotidiana" e "questões das comunidades culturais". Nestes espaços geralmente propõe-se a defesa da autonomia da população, da organização coletiva e de novas formas de parceria e de inclusão em discussões públicas.

Entretanto, embora o primado da cidadania seja aqui uma referência o que se mantém como foco são as configurações concretas de cidadão assumidas pelos agentes envolvidos nos processos de discussão, decisão e ação. Entretanto, a cidadania como valor parece contradizer esta perspectiva abrangente e ao mesmo tempo particularizada da noção de política, uma vez que está fundamentada na "ideia do indivíduo enquanto categoria genérica" e, sobretudo, numa "separação radical entre a sua dimensão pública – a que se refere exclusivamente – e a dimensão privada" (Chaves, 2003: 63).

Então, como aponta Maia (2002: 58), de acordo com esta nova abordagem do político "é preciso levar em consideração os papéis múltiplos dos cidadãos" que envolvem decisões políticas diárias. Não há, neste sentido, um "conhecimento político ideal" porque o conhecimento político para o cidadão é "contextual e multidimensional, associado às decisões específicas com as quais se defronta numa determinada situação" (Maia, 2002: 58).

Dentro desta perspectiva podemos relativizar a ideia de cidadão como uma figura universal ideal para admitirmos a virtualidade das múltiplas formas que ele pode assumir por meio das mediações promovidas por aquelas "redes cívicas" para entendermos que a politização da vida é uma realidade cada vez maior até mesmo para a população empobrecida, tomada como objeto de disputas pelo valor atribuído à "carência de cidadania" no mercado de bens simbólicos (Bourdieu, 2009).

Mas como salientou Miranda, este sistema de valorização do político ou do "infrapolítico", arraigado a dimensões não objetivadas de uma religiosidade cristã, se manifesta por meio da "relação direta com os demais e a natureza", sobretudo entre a população pouco escolarizada que mantém "uma relação 'oral-prática' com a linguagem" (Miranda, 1999: 66, 67). Neste contexto, "as abstrações aparecem como opostas ao 'vivido'" e a incorporação concreta do social corrobora a representação sobre

a figura do político como aquele que *deve fazer algo pelo povo*, implicando, inclusive, na adequação da política como sistema, abrindo assim "uma brecha para a prática clientelista."

Assim, os repertórios de classificação do mundo e das pessoas têm no tipo de pensamento concreto (Lévi-Strauss, 2006) seu alicerce fundamental. As famílias cooperadas fazem uso destes repertórios, absortas que estão em relações concretas com o vivido, onde o mundo das ideias-conceito são distantes, tomadas como sem importância quando não diretamente relacionadas às experiências diárias.

Salvo os casos em que estas ideias possam ser mediadas e referidas de um lado a este mesmo sistema de valores e crenças tradicionais e de outro ao que se quer se fazer incorporado ou assimilado como ideia à priori abstrata. Como exemplo temos o caso do projeto de assistência técnica para mobilização e organização comunitária objetivando a compreensão do que seja o mundo das relações idealmente democráticas e mais que isso, a mobilização para que ele se realize.

Por conta, inclusive, de minha breve participação neste projeto implementado pela Fundação Bento Rubião tive a oportunidade de conhecer outras divisões e classificações acerca do espaço do bairro e das pessoas e compreender, particularmente, a inserção da cooperada Clara no entorno ao Condomínio do Padre. Entender sua aproximação de outras famílias moradoras de Ipiíba, com as quais goza de maior status e conhecimento quando comparado às famílias cooperadas, foi importante para relativizar acusações acerca de sua pessoa, não no sentido do que seja verdadeiro ou falso, mas das razões que as motivam.

Uma crítica salientada pela cooperada Clara é a de que os cooperados, principalmente os que vêm assumindo ao longo do tempo posições de liderança, se concentram na busca por melhorias e benefícios fundamentalmente às famílias cooperadas ou associadas à Associação São Pedro de Alcântara, as quais futuramente lá morarão, não abarcando moradores externos, pelo menos diretamente. Por exemplo, ainda que Ipiíba represente São Gonçalo na União por Moradia Popular no Estado do Rio de Janeiro, são os moradores ou futuros moradores do Condomínio do Padre que de fato estão representados. Além disso, o próprio condomínio é visto por moradores externos a ele como auto-segregado.

Tendo isto em vista, entende-se que críticas de cooperados a formas de atuação da cooperada Clara se deva menos pela suposição de relações clientelistas com políticos, ao seu suposto interesse em seguir carreira política, do que a um certo ressentimento com o assistencialismo a moradores de fora, o que de fato acontece, sejam lá quais forem as intenções de primeira ou de segunda ordem. A prática assistencialista em si mesma, ainda que seja objeto de problematização pelos atores mais diretamente ligados ao campo das reivindicações e ações públicas, é constitutiva do universo religioso fundamentalmente católico a que as mulheres estão ligadas principalmente.

3.2. Levantamento de dados sociais – o bairro reencontrado

Relato aqui observações de campo sobre minha participação em uma parte específica do projeto de Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária em Ipiíba, que me propiciou entender um tipo específico de liderança empreendida pela cooperada Clara. Envolvida inicialmente com as questões da cooperativa, até a vir ocupar na época da pesquisa o cargo de secretária, passou a desenvolver um trabalho comunitário no entorno à cooperativa.

Minha participação no programa refere-se ao "produto" [30] número 2 intitulado "Levantamento de dados físicos, fundiários e sociais". Fiquei responsável inicialmente pelo levantamento dos dados sociais, o que para mim seria interessante porque se referia a objetivos como "entender a inserção de Ipiíba na realidade urbana e social de São Gonçalo/RJ", "conhecer a realidade socioeconômica das famílias beneficiárias", "mapear a composição das famílias beneficiárias" e "caracterizar a organização comunitária das famílias beneficiárias" (Metodologia de Trabalho – Ipiíba, 2009: 20-21), entre outros.

Pesquisa em banco de dados como IBGE, prefeitura de São Gonçalo, governo do Estado e em fontes acadêmicas, além de visitas a equipamentos comunitários e serviços públicos foram elencados como "técnicas/instrumentos" na metodologia, mas o item "levantamento de campo e identificação de projetos potenciais de trabalho e renda" foi

[30] Cada atividade do programa de assistência técnica e mobilização comunitária, em um total de 9 atividades, se constituíram ou se constituirão em "produtos" a serem apresentados ao proponente ITERJ. A verba destinada ao programa é também disponibilizada proporcionalmente à apresentação destes produtos.

entendido como uma outra etapa-atividade, configurando um "terceiro produto". Separação criticada, aliás, pela socióloga contratada especificamente para coordenar o programa de assistência técnica e, evidentemente, por mim não compreendida. Quem ficou responsável por esta divisão foi a arquiteta coordenadora do Programa Direito à Habitação que engloba o outro.

Obviamente, dados gerais sobre a população em banco de dados oficiais diriam pouca coisa sobre as famílias beneficiárias especificamente. Os dados sócio-econômicos sobre as 37 famílias eram os que eu já obtinha por meio de trabalho de pesquisa anterior, enquanto que das 88 famílias restantes, futuras moradoras, os assistentes sociais da FBR pouco sabiam. Algumas informações básicas como endereço, faixa etária, profissão e renda poderiam ser encontradas nos cadastros, mas havia muitas omissões. A maioria dos cadastros havia sido aplicada pela secretária da Associação São Pedro de Alcântara, dona Édina, vinculada à igreja católica de mesmo nome.

Mesmo assim foi possível entender que em geral as famílias têm características socioeconômicas semelhantes, embora uma divisão sociologicamente significativa incida sobre elas quando se tem em vista o tipo de sociabilidade vigente. Os encontros que se seguiram no condomínio com o objetivo de dar prosseguimento ao programa contavam com pequena participação das novas famílias. O contato era difícil, realizado pelos técnicos da Bento Rubião por telefone e o grupo não conta com um certo grau de identificação e de convergência como as primeiras 37 famílias formadas as quais pude acompanhar desde os primeiros encontros durantes as quintas-feiras à noite na paróquia São Pedro de Alcântara. Lembro-me da sala cheia e das discussões acaloradas sobre as atividades a serem desenvolvidas pela comissão de obras. Talvez porque as casas para estas novas famílias se enquadrem em projeto diferenciado, com outras instâncias de mediação e que deverá contar apenas com a participação parcial das famílias na obra, o perfil das reuniões seja outro.

Além disso, quando deixei o campo, as atividades da assistência técnica e mobilização comunitária junto às famílias haviam sido interrompidas temporariamente em Ipiíba a fim de que se desse prosseguimento ao trabalho também em outras regiões da Grande Rio. E as atividades de construção das casas – presumo que elas sejam de maior interesse das famílias – não haviam sido ainda iniciadas porque dependiam da

aprovação de outras atividades correlatas como projeto de esgotamento sanitário, de drenagem de águas, de projeto arquitetônico de parcelamento e de pavimentação etc.

As atividades por mim desenvolvidas na etapa do levantamento dos dados sociais foram desenvolvidas apenas com a ajuda da cooperada Clara no que se refere às visitas ao entorno e não contaram com a participação dos demais cooperados, a contragosto da arquiteta da FBR, responsável pela supervisão do programa. A cooperada Clara, como já envolvida com atividades de acompanhamento e assistência aos moradores do entorno do condomínio, viu na tarefa de visita às instituições públicas e comunitárias a oportunidade de conhecer ainda o que não conhecia e também de mostrar a sede de funcionamento da associação de moradores da qual é atualmente vice-presidente.

A participação das famílias deveria se dar ainda mais intensamente, segundo a metodologia do diagnóstico participativo, na etapa do "levantamento de campo" sob a forma de sua mobilização. Então, a fim de não inviabilizar a pesquisa não prossegui no projeto e expliquei minhas razões pessoais às arquiteta e socióloga responsáveis por ele. Entretanto, minha curta participação inicial, como dito anteriormente, foi importante para ampliar minha percepção do espaço físico e social no qual se inserem as famílias cooperadas bem como de agrupamentos sócio-econômicos distintos e de visões alternativas aos cooperados.

3.2.1. As visitas, outros espaços – uma liderança comunitária, a política do bairro

Minha primeira percepção diferenciada do espaço fora do Condomínio do Padre se deu através do trajeto guiado pela cooperada Clara pelo entorno de Ipiíba, a fim de que visitássemos alguns espaços públicos e comunitários. Durante o percurso de saída da cooperativa passamos pelo terreno de outro condomínio chamado Recanto dos Arcanjos, assim denominado porque todas suas ruas têm nome de anjos ou de profetas como a primeira que subíamos chamada rua Profeta Amós.

Clara me mostrou seus limites geográficos, mas procurou evidenciar também uma certa divisão sócio-econômica entre seus moradores e os demais de Ipiíba. É um grande condomínio com ruas de terra batida cujos limites não estão fisicamente delimitados porque, segundo a cooperada, não foi permitido legalmente aos

condôminos. Os moradores são, em geral, policiais aposentados, mas varia seu poder aquisitivo refletido no tamanho e na arquitetura das casas. Embora os lotes sejam grandes, podemos encontrar desde pequenas casas e sítios até casas bem maiores, algumas com piscinas, servindo, nestes casos, como casas de temporada.

Neste condomínio funcionaria também uma outra associação de moradores, a AMORA (Associação de Moradores do Recanto dos Arcanjos), mas segundo a cooperada não possui sede e funciona com o objetivo de atender aos interesses exclusivamente dos condôminos e não dos moradores do bairro. Segundo ela, não há interesse que alguns serviços públicos sejam disponibilizados para todos do bairro porque pessoas de baixo poder aquisitivo, *indesejadas,* iriam ocupar os terrenos vazios. Então haveria, sob seu ponto de vista, uma auto-segregação visando melhorias exclusivas, a manutenção de um espaço diferenciado e um certo controle do crescimento do local.

Andamos por algumas ruas dentro do condomínio em direção a uma creche comunitária da qual a cooperada apenas tinha ouvido falar, mas não conhecia de fato e que contraditoriamente se encontra em seu interior. Um conhecido de Clara que morava próximo à creche nos mostrou onde era. Tratava-se de uma casa com um grande quintal, muros altos e dois grandes portões. Batemos palmas, chamamos e um senhor veio nos atender. Posteriormente viemos saber que era o marido da diretora da creche que lá trabalhava com o auxílio de seu filho com 19 anos e uma mulher que seria *como uma irmã* para a diretora. O casal nos atendeu com certa desconfiança já que não era dia de visita – aberta aos sábados – e a creche havia recebido denúncias que teriam culminado no seu fechamento e posterior abertura após ampliação do espaço e obras de melhorias, segundo versão dela.

A Casa de Acolhimento Cantinho dos Anjos, como foi registrada, atende aproximadamente 52 crianças de 0 a 8 anos, mas pode atender até 70, dependendo das condições de manutenção. Possui muito espaço útil, com brinquedoteca, espaço de leitura, parquinho, mesa com bancos para atividades recreativas, lúdicas, uma cozinha grande, um berçário com 7 berços, um banheiro e uma secretaria. Mas as instalações parecem um pouco improvisadas, com acabamentos precários ou falta deles. Segundo a diretora as crianças recebem visitas regulares de pedagogas e psicólogas voluntárias aos

sábados e está aberta a qualquer pessoa que queira fazer companhia a elas, contando com apoio de material didático doado.

As crianças que são cuidadas em tempo integral ou parcial – tendo em vista o horário de aula no CIEP local – têm de 0 a 6 anos. As demais recebem ajuda por meio de doação de alimentos às famílias. Antes de ser fechada, devido às irregularidades – muitas, como aponta a responsável, motivadas pela desinformação e não pela má fé como apregoado por demais moradores – a creche funcionava também como abrigo. Hoje, a pedido de algumas mães e quando, em alguns casos, o responsável não vai buscar as crianças, a diretora as leva temporariamente para sua casa apenas para dormir. Uma das crianças, inclusive, seria sua filha adotiva porque convive com ela desde bebê e na falta da mãe biológica, a adotou de fato.

O casal estava todo o tempo preocupado em se defender das supostas acusações dos moradores locais, inclusive quando lá retornamos a fim de vermos a maioria das crianças atendidas. As acusações dizem respeito a desvios de verbas por meio de venda de mantimentos e roupas doadas. A diretora alega que a creche vive de doações e que, recebendo mais de um produto que outros, muitas vezes os vendia para arrecadar fundos para a compra de outros alimentos ou pagamentos de contas e serviços.

A diretora nos mostrou a secretaria e alguns documentos. Um documento-modelo de matrícula das crianças – mas não os supostos cadastros individuais de matrícula –; um ofício com normas para concessão de matrícula – o qual deve ser assinado pelo responsável de cada criança –; uma ficha de registro de presença e outra de avaliação social. Foi também apresentado o alvará de funcionamento de abrigo e creche datado de 2003. Mas como Clara tinha dito que a creche teria sido fechada em 2004 e desde então proibida de funcionar, não sei qual a legitimidade do documento para o funcionamento atual.

Conversando com a diretora ela nos informou que a razão dos *boatos,* inclusive de maus tratos, está no medo dos moradores do Condomínio Recanto dos Arcanjos de manter contato com pessoas de outra origem social e que são acusadas de *vagabundos, bandidos e prostitutas.* Já a creche particular que segundo ela e a cooperada Clara também funciona no espaço do condomínio, como atenderia outro público, não é objeto de tais acusações. A diretora não negou que alguns familiares se enquadrem de fato neste perfil, mas assegura que seus filhos não têm culpa da sorte e destino dos pais e que

estas crianças precisam muito do serviço destinado a elas na creche. Chegou a citar um pai de um bebê de um ano que reagindo em defesa do lugar ameaçado *com tiro* a quem por ventura viesse a colaborar no fechamento da creche.

Além disso, deu a sua versão a favor da falta de fundamento de *boatos* que irão sempre existir. Para exemplificar a malícia da população local perguntou para o marido qual era a *fama da cooperada Clara* – indicando assim que já a conhecia de nome – e este respondeu que todos a chamavam de *sapatão*. Eu e Clara rimos da situação. Aliás, já havia ouvido a própria Clara falar em reunião de assembleia acerca de boatos a respeito do Condomínio do Padre. Segundo ela o lugar tinha fama de ter muita confusão e *brigas de faca*. Os moradores do bairro teriam medo das famílias que lá moram. Para mim apenas um sintoma de um relativo distanciamento dos cooperados e de uma certa curiosidade pelo o que lá acontece ou acontecia, uma vez que no período de construção das casas havia muitos eventos coletivos, aos quais a maioria se refere hoje com uma dose de nostalgia.

A "fofoca" (Fonseca, 2004), vira aqui instrumento de manipulação da reputação dos moradores cooperados, os quais são desiguais com relação aos demais moradores do bairro porque usufruem uma específica rede de trocas comunitárias e benefícios institucionais que os identificam como grupo. Como ressalta a autora (2004: 49), "a fofoca é uma força niveladora; é, sobretudo, o instrumento dos que se sentem inferiores e que só podem realçar seu 'status' rebaixando o dos outros. Não visam elevar-se acima de outrem. A fofoca é a arma das pessoas que têm medo de ser inferiores, não das que querem ser superiores".

Ficamos eu e a cooperada Clara bastante tempo na creche ouvindo os desabafos do casal, seu empenho em nos convencer de sua boa intenção e no bom tratamento dispensado às crianças. Quando voltamos no sábado também permanecemos bastante tempo, inclusive cuidando e brincando com as crianças. A hora do lanche e do almoço era registrada sob nosso testemunho. O marido da diretora nos chamava para presenciarmos a refeição sendo preparada e sendo distribuída até mesmo com a nossa ajuda.

A visita a esta creche que estou aqui detalhando – embora também a outros lugares – revelou-se oportuna à percepção de dimensões da política local, do envolvimento da cooperada Clara – bastante empolgada com o atendimento às crianças

–, de sua busca por opiniões a respeito da creche, inclusive de outros cooperados. Além disso, a creche é emblemática de uma divisão sócio-econômica no espaço do entorno à cooperativa da qual esta figura como intermediária. Apesar da creche se localizar dentro do Condomínio Recanto dos Arcanjos ela atende familiares fundamentalmente da Beira Rio, um lugar muito pobre que pude conhecer através de Clara e do qual as famílias cooperadas nunca haviam falado.

Espaço interno da creche comunitária Cantinho dos Anjos.

Ainda no espaço da creche a diretora começou a nos contar da aproximação e interesse de políticos da região no campo da assistência social. Certa vez teria recebido a visita do vereador Dilvam Aguiar – posteriormente veio a ser presidente da câmara de vereadores do município pelo partido da prefeita PFL, embora tenha sido eleito pelo PTB – que perguntou de suas intenções políticas, se estava interessada em se candidatar a algum cargo político. Diante de sua negativa ele perguntou se ela recebia ajuda de algum outro político, sondando uma possível concorrência. Teria dito que estava aberta a qualquer tipo de ajuda, de qualquer pessoa. Este político prometeu ajudá-la e um dia teria recebido em sua porta um caminhão cheio com fraldas descartáveis, mas *todas de um só tamanho*, como enfatizou. Imagino que não lhe tenha sido muito útil tendo em vista a diversidade de faixa etária das crianças atendidas na creche e que ela tenha vendido as fraldas como teria feito com outros produtos.

Em entrevista, a cooperada Verônica, ex-secretária da cooperativa e professora, sugeriu a venda de doações pela creche ao admitir que às vezes compra leite para o seu filho no lugar porque é mais barato. E esclareceu que as irregularidades que existem, não apenas nesta, mas em demais creches da região, não serão averiguadas se elas forem apadrinhadas pela prefeitura. Contou-me que tentou de forma independente regularizar junto com uma amiga uma creche comunitária no bairro Jardim Catarina e obter um convênio com a prefeitura de São Gonçalo. Então, a diretora desta creche, ao falar pessoalmente com a pessoa responsável pelo setor social na prefeitura, conseguiu o alvará, mas teria sido exigida a colocação de uma faixa na entrada da creche para a promoção política do governo local. Segundo a cooperada chegou-se a oferecer até mesmo 2 terrenos para o funcionamento da creche, mas em troca de favores. Sob seu ponto de vista o convênio com a prefeitura não seria mais que direito da população a ser beneficiada. Não se firmando o convênio a creche fechou. A cooperada deixou claro que embora não seja a favor deste tipo de barganha política, sabe que no final das contas tudo funciona assim. Sugeriu que a creche Cantinho dos Anjos já está com convênio firmado com a prefeitura já que a festa de final de ano que lá teria se dado, com a presença de um vereador da cidade, simbolizaria esta parceria.

Clara havia me dito que este tipo de apadrinhamento era comum, que o político que havia procurado a creche rivalizava com o vereador Dilson Drumond que tinha uma fundação com seu nome. Disse que a maioria das creches do município de São Gonçalo leva o nome desta fundação ajudando a divulgar sua figura política. Clara tentou alertar a diretora da creche sobre seu direito à verba do FUNDEB disponibilizada para creche comunitária. Esclareceu que o governo disponibiliza cerca de R$ 120,00 por criança e que ela teria direito ao benefício. Ela reconheceu que o apoio de políticos é comprometido com a lógica do clientelismo, embora ela defenda o uso deste tipo de ajuda na falta de outras formas mais diretas, diferentemente da concepção do atual presidente e também do ex-presidente da cooperativa Zé Carlos.

Saímos da creche com a promessa da cooperada Clara de verificar junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de São Gonçalo a possibilidade de atendimento legal à creche. Aliás, a diretora nos falou que chegou a conhecer pessoalmente o secretário Adolfo Conder na ocasião da sua participação na 8ª

Conferência de Prestação de Contas da Ação Social, o qual lhe teria prometido apoiar seu trabalho na creche.

Caminhamos em direção à estrada principal de Ipiíba para visitarmos o CIEP 414 – Tarso de Castro, a principal escola que atende aos moradores, que está hoje municipalizado e atende cerca de 280 alunos de todo o ensino fundamental. A escola encontra-se na estrada principal de Ipiíba e é a principal referência geográfica do lugar. Ela possui um bom espaço interno, com quadra para a prática de esportes, mas não é aproveitada nos finais de semana e não funciona no turno da noite. Ao lado deste CIEP encontra-se também o principal ponto de lazer do lugar, um campo de futebol no qual os homens jogam bola aos finais de semana, inclusive filhos de cooperados.

Ciep de Ipiíba e campo de futebol onde os rapazes locais jogam futebol.

A outra escola que atende ao bairro é a Escola Estadual Frederico Ozanam. Embora se localize também na estrada de Ipiíba e atenda a seus moradores, já se encontra no bairro do Rio de Ouro. Esta escola atende cerca de 300 alunos do 6° ao 9° ano do ensino fundamental. A Escola também estadual Amanda Velasco ocupa uma posição contrária no atendimento aos estudantes locais porque embora se localize ainda no bairro Ipiíba encontra-se muito longe de seus moradores, atendendo mais □reqüentadas□e os moradores do bairro vizinho Santa Izabel. Entretanto, esta é uma escola que funciona em três turnos e oferece ensino médio regular, além de cursos

supletivos para jovens e adultos. A Escola Municipal Nossa Senhora da Boa Esperança também atende à Ipiíba, embora se localize na estrada Engenho do Roçado, em bairro vizinho. Atende aproximadamente 300 alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental.

A educação é um serviço público que funciona de maneira insatisfatória em Ipiíba, já que não há oferta de ensino-médio e cursos profissionalizantes próximos aos moradores, uma queixa reqüenta de cooperados. Muitos estudantes do bairro de Ipiíba – por exemplo, filhos de cooperados – que querem dar prosseguimento aos estudos e cursar o ensino-médio se deslocam com muitas dificuldades até outros colégios mais distantes porque há carência de linhas de ônibus que percorram o interior do bairro com maior regularidade. Outros acabam desistindo e param de estudar.

Além disso, não há iluminação pública satisfatória em várias ruas, uma preocupação para pais de estudantes que estudam durante a noite. Os ônibus[31] que passam pelo bairro são os que têm como itinerário a cidade de Niterói e o centro de São Gonçalo passando por bairros próximos como o Engenho do Roçado e Rio do Ouro. A maior dificuldade está na chegada até a rodovia de acesso rápido a outros bairros e municípios vizinhos onde há mais oferta e variedade de linhas de ônibus.

Passando em frente ao CIEP encontramos os professores da escola no ponto de ônibus, já voltando pra casa. Presumimos, então, que o CIEP estava fechado, mas avistamos a diretora e Clara disse que seria bom conhecê-la. Clara havia trabalhado lá como secretária e chegou até mesmo a assumir provisoriamente uma turma na ausência de professor. Ela me contou que a diretora não a via com bons olhos porque quando esteve por lá trabalhando através de contrato de trabalho – também mediado politicamente – tentou realizar modificações no espaço no sentido de atendimento maior à comunidade local que não teriam recebido apoio.

Encontramos também de saída a cooperada Vanda que trabalha no CIEP como auxiliar de serviços gerais. Enquanto Clara conversava com a diretora, eu conversava com ela sobre minha chegada, sobre a pesquisa e sobre um senhor morador do bairro que ela admirava muito e que gostaria que eu conhecesse, Seu José. Ele coordenou um dos projetos do programa federal "Mais educação" na escola através do qual mobilizou

[31] São três linhas que circulam normalmente de hora em hora das 5 às 23 horas, mas das 10 às 16 horas e nos finais de semana a regularidade abaixa para 2 em 2 horas. As empresas de ônibus alegam falta de infra-estrutura das estradas como impedimento para o aumento da frota e da regularidade.

alunos para a construção de uma rádio comunitária. Outra pessoa envolvida com o projeto na escola, vim saber mais tarde, é a filha de um casal de cooperados que como estagiária do curso de formação de professores dá aulas na oficina de matemática para os alunos.

Percebi que Vanda não havia cumprimentado Clara e que as duas, então, não se falavam. Lembrei-me do que Clara havia dito acerca de sua decepção com Vanda. Disse que apesar de ter intercedido a favor do emprego para ela no CIEP, Vanda, juntamente com o senhor do qual ela me falava naquele momento, a havia *traído*. Segundo sua versão os dois teriam impedido de maneira estratégica sua posse no cargo de presidente da associação de moradores do bairro há dois anos atrás, no ano de 2007. Clara acusava o tal senhor de ser *meio maluco,* já que ela não teria entendido sua reação quando em uma reunião com os moradores do bairro ele chegou recolhendo as cadeiras que ele lhe havia emprestado. Vanda que é mais próxima dele sugeriu certa vez que ele tinha mesmo esta reputação, mas que ele tem boas intenções e quer ajudar, preocupa-se com o bairro e tem idéias interessantes neste sentido.

Em seguida conheci a diretora do CIEP com a qual havia apenas falado por telefone. Tratei de desligar a máquina fotográfica que carregava porque ela não permitiu que os espaços internos fossem fotografados, confirmando a ressalva de Clara quanto a isto. Ela me disse anteriormente que a prefeita do município proibiu qualquer registro fotográfico das instituições municipais que pudessem comprometê-la e a diretora desculpou-se na ocasião dizendo que uma diretora de uma escola local teria sido inclusive demitida por conta disto.

Entramos e conhecemos um espaço que Clara teria tentado em vão ativar e que gostaria muito que eu visse. Era uma sala na parte térrea do CIEP onde funcionaria um posto médico-odontológico. A aparelhagem estava muito empoeirada e em desuso. Na ocasião funcionava como oficina. Lá trabalhava um professor também envolvido com o programa "Mais Educação" que de máscara manipulava uma espécie de tinta ou solvente, com forte odor. Depois de conhecer o posto desativado a diretora nos levou para visitar uma horta construída e mantida pelos alunos, cujos produtos são utilizados como alimento na merenda escolar. Conhecemos a horta e nos despedimos.

Clara havia me explicado que quando ela trabalhava no CIEP o mesmo político que havia procurado a diretora da creche comunitária para saber de suas intenções

políticas prometeu financiar sua ideia de promover no CIEP um atendimento médico-odontológico. Com o material doado por ele e a mão-de-obra para a organização do espaço mobilizada por Clara, o posto estava prestes a funcionar. Os profissionais de saúde seriam cedidos pela rede pública municipal. No entanto, devido ao episódio da *traição* aqui relatado, no qual estariam envolvidos alguns ex-companheiros – entre eles a cooperada Vanda e Seu José – Clara teria se desmotivado e abandonado tudo, o que teria refletido na desmobilização da população local.

Algum tempo depois um espaço em Ipiíba foi cedido por um candidato a vereador, Osmar Félix, para que lá viesse a funcionar o prometido posto de saúde. Os equipamentos e profissionais prometidos pela rede municipal seriam, então, deslocados para este local que teria condições adequadas para o funcionamento. Entretanto, segundo versão da cooperada, por motivos políticos o então presidente da câmara de vereadores de São Gonçalo na época, Diovam Aguiar, o mesmo que havia prometido o funcionamento do posto médico-odontológico no CIEP, embargou a abertura do posto em outro local. A ele provavelmente não interessava a inauguração deste segundo posto sob a chancela da fundação de seu concorrente político. O posto seria inaugurado sob o nome da Fundação Beneficente Dr. Dilson Drumond, vereador líder do governo PFL na gestão 2004/2008.

Assim, o problema da falta de atendimento médico no bairro passa principalmente por questões políticas já que duas tentativas de construção de postos de saúde no bairro envolvendo também a figura comunitária da cooperada Clara foram inviabilizadas por motivos políticos locais. Muitos cooperados já se queixaram da carência no atendimento médico local e alguns associam até mesmo a morte de antigos companheiros às dificuldades de acesso a serviços de saúde na região. Os moradores do bairro quando precisam devem se deslocar até os postos de saúde mais próximos que são o do Rio do Ouro e o do Engenho do Roçado, cujos nomes oficiais são os dos respectivos bairros. Mas, às vezes, não conseguem atendimento ou não há médicos disponíveis em determinadas especialidades.

O posto de saúde Engenho do Roçado atualmente responde por um programa preventivo de saúde chamado Programa de Saúde da Família. O PSF, como é conhecido, atende, em princípio, além do próprio bairro do Engenho, Ipiíba e outros dois bairros próximos. Entretanto, como o programa possui apenas 4 agentes de saúde

contratados, os profissionais não conseguem atender a demanda dos moradores cadastrados e as visitas, anteriormente mensais, tornaram-se ainda menos frequentes, segundo informações da cooperada Clara.

Depois que saímos do CIEP Clara me levou para conhecer um percurso de Ipiíba que não imaginava existir. Andamos margeando o lado direito do rio de Ipiíba. Do lado oposto habita uma população muito carente que conheci quando fiz o caminho de volta. Quando chegamos a um determinado ponto do percurso, havia uma pequena ponte de onde podíamos avistar as péssimas condições sanitárias do rio. Havia muito lixo em função das chuvas recentes.

Tive receio de tirar fotos a partir desta ponte porque Clara me confidenciou que lá rola um pequeno tráfico, embora tenha garantido que durante o dia não há perigo. O enunciado contraria o discurso bem intencionado de José Carlos, ex-presidente da cooperativa, em favor do lugar que enaltece uma percepção bucólica do bairro. Em reunião ele reiterou o fato de que é preciso proteger a área de Ipiíba já que aqui não há briga, não há boca de fumo! Aqui é um paraíso, mesmo feio assim! – refere-se aqui ao espaço do condomínio ainda em construção e que por falta de condições financeiras das famílias está coberto de mato e se cobre de alagamentos quando há chuvas.

Desde que iniciamos o percurso, saindo da cooperativa, Clara parava todo momento para conversar com moradores do bairro. Assim, quando caminhávamos em direção à ponte encontramos por acaso uma conhecida de Clara que atravessava a ponte com uma menina, sua filha. Ela havia trabalhado na creche comunitária e Clara procurou saber sua opinião sobre ela.

Clara lhe perguntou porque ela não coloca a menina na creche para que ela possa trabalhar, mas a mulher criticou a direção da instituição. Disse abertamente que a creche é um negócio como *a galinha dos ovos de ouro* do casal e os acusou de vender os alimentos doados e servir apenas salsinha para as crianças, as quais seriam também maltratadas. Insinuou que o casal obteve ganhos financeiros com o empreendimento que teriam sido ilicitamente investidos na ampliação da casa do casal e na construção de uma piscina. Disse que depois que a creche foi fechada eles pensaram em abrir outra coisa, mas é com a creche que eles prosperam.

Clara fez questão de omitir o fato de que conhecíamos o espaço, que o visitamos e me disse depois que desconfia do testemunho da tal mulher porque ela não seria

imparcial. Já havia trabalhado lá e teria se desentendido com a diretora da creche, teria sido mandado embora e estaria com raiva. Além disso, me confidenciou que a mulher possui muitos filhos, cada um de um pai diferente e que chegou a trabalhar como prostituta para se sustentar, mas teria feito muitas coisas erradas quando morava de favor na casa de um senhor e estava com medo de que a diretora da creche tornasse público o acontecido que a comprometia.

Nos despedimos dela, deixamos a pequena ponte e seguimos em frente em direção à escola municipal Nossa Senhora da Boa Esperança. Já estávamos bem afastadas da cooperativa. A escola estava fechada. Mas à frente havia uma interessante praça que guardava os resquícios de uma antiga lavanderia comunitária. Há uma placa da prefeitura municipal de São Gonçalo, datada de 1985 e com o título de lavanderia comunitária, cujos equipamentos encontram-se desativados e sem manutenção. Mas pode se encontrar ainda os resquícios da estrutura da lavanderia e do banheiro coletivo em material alvenaria. Hoje a antiga praça está muito depredada com matos crescidos no entorno. Clara responsabilizou os moradores que não possuem interesse em ativar a lavanderia e na mobilização para a limpeza do espaço. No lugar funciona ainda um quiosque comercial.

Praça em frente à Escola Nossa Senhora da Boa Esperança.

Antiga lavanderia comunitária do bairro localizada na praça anterior.

Fizemos depois o percurso de volta até voltarmos ao CIEP, na rua principal de acesso. Voltamos até a ponte e passamos para a outra margem do rio. Percorremos algumas vielas estreitas adentrando a comunidade chamada *comunidade beira-rio*. Senti medo por estar em um lugar desconfortável porque desconhecido e não controlado, mas como estava acompanhada de Clara que parece ser uma pessoa reconhecida por todos, procurei me □reqüentadas.

À medida que margeávamos o lado esquerdo do rio, fazendo o percurso contrário, deparávamos com moradias cada vez mais precárias. Trata-se de uma população muito pobre que vive em casebres e barracos improvisados, com muitas habitações desprovidas de quaisquer condições de higiene e ventilação. Muitos dos barracos são muito pequenos, pelo tamanho imagino que não devem possuir banheiros. Estes moradores são ainda frequentemente expostos a inundações porque muito próximos ao rio que dá nome à área.

Lugar chamado Beira Rio que dá nome à comunidade mais pobre que margeia este rio.

Durante o percurso pude ver uma pequena igreja evangélica, sem nome na sede e frequentada pela cooperada Ivete. A paróquia Boa Esperança que representa a igreja católica no local eu já havia visitado com a família da cooperada Amélia. As demais paróquias frequentadas pelos moradores se localizam em outros bairros, no Rio do Ouro e em Santa Izabel. Recentemente a igreja católica de São Pedro de Alcântara adquiriu um lote no espaço do Condomínio do Padre e está, juntamente com seus fiéis, construindo a Capela Nossa Senhora de Guadalupe que irá servir não apenas a seus moradores, de maioria católica, mas também os demais moradores de Ipiíba.

Depois de andarmos bastante chegamos até o campo de futebol novamente, ao lado do CIEP. Decidimos visitar a cooperada Ivete que havia alugado uma casa fora da cooperativa para que lá funcionasse a CATIVARE (Catadores Vivendo e Aprendendo com a Reciclagem), uma rede de catadores de produtos recicláveis dirigida por ela. Segundo Clara, agora Ivete vive mais na tal casa alugada que no condomínio da cooperativa. Estava desmotivada com a cooperativa, como muitos outros cooperados.

Entretanto, como não a encontramos Clara decidiu seguir a estrada principal de Ipiíba em direção à RJ 106 a fim de que eu conhecesse a sede da associação de moradores do bairro, localizada nesta estrada principal, e em seguida a principal casa de

festas do lugar, uma casa particular que se localiza no lado oposto da região beira-rio, à direita da estrada para quem sai de Ipiíba.

Cheguei, então, à associação de moradores chamada Amos-Jardim (Associação de Moradores Loteamento Cidade Jardim 1, 2, 3 e Recanto dos Arcanjos), da qual Clara é vice-presidente, cargo que ocupou o ano passado. A associação possui 450 moradores cadastrados e, anteriormente sem sede, hoje funciona no espaço onde seria o posto de saúde embargado. Ela contou que embora o candidato a vereador Osmar Félix não tenha sido eleito, deixou que aquele espaço fosse ocupado pela associação.

Trata-se de uma casa comercial com cômodos que foram adaptados à necessidade da associação. Em uma pequena sala pode-se encontrar alguns materiais e poucos equipamentos relativos a atendimento de saúde, em desuso. Na sala principal, há uma mesa e cadeiras. É aonde provavelmente as reuniões com moradores acontecem. Neste espaço é possível visualizar painéis de fotografias de Ipiíba que retratam seus aspectos positivos e negativos que dizem respeito, respectivamente, a seus encantos naturais e aos problemas estruturais do bairro como enchentes, lama e buracos por falta de pavimentação e exposição de lixos. Em uma terceira sala há algumas poucas mesas e cadeiras, além de uma pequena estante com alguns livros onde acontecem aulas de alfabetização de adultos.

Sede da Associação de Moradores Amos-Jardim.

Painel exposto na associação retratando belezas do lugar Ipiíba.

Painel contraposto ao primeiro e retratando problemas de enchente no bairro.

Sala de aula da associação onde acontecem aulas do programa Brasil Alfabetizado.

De acordo com sua versão, ela já estava desistindo do projeto de associação de moradores em Ipiíba quando foi procurada pelo pai de um jovem estudante de medicina veterinária, ex-policial e morador do bairro, que teria lhe pedido para que ela assumisse a vice-presidência na chapa do filho candidato à presidente, mas que não tinha experiência com as questões do bairro. Disse, aliás, que aceitou ser secretária da cooperativa, sob a gestão do cooperado Genilson, porque este lhe prometeu apoio na candidatura à presidência de uma nova associação de moradores que tentou montar, embora não tenha tido sucesso.

Como Clara explicou, a Associação Amos-Jardim, é de fundação antiga, data do ano de 1988 e possui este nome em função dos antigos loteamentos que originaram os sub-bairros Jardim 1, 2 e 3, além do Condomínio Recanto dos Arcanjos. Depois da tentativa frustrada de criar uma nova associação de moradores em 2007, a AMAI (Associação de Moradores de Ipiíba), a Amos-Jardim foi reativada após pagamento de dívidas junto à receita federal pela atual presidência que tomou posse em abril de 2009.

Ela mantém, segundo Clara, alguns serviços regulares. Um deles é o pré-cadastramento das famílias junto ao Centro de Referência da Assistência Social para o recebimento do benefício social do governo federal Bolsa-família. Este órgão federal faz um cadastro a partir de uma triagem fornecida pela associação por meio dos pré-cadastros. Em seguida, os cadastros entram em trâmite de validação junto às instâncias competentes em Brasília. Atualmente a associação mantém 30 famílias efetivadas neste programa desde outubro de 2009.

A associação mantém ainda o serviço de vacinação de animais, cursos de balé e de inglês com professores do bairro, a preços simbólicos e utilizando o espaço da sede. Na sede funciona também o curso de alfabetização para adultos do Programa Brasil Alfabetizado cuja professora é a própria vice-presidente da associação. Busca-se ainda, segundo Clara, melhorias de infra-estrutura urbana para o bairro através de visitas regulares aos órgãos municipais competentes e a prestação de pequenos serviços aos moradores, como eu mesma pude verificar no acompanhamento do caso da falta de registro civil do filho de um morador.

Depois da visita à associação de moradores chegamos à casa de festas, mas como o responsável por ela não estava presente, permanecemos no portão e não pudemos entrar. Era um lugar alto e de lá avistávamos a principal fábrica da região, uma

fábrica de escovas. Há também uma outra pequena fábrica de cinzeiros referida pelos cooperados que se localiza à entrada do bairro. Apesar destas duas fábricas ativas no bairro o comércio local é fraco, configurado apenas por pequenas vendas e bares, o que obriga seus moradores a se deslocarem por distâncias maiores para encontrar um supermercado ou uma farmácia, por exemplo.

Bairro Ipiíba visto de cima e fábrica de escovas ao centro.

Já era tarde, mas segundo Clara nós não estávamos muito longe da casa de uma determinada família que ela deveria visitar. Andamos mais um pouco até que paramos próximo a um pequeno campinho e Clara, então, resolveu perguntar em um bar mais à frente pela família porque imaginava que a casa deles devia estar próxima. As pessoas que estavam no bar pareceram meio arredias, estranhando a nossa presença. O dono desconfiado não confirmou o fato de estarmos tão perto assim, pelo contrário, sugeriu ser *um pouco longe.* Então sentei na calçada do bar e disse que estava exausta, que já tinha andado muito e que era melhor irmos de moto-táxi. Isso serviu pra descontrair um pouco as pessoas que riram de mim. O dono do bar foi mais solícito, deu mais informações à Clara.

Outro campo em Ipiíba relativamente próximo à família visitada por Clara.

Não imaginava que teríamos que subir um morro com muitas subidas até encontrarmos a tal casa. Tratava-se de uma família aparentemente muito pobre. Quando chegamos uma criança com aproximadamente 3 anos e estava nua correu com muita vergonha ao nos ver e se abrigou nas pernas dos irmãos mais velhos. As crianças estavam todas descalças em chão de terra batida e posteriormente me chamou a atenção a idade de uma delas. Era já um adolescente com 15 anos, com a musculatura mais desenvolvida que os irmãos mais novos, mas muito pequeno para a idade.

Depois vim saber que este menino era o motivo da visita de Clara. Ele não tinha certidão de nascimento e Clara tentava providenciá-la junto aos pais. Seu irmão mais novo, de 8 anos, tinha sido registrado há pouco tempo com a ajuda dela. O casal visitado possui 6 filhos, a mais velha é uma menina de 16 anos e o mais novo um bebê que na ocasião mamava no colo da mãe.

Clara conversou com a mãe primeiro. Quis saber se o pai do menino havia finalmente registrado o menino em cartório na cidade de Niterói. Clara havia pegado uma autorização de registro no hospital em Niterói para onde foram transferidos os dados do menino que nasceu em hospital de São Gonçalo posteriormente desativado. O pai era o único que poderia fazê-lo, já que a mãe ressaltou que ela *não assinava.* Ele desculpou-se por não ter tido tempo para resolver o problema. Disse que não tinha como faltar ao novo emprego onde estava em período de experiência. Havia passado longo tempo desempregado, quando vivia de “bicos” e a esposa não trabalhava.

Clara esperou para trocar telefone com o pai do menino a fim de que pudesse agendar um dia para irem juntos ao cartório. Eu já estava preocupada com o horário. Estava anoitecendo, teríamos que descer o morro e andar muito ainda até voltarmos à cooperativa. Clara disse não se importar com esse tipo de coisa, que percorre Ipiíba no escuro, apesar de haver pouca iluminação. Dizia já estar acostumada.

Durante o caminho de volta conversamos sobre a situação das crianças que visitamos e que também estudam no CIEP local. Segundo Clara os irmãos de 15 e 8 anos fizeram matrícula na escola devendo o registro de nascimento, a qual permaneceu irregular por anos consecutivos diante do boato de que a mãe das crianças era *louca.* Mas investigando o caso conheceu os pais das crianças e percebeu que se tratava de um caso de negligência deles e não de "loucura", devido mais à falta de informação e impotência do que de má vontade. Disse que eles chegaram a procurar pelo hospital no qual havia nascido o filho mais velho, mas diante da falta de informação adequada desistiram. Clara enfatizou o fato de que a maioria dos funcionários públicos trata com descaso *gente muito humilde* como eles – como ressalta – e, por outro lado, eles têm muita vergonha e acabam não insistindo diante de qualquer resposta.

Chegamos exaustas à cooperativa. Durante o jantar contei as novidades à cooperada Amélia. Falei sobre a "comunidade Beira-rio" da qual não fazia □déia e para minha surpresa Amélia simplesmente opôs a ela outros espaços no sentido da valorização do bairro. Disse que lá *tem também casas muito bonitas e grandes, de gente com dinheiro!*

Entendi que para os cooperados se Ipiíba é um lugar desprovido de infra-estrutura que precisa ainda de muito investimento público, por outro lado foi ressignificada como um lugar onde moram e querem valorizar, que é valorizado também pela área verde disponível, distinta de outros lugares mais urbanizados, normalmente ocupados pela população mais pobre, mas que possui outros problemas vistos como piores, como a violência, por exemplo. Aliás, como vimos anteriormente, esta é uma preocupação atual para outros cooperados. Eles desejam o desenvolvimento da área, mas temem pela falta de controle que podem "desencaminhar" os mais jovens através de famílias que não conhecem.

No dia seguinte encontrei novamente Clara para visitarmos finalmente a CATIVARE e depois voltarmos à creche, quando encontraríamos a maioria das crianças

que Clara gostaria de visitar. Fomos, então, até a casa alugada pela cooperada Ivete localizada em uma rua transversal à rua principal de Ipiíba. Ela foi alugada para que ela pudesse abrigar o material a ser reciclado que fica armazenado no quintal. Trata-se de uma casa de dois andares, mas semi-acabada, sem emboço. Na parte de cima há alguns poucos móveis comuns a uma casa como geladeira, mesa e cadeiras. Na parte de baixo também funciona um bazar de roupas e uma biblioteca comunitária itinerante da Ação da Cidadania que disponibiliza cerca de 500 brinquedos às crianças locais. Mensalmente ela participa de reuniões de prestação de contas à Ação da Cidadania.

Casa onde funciona a CATIVARE.

A cooperada Ivete já esteve à frente de várias iniciativas durante a gestão do ex-presidente Moisés e Zé Carlos, destacando-se a horta comunitária que chegou a ser bastante produtiva por um determinado período. Assim, na cooperativa ela adquiriu certa experiência e envolvimento com empreendimentos comunitários para dela sair e tentar implementar seus projetos, como o projeto CATIVARE.

A rede está atualmente em processo de registro e conta com poucos catadores cadastrados, apenas 8, mas também recebe material reciclável de pessoas voluntárias. Segundo informações de Ivete, no dia da reciclagem é realizado um “sopão” para os catadores e voluntários envolvidos e a quantia arrecadada com a venda do material reciclado, que não é muito segundo Ivete, é repartida entre os associados.

Quando conversávamos com ela Clara aproveitou a oportunidade para saber a sua opinião sobre a creche. Ela reproduziu os boatos sobre os responsáveis dizendo que o casal vive das doações e que cobram indevidamente mensalidade dos pais das crianças. Mas Clara estava disposta a desfazer a má impressão sobre a instituição e depôs a favor deles. Disse que nós chegamos de surpresa na creche e testemunhamos o tratamento dado às crianças que estavam limpas e cheirosas, principalmente os bebês com os quais ficamos por mais tempo.

Nos despedimos dela e seguimos para a creche, mas antes paramos no salão de cabeleireiro da cooperada Alice localizado na esquina oposta à esquina do campo de futebol e do CIEP para que sua filha pudesse usar o banheiro. De lá Clara avistou Seu José e o chamou para me apresentar. Conversamos à porta do salão e durante a conversa sobre o bairro Seu José me chamou a atenção para a dificuldade de se trabalhar neste projeto com crianças que *não sabem ler e escrever,* ainda que se encontrem no segundo ciclo do ensino fundamental. Questionou a possibilidade de desenvolver atividades extra-classe que requerem o uso intensivo da leitura e da escrita.

Ele me pareceu bastante engajado com as questões do bairro e nem um pouco *maluco*, pelo menos em uma primeira impressão. Convidou-me para participar de um encontro com estudantes de turismo no mês de novembro daquele ano quando iriam visitar vários lugares históricos em Ipiíba como a Fazenda Nossa Senhora da Boa Esperança, a antiga linha de trem, entre outros. Quando nos despedimos ele seguiu caminho para a CATIVARE. Levava um carrinho cheio de papelão para entregar à Ivete. Nós nos despedimos de Alice e seguimos caminho para a creche.

Desta vez o casal nos aguardava. Clara levava sua filha de 6 anos para conhecer as crianças. De novo perdemos a noção do tempo ao nos distrairmos com as crianças. Havia muitas delas neste dia de sábado. Algumas brincavam no parquinho, outras estavam sentadas à mesa brincando de massinha e as menores ficavam no espaço de recreação junto ao berçário. Algumas crianças eram muito tímidas, carentes, me lembravam o temperamento das crianças para as quais dei aula em bairro do interior do município de Cabo Frio. Também como as crianças da cooperativa, elas não eram tão agitadas como as crianças de regiões mais urbanizadas.

Neste dia encontramos inclusive as filhas gêmeas de uma moradora que havíamos encontrado mais de uma vez no dia anterior durante a caminhada. Esta

mulher, sob consulta de Clara, não fez qualquer objeção à creche quanto ao tratamento dado às filhas, pelo contrário, disse estar satisfeita com o atendimento.

O filho da diretora também estava lá trabalhando e fomos apresentadas a ele. A conversa novamente concentrou-se em torno da "dedicação" às crianças em oposição aos "boatos" sobre a família. Clara fez questão de ajudar na distribuição do almoço e o marido da diretora era o mais interessado no nosso comparecimento na cozinha. Antes mesmo de ficar pronto o almoço – sugestivamente arroz, feijão e molho com salsinha – ele nos chamou para ver a comida ser preparada. Então, nós ajudamos no almoço levando os pratos para a mesa.

Depois disso retornamos à cooperativa. Era tarde e Clara estava preocupada com sua filha que não havia almoçado ainda. Não chegamos mais a realizar visitas deste tipo. Voltei minhas atenções às famílias cooperadas, entrevistando representantes dos núcleos familiares como uma forma de me aproximar deles fora dos encontros formalizados por reuniões de assembleias.

Mas a experiência das visitas me pareceu extremamente reveladora de dimensões acerca do espaço do bairro de Ipiíba no qual as famílias cooperadas estão inseridas. Foi também interessante perceber que as cooperadas Ivete e Clara, interessadas em desenvolver projetos comunitários, tenham saído de uma forma ou de outra do espaço da cooperativa e Clara, especificamente, tenha ampliado uma assistência social ao bairro, desenvolvendo uma liderança comunitária para além da Cooperativa Ipiíba.

3.3. Políticas de liderança

A experiência das visitas ao entorno da cooperativa, embora de curto prazo, foi interessante também pela oportunidade comparativa que gerou no que se refere a proposições de ações políticas particulares a lideranças cooperativas e comunitárias – incorporando aqui outros moradores do bairro – que se desenvolveram ao longo do tempo através do projeto da cooperativa habitacional de Ipiíba. As ações da cooperada Clara em um novo contexto, ultrapassando os limites do espaço do condomínio, são emblemáticas de uma distinção com relação a formas de pensar a atuação comunitária dos cooperados Zé Carlos e Genilson, por exemplo, que manifestam formas específicas de lidar com os cooperados representados na política habitacional.

Embora a cooperada Clara tenha aceitado ser secretária da cooperativa sob a gestão do presidente Genilson, ficou claro que atuam de forma diferenciada. No caso de Genilson, reivindicações que representam o bairro de Ipiíba se manifestam através da mediação da UMP-RJ, na qual é coordenador regional, mas Clara, agora através da associação de moradores, é quem efetivamente mantém contato com as famílias do entorno ao condomínio.

Então, distinções fundamentais entre as principais lideranças da cooperativa tornaram-se mais claras a partir da observação do trabalho comunitário empreendido por Clara. Pode-se dizer que ela situa-se no extremo oposto ao modo de atuação do presidente da cooperativa Genilson que é pouco flexível no dia a dia com as famílias e faz uso de um discurso revolucionário sobre relações políticas ideais. Ele coloca-se veemente contra alianças que podem de alguma forma opor-se aos seus objetivos propostos. Com relação à política profissional, por exemplo, alertou certa vez à própria secretária Clara sobre sua participação em uma reunião na prefeitura de São Gonçalo: *Se vir que é coisa eleitoral e politiqueira, sai fora!* O alerta põe em foco a imagem que ele faz dela, revelada em situação em que critica a atuação da associação de moradores: *A associação de moradores a Clara fundou há pouco, mas trabalham sempre ligados a um vereador. Isso não é bom! São politiqueiros!*

Ao falar sobre aspectos positivos e negativos da cooperativa ele salienta a versão socialista versus o capitalismo como sistema ao qual se refere reiteradamente de forma crítica. Argumenta:

> *A cooperativa, a meus olhos, é o único meio mais justo de viver socialmente! Por parte culpa nossa e por parte de parceria errada, está nos deixando escapar. Está tudo errado. Os terrenos estão em nome da associação, mas com escritura individual. Erro da parte jurídica. Hoje é capitalismo. De cooperativa pra condomínio* (fala aqui da desistência dos moradores em manter o estatuto de cooperativa). *Eles queriam só a casa e moradia digna não é só casa!"* (Genilson, 43 anos, pedreiro e presidente da cooperativa).
>
> E aqui coloca sob suspeita as intenções da FBR como instituição parceira:

> *Participei do primeiro encontro de economia solidária em Brasília. Pra nossa surpresa a diretoria fechou os olhos. E na realidade aquilo não soou bem aos olhos da Fundação, a auto-gestão, a galinha dos ovos de ouro da Fundação! Tenho todo o material de empreendimento comunitário. Mas não quero dizer que a Fundação não teve um papel importante!* (Genilson, 43 anos, pedreiro e presidente da cooperativa).

Entretanto, nem a figura da cooperada Clara, com seus malabarismos e afiliações pessoais as mais diversas a fim de garantir formas de ação comunitária, nem a figura inflexível e austera do presidente são bem vistas pelas famílias. Ao contrário da figura intermediária do ex-presidente Zé Carlos, que corrobora as observações do colega Genilson e rechaça a perspectiva de atuação política da cooperada Clara, mas está aberto a negociações. Procura por caminhos válidos através de alianças e reivindicações mais institucionalizadas, ainda que não se escape, como vimos sobre o caso brasileiro, do contexto personalista de se fazer micro ou a macro política. É a partir de sua atuação dentro da UMP-RJ que podemos entender esta perspectiva.

Por isso ele vê com outros olhos a parceria com a FBR. Entende que o caminho possível é mesmo o das parcerias e que as instituições, sejam elas públicas ou privadas, podem financiar limitadamente a partir de projetos aprovados. Sabe que o vínculo com a FBR é importante, inclusive para a atuação da UMP-RJ. Por isso, ao contrário de Genilson, defende a instituição:

> *A discussão sobre a assessoria além da casa pela Bento tem que se aprofundar porque não foi esse o objetivo da Bento. As 37 famílias conseguiram alcançar as casas como principal objetivo. O negativo foi que a proposta de construir uma forma de geração de renda não foi à frente.* (Zé Carlos, 45 anos, pedreiro, ex-presidente da cooperativa).

Assim, o programa de assistência técnica e mobilização comunitária do qual a FBR é gestora é visto como uma forma alternativa de viabilizar desde infra-estrutura para o condomínio até iniciativas de geração de renda. Afirma que *teoricamente a proposta abrange o bairro de Ipiíba, mas na prática atende a cooperativa.* Mas

reconhece as limitações da FBR e pondera acerca dos resultados possíveis. Diz que infelizmente a FBR não possui estrutura para implementar diversos projetos na área de habitação, caso contrário tal capacidade lhe renderia maior participação no FNHIS.

Lembrou como exemplo o caso da morosidade da licença de obra para o início de construção das novas casas: *Já temos licença ambiental, mas a licença de obra só não sai porque ainda não tem projeto de infra-estrutura porque a Bento não tem engenheiro.* Há disponível na instituição apenas arquiteto. O engenheiro que acompanhou as obras das primeiras casas era voluntário, casado com uma das assistentes sociais da FBR na época. Posteriormente veio a se desentender com coordenadores do projeto na época, pediu demissão e voltou a morar no Maranhão, lugar de nascimento.

Esta assistente social é hoje bastante lembrada pelos antigos cooperados como uma pessoa firme, determinada e fortemente engajada com a causa deles. Mas ela também sintetizava, de forma inflexível, a proposta de transformação da maneira de pensar e agir dos beneficiários dos projetos da FBR através da assistência social, vista como um meio e não um fim em si mesmo. É dela a ressalva destacada em trabalho anterior de que *quem quer apenas casa está no lugar errado* e que alerta para a necessidade de uma *consciência coletiva* em primeiro lugar, obscurecendo a importância das *histórias de vida* particulares às famílias. Como ela ressaltou, estas são *histórias que todo mundo tem*, mas que no caso dos cooperados sinalizam para a casa própria como uma conquista extremamente valorizada.

Mas como Zé Carlos reconhece a importância das intervenções da FBR também entende as limitações das famílias para o alcance de objetivos perseguidos. Assim, por outro lado, sabe que não pode contar com um nível de mobilização necessário por parte das famílias para alcançar qualificações no sentido da conquista da autonomia.

Há algum tempo atrás cheguei a acompanhá-lo na tentativa de implementar a cooperativa mista. Tentou aproveitar a experiência adquirida com a construção das casas para viabilizar uma cooperativa de prestação de serviço em construção civil, mas a iniciativa não foi bem sucedida porque os poucos homens que estavam engajados não tinham como se dedicar ao trabalho sem retorno imediato e suficiente para todos inicialmente. Por isso a experiência serviu para entender as limitações financeiras que existem, mais do que simplesmente acusar os cooperados por falta de interesse.

Então a cooperativa mista passou a ser desacreditada por Zé Carlos que generalizou o sentido de malogro da experiência anterior. Justifica sua opinião dizendo que o projeto demanda um investimento de tempo de longo prazo e só daria certo com *uma verba alta* disponível para o empreendimento, caso contrário, as pessoas desistiriam porque pensam em receber um salário de imediato e não em aguardar um lucro coletivo.

Mas por outro lado ele é relativamente próximo de formas mais polidas e pessoalizadas de mobilizar as famílias. Linguagem que elas reconhecem e valorizam e através da qual Zé Carlos consegue se fazer entender, ainda que guarde também suas críticas a este modo *cultural* de lidar com as novidades que afirma como quem revela um dado inevitável que não deve ser ignorado, mas reconhecido. Embora ele esteja, há algum tempo, afastado da direção da cooperativa, suas duas gestões anteriores são lembradas positivamente por todos. Trata-se de uma figura carismática como exposto anteriormente.

Já a cooperada Clara, em termos de relações de confiança entre as famílias encontra-se no pólo oposto. Ela é lembrada pelas suas suspeitadas iniciativas no âmbito da assistência social, mas o que se coloca aqui em suspeita não são as práticas assistenciais por si mesmas – algo valorizado e também praticado pelas mulheres principalmente –, mas sim os atributos de sua pessoa considerados na relação cotidiana e que tem como referência a contraposição a valores como honestidade, honra e confiança. É por isso que a bem recente assunção à presidência da cooperativa por Clara não foi acompanhada de reconhecimento, mas entendida como um recurso provisório e sem importância enquanto não se decide pela dissolução da cooperativa associando-a ao estatuto de condomínio simplesmente.

Vimos que pelas razões contrárias a figura do cooperado Zé Carlos é enaltecida. Outra contraposição a ele se dá por meio de críticas à gestão do então presidente Genilson. Sejam elas comprováveis ou não o fato é que apontam para insinuações acerca da legitimidade de suas operações administrativas. Entretanto, é a forma de tratamento às famílias, como já destacado aqui, que marca de forma mais veemente a distinção com relação ao cooperado Zé Carlos.

O descontentamento geral explicita-se em diferentes ocasiões, de forma mais direta durante as entrevistas individuais e de forma emblemática nas reuniões de

assembleias. Além das reuniões contarem com baixa frequência – o que já sinaliza o problema – as pautas de discussões destas reuniões revelam tentativas de racionalizações a respeito da situação atualmente vivida pelas famílias, a respeito da razão de ser da cooperativa, de seu estatuto e do desejo de todos com relação ao empreendimento coletivo.

4. A Cooperativa Ipiíba vivida: as reuniões de assembleia

4.1. Dilemas cooperativos em discussão: versões públicas

As reuniões de assembleia que ocorrem mensalmente no espaço do antigo *barracão* onde outrora funcionava a cozinha comunitária contam agora com a baixa participação dos representantes de núcleos familiares, cerca de 40% ou menos participam, o que remete a recorrentes críticas por parte da diretoria e entre os cooperados. Mas a baixa participação e as questões que são destaque nestas reuniões, como veremos, são reflexos do momento em que as famílias vivem hoje, ou seja, o de pagamento de dívidas junto à FBR e à prefeitura (IPTU) e de regularização do terreno e da casa até então vinculados à Associação São Pedro de Alcântara.

Espaço do barracão na época em que funcionava a cozinha comunitária.

Espaço do barracão hoje em reforma para a construção de um estacionamento, provavelmente deve ser substituído pelo Centro Comunitário como espaço de reunião. No sexto capítulo aparece ainda como era anteriormente e ornamentado com cartazes por ocasião da reunião de assistência técnica para mobilização comunitária promovida por técnicos da FBR.

A cooperativa Ipíiba, de forma distinta das outras cooperativas assessoradas pela FBR, como ressaltam alguns cooperados e motivo de discussões frequentes, se constituiu sob um impasse quanto à regularização das casas. O terreno foi adquirido por outra instituição, a Associação São Pedro de Alcântara, que o repassou aos cooperados sob a forma de lotes. Já as casas estão associadas ao capital social da cooperativa sob a forma de cotas-parte cuja porcentagem de 85% de seu valor corresponde às acessões construídas nos lotes (R$ 11.600) e os outros 15% referem-se à mão-de-obra empregada no regime de mutirão (R$ 5.400), conforme explícito em seu Estatuto Social. Portanto, as casas, como bem coletivo da cooperativa, foram construídas sobre imóvel de outra pessoa jurídica. Até estavam em nome da Associação São Pedro de Alcântara.

Na ocasião do acompanhamento das reuniões tramitava um contrato da cooperativa com a Caixa Econômica Federal, a partir do programa federal Operações Coletivas – FGTS – Resolução 460/518, que beneficiaria os cooperados sob a forma do

redimensionamento da dívida do material de construção para R$ 5.000, anteriormente em R$ 11.600. Os casos individuais, inclusive de débito de horas de trabalho, seriam tratados pela FBR. Além disso, o contrato viabilizaria a regularização do espaço com a escritura individual do terreno e da casa a partir de seu desmembramento da Associação São Pedro de Alcântara.

Este contexto coloca em destaque o sentido da cooperativa habitacional quando já alcançado seu objetivo principal, pelo menos para os cooperados, que é a consecução da moradia para as famílias. Como instituição a cooperativa continua a manter obrigações legais e estatutárias que vinculam os cooperados e a gerar despesas que poderiam ser melhor negociadas, sob alguns aspectos como pensam, sob a forma da associação de condôminos, os quais tendem a aumentar com os futuros moradores e cujas condições de convivência serão certamente repensadas.

A ativação da cooperativa mista por intermédio da cooperativa habitacional aparece aqui como uma forma de dar prosseguimento à ideia de cooperativismo de forma mais congruente com os anseios familiares, representados como alternativa de renda para elas. Entretanto, ela cai no dilema do engajamento necessário, da *vontade da maioria,* das formas autônomas de "desenvolvimento social", nos termos de Neves (2008), algo difícil de se concretizar sem a tutela da FBR.

A parceria com a FBR tem caracterizado a cooperativa desde o início, sob exemplo atual da consecução deste recente contrato com a Caixa Econômica Federal. Aliás, outro ponto de discussão que se vislumbra, envolvendo certamente a UMP-RJ, é o destino do dinheiro decorrente deste contrato e *pago à vista a FBR*, como destacou o cooperado Zé Carlos. Já que, a princípio, o recurso é rotativo, ou seja, cumpre o papel do Fundo Rotativo pago pelos cooperados e destinado a atender outras demandas familiares por moradia, hoje previstas em 150 casas, só para o Condomínio do Padre onde se localiza a cooperativa, e em mais 100 casas para o bairro de Ipiíba, segundo cadastro da associação de moradores local.

As reuniões de assembleia servem para deliberar sobre estas questões quanto aos pagamentos familiares e prestações de conta, para eleger o conselho fiscal e a diretoria, quando for preciso, mas também para informar sobre projetos futuros, aquisição de bens, oportunidades, eventos comemorativos e problemas específicos quanto às condições de moradia. Um dos projetos em destaque é a construção da sede da

cooperativa em dois lotes adquiridos para este fim, cujo recurso será viabilizado pela FBR, mas que conta com os parcos recursos do Fundo de Reserva para o seu adiantamento. Outra conquista ressalta o acordo com a CEDAE para a construção da rede de abastecimento de água para o local, mas com material custeado pela *comunidade.* Inclusive, por intermédio do padre João que acionou um *amigo da Holanda,* foi disponibilizado para a cooperativa o valor de R$ 24.800 para a aquisição de 120 tubos de ligação até o reservatório de água da CEDAE, que deverão percorrer 720 metros de distância. Vê-se que as fontes de financiamento se atualizam via ONG FBR e Igreja Católica Internacional, neste caso, a holandesa, acrescentando um agente novo neste processo, as agências governamentais, produto de modificações recentes no cenário da política social nacional.

O campo dos eventos e das oportunidades de parceria, com predomínio das mulheres, já que são elas que geralmente participam de seminários e redes de movimentos comunitários (movimento nacional de catadores, movimento de mulheres de São Gonçalo, seminários sobre cooperativismo e sobre identidade cultural, por exemplo) acendem a polêmica da sustentabilidade de empreendimentos coletivos na cooperativa.

Quando o grupo é informado sobre a possibilidade de ser contemplado com a doação de material a ser reciclado pela Comissão de Gestão dos Correios, o cooperado Zé Carlos lembra outras oportunidades que são desperdiçadas na cooperativa por falta de estrutura organizacional, invocando a *indolência e a falta de interesse dos cooperados*. Exemplifica a Embratel e outros órgãos do governo que cedem somente *à cooperativa capacitada*, como ressalta, significando isto espaço para armazenamento, transporte e pessoal qualificado. E questiona a possibilidade de concretização do espaço de reciclagem: *Como as coisas sempre acontecem com a minoria, nunca com a maioria, como vai ser feito o galpão?* – caso a cooperativa fosse contemplada pelos Correios, o que não aconteceu, embora a cooperada Ivete tenha se esforçado em organizar um lugar próprio no condomínio, onde depositou temporariamente um material de reciclagem particular.

Em outro momento o cooperado Zé Carlos lembra de uma escola de informática que sob seu pedido eu mesma havia pesquisado para ele, mas que não foi possível implementar por questões estruturais. Lembrou também que a prefeitura mantém

projetos para jovens e adolescentes. E acrescentou: *Mas tem que ver se as pessoas querem! Se a pessoa desocupada investisse no tempo ocioso, teria como pagar sua casa!* Enfatizou a necessidade de capacitação dos cooperados e de sua organização para a consecução de parcerias e para a possibilidade de contratação de assistência técnica quando necessário. Destacou neste sentido o CAMPO (Centro de Assessoria ao Movimento Popular) como possível fonte de financiamento, mas foi contundente ao afirmar que infelizmente *a comunidade não quer andar com as próprias pernas!*

Seu irmão, Leandro, reafirma a importância dos cursos de qualificação ao explicar: *O problema é que você quer ser o que não é!* – falando aqui dos cooperados que não têm como comprovar qualificação e não se dedicam aos cursos – *Por exemplo: A auto-escola! Hoje você faz todas as aulas teóricas e depois você aprende a dirigir!* Mas o interessante aqui é a mensagem subliminar. Apesar de seu esforço em valorizar o saber teórico acaba dizendo que na verdade ele não serve para verdadeiramente ensinar, porque "só depois, com aulas práticas, você vai aprender de fato a dirigir!" O que ele quis aqui dizer, metaforicamente, é que o estudo para os profissionais de hoje, ou a exigência do certificado, é uma condição quase sine qua non de se conquistar um emprego, ou dito pelo avesso, de "ser o que verdadeiramente é", ou seja, de se comprovar as habilidades que se atribui ou são atribuídas a si mesmo. Assim, como diria Guedes (1997), a habilidade em "saber fazer" continua sendo o valor segundo o qual o trabalhador se avalia e avalia outro trabalhador, mas é necessário também "ser para o outro" e o outro neste caso é o empregador.

O cooperado Zé Carlos, de forma a enaltecer o comprometimento da cooperativa aponta para o fato de que junto com a FBR ela pagou parcelas de IPTU de cooperados que não pagaram, a fim de não comprometer os demais. E finaliza com uma crítica ao que é visto como negligência da parte destes: *Quando a prefeitura tomar a casa, quero ver se vai haver cooperativa para resolver seu problema! Cooperativa é solução, o problema aqui são os cooperados!*

Esta passagem me faz pensar sobre o "processo de individualização" da percepção da injustiça e das queixas oriundas de um sentido novo para a ideia de "privação relativa", um termo cunhado por Bauman (2003) para explicar as consequências do que ele chama de "modernidade líquida" ou "pós-modernidade". Para ele a privação com relação a padrões e condições materiais de existência deixou de ser

"diacrônica", ou seja, "medida em relação a uma condição passada" e tornou-se "sincrônica", quer dizer, "medida em relação à condição de outras categorias de pessoas". De acordo com o autor, essa percepção de privação passou por um processo de individualização, com a perda do caráter coletivo das queixas. Em suas palavras: "Supõe-se que os problemas sejam sofridos e enfrentados solitariamente e são especialmente inadequados à agregação numa comunidade de interesses à procura de soluções coletivas para problemas individuais" (Bauman, 2003: 79).

Lembro-me aqui das ideias do coordenador nacional da UMP-RJ, César, morador do bairro de Santa Cruz, e na época também assessor do Bittar, secretário municipal de habitação da prefeitura do Rio de Janeiro, no que diz respeito à necessidade de *misturar as classes sociais* no assentamento habitacional. Defendia a ideia de que *o pobre*, *quanto mais segregado*, *mais pobre fica* e *não melhora de vida* porque não tendo contato com o outro, diferente dele, não tem vontade de estudar, de se qualificar, de ter, enfim, sob sua opinião, melhores condições de vida que poderiam ser conhecidas pelo contato com o outro. César apontou como exemplo o sistema educacional público que estaria falido porque a classe média o abandonou e migrou para a escola particular. Nos poucos casos em que ela permanece – aponta o Colégio Pedro II como exemplo – o ensino seria, por esta razão, de qualidade. E defendeu a seleção de faixas salariais diferentes para a população beneficiária de projetos habitacionais, a fim de que diferentes classes sociais habitem e convivam num mesmo espaço social.

Acredito que o novo parâmetro da "privação relativa" apontado por Bauman seja realmente cada vez mais sentido em termos gerais, tendo em vista tempos de grande fluidez na comunicação e na mobilidade humana, na intensificação dos fluxos materiais e imateriais, enfim, todas as consequências do tempo da globalização, tão frequentemente discutidas por diferentes autores. E que a "identidade da situação típica" entre os empregados, em Weber (2000), lembrada por Bauman, seja também cada vez mais difícil em tempos atuais, tendo em vista a adoção de regras impessoais e carreiras cada vez menos fixas no mercado de trabalho, como ele explica. Entretanto, o autor tem como referência um modelo geral, no qual os indivíduos não são diferenciados em termos de escolhas relativas com relação a este processo que, desta maneira, afetaria a todos de um mesmo modo e, mais que isso, estimularia as mesmas respostas.

Entendo que estas respostas variam e em se tratando das classes trabalhadoras, por exemplo, tendo em vista meu campo específico de estudo, a experiência da cooperativa, por mais problemática que ela seja em termos de adesão e manutenção aos sentidos de cooperativismo aqui explícitos e propostos por instituições externas aos trabalhadores, é uma tentativa de reunião de esforços coletivos baseados em uma identidade de situação social. Pode-se entendê-la assim como uma alternativa à ideia de responsabilização individual ou à ideia de mérito ou demérito pelo sucesso ou infortúnio pessoal, descrito por Bauman como produto da "individualização da ideia de privação relativa" (2003: 80), ainda que esta escolha pelos cooperados não seja fácil de se realizar.

Assim, ainda que no cotidiano da convivência coletiva surjam inevitáveis acusações e apontamentos de diferenciações individuais, a categoria genérica de cooperado permanece como um recurso de constrição a interesses coletivos em oposição a "uma experiência da vida como procura inteiramente individual", como ressaltou Bauman (2003: 79). Por isso, não concordo com o autor quando ele fala do "desaparecimento dos grupos de referência" ou do "colapso das demandas coletivas por redistribuição" como um sintoma inevitável da dificuldade atual em se estabelecer "uma imagem de conflito de interesses" (2003: 79-81). As próprias preocupações dos cooperados quanto ao futuro incerto da cooperativa, diante das dificuldades de sua manutenção ou de implementação de sua vertente mista, refletem angústias pela situação semelhantemente vivida e revelam o desejo de deliberarem sobre os interesses comuns que possam justificar a *união* vivida e proclamada sob uma visão nostálgica da *época do mutirão.*

Algumas destas preocupações foram discutidas em uma interessante pauta, contemplada em três reuniões, que propunha uma reflexão sobre a razão de ser da cooperativa ou de ser cooperado, sobre a vontade da maioria, com um convite à reavaliação do Estatuto da Cooperativa Ipiíba. Durante a proposta motivos de insatisfação com a casa e dúvidas com relação às condições moradia, como a possibilidade de comércio no condomínio, por exemplo, vieram inevitavelmente à tona, revelando dilemas entre a vontade dos cooperados e a cooperativa como foi instituída, de acordo com modelo disponibilizado pela FBR, agora reavaliado com discussões sobre a atribuição das responsabilidades presumidas.

4.2. A consulta: *cooperativa – o que queremos?*

Genilson, então presidente da cooperativa, inicia a proposição da questão *cooperativa – o que queremos?* Afirma que ela não pode ser dissolvida antes do pagamento das dívidas comuns. Lê seus objetivos elencados no Estatuto – os quais voltarão a serem apreciados em duas outras reuniões destinadas à sua reforma – e sugere junto com sua secretária, Clara, a leitura integral do mesmo pelos cooperados. Esclarece aos presentes de que *o que se está colocando é a pergunta: Você é a favor da cooperativa? Por quê?* E ele mesmo emite já sua opinião: *A cooperativa pra mim é um câncer benigno!* Em menção metafórica à ideia de que a experiência em Ipiíba tem seus problemas, pelos quais os próprios cooperados são responsáveis, mas não é uma experiência integralmente ruim, não sendo preciso, portanto, extirpá-la como se extirpa um câncer maligno.

Tendo em vista preocupações com as condições das casas, em alguns casos, que põem em foco problemas de infiltração, rachaduras e afundamentos – para cuja resolução devem aguardar respostas dos representantes da FBR – e também o descontentamento com as condições de colaboração, de pagamento e de participação dos cooperados em outros casos, a maioria das explicitações de respostas aponta ressalvas, mas desejo de permanência, com a sinalização de uma certa nostalgia por alguns cooperados.

Duas cooperadas que foram sinceramente contra a ideia de cooperativa sem querer provocar com isso uma sobrevalorização do apelo à revitalização do empreendimento coletivo, outrora vivido com louvor, viviam situações de liminaridade com a ideia do abandono das casas e de vida em outro lugar.

Trata-se da viúva de um cooperado recentemente falecido, a cooperada Neli – dona de casa e pensionista – que ainda inconformada com a morte repentina do marido pensava em voltar à Paraíba, lugar de origem. Contundente, ela revela sua opinião: *Sou contra cooperativa, cada um por si!* A outra cooperada, Cristina, afastada do trabalho devido a um acidente grave, estava insatisfeita com a dívida deixada por uma substituta, relativa a um ano de moradia. Durante este tempo que repassou a casa ela morou na casa da irmã, mas a substituta desistiu e não arcou com as responsabilidades adquiridas. A FBR estava para regularizar esta situação. Além disso, ela se queixa de

arrependimento pela adesão à cooperativa desde que as casas ficaram prontas. Em reunião Cristina disse que é *contra a cooperativa, mas que as pessoas sejam unidas!*

Atualmente esta cooperada deseja vender a casa. Para isso colocou, inclusive, um anúncio da casa na Internet pelo valor de R$ 42.000 com fotos. Nele o problema da falta de água encanada, recorrentemente alegado na época da pesquisa em campo, contrapõe-se à descrição de *muita água*. Considera também a medida de 135 m² para a casa – a medida real do terreno é 120 m² e da casa é 46 m². Além disso, a Cooperativa Ipiíba não é mencionada. O bairro anunciado é Rio do Ouro e não Ipiíba. A iniciativa do anúncio na Internet contradiz a perspectiva de controle sobre o repasse da casa para terceiros, já que, tendo em vista os objetivos do projeto de cooperativismo, *não pode entrar qualquer pessoa na cooperativa.*

Casa da cooperada Cristina anunciada no site www.balcao.com com o seguinte texto (atualizado em 10/01/2011): "Casa de 135 m2, 2 quartos, 1 banheiro, com antiguidade de 1 a 5 anos, situado em Rio do Ouro. Dois quartos , cozinha toda com piso na parede, banheiro e varanda também com piso, até piso na casa toda, toda murada e muita água, quintal todo cimentado, local tranquilo e muito verde, garagem para 3 carros, sala grande. Janelas e portas gradeadas, nada a fazer.. perto do Ciep de Ipiba, fica no condomínio do padre, casa 23. Onibus próximo para Alcantara, São Gonçalo e Niterói... Preço: R$ 42.000".

Seguem abaixo opiniões, em geral positivas, ainda que queixosas e por vezes saudosistas, emitidas a respeito da cooperativa por ocasião da consulta aos cooperados nesta reunião:

> *Do meu ponto de vista depende muito dos cooperados, o lucro e o prejuízo seria de todos. Eu fico naquela acabar ou não, não sei!* E Aponta a casa própria como uma conquista (Zé Carlos, 45 anos, pedreiro e ex-presidente da cooperativa).

> *A minha opinião é a seguinte, ela tem que ser ativa, a minha proposta é de ativar a cooperativa porque nós temos que integrar à sociedade!* (Moisés, 47 anos, pedreiro e ex-presidente da cooperativa).

> *Prefiro falar nem que sim nem que não.* Discursa sobre a luta de todos em construir a cooperativa e lamenta que agora *falta união*. (Amélia, 46 anos, empregada doméstica, ex-vogal da cooperativa).

> *Tem sempre alguns pontos que eu não concordo, mas quero cooperativa.* (Carmem, 56 anos, aposentada por invalidez).

> *Sou a favor que continue e gostaria que desse certo, que fosse pra frente.* (Luiza, 48 anos, cabeleireira, vogal da cooperativa).

> *Se acabar cooperativa vai virar bagunça!* (Gustavo, 27 anos eletricista aposentado por invalidez).

> *Se for cada um por si, vai virar um bangue-bangue!* (Eliana, 33 anos, operadora de caixa). A cooperada Amélia replica: *Pra virar não falta mais nada!*

> *Na minha opinião acabaria de uma vez por todas a cooperativa, porque a maioria não participa!* E aponta a própria

> reunião como exemplo. Mas em momento de diálogo com o presidente, pergunta sugestivo: *De que depende hoje a cooperativa para ser criada?* (legalizada) *Só depende da força de vontade! E quantas pessoas aqui estão desempregadas?* Fala em seguida da potencialidade da cooperativa como meio de prover capacitação para estas pessoas (Leandro, 41 anos, pedreiro).
>
> *Só quem participou das primeiras reuniões desde Alcântara sabe! Eu não sei nem o que responder! Responder esta pergunta é difícil.* Em outro momento insinua a importância da cooperativa para o desenvolvimento de seu trabalho com filhos de cooperados: *Os jovens estão agindo como os seus pais, não estão nem aí! É necessário ensinar os direitos, mas também os deveres. Ruim com a cooperativa, pior sem ela!* (Alice, 45 anos, cabeleireira e catequista).
>
> Em uma próxima reunião Alice conta que estes mesmos jovens a haviam pedido para retomar as reuniões com eles. E afirma que apesar dos pesares agradece a Deus pela cooperativa e vê de forma positiva a conquista de todos. Pede o agendamento de *uma reunião para tratar da casa da sede e das ruas*...E argumenta: *A gente pode até pisar na lama, mas tem muita gente que não quer pisar na lama!*

Durante a reunião o presidente Genilson faz com frequência ressalvas a respeito das consequências do não pagamento de dívidas relativas aos fundos que compõem a cooperativa – Fundo Rotativo, Fundo de Reserva e Fundo de Solidariedade – em caso de desistência dos cooperados. Lembrou aos presentes que para deixar de ser cooperado deve-se antes quitar a dívida integralmente ou arranjar um fiador e anuncia por mais de uma vez o risco de medidas judiciais que a direção deverá tomar no caso da falta de pagamento. Aponta para o fato de que foram os próprios cooperados que constituíram o Estatuto, lembrando-os da contradição caso algum cooperado deseje procurar um advogado a fim de não pagar as dívidas e invoca o poder de *decisão da maioria*, apontando para o documento Estatuto: *Advogado nenhum tira a gente daqui, mas isso aqui tira!*

Isso deixou os ânimos de alguns exaltados. Embora poucos de fato o questionem, é na conversa pessoal com cada família que me é revelado o quanto a maioria dos cooperados desaprova o presidente, principalmente tendo em vista seu temperamento impositivo, motivo de queixas. As pessoas me contam que a forma como age, como transmite suas mensagens soa de maneira intransigente. Em outras reuniões o presidente volta a fazer ameaças que às vezes não são bem recebidas. Diz, por exemplo, que a cooperativa deve entrar com as medidas legais cabíveis após notificação de inadimplência nos pagamentos por mais de 30 dias. Ressalta, por exemplo, que *quem não pagou a bomba d'água não vai poder usar!*

Entretanto, o problema fundamental não está no que é falado, mas em suas ações, na forma como ele administra estas situações com os cooperados. Imagino, por exemplo, que Zé Carlos, que exerceu a presidência antes dele, falaria também as mesmas coisas, em tom firme, mas procurando soluções não causaria o mesmo desconforto nas pessoas. Talvez ele seja mais "político" digamos, no sentido de procurar soluções mediadoras, de negociar com os cooperados e assegurar, por outro lado, a parceria possível com a FBR. Ou como diz Amélia: *Ele não existe!* Argumentando que como ele não há ninguém. Não é sem propósito que continua sendo a figura fundamental na mediação entre os cooperados e a FBR até hoje.

As afirmações do presidente Genilson quanto à obrigatoriedade da quitação da casa para a saída do cooperado nesta reunião, lembrada também nas demais, geraram questionamentos envolvendo a FBR que vão desde versões sobre as condições jurídicas em que se deram as construções até alegações como falta de cobrança por meio de boletos bancários e reclamações sobre o estado das casas.

Assim, Leandro o interpela dizendo que a decisão de não ser cooperado não depende do pagamento imediato e integral da casa e aponta um impasse: *Caso eu saia, o terreno é meu e o material* (de construção da casa) *não! E aí? Será demolida a casa? Sou ressarcido à vista pelas minhas horas?* (horas de trabalho que equivalem a 15% do valor da casa). E Moisés complementa argumentando a especificidade da cooperativa de Ipiíba: *A fundação se arrependeu dez vezes de ter entrado aqui, porque aqui foi diferente. Em Shangrilá, em Hebert de Souza* (outras cooperativas) *a Fundação foi lá e quitou o terreno* – na verdade o terreno coletivo da cooperativa Shangrilá deriva de uma doação, segundo informações da ex-presidenta desta cooperativa.

Leandro, por sua vez, responsabiliza a FBR: *Houve muito erro jurídico da Fundação*. *Tinha algum assessor daqui da cooperativa junto?E hoje estamos engolindo sapo!* Refere-se aqui também a outros erros, além da regularização imobiliária, relativos à pessoa jurídica da cooperativa, que envolveram o CPF do primeiro presidente, Moisés, comprometendo-o pessoalmente e dificultando a regularização da cooperativa junto à Receita Federal e a passagem da presidência para Zé Carlos, o novo presidente que assumia a cooperativa na época, em 2004.

Zé Carlos, entretanto, procura isentar a FBR da responsabilidade pelo futuro da cooperativa ao apontar como normais erros que servem como fonte de aprendizagem: *Hoje a comunidade aqui, ela não depende de fundação nenhuma não! Em todas as comunidades* (associações e cooperativas assessoradas pela FBR) *foram detectados erros! Eles não querem cometer o mesmo erro que eles cometeram aqui não! Com as 88* (novas casas a serem construídas sob novo projeto) *o negócio vai ser mais embaixo! No projeto do ITERJ precisa da assinatura das 5 associações!* – no sentido da responsabilização destes grupos de famílias representadas em sua maior parte pela UMP-RJ. E Moisés reitera: *Com as 88 não vai acontecer isso não! Atraso no pagamento!*

A FBR volta a ser mencionada em assembleia quando alguns cooperados reclamam sobre o estado das casas. A cooperada Cristina queixou-se em mais de uma ocasião sobre a estrutura da casa, sobre as rachaduras, afundamento e infiltração. A secretária Clara diz se tratar de um problema coletivo e avisa a todos que a comissão de obras se reunirá com Ricardo, arquiteto da FBR, para tratar deste assunto. Enquanto Zé Carlos procura amenizar o problema dizendo que a *infiltração não está em todo lugar da casa*, Moisés insinua que a responsabilidade não é da Fundação, já que se trata de um *problema do solo que é úmido*. Genilson, que ao contrário de Zé Carlos assume uma posição mais crítica com relação a FBR, argumenta que *a equipe técnica teria que diagnosticar o problema antes de construir a casa!*

Este momento de discussão aqui explícito é apenas um exemplo dos questionamentos relativos à imputação de responsabilidades no que se refere à casa e de outros assuntos relativos à apreciação da cooperativa como experiência que estendem-se pela convivência diária entre os cooperados e se reacendem em momentos próprios para sua explicitação como são as reuniões. Outros dilemas que constituem o desejo de

equilíbrio entre, por um lado, a liberdade de se fazer o que deseja, e por outro, a segurança de se viver em grupo e de como tal usufruir benefícios conquistados apenas em nome desta identidade coletiva assim forjada e, portanto, segundo suas regras próprias, surgem também nestas ocasiões.

Bauman (2003: 21, 22) buscando explicar o surgimento da "identidade comunitária" como um acontecimento que exprime a busca pelo sentimento de "estar em comunidade, de ser uma comunidade", o que já não é, segundo o autor, a comunidade ela mesma, mas uma amálgama de compromissos que devem ser recorrentemente afirmados, esclarece a dificuldade da conciliação entre liberdade e segurança, esta entendida em um sentido amplo de acolhimento que se dá por meio do pertencimento:

> "...a liberdade e a segurança, ambas igualmente urgentes e indispensáveis, são difíceis de conciliar sem atrito – e atrito considerável na maior parte do tempo. Estas duas qualidades são, ao mesmo tempo, complementares e incompatíveis; a chance de que entrem em conflito sempre foi e sempre será tão grande quanto a necessidade de sua conciliação. Embora muitas formas de união humana tenham sido tentadas no curso da história, nenhuma logrou encontrar solução perfeita para uma tarefa do tipo da "quadratura do círculo" (Bauman, 2003: 24).

Um exemplo interessante, entre outros, deste dilema se dá durante uma pausa da pauta de reunião para a deliberação de um assunto de interesse de uma cooperada. A cooperada Ilda pergunta ao presidente se ela pode vender roupas em casa para aumentar a renda e justifica: *Dependo de remédios caros pra viver, minha doença é crônica! Tomo remédio todos os dias!* O assunto sobre a possibilidade de comércio no condomínio envolve outros cooperados interessados no assunto. O presidente como sempre resoluto diz que *não pode* e é questionado também por outros cooperados. A secretária Clara, mais ponderada, procura ser mais explícita sobre os motivos da recusa e busca a negociação.

A cooperada Ilda questiona a resposta apontando outras cooperadas que fazem o mesmo e vendem em casa. Cita, por exemplo, a cooperada Neli que vende sorvete e a cooperada Amélia que vende tapioca e açaí. O cooperado Moisés dá exemplo de outras cooperativas onde há vendas no espaço e ressalta que é contra apenas a venda de bebidas alcoólicas no lugar. E o presidente o lembra que ele *está indo contra o Estatuto do condomínio que é residencial!* A cooperada Amélia argumenta: *Hoje não é mais assim! No prédio de luxo onde eu trabalho vende-se até sacolé!* E a cooperada Cristina questiona o impedimento que não beneficia os moradores, mas o comerciante de fora: *No início da cooperativa se podia comprar um terreno pra comércio! Hoje quem se dá bem aqui dentro é o Josias* (comerciante local) *que vende lá fora!*

O presidente reitera que *a venda tem que ter uma função social* e explica o que seria essa função social: *Por exemplo, um bazar que beneficia uma comunidade, uma associação!* E a cooperada Cristina sugestivamente argumenta o que lhe parece uma "função social" óbvia para a venda no local: *Tem o benefício da renda pro cooperado!* Mas seu entendimento particular da ideia de *função social* não corresponde à ideia que o presidente desejava transmitir. Ele, então, a ignora.

A secretária intervém em favor dos cooperados lembrando que *as pessoas que falam levam a culpa. São taxadas!* Em menção ao fato de que a explicitação de questões em busca de acordo quase invariavelmente leva à responsabilização daqueles que as explicitam, enquanto os demais cooperados que porventura incorrem em problema comum são isentados. Pergunta, então, à cooperada Ilda: *É bazar ou é sacoleira?* E acaba sendo *a favor do cooperado vender pequenas coisas, sem abrir porta.* Sob sua opinião a venda de roupas, por exemplo, não pode usar o nome da cooperativa e admite a venda para a *cooperada sacoleira* apenas, como sugere.

Mas a cooperada Ilda solicita o posicionamento dos demais cooperados a fim de saber, então, o que fica decidido. Cristina lhe pergunta se *tem condições de sair de casa pra vender* e a cooperada Carmem intervém dizendo que *ela não pode andar.* Amélia, também implicada no problema, lembra da falta de representatividade dos cooperados em assembleia para decidir algo como isso. O presidente e o cooperado Moisés lembram da *farmácia popular* que fornece remédios gratuitos à população para o caso da necessidade dos remédios regulares pela cooperada, mas a secretária, então,

argumenta que *remédio caro está sempre em falta* neste tipo de farmácia. E a questão da cooperada Ilda permanece em aberto.

O cooperado Moisés lamenta a falta de condições legais para se implementar um comércio no condomínio tendo em vista a não regularização do espaço e aponta o problema da corrupção no governo local como um empecilho para a consecução de direitos como o que aponta: *A prefeitura não quer regularizar o condomínio porque é direito, se fosse clandestino era só dar um dinheiro...Dá aqui 50 e se regulariza!*

A questão da regularização do espaço do Condomínio do Padre é uma questão de tempo por se tratar, junto com os serviços de infra-estrutura local, de uma contrapartida do novo projeto de construção das 88 demais casas que está em andamento. As atividades e projetos de assistência técnica coletiva, previstas no Programa de Assistência Técnica implementado pela FBR, são, pelo menos em teoria, a promessa de resolução do problema estrutural do espaço. Já as atividades de mobilização e organização comunitária, que não cheguei infelizmente a acompanhar em suas outras etapas, algumas ainda em andamento, acendem a questão da implementação de alternativas de renda que sejam coletivas.

Permanece a questão se a cooperativa irá subsistir neste sentido, por meio da ativação de sua versão mista e incorporando as novas famílias moradoras, ou se ela irá se dissolver diante das dificuldades recorrentemente alegadas pelos cooperados, deixando margem para as deliberações que dizem respeito apenas ao condomínio. Mas certamente, mesmo em caso afirmativo para a segunda hipótese, os que vierem contarão com a vantagem dos saberes e experiências adquiridos por estas primeiras 37 famílias que meio lamuriantes e meio saudosistas reconhecem os investimentos nesta organização coletiva como fundamento de conquistas, onde a principal, obviamente, é a conquista da casa própria.

4.3. *Todo mundo um dia vai querer construir!* – os limites da construção coletiva

Por ocasião de outra assembleia uma nova consulta é realizada por um cooperado, mas esta ainda mais polêmica, toma grande parte do tempo de reunião, envolvendo a todos. Um cooperado pede permissão para a continuação da obra que realizava em sua casa e que já alcançava o segundo pavimento, com expansão sobre o

terreno dos fundos, e o presidente irredutível coloca-se veemente contra a continuação da obra. A obra parada gerava infiltração, desperdício de material e parecia também incomodar a vizinhos, mas o pedido parte de um cooperado com o qual o presidente não é nada amistoso. Além disso, trata-se de um problema também discutido em termos de suas consequências diretas e indiretas para os outros cooperados, inclusive sob a dúvida quanto ao comprometimento de projeto comum em andamento.

Discussões deste tipo colocavam o problema comum quanto ao limite das ampliações do modelo estrutural da casa, segundo o qual ainda não é permitida a construção em segundo andar. Mas tornou-se evidente para mim que a discussão acalorada entre os dois, presidente e cooperado requerente, extrapolava os limites da versão técnica tendo em vista um desentendimento pessoal entre eles. O presidente já havia discutido antes com o tal cooperado em função de acusações sobre uso de drogas no condomínio. Tal situação a mim tornou-se compreensível apenas de forma indireta.

Já o desentendimento in loco, por outro lado, ensejou uma comparação explícita entre a figura do atual presidente Genilson e a figura do ex-presidente Zé Carlos por parte do cooperado pivô. Algo que ninguém faria assim abertamente. O cooperado atribui ao segundo uma habilidade na resolução de conflitos, pois eis que o considera uma pessoa com a qual *se pode conversar,* resolver problemas, ao contrário do presidente que considera *mal educado,* com o qual *não tem como se conversar!*

A polêmica inicia-se quando o cooperado fala a todos sobre as condições de sua obra, alegando que obedeceu aos critérios devidos de construção, no sentido de que a estrutura da casa é segura e que desejaria continuá-la. O cooperado Leandro opina dizendo que não há problema *a não ser a casa que ainda não está quitada* e que a estrutura não importa, *se cair, vai cair em cima dele!* O cooperado Zé Carlos interfere e fala da importância em se preservar a área coletiva que protege o reservatório de água e diz que a FBR não se responsabiliza por novas construções e que futuramente haverá acréscimo de IPTU. E alerta a todos sobre o privilégio do lugar: *Isso aqui é um paraíso! Mesmo feio assim! Aqui não há briga, não há boca de fumo!* O cooperado que pleiteia a construção esclarece que sua mãe está usando a área coletiva com plantação a fim de que os animais não invadam, pelo menos enquanto não se requer a área coletiva, e que a casa só não está quitada porque há dois anos a FBR não envia mais boletos de pagamento.

O presidente então entra em cena e afirma que ele não pode construir porque há uma dívida relativa às horas trabalhadas, que sua mãe, titular no projeto, deve, desde de setembro de 2008, o valor de R$ 500,00 correspondentes ao banco de horas. Diz que esse é o seu *parecer jurídico* e afirma que *o Estatuto "diz" que pode se construir só depois da quitação da casa.* O cooperado não aceita o veredicto e o questiona: *Todo mundo um dia vai querer construir lá dentro do quintal! O povo é que decide! Todas as pessoas têm que falar!* E o presidente explode: *Já construiu tudo embaixo, avançou na área, agora quer construir em cima!? Ah! Tá querendo forçar uma barra!*

Outros cooperados intervêm. Cristina diz que a não liberação da obra está lhe prejudicando porque há infiltração no muro dela. Já Moisés questiona o cooperado lhe imputando uma exceção quanto aos demais, a qual vê como problemática: *Até agora todo mundo só ampliou embaixo. O único que ampliou pra cima foi você! Eu defendo sua tese* (de que todo mundo um dia vai querer construir), *mas com quem você falou, eu não sei!* O presidente complementa implacável: *Fez com livre espontânea vontade sabendo que não poderia! Encheram a coluna por espontânea vontade, agora aguente as consequências!*

A secretária Clara levanta a questão dos limites legais para a construção, tendo em vista construções vizinhas. Buscou confirmar comigo e com o cooperado Zé Carlos o fato de que legalmente não é permitida a construção em cima de um muro de divisa. Então, a cooperada Cristina é categórica ao afirmar que *não se pode construir nem uma janela para o quintal do vizinho!* Zé Carlos pondera ao dizer que *a lei exige no mínimo 1,50 m. de distância do terreno do vizinho* e fala de suas intenções pessoais como um exemplo: *Eu pretendo ampliar em cima da minha, mas não vou fazer o que ele fez, fechar tudo, sem ventilação, deixando só um labirinto. Tudo o que você construir prejudicando o seu vizinho, vai se ferrar!*

O presidente, seguindo a orientação de que todos deveriam se pronunciar a respeito do pedido do cooperado, sugeriu 3 propostas: *Temos 3 propostas: fazer em cima, não fazer em cima ou fazer depois do projeto* (depois da quitação das casas). Mas alerta para o fato de que *dentro do que for decidido, a cooperativa vai entrar com parecer técnico! No parecer técnico será averiguada a construção, vai ter um parecer técnico e social da Fundação onde será averiguado o interesse social da casa. Sob meu ponto de vista, não tem mais interesse social! É uma cela!*

Moisés levanta então uma questão sobre possíveis implicações da liberação da obra sobre projetos futuros no sentido de uma deliberação que atinge a todos: *Isso pode implicar nos projetos que estão sendo feitos? Se você pode, ela pode, qualquer um pode! A comunidade se liberar, não pode embargar pra mais ninguém!* Moisés se refere aqui principalmente ao convênio da cooperativa com a Caixa Econômica Federal, via FBR, que é conhecido entre eles como *o projeto 518* por causa do último número da resolução do programa federal "Operações Coletivas". O cooperado Zé Carlos considerou oportuna a pergunta para a qual não se sabia a resposta e ficou de averiguar junto à FBR.

O tesoureiro Sérgio levanta a polêmica de que a não adesão ao novo projeto pelo cooperado pode prejudicar aos demais moradores: *Até hoje as casas não estão quitadas, seja erro da Fundação ou não! O projeto está no nome da cooperativa. Se você não vai participar do projeto, se você vai pagar R$11.600, você não pode prejudicar os 37 que querem pagar 5.000. O terraço está sendo bem feito*, *esse não é o problema!*

O cooperado Moisés lembra em seguida que uma assistente social da FBR perguntou à mãe do cooperado se ela gostaria de entrar no projeto e ela teria dito que não. Contundente e como se eximindo de alguma responsabilidade sobre o núcleo familiar desistente propõe: *Então, vamos tocar os 36!* Afirma em seguida que *não há como obrigar* ao colega cooperado. A cooperada Luiza, vogal da cooperativa, reitera: *Nada impede que a mãe dele deposite o valor da casa para o governo!*

O tesoureiro Sérgio retoma a discussão dizendo que no Estatuto determina-se que não se faça modificações no que está construído. Além disso, alega: *A outra assembleia não autorizou ele construir em cima.* O cooperado se defende dizendo que a obra foi realizada no terreno em parte não ocupada pela casa.

O cooperado Zé Carlos finaliza a discussão pedindo para que o cooperado espere até que ele consulte a FBR, o qual lhe respondeu cordialmente lhe fazendo elogios sob comparação com o presidente a quem chamou de *mal educado.* O cooperado Leandro avisa a todos, entretanto, que o próprio cooperado *está indo por livre espontânea vontade consultar a Bento,* prevenindo-os de que a consulta não se dará *em nome da cooperativa!* E no final, como quem esconde algum segredo, pediu para que eu não escrevesse o que ele diria: *Eu também vou procurar a Bento pra quitar a minha casa!* Uma preocupação que na verdade é de todos.

Este era um momento de grande apreensão e dúvidas entre os cooperados. Já havia se passado algum tempo desde a interrupção do pagamento do Fundo Rotativo pelas famílias na forma de prestações mensais e isso gerava incertezas a respeito do direito à propriedade da casa, além de todos os problemas legais envolvidos. A FBR estava envolvida na tramitação do programa federal Operações Coletivas que beneficiaria a todos com a compra da dívida do Fundo Rotativo pelo governo. Entre representantes de Ipiíba o novo projeto também poderia garantir o retorno do Fundo Rotativo pago pelos cooperados para a própria Cooperativa Ipiíba que havia se beneficiado dele, caso não se comprovasse a necessidade mais urgente do dinheiro deste Fundo para outras cooperativas.

As obras nas casas, de maneira geral, não são um problema específico deles. Quase todos os moradores haviam realizado modificações na casa e pretendiam construir outros cômodos ou reformá-la no futuro. A adaptação ao projeto inicial, à planta original, com casas idênticas, obedecia aos imperativos do financiamento que surgiu como uma oportunidade única para as famílias obterem a casa própria. A ideia romântica do padre João, divulgada desde o início do mutirão de construção das casas, de construir uma "comunidade de portas abertas", com "cercas vivas", onde não houvesse nenhum impedimento ao contato físico entre as pessoas, com todos vivendo harmonicamente, cujas "casas idênticas" seria assim um dos símbolos desta igualdade harmônica atribuída, não leva em consideração que a casa para os trabalhadores, como bem salientou Woortmann (1982), é também um espaço de privacidade e o muro serve bem ao propósito de delimitar este espaço.

Além disso, a casa é um projeto familiar que se coaduna com os diferentes momentos de reprodução do grupo doméstico. Por isso está em permanente construção, tendo em vista sua ampliação para atender os filhos, até mesmo quando estes assumem novos núcleos familiares, acomodando assim o novo núcleo que se forma, neste caso em sentido provisório já que o valor da casa independente também se estende a eles. Há ainda o acolhimento dos filhos que se separam e por vezes os netos que os acompanham. Há sempre uma construção ou ampliação sendo feita na casa ou uma intenção neste sentido e qualquer poupança é administrada nesta direção. Licia Valladares (1980), por exemplo, que estudou grupos de famílias que transferiam-se de

uma favela para conjuntos habitacionais, atentou para o fato de que há este investimento de muros e ampliações mesmo entre os mais pobres:

> "Quem não pode construir muros revestidos de tijolos, improvisa cercas com os mais variados elementos (tábuas, folhas, cabos de vassouras, molas de colchão, etc.)". Assim como "quem não tem condições de aumentar a área construída com material de alvenaria, puxa um cômodo de madeira no estilo do barraco da favela" (Valladares, 1980:102)

Mais tarde vim a saber que a obra da casa do tal cooperado que todos temiam que prejudicasse o andamento do *Projeto 518* não teve importância nenhuma no processo. Uma representante do programa governamental já havia realizado visitas ao lugar. Além disso, a mãe do cooperado, titular da casa, acabou aderindo à proposta junto com os demais 36 cooperados. Assim, o importante para o grupo é manter-se unido em prol do atendimento a determinados critérios que são estabelecidos pelas agências de financiamento. Como foi necessário e possível atender a critérios específicos da FBR para enquadrarem-se como núcleos familiares cooperados e, mais que isso, fazerem-se elegíveis para a aquisição das casas durante todo o período de sua construção[32], faz-se necessário agora garantir a unidade do grupo beneficiário para que sejam contemplados com mais uma possibilidade de financiamento a partir da entrada no campo de mais um agente qualificado neste sentido, ou seja, o governo federal mediado pela ONG FBR.

Faz-se necessária a preservação da identidade coletiva que expõe a precariedade social, mas a vontade de transformação social, legitimando, portanto, a necessidade da intervenção social. Neves (2001), tendo em vista um conjunto de trabalhos anteriores acerca do campo da caridade e assistência social, chama atenção para este investimento na categoria de beneficiário de programas e ações sociais privadas ou públicas, destacando as estratégias e esforços neste sentido por ambos os lados, pelas instituições envolvidas no processo e pelas próprias pessoas a quem se atribuem os significados próprios da categoria de beneficiário. Como aponta a autora: "... o denominador comum entre doadores e demandantes de bens e recursos é o pobre moralizado: dignificado pela

[32] Este processo está descrito detalhadamente em Lima (2006).

busca da autonomia no acesso aos recursos de reprodução; humanizado pela internalização da vergonha diante da demonstração pública da carência ou da dependência, expressa pela demonstração imediata da provisoriedade da situação desmoralizante" (Neves, 2001: 05,06).

Valladares (1980: 121), por outro lado, em seu trabalho com uma população moradora de favelas ainda na década de 70, atenta para uma "ideologia utilitarista e individualista" que, tomada como um "modelo de comportamento cultural difundido em todos os níveis da sociedade brasileira", era distorcida por esta população em favor de seus próprios objetivos. Entendo que estas "práticas de distorção", como chama a autora, são na verdade um processo de ressignificação desta lógica utilitarista, socialmente reconhecida como práticas válidas para o benefício próprio, realizado pela classe trabalhadora, mas tendo em vista seus saberes e valores construídos coletivamente. Os cooperados de Ipiíba são um exemplo da reunião de esforços em favor do beneficiamento de todo o grupo.

4.4. A reforma do Estatuto Social

A proposta de reforma do Estatuto Social da cooperativa, dividida em duas reuniões para este objetivo, foi uma experiência bastante interessante. Traduziu um momento de reflexão e de incertezas pelo qual passavam os cooperados que tinham já adquirido alguma experiência com o empreendimento e buscavam agora adaptar o Estatuto à realidade que conheciam bem. A ideia que se tornou vigente é que o Estatuto deve ser uma elaboração dos associados, mas que a cópia de um modelo de referência permanece válida. Os 46 artigos que o constituem foram apreciados através da leitura. Os que eu menciono aqui detalhadamente são os que geraram comentários, proposição de complementação, de alteração ou de anulação.

O que torna a proposta da reforma do Estatuto interessante não é o que de fato se modificou, já que não se sabe se depois das casas quitadas – algo agora facilitado pela diminuição considerável da dívida comum a todos – a cooperativa irá manter-se sob sua versão mista e assim se o Estatuto terá validade futura. Mas o que a torna significativa é o processo de reflexão que a constitui, no sentido de tornar compreensíveis aspectos que antes eram indiferentes ou ignorados pelos cooperados em momentos anteriores quando buscavam dar materialidade ao bem coletivo previsto no Estatuto, quer dizer, às casas. É

neste sentido que a secretária Clara de maneira sugestiva esclarece o exercício da proposta de reforma: *Está se mudando pouco! Está só se fazendo entender!* Aliás, o uso de dicionários em algumas situações serviu também a este propósito. A direção buscava interpretar o que estava escrito em forma de artigos e incisos e a partir de então se iniciava a discussão dos pontos considerados polêmicos.

A reunião de proposição da reforma se inicia com a leitura do Estatuto pela secretária e sob ouvidos atentos dos demais cooperados que, entretanto, não haviam levado o referido documento, conforme solicitação anterior. Propõe-se o reparo de um erro, a alteração do bairro de localização da cooperativa no seu 1º artigo. Substitui-se Alcântara por Ipiíba. E ao artigo 2, que esclarece que a duração da cooperativa é ilimitada, propõe-se um complemento que esclareça que ela é obrigatória até a quitação da casa. O presidente aproveita para explicar que ao contrário da cooperativa a Associação São Pedro de Alcântara é limitada porque quando todos seus lotes forem vendidos, a associação se desfaz.

Com a ajuda do dicionário o termo "fomentar", dos objetivos "fomentar o ideal e a prática do movimento cooperativista" e "fomentar a criação de outras modalidades de produção cooperativa...", explícitos no artigo 3, foi substituído por "promover". Irônico o cooperado Zé Carlos incita os outros: *É o que a maioria não gosta de fazer!* O presidente busca também o significado para "exclusivo" e "privativo" em "...direito de uso exclusivo sobre a casa, bem como o direito de uso não privativo aos bens comuns". E para "consecução" em "desenvolver qualquer atividade tendente à consecução de seus fins..." Ele justifica a consulta ao *pai dos burros,* como chama o dicionário, dizendo que ele mesmo não entende determinadas palavras e de maneira provocativa dirige-se, pelo enunciado, fundamentalmente a mim: *Nós não temos aqui ninguém com doutorado, temos um melhorado! A não ser a Verônica que é professora!*

O cooperado Zé Carlos sugere a concretização do objetivo "receber as mensalidades destinadas ao Fundo Rotativo e outros Fundos em cotas individuais de cada associado" por meio da abertura de uma conta em nome da cooperativa porque afirma que o correto é o recebimento como pessoa jurídica e depois o repasse para o Fundo Rotativo gerido pelo conselho gestor, que inclui representantes das cooperativas assessoradas e representantes da FBR. A cooperada Cristina já havia chamado a atenção para a impropriedade do recebimento em *caixinha*, o que todos concordavam. A

relutância em abrir a conta, entretanto, tinha como intenção evitar despesas bancárias com um empreendimento que não *gera lucro,* como salientou Zé Carlos.

Ainda sobre os objetivos da cooperativa a secretária lembra da importância de "integrar organismos tais como Federações, Redes, Associações, relativos ao movimento cooperativista a fim de estabelecer operações comuns que divulguem o cooperativismo" e aponta a parceria da cooperativa com o Sindsprev (Sindicato dos trabalhadores em saúde, trabalho e previdência social do Estado do Rio de Janeiro) como exemplo. O cooperado Moisés dá a sua versão para a falta de incentivo governamental sob a crítica de que "o governo não quer promover a cooperativa porque não é lucrativo" enquanto Genilson aproveita a oportunidade para fazer sua particular distinção entre o capitalismo e o socialismo como sistemas econômicos opostos pela valorização respectiva do *dinheiro* em um caso e da *pessoa* em outro.

Genilson propõe um acréscimo ao parágrafo único do artigo 3 que se refere à propriedade plena da casa após a sua quitação. Sugere esclarecer o não pagamento dos fundos em caso de desistência do cooperado passando assim a dívida para um substituto. O cooperado Leandro incentiva: *Assim fica apenas quem realmente quer!*

É proposto um inciso ao artigo 6, que esclarece que "o número de associados corresponderá ao número de casas construídas", mencionando que as cotas-parte da cooperativa mista são diferentes das cotas-parte da cooperativa habitacional, de forma a não comprometer as casas como bem coletivo, assim consideradas até a sua quitação. Discutiu-se a partir daí as possibilidades de exercício da cooperativa mista. Por exemplo, obras ou quaisquer outros serviços da cooperativa mista funcionariam por meio de contrato com tempo determinado. O cooperado Zé Carlos lamenta, então, a falta de adesão à ideia da cooperativa mista, mas a cooperada Luiza argumenta que o melhor entendimento de cláusulas que tratem especificamente deste assunto, na verdade inexistentes, facilitaria sua implementação.

Após a leitura do artigo 7, que trata das "condições de entrada na Cooperativa Ipiíba", o presidente sugere mudar o critério da renda familiar explícita em faixa de 2 a 6 salários mínimos para 0 a 5 salários. É apresentada a justificativa de que a renda familiar das famílias cooperadas em alguns casos não chega nem mesmo a 1 salário mínimo.

A apreciação do artigo 10, referente aos "deveres dos cooperados", reacendeu as recorrentes críticas à falta de participação nas assembleias. O cooperado Moisés manifesta a opinião de que *é preciso uma cláusula que obrigue a participar das reuniões,* sugerindo uma mesma medida para direitos e deveres diante da constatação de que há *dois pesos e duas medidas* para ambos. E questiona: *Não adianta fazer reforma no Estatuto sem a participação de todos! Tem uma forma de judicialmente fazer o cooperado optar pela cooperativa ou não? Se deixa aviso no barracão as pessoas não vêm, se deixa aviso por debaixo da porta também não!* O cooperado Zé Carlos corrobora a opinião do colega e afirma: *De nada adianta mudar o Estatuto se na hora as pessoas não têm coragem de executar! Aí fica só o bucha de frente!*

Diante da polêmica o presidente e a secretária sinalizam para a possibilidade de entrada com *recurso judicial* em caso do não atendimento aos deveres estatutários, *inclusive em caso de não comparecimento em assembleia,* como enfatizam. Em seguida o presidente argumenta sobre uma crítica aos cooperados sob um elogio às avessas à liberdade de escolha, opondo a Cooperativa Ipiíba à realidade das favelas: *As pessoas gostam é de morar na favela onde não tem liberdade!* E refere-se às facções de tráfico de drogas e às milícias que aliciam a população. O cooperado Moisés fornece um exemplo pessoal: *A minha prima mora no Morro do Estácio. Eu quis comprar um bujão fora do morro por R$ 38,00, mas fui obrigado a comprar lá dentro por R$ 55,00. Se comprar fora é fuzilado!* E em um momento posterior, como que enaltecendo as prerrogativas da cooperativa como experiência coletiva, fala do *mal do individualismo* e da necessidade do *trabalho coletivo* a fim de se evitar a *desigualdade.* Apelativo à solidariedade alheia, ao interesse pelo outro que justificaria a união, embora a reciprocidade seja o seu corolário fundamental, o cooperado argumenta: *Quem nunca teve problema não sabe o que é problema!*

É proposta em seguida a exclusão do parágrafo único do artigo 11 que estabelece que "as obrigações dos associados falecidos (...) passam aos herdeiros, prescrevendo após um ano contado da abertura da sucessão...", já que foi entendido que suas obrigações prescrevem desde seu falecimento e são repassadas automaticamente para os herdeiros quando for o caso. Posteriormente, sobre o critério de exclusão do cooperado por morte, explícito no artigo 13, o cooperado Moisés sugestivamente indaga: *Por que o defunto é excluído?O defunto é automaticamente excluído!* Mas manteve-se o parágrafo

único deste artigo que esclarece sobre a transferência dos direitos e obrigações do falecido aos herdeiros.

A secretária e o presidente ponderam a respeito do artigo 12 que esclarece que "o associado poderá por iniciativa própria, a qualquer tempo se retirar do quadro de associados da cooperativa" dizendo que isso poderá ser feito por todos logo após a quitação das casas, se for esse o interesse dos cooperados. Alertam também que em caso de acordo quanto à "dissolução da cooperativa", um critério de exclusão óbvia do cooperado, elencado no artigo 13, os bens adquiridos pela cooperativa passam para outra associação. Jocosamente, por meio do bordão *ajuda ao universitário*, em alusão a programa televisivo de perguntas e respostas que se tornou conhecido por utilizar universitários em seus quadros, o presidente Genilson me pede ajuda para esclarecer outro critério de exclusão, a "incapacidade civil não cumprida". Tento, então, ajudar.

O artigo 13 que trata então da "exclusão do associado", donde o mais importante é "deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso e permanência na Cooperativa", é complementado pelo artigo 14 que explicita casos específicos nos quais podem se dar esta exclusão. Dois destes casos ensejaram comentários interessantes que colocam em pauta a existência de códigos e leis de aplicação distintas para os *pobres* de um lado e para os *ricos* do outro ou para aqueles que teriam condições econômicas para passar ileso sobre os imperativos das leis brasileiras. Pressuposto assim expresso de que condições econômicas sejam fundamentos de distinções como estas e até mesmo para a criação de novas leis, tendo em vista a quem elas beneficiarão.

Assim, após a leitura dos seguintes incisos: "o cooperado que estiver devendo três meses ou mais de qualquer prestação à Cooperativa deverá ter seu caso levado à Assembleia"; "o cooperado que ficar inadimplente por mais de um ano sem justificativa e for excluído da Cooperativa, sofrerá retenção de 30% do valor de sua cota-parte", dá-se início os comentários pelo cooperado Moisés.

O cooperado conclui contundente: *A justiça só funciona para preto, pobre e puta!* E destaca como exemplo um caso de dívida de um morador da Barra da Tijuca que foi noticiado em rede de comunicação nacional. Segundo sua versão ele ficou sem pagar o condomínio do prédio onde morava por muito tempo e também não participava das assembleias, mas, entretanto, apesar da inadimplência da dívida que chegou a valores altos, não perdeu o imóvel. Em seguida o cooperado questiona as *nossas leis,*

dizendo que elas *estão ultrapassadas,* tendo em vista que *quem comprou* (um imóvel) *judicialmente paga como quer!* E continua persuasivo: *o Congresso não aprova novas leis porque senão o Sarney perde suas terras no Maranhão.* O tesoureiro Sérgio intervém e fala dos projetos de interesse da população que tramitam no Congresso sem votação e o presidente exemplifica com a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que exige 2.000 assinaturas para ser considerada.

Esclareceu-se o artigo 16 para os cooperados. O valor de 85% do "capital social", relativo às "acessões construídas", corresponde à dívida do material de construção, que em forma de prestações mensais não devem ultrapassar em 25% da renda familiar do cooperado que possui 10 anos para pagar, como lembra o presidente. Os 15% restantes, relativos "à mão-de-obra empregada no regime de mutirão", equivalem às horas trabalhadas que podem ser recuperadas pelo cooperado que desejar sair da cooperativa. Caso isso aconteça o valor de cada hora trabalhada será corrigido de R$ 1.90,00 para R$ 2.30,00. Mas é lembrado a todos que *as horas não são abatidas do material*, *não amortece dívida!*

Com relação ao artigo 17, onde é estipulado que "o capital social é dividido em cotas-parte, cujo número tem como referência o número de casas da Cooperativa...", o presidente lembra para fins de cálculo que cada casa equivale a R$ 17.000,00 e que ela *não pode ser hipotecada*, em referência ao artigo 18 onde se esclarece que "a cota-parte é indivisível, intransferível a não associados e não poderá ser negociada, nem dada em garantia...".

Ao artigo 20, que prevê o pagamento ao cooperado desistente do "valor correspondente à sua cota-parte" pelo seu substituto, a secretária Clara propõe um novo inciso que afirme a intervenção da cooperativa para a resolução de problemas entre os interessados, antecipando-se à ocorrência de problemas como o vivido pela cooperada Cristina que herdou de sua substituta uma dívida relativa a um ano de moradia. O cooperado Moisés sugere a substituição do termo "se obriga" do inciso 2º, explícito como "o novo cooperado se obriga a continuar arcando com todas as despesas da Cooperativa..." – aliás, o que não se realizou no caso da substituição da cooperada Cristina. E o termo é substituído por "se compromete", entendendo-se que *não se pode obrigar a ninguém!*

O presidente consulta no dicionário o significado de “subvenções” para esclarecer o artigo 21 que trata do “capital da Cooperativa”, descrito como “moradias e outras construções localizadas no terreno...” da cooperativa e “subvenções, auxílios e doações...”. O cooperado Moisés, então, alerta para a necessidade de se usar termos simples *para que o povo possa entender!* Mas não deixa de ser interessante, entretanto, que no próprio processo de se *fazer entender,* se conheça outra linguagem e se aumente significativamente a possibilidade de questionamentos sobre o que antes não se entendia ou lhes era indiferente.

Passando à apreciação do artigo 22, onde se explicita que “a assembleia geral é o órgão máximo da sociedade cooperativa, podendo deliberar sobre todas as questões relativas à mesma”, a secretária enfatiza que a assembleia é um momento para se decidir “o que se quer e o que não se quer”, inclusive “a destituição da diretoria e do conselho fiscal” quando assim for desejado e fala da necessidade da atuação deste conselho via cobrança da *comunidade legalizada*, uma categoria interessante a que depois ela voltará.

Discute-se, então, a mudança do artigo 24, a possibilidade de expansão ou não do “tempo de mandato” para cargos da diretoria que é de “dois anos”. No artigo é prevista a possibilidade de “uma re-eleição” – aliás, o que aconteceu com todos os mandatos que precederam a atual direção. A secretária Clara afirma que esse tempo pode mudar para mais ou para menos e no final decide-se por aumentar o mandato da diretoria e do conselho fiscal para 3 anos, mas antes se dá uma interessante discussão.

Comparativamente aos cargos exercidos na cooperativa o tesoureiro Sérgio lembra que o cargo político é exercido por 4 anos, mas a secretária chama a atenção para a impropriedade desta comparação argumentando que *o político ganha bem para isso*, mas na cooperativa é diferente, *na cooperativa se prejudica o cooperado quando ele assume cargo de direção.*

O cooperado Zé Carlos questiona se haverá ainda eleições tendo em vista, segundo a sua opinião, o inevitável término da cooperativa: *Não vai ter mais eleição porque não vai mais ter cooperativa porque não tem benefício! A cooperativa é um elefante branco da Índia, se ela fosse um elefante que desse lucro ela ia permanecer, mas é o contrário!* A secretária, então, lança uma contraproposta no sentido da ativação da cooperativa em sua versão mista. Atenta para o fato de que eles podem explorá-la desvinculando as casas do capital social da cooperativa depois da quitação das mesmas.

Propõe: *Podemos criar uma cooperativa de costureiras que é o que as mulheres sabem fazer* (entenda-se costurar). Afirma acreditar na *comunidade* e se coloca contra *a perda do cooperativismo* que, segundo sua visão, é capaz de organizar a comunidade de cooperados de forma a dotá-la das condições necessárias para a obtenção de benefícios sociais. Opõe a esta *comunidade organizada* a *comunidade não organizada* na qual entende que *é muito mais difícil de se conseguir conquistas*, como enfatiza.

Em comparação a esta categoria nativa *comunidade organizada* proponho a categoria analítica "comunidade de interesses" de Weber (2000), discutida por Bauman (2003). O autor (2003: 78), citando Weber, destaca como requisitos para a constituição deste tipo de comunidade duas condições referidas ao "engajamento": "estreitos laços entre os membros da emergente 'comunidade de interesses' e contato permanente com aqueles que supostamente ameaçam tais interesses". Bauman sinaliza a perda das referências fundamentais nos dias atuais que possibilitavam a constituição desta "comunidade de interesses", ou seja, da "identidade ou similaridade da situação" que sugere não ser mais possível. Entretanto, tenho em vista a emergência na atualidade de todo um aparato institucional público e privado destinado a acolher e, mais que isso, implementar, sob objetivos próprios e específicos, é claro, esta "comunidade de interesses", como é o caso neste trabalho das instituições mediadoras como a FBR, a Igreja Católica e, mais recentemente, governos federal e estadual.

Entretanto, se é correto propor que interesses de ambos os lados se imiscuem, os das agências de promoção social e os da população beneficiária, sob alegação de que não há mais interesses genuínos da "comunidade" assim forjada e se podemos então ponderar sobre suas condições e possibilidades de autonomia, por outro lado não podemos ser indiferentes aos usos particulares por parte desta "comunidade" – identidade assim acolhida – do conjunto de recursos materiais e imateriais que lhe são dispensados em nome de intervenções e ações envolvidas no propósito de fomentar o "desenvolvimento social", como lembra Neves (2008). Usos estes que são informados por valores e saberes compartilhados, portanto por interesses comuns, que fundamentam a *comunidade organizada,* como propôs a secretária Clara.

Ainda sob apreciação do artigo 24, que trata das eleições da diretoria e do conselho fiscal, a secretária pondera sobre a estipulação no inciso 2º de *chapas separadas* na concorrência para os cargos de diretoria e do conselho fiscal, sugerindo

sua unificação. Justifica que a separação das chapas pode comprometer o trabalho da direção no sentido de *boicote* pela segunda. Mas o cooperado Zé Carlos atenta para o fato de que na cooperativa *não acontece isso porque as pessoas não participam*! Em quantidade suficiente, quer dizer. E ironicamente sugere uma comparação com a associação de moradores presidida por Clara: *O negócio aqui é muito pequeno! Muito diferente de uma associação de moradores!* O ex-presidente Zé Carlos, mesmo que indiretamente, não perde assim a oportunidade de colocar-se contra as posições tomadas por ela na articulação da associação de moradores local, em que a principal crítica é a aliança clientelista com políticos.

Passando à apreciação dos demais artigos, se propôs a mudança do artigo 28 referente ao "quorum mínimo para instalação da assembleia" e do artigo 30 referente ao "funcionamento das assembleias" diante do dilema da diminuição da presença dos cooperados nestas reuniões. Mudou-se, então, a exigência de 2/3 dos associados em primeira convocação para metade mais 1. Em segunda convocação, de metade mais um para 1/3 e em terceira convocação, de 1/3 para 1/6. O artigo 30 teve também alterado o inciso que trata da presidência das assembleias. Além do presidente e do secretário, combinou-se que as assembleias também podem ser presididas pelo 1º conselheiro do conselho fiscal e não por "outro cooperado eleito no momento de sua instalação". E o artigo 31 que afirma "a proibição do voto por procuração" foi anulado tendo em vista o direito estipulado no artigo 9 de "fazer-se representar por qualquer membro da família que more na mesma casa, desde que maior de 21 anos", o que é conveniente à cooperativa quanto à possibilidade da deliberação por parte de outros membros do núcleo familiar cooperado frente à baixa participação dos titulares.

Sob a leitura do que "compete à Diretoria", artigo 34, o presidente lembrou que também é da competência da diretoria *dar conta dos problemas da casa.* É no sentido da resolução de problemas como estes que acionamentos e reuniões com representantes da FBR tentam dar prosseguimento. Em apreciação ao artigo 36 onde é mencionada a competência do tesoureiro em "movimentar as contas bancárias e recursos financeiros" a cooperada Cristina sugere abrir a conta da cooperativa na Caixa Econômica Federal, sinalizando para o fato de que trata-se de um banco que *já é do governo*. Assim, ficou decidido que o Fundo Rotativo será repassado primeiro para a conta da cooperativa e depois para a FBR.

Quando se inicia a discussão do artigo 44 que trata “dos fundos” o próprio presidente alerta para o seu conteúdo *polêmico.* A dívida do Fundo de Reserva, “destinado a atender as necessidades da Cooperativa” e do Fundo de Solidariedade, “destinado a atender as necessidades dos cooperados” e estipulado pelos cooperados em 20% do valor do Fundo de Reserva, surgem como problemáticos. Nem todos pagam o valor estabelecido por mês (R$ 10), contabilizando uma receita mensal de apenas R$ 130,00 mensais quando seria de R$ 370. O presidente se queixa de que se todos contribuíssem não seria preciso arrecadar dinheiro e ainda se faria mais, como a limpeza das ruas das casas que estão sujas e do *valão* local. Lembra, por exemplo, que o biodigestor não está sendo usado e o mau-cheiro invadindo as casas próximas porque seu cilindro explodiu e *é preciso dinheiro pra fazer reforma* para que ele volte a produzir gás que é usado coletivamente.

A secretária comunica a todos que as dívidas antigas relativas a estes fundos serão associadas à dívida do pagamento das casas, ou seja, à dívida do Fundo Rotativo “destinado à integralização da cota-parte” do associado. E sugere estipular uma pessoa para recolher do dia 1º ao dia 10 de cada mês o Fundo de Reserva. O presidente lembra que isso já é realizado pelo tesoureiro Sérgio o qual comunica que a maior parte das pessoas deixa o valor em sua casa e recolhe o recibo sem problemas. A secretária afirma que as pessoas insatisfeitas com o cooperado Sérgio não o procuram, mas falam com ela a respeito e o orienta a *não discutir com a pessoa que não pagou*, mas apenas *registrar na Ata.*

Em discussão final sobre a dissolução da cooperativa a diretoria lembra que não havendo *capital social mínimo* ela inevitavelmente se desfaz. E a secretária Clara aponta que a transformação em cooperativa mista se dá após este processo de dissolução, com a quitação das casas. A cooperada Verônica, ex-secretária da cooperativa e professora, que não havia se pronunciado até então, lança um questionamento quanto ao sentido da manutenção da cooperativa tendo em vista seus objetivos que não são cumpridos. Sugere a releitura destes objetivos explícitos no artigo 3º concluindo que *não há atividade* por parte da cooperativa, sendo assim o seu exercício contraditório. Propõe, então, que a dissolução da cooperativa é possível por meio de um contrato individual entre a pessoa física e a FBR para o pagamento da dívida restante.

A inadimplência no pagamento dos fundos específicos de manutenção da cooperativa, motivo das queixas que questionam a sua existência, acontece porque muitos acham que não há controle sobre o dinheiro e não confiam na destinação dele. Alguns acham até mesmo que servem aos interesses individuais da diretoria. Outros acham injusto que paguem mensalmente o valor e tenham que contribuir em dinheiro quando se precisa de algo, como aquisição de máquinas, mangueiras etc. Mas isso não é explícito durante as reuniões, é claro. Há na verdade um misto de precariedade sócio-econômica e falta de confiança na direção atual.

Entretanto, apesar de todas as queixas e discussões a respeito da dissolução da cooperativa entende-se que é a partir da identidade coletiva que se construiu, mediada pela FBR, que é possível ter acesso a benefícios como o já alcançado recentemente por meio da consolidação do contrato entre a cooperativa e o governo federal que confirma a redução da dívida coletiva, como vim saber posteriormente a este movimento de consulta aos cooperados e de reforma do Estatuto que se inicia em março de 2009 e se encerra somente em setembro do mesmo ano.

A despeito das previsões do ex-presidente Zé Carlos, houve uma nova eleição na Cooperativa Ipiíba na qual a secretária Clara parece ter se elegido como presidente, contrariando o hábito da re-eleição do presidente anterior. O presidente Genilson assumiu o cargo em 2008 e passou em março de 2010 o posto para a cooperada Clara. Entretanto, não sei em que condições isso se deu. O ex-presidente Zé Carlos afirma não ter havido representação em assembleia para isto.

Permanece a questão se a cooperativa continuará a existir sob a forma de sua versão mista, aglutinando no futuro novos moradores, ou se os benefícios se darão por outras vias. Se a questão da autonomia, sempre apresentada por representantes da FBR como mote fundamental, servirá de propósito a novas intervenções, sob novas parcerias, como as já apresentadas por meio do projeto de assistência técnica para mobilização comunitária e para a construção de novas moradias. Mudam-se as fontes de financiamento, mudam-se as parcerias e muda-se também o modelo de intervenção sobre a realidade social de famílias de trabalhadores que instituições como estas representam.

5. A Cooperativa Ipiíba em retrospectiva – os questionários

5.1. Dilemas cooperativos em proposição – versões reservadas

Nos questionários aplicados aos representantes dos núcleos familiares, dos quais alguns parentes destes cooperados titulares, por iniciativa própria, participaram, a ideia do destino e razão da cooperativa é recuperada através de versões diretas sobre questões que lhe foram propostas. Elas referem-se às motivações para adesão à proposta coletiva, às condições de convivência entre as famílias cooperadas e com demais moradores não cooperados, às expectativas pensadas em termos de seu atendimento, proposição correlata e complementar aos argumentos positivos e negativos sobre a cooperativa, também propostos. Referem-se ainda aos planos pessoais e familiares futuros, incluindo os investimentos de ampliação ou reforma da casa, investimentos estes diferenciados quanto às possibilidades de cada família, mas presentes de fato ou sob a forma de projetos futuros.

Problemas discutidos anteriormente nas assembleias, referentes às insatisfações coletivas com as inadimplências das despesas comuns, com as dívidas associadas ao capital social da cooperativa, além de insatisfações acerca da perspectiva da cooperativa mista e da infra-estrutura local, tornaram-se mais explícitos pelos cooperados porque sob contexto mais reservado para suas versões acerca deles.

Assim, estas questões foram propícias à reflexão retrospectiva acerca da experiência da cooperativa e revelaram com mais generalidade o momento vivido por eles, voltado para críticas sobre a ausência de investimentos públicos no lugar, com a responsabilização do poder público local e para críticas à então direção da cooperativa e à FBR no que compete às responsabilidades presumidas sobre a cooperativa que lhes são atribuídas. Mas também ocorreram críticas aos próprios cooperados que são acusados de distinções quanto ao investimento coletivo, não só de participação, mas também em termos financeiros.

Mas além das reiteradas queixas houve também apontamentos de dimensões valorizadas do empreendimento coletivo que o justificam, como o tipo de sociabilidade adquirida, fundado na *solidariedade* e no *um ajudar o outro* entre os cooperados,

símbolos de conquistas como a casa e do espaço comum do condomínio, considerado seguro, mas também de conquistas futuras, uma vez que funcionam como sinais de merecimento do grupo para investimentos futuros no espaço, sejam eles de origem privada ou pública.

5.2. A adesão à cooperativa – a importância da casa própria

Casa da cooperativa ainda sem alterações, conservada em seu modelo original.

Reflexões retrospectivas sobre a adesão familiar à proposta inicial da cooperativa revelam que a maior motivação foi a possibilidade de realizar *o sonho da casa própria* tendo em vista dificuldades econômicas próprias a estes grupos de trabalhadores e condições de moradia anteriores consideradas "de risco" pelos agentes católicos que iniciaram a proposta de mobilização para a conquista da casa própria para este primeiro grupo católico que se constituiu.

Mais de 80% dos representantes entrevistados apontam direta ou indiretamente a casa como motivação única e alguns argumentam que mesmo depois que se deu a proposta da cooperativa não se fazia ideia do que isso representava, como afirmou uma cooperada: Q*uando você entra você não vai entender! Não adianta a pessoa explicar!* Só depois, vivendo as condições específicas de sua realização é que se pode *entender o*

que é cooperativa: suas dificuldades, entre elas a *luta do mutirão* e por outro lado o benefício da *união,* do *um ajudar o outro.*

Interessante perceber que, inicialmente, o que se coloca como motivo de interesse para os primeiros cooperados é a possibilidade de "ganhar" a casa, sob entendimento da Igreja Católica como instituição provedora ou em outros termos, como assistencialista – discurso acusatório para os que proclamam o lema da autonomia comunitária, como as ONGs – e que autorizava a ideia que circulava entre todos de que *o padre está dando casa*, como declarou o então presidente da cooperativa Genilson.

As mulheres foram as que mais acreditaram na proposta, são mulheres *de fé,* como ressaltou a cooperada Amélia sobre si mesma. Os homens eram mais receosos, menos confiantes no discurso religioso de mobilização dos fiéis. Algumas delas se inscreveram, compraram o terreno e começaram a trabalhar no mutirão escondidas dos respectivos maridos ou filhos que vieram a acompanhá-las depois, já que estes no início desconfiavam da boa fé do projeto, da proposta de mutirão e de seus resultados.

Neste sentido, estas cooperadas, ao explicitarem a razão da adesão à cooperativa, revelam a opção de agir em silêncio como uma precaução contra a posição contrária masculina, atualizando o que Rocha-Coutinho (1994) chamou de "estratégias de controle" e de "poderes sutis" que têm como principal recurso abordagens e ações indiretas, sem questionamento direto da autoridade masculina legitimada socialmente.

As seguintes respostas foram dadas pelas cooperadas:

> *Eu queria sair do aluguel o quanto antes porque eu já pagava o aluguel fazia 13 anos. Até hoje eu não sei quem colocou meu nome lá no caderno! Eu só sei que o padre João tava vendendo os terrenos para quem ganhava um salário mínimo e vivia em área de risco. Eu frequentava a igreja de Santana, no Columbandê. O padre Francisquinho de Santana morava com o padre João e todos os padres se reuniam na paróquia de São Pedro de Alcântara. E através de um irmão da igreja comecei a frequentar as reuniões de lá. Eu já conhecia a Regina dos eventos da igreja e o Moisés eu conhecia das reuniões da paróquia. Eu participei e me interessou muito!*
>
> *Então, o Luiz não acreditou no projeto, disse que era coisa de político e coisa para enriquecer a igreja e o padre. Ele quase comprou uma*

casa em outro lugar com um conhecido, em um lugar de serra que tinha uma pedra muito grande! Mas eu não quis, quando eu vi aquela pedra atrás da casa, eu não quis! O Luiz ficou com raiva porque o negócio tava quase fechado! Eu digo em minha oração que perdoe a minha pouca fé, mas eu tenho que dentro de mim eu tenho muita fé porque se eu não tivesse muita fé eu não conseguia tudo que eu peço. Eu acho que os homens, os maridos, eles são de pouca fé! Quando foi pra marcar o terreno eu vim e o Luiz nunca foi a uma reunião! Mas eu fiquei despreocupada porque à frente disto está um padre! (Amélia, 46 anos, doméstica, ex-vogal da cooperativa).

A cooperada também conta que trabalhou escondida do marido para pagar as parcelas referentes ao lote do terreno da cooperativa que havia comprado, mas que depois, quando ele soube, chegou a lhe oferecer dinheiro para o término do pagamento, entretanto ela já havia conseguido o valor necessário mediante uma amiga. Chegou, inclusive, a lhe acordar para que não *perdesse a hora do trabalho*. No entanto, revela que mesmo depois da adesão do marido ele não participava das reuniões na paróquia argumentando que *só diziam bobagens* e se ressente por no início ter sido conhecida como *a mulher sem marido!*

Esta cooperada em particular argumenta também desentendimentos em função de uma disputa pela atenção do padre João como uma das dificuldades enfrentadas no início, além da omissão da adesão à cooperativa aos filhos:

O motivo é porque eu desejo ter uma casa só pra mim, sem depender de filho...Você acha que eles iam deixar eu pegar carrinho pesado, peneirar areia? (Faz aqui menção ao fato de ter escondido dos filhos que era cooperada. Para justificar sua ausência nos finais de semana, quando trabalhava no mutirão, dizia a eles que visitava uma amiga que morava em um lugar muito bonito, onde havia *até cachoeira!*).

E a humilhação que eu passei aqui? Aquela mulher de Moisés tem um espírito ruim! Ela disse pra mim: Sabe aonde eu vou levar esse retrato?

> *– meu e de padre João! Eu vou botar lá no cemitério! Quando o dinheiro do padre João sumiu, ela ficou debaixo do pé de Cristo!* (Na época o cooperado Moisés assumia cargo de tesoureiro da Associação São Pedro de Alcântara e foi acusado de desviar dinheiro da instituição). *Quando ela pediu perdão eu disse a ela que não levei a sério porque ela só podia estar doente! E ela falava pra mim: Eu quero mais que tu se dane!* (Dona Filomena, 67 anos, aposentada).

Esta outra cooperada aponta também a dificuldade financeira, argumento recorrente entre os demais cooperados:

> *É que meu esposo faleceu e meu filho estava ajudando com R$130,00 para ajudar no aluguel. Pedi a Deus que me arranjasse o meu recurso pra eu pagar! E meu genro estava desempregado! Quando eu saí da igreja eu vi aqueles avisos. Mas eu comprei o terreno sem eles saberem* (os filhos)*, só falei quando a obra estava andando!* (Dona Glória, 68 anos, orientadora infantil aposentada e catequista).

Outros depoimentos sobre esta questão, como o acima, reafirmam a cooperativa como a única forma financeiramente viável de alcançar o objetivo da casa própria, apontando para situações de *necessidade*, para condições anteriores de moradia vistas como precárias ou indesejáveis, paralela às quais a cooperativa surge como uma oportunidade de mudança, mesmo sob todas as alegadas dificuldades de investimento na mão-de-obra coletiva, as alegadas distinções internas e embora as famílias não fizessem ideia do que fosse de fato cooperativa, como apontam alguns relatos:

> *Eu cheguei aqui na metade do projeto, do barracão pra cá tava tudo no mato ainda! Quando você entra você não vai entender, não adianta a pessoa explicar! Uma amiga minha do Jóquei disse que estavam dando casa! As reuniões eram na Associação do Arsenal e eu fui por ir. Fui eu e o marido da minha amiga. Na reunião do Arsenal* – outro ponto de reunião inicial – *estavam eu, Genilson, Vagner, Laura e Emília. Quando eu conheci, eu falei: É aqui mesmo que eu vou ficar! Eu fiquei e o marido da minha*

amiga não ficou! Eu lembro que eram mais de 50, mas as pessoas foram desistindo. Algumas pessoas estavam entrando no grupo das 40 e eu também ia conseguir! Quero entrar! E entrei! Isso com muita força de Genilson e de Eliane! – ex-mulher de Vagner (Eliana, 33 anos, operadora de caixa).

Foi porque eu tinha dificuldade de fazer a casa. E por que não? Mesmo sem saber o que é cooperativa a gente se uniu! Quando a Fundação nos procurou eu não pensei duas vezes. A cooperativa reuniu famílias que você não conhecia! Até hoje a gente tem esse vínculo de família com todo mundo. Valeu a pena! (Ivete, 50 anos, fundadora da CATIVARE e pensionista).

É porque a minha casa estava com problema, eu achava que ela ia cair. Na época eu me inscrevi e nessa época o terreno era baratinho! Só que eu não sabia que ia ser cooperativa, mas aí foi surgindo a proposta de fazer cooperativa. (Érica, 50 anos, cozinheira desempregada).

Em função da casa, depois que eu conheci o projeto da cooperativa e passei a gostar. (Rogério, 44 anos, guarda de trânsito municipal, balconista e ex-tesoureiro da cooperativa).

Na verdade esse lance aí eu nem sabia, eu não participei do negócio. Eu quis mais porque queria uma casa pra minha mãe, mais próxima dos filhos. (Dilma, 51 anos, doméstica, que assumiu a casa do ex-cooperado Ronaldo com a ajuda das irmãs não-cooperadas que moram no Condomínio do Padre).

Quando eu vim pra cá eu vim por necessidade! Não dava pra pagar aluguel! (Débora, 34 anos, agente de saúde).

Eu vim mais pra sair do aluguel. (Graça, 41 anos, auxiliar de produção).

Eu quis porque eu morava nesse apartamento e tinha muito vazamento. Era de posse, tinha muitas pessoas muito erradas, tinha muita briga! (Olga, 42 anos, dona de casa, pensionista).

Porque eu não tinha outro jeito mesmo de comprar um terreno pra comprar uma casa. Sofremos muito! Aí tivemos que vir pra cá! (Neli, 42 anos, dona de casa e pensionista).

O que me interessou foram as condições de comprar o terreno. A minha irmã comprou pra mim. Eu tinha dia que eu chorava, tinha vontade de largar isso de mão! (Dona Rosa, 59 anos, acompanhante de idoso).

Porque aqui foi o único lugar que eu encontrei pra chegar aonde cheguei foi aqui. Entrei e saí. E lá fora não consegui achar. Aí falei, não, tem que ser na cooperativa aqui! Saí e depois paguei R$ 1000,00 no terreno. Quando entrei paguei R$ 500,00 (Carla, 46 anos, diarista).

Eu queria sair do morro e tirar as crianças de lá! Mas quando ficou pronto ninguém quis vir. Só ele quis vir! (Tânia, 47 anos, dona de casa, referindo-se ao único filho que mora com ela na cooperativa junto com nora e neto. Os demais filhos permaneceram morando no Morro do Castro, uma favela de São Gonçalo, porque já são casados e não querem abandonar os amigos vizinhos, além disso, acham o bairro de Ipiíba desprovido de infra-estrutura urbana, de difícil acesso, portanto, sem atrativos).

Entrei porque estava sem casa de moradia. Se tivesse uma casa na pista não entrava aqui não! (Henrique, 40 anos, gerente de restaurante).

> *Quem me botou aqui dentro foi esse patrão meu. Ele tinha um bar e eu trabalhava lá com ele, como ele não queria que eu ficasse sem lugar pra morar, me falou: Por que você não vai lá? Depois você tem uma casinha mais tarde! Eu não faltava assembleia nunca em São Pedro de Alcântara. Não gostei muito do primeiro grupo das casas e fiquei no segundo grupo. As pessoas não têm cuidado com as casas. Relaxamento! Eu entrei pra cá do jeito que eles entraram também. Mas eu gostei tanto do jeito dela assim! Comprei os meus móveis tudo novinho, coloquei piso na casa, coloquei rodapé...*(Bete, 47 anos, cozinheira, desempregada).

> *Eu gostei do lugar, do bairro... A única coisa que eu não gostei é que não tinha um ônibus! Eu gostei de vir aqui trabalhar, mas não tinha ônibus pra voltar, a distância era grande, sentia dor nos braços. Eu ia ter um lugar pra ficar. Eu não queria ficar dependendo de família, porque não dá certo!* (Gustavo, 27 anos, aposentado por invalidez, referindo-se às suas dificuldades de locomoção por ser usuário de muletas).

Alguns cooperados responderam à questão relativa à motivação inicial para a entrada no projeto suplantando a versão sobre a casa, vinculando a cooperativa à ideia de construção de uma *sociedade autônoma* ou nas palavras da cooperada e secretária Clara, para a construção de uma *comunidade organizada,* para a promoção de uma fonte de renda para todos. Neste sentido critica-se a cooperativa pela promessa não cumprida.

Mas é preciso lembrar que esta é uma questão atual em debate, tendo em vista que seria a única razão passível de manter a cooperativa em futuro próximo, pelo menos para essas primeiras famílias. Não estou aqui me referindo às próximas 88 famílias que irão lá morar e cujos critérios de construção das casas ainda estão em aberto, em negociação, ainda que a FBR busque priorizar o mutirão familiar da mão-de-obra para pelo menos parte do total do trabalho de construção das casas a ser empreendido, viabilizando assim uma experiência similar à vivida pelas primeiras 37 famílias.

Na ocasião da proposição da mesma questão aos cooperados quando eles haviam terminado de construir as casas – quase todos os mesmos cooperados dos que estão lá atualmente –, este era um assunto que interessava a todos, principalmente às mulheres

que chegaram a investir em algumas iniciativas localizadas de geração de renda. Mas ela não se colocava como uma das razões de associação ao cooperativismo, ainda que motivo de segunda ordem, a não ser para o ex-presidente Moisés e o presidente Genilson que não mudaram seus discursos.

Genilson, por exemplo, ainda os articulou em melhor correspondência com os objetivos do cooperativismo como valor. Há quatro anos atrás ele já fornecia como resposta para a adesão à cooperativa, além das *condições precárias da casa no Arsenal*, bairro de São Gonçalo onde morava, a possibilidade de acabar com o *vínculo empregado-patrão*. Assinalava também que *já tinha noção do que era cooperativa,* de que *as pessoas têm direitos iguais* e que através da cooperativa pôde trazer para a família *o ato de solidariedade,* da *comunidade cúmplice*, categoria hoje substituída por *sociedade autônoma.* Mais recentemente ele e o cooperado Moisés responderam:

> *Sempre quis o melhor e tive o senso de justiça um pouco alto. No início falaram lá na Associação do Arsenal: O padre tá dando casa! Mas depois falaram do projeto de socialismo. Sempre me envolvi com isso. Fui coordenador de time de futebol, diretor de escola lá na Paraíba... Mesmo sendo líder me identifiquei com isso, com a sociedade autônoma, nem foi a casa!* (Genilson, 43 anos, pedreiro e presidente da cooperativa).

> *A gente buscava ter um conhecimento básico daquelas famílias, de uma durabilidade com as famílias. Você ter um conhecimento passo a passo, você conhecer mais a sua comunidade!* (Moisés, 47 anos, pedreiro e ex-presidente da cooperativa).

Já os demais cooperados mudaram suas respostas antes associadas apenas à obtenção da casa. Inclusive, duas cooperadas haviam dito que não sabiam o que era cooperativa e hoje, frente ao dilema atual sobre a falta de oportunidades de renda para as famílias, cobravam a cooperativa mista associando-a a um dos motivos para terem se tornado cooperadas.

A cooperada Cristina, por exemplo, insatisfeita com a cooperativa devido aos problemas financeiros comuns sugere o seu término durante a primeira consulta,

associando a sua existência fundamentalmente a casa: *Acabou-se as casas não tem mais porque ter cooperativa!* Nesta ocasião outras dimensões da cooperativa não são lembradas. Aliás, a casa continua sendo a principal explicação para o início deste investimento coletivo, já que as famílias não tinham recursos próprios para, de forma independente, iniciarem as construções nos lotes adquiridos. Além disso, também não faziam ideia do que era cooperativismo. Mas em sua resposta mais recente a cooperada Cristina associa a sua insatisfação à promessa da cooperativa em sua versão mista, argumentando que a proposta de geração de *um grupo de prestação de serviço* foi a razão principal para a existência da Cooperativa Ipiíba. Obviamente, o contexto de discussões atuais autoriza este novo discurso de explicação do empreendimento:

> *Eu não aderi. Por mim cooperativa não existiria. Quando eu vim para o mutirão, aqui era associação. A cooperativa foi colocada depois para que a maioria depois pudesse formar um grupo de prestação de serviço, mas isso não aconteceu, assim como a cooperativa de costureiras, já que a maioria das mulheres é costureira! O Zé Carlos falou que depois do projeto 518 fatalmente a cooperativa vai acabar. Falei com o Genilson e ele me respondeu: Então por que você não pega suas coisas e sai daqui? Cooperativa só traz despesas, não tem benefício, só malefício. Quem mora aqui não tem condições de morar com um salário mínimo. Mesmo assim eles querem que eu pague Fundo de Reserva!* (Cristina, 53 anos, cabeleireira, pensionista).

Os demais cooperados que modificaram suas respostas à questão assim as descreveram recentemente:

> *Em primeiro lugar vem a vontade de ter uma casa própria. Em segundo lugar, quando eu cheguei aqui a proposta era bem diferente do que está aqui: Aquela comunidade! E não foi nada assim! Não vai nada pra frente porque as pessoas não se interessam e as pessoas que estão envolvidas são criticadas. Acham que estas pessoas estão se achando superior!* (Luiza, 48 anos, cabeleireira, vogal da cooperativa).

> *Assim, quando foi falado lá na Igreja disseram que a prestação seria de R$ 50,00, mas hoje já falaram que tem que ser R$ 80,00 e falaram que ia ter renda da cooperativa mista e nada disso aconteceu!* (Carmem, 56 anos, aposentada por invalidez).

> *Entrei pra conhecer o que é cooperativa e mutirão. Hoje em dia não quero nem mais saber!* (Seu Paulo, 78 anos, mecânico aposentado, que hoje se faz representar nas reuniões por sua esposa Alice, 45 anos, cabeleireira e catequista).

Assim, tive a oportunidade de perceber aqui o trabalho de "enquadramento da memória" do qual nos fala Michael Pollak (1980: 09,10), que "se alimenta do material fornecido pela história" sob o "imperativo de justificação" exigido pelo presente, como propõe o autor. Trata-se de um trabalho da memória que "interpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro" e no qual está em jogo não apenas o esforço de coerência significativa para os propósitos atuais, mas também "o sentido da identidade individual e do grupo", como se dá aqui entre os cooperados.

5.3. As relações de convivência – os cooperados e o *pessoal do recurso próprio*

Cooperativa Ipiíba – casas à direita construídas com recursos próprios.

As respostas à proposição das relações de convivência entre cooperados e depois entre eles e os não-cooperados, *o pessoal do recurso próprio,* apontam para motivos de satisfação com o empreendimento. Além da conquista da casa, maior motivo de satisfação coletiva, são valorizadas ainda a segurança do lugar, a segurança de se poder contar com os outros moradores em ocasiões de necessidade de ajuda e a cooperativa como proposta de ação coletiva, apesar das reiteradas críticas a ela. Motivos que serão reafirmados sob a apreciação das relações mantidas com os não-cooperados no espaço do Condomínio do Padre, das eventuais semelhanças e diferenças mantidas com relação a eles.

Assim, a maioria das respostas dos cooperados, relativas às condições de convivência e moradia no condomínio, cerca de 77% das respostas, aponta para elogios à sociabilidade conquistada e ao lugar seguro e familiar para se viver, à confiança de poder contar em momentos de necessidade com a *prestatividade* da vizinhança.

Algumas mulheres destacam também o fato *de não ficar na casa de ninguém* como um valor apropriado às relações femininas com a vizinhança, de valorização de uma certa moralidade feminina que ressalta também a importância da preservação da privacidade familiar. Há ainda algumas ressalvas sobre os desentendimentos diários entendidos como normais ao grupo e acerca da perda de um nível de sociabilidade outrora vivido com louvor e que simboliza a cooperativa enquanto forma coletiva valorizada de resolução dos problemas comuns.

As respostas dos cooperados que aqui destaco exemplificam as justificativas deste tipo:

> *Graças a Deus aqui ainda está na paz. Às vezes o Marquinho, filho da Ilda, ligava o som alto. Mas graças a Deus meus vizinhos ajudam quando preciso! Não tenho nada a reclamar. Falar da vida dos outros todo mundo fala. Isso é normal! Seria anormal se não houvesse!* (Carla, 46 anos, diarista).

> *A Grande Família! Onde todos se amam e todos se odeiam.* (Rogério, 44 anos, guarda de trânsito municipal, balconista e ex-tesoureiro

da cooperativa, em alusão a programa de humor na Rede Globo de televisão).

Apesar dos pesares é boa! As discussões é para melhoria, cada um vai defender a sua posição! (Genilson, 43 anos, pedreiro, presidente da cooperativa).

Eu gosto de todos eles, sabendo da diferença de cada um! Só que eu queria que eles se unissem mais. Você tem que tá falando, falando, igual criança! (Olga, 42 anos, dona de casa, pensionista).

Eu acho boa a convivência. Eu acho que as melhores coisas que aconteceram aqui foram as pessoas se conhecerem. Aí as coisas ficam mais fáceis, você confia em todo mundo! (Zé Carlos, 45 anos, pedreiro e ex-presidente da cooperativa).

Os vizinhos são bons! Tem hora que são bons e tem hora que não são. Em termos de ajudar, se tiver que ajudar todo mundo ajuda. Fofoca em todo o mundo tem! (Matilde, 28 anos, desempregada).

Muito bom, pra mim é ótimo! A única coisa é que os vizinhos não cuidam da casa direito, são relaxados! Falei com o Afonso da água do esgoto e meu quintal está afundando por causa do esgoto. Muita gente não comprou nem os móveis novos! Do jeito que tinha entrou na casa! – ao contrário da cooperada que se orgulha dos móveis comprados! (Bete, 47 anos, cozinheira desempregada).

Em contraposição, no sentido da maior tolerância com a diferença, surge o argumento também de valorização de si mesma desta cooperada que busca apoio fora da cooperativa:

É maravilhoso! Não tenho o que falar de nada! Acho que você tem que aceitar o outro como ele é. Começar a dialogar! Eu não conseguia

mais ficar por isso. Eu não participava mais das reuniões. Minha família participa. Eu agora divido, hoje participo de outros lugares e encontros. (Ivete, 50 anos, empreendedora da CATIVARE, pensionista).

Comigo a convivência é boa. Também, em qualquer lugar que eu moro minha convivência é boa! Sempre tem um que puxa pra trás. A gente amar quem ama a gente é muito fácil, mas Jesus quer que a gente ame quem não nos ama! (Dona Glória, 68 anos, orientadora infantil aposentada e catequista).

Pra mim tá muito tranquilo! Se precisar, eu estou aí pra ajudar. Só não fico na casa de ninguém! A não ser assim, Carmem, Olívia (esposa do presidente, já falecida) *que teve doente, aí eu ia lá! Tratei dela, levei suco, sopinha. Se eu vejo alguém com necessidade eu ajudo.* (Cristina, 53 anos, cabeleireira afastada do trabalho, pensionista).

A minha convivência... o pessoal me vê pouco. Eu não sou de ficar na casa de ninguém, não! São legais, mas eu gostaria que eles ajudassem mais na cooperativa! (Dona Rosa, 59 anos, acompanhante de idoso).

Era muito bom, mas agora está cada um nos seus cantos. Só tem uma coisa! Quando a gente tá doente, tá precisando, eles vêm socorrendo a gente! Mas por um lado acho bom porque vizinho não é pra tá na casa do outro não! É que no começo se fazia festa de Natal, dia das crianças... (Neli, 42 anos, dona de casa e pensionista).

Eu acho que é todo mundo muito amigo, muito educado. São prestativos! Eu já passei mal e ele tudo ofereceu ajuda! (Dilma, 51 anos, doméstica, que substituiu o cooperado Ronaldo há pouco tempo). Sua mãe, a aposentada Dona Aída, intervém anunciando o que pra ela é sinal de destaque em uma rede de vizinhança que extrapola o espaço da rua: *Eles sabem o nome de todo mundo! São amigos!*

Pra mim nunca tive problema com vizinho, essas coisas assim. Eu já não teria coragem de morar com a minha filha em outro lugar! Assim: eu me sentiria insegura! E ela (sua filha) *fica só aqui, não fico inculcada!* (Eliana, 33 anos, operadora de caixa).

Aqui a cooperada destaca a figura do ex-presidente Zé Carlos como vizinho:

Eu falo por mim! Eu gosto de todo mundo, até de quem não gosta de mim. Só Zé Carlos que é pra mim uma pessoa que é um incentivador da vida! Mas por ele é um amor, uma amizade! Ele é pra mim uma pessoa intocável! Neutro, suave, sereno, calmo! É um dos melhores vizinhos que eu tenho. Todos eles são legais, mas ele é um inspirador, embora ele seja errante e falhe como todos nós! (Amélia, 46 anos, doméstica, ex-vogal da cooperativa).

Aqui o cooperado aponta também, sob sua opinião, a importância da permanência da cooperativa que sob o estabelecimento de um estatuto comum a todos, o de cooperado, deve, em princípio, distribuir igualmente os recursos comuns entre todos, ainda que parcos:

As pessoas estão vivendo bem! Mas não tem reunião mais, o negócio da cooperativa parou. Eu queria que continuasse. Se acabar a cooperativa cada um vai ser diferente um do outro. Cada um vai ter uma bomba, vai ter uma cisterna... A pessoa não pode mais fazer nada pelo outro! E eu não tenho condições de fazer. Eu não tenho bomba, não tenho poço! (Gustavo, 27 anos, aposentado por invalidez).

O cooperado Vagner e sua esposa, apesar de reconhecerem qualidades na vizinhança, se destacam pelas respostas que questionam o tipo de sociabilidade existente entre as famílias cooperadas. Esta diferenciação quanto aos demais, como citei em outra parte deste trabalho, dá-se também pelo nível de investimento na reforma da casa que se destaca das demais neste sentido. Como assinalam:

A maioria é legal. Só algumas pessoas que não respeitam... (Vagner, 33 anos, sushiman). Sua jovem esposa, mais direta, intervém: *É muita garotada! Gente que entra de moto! Quando ela* (sua filha) *nasceu era ensaio de quadrilha! Tem gente que vai chamar gente na rua e esquece que têm vizinhos, acham que está no deserto! Mas eu acho também que as pessoas são prestativas!* (Vanessa, sua esposa, 19 anos, dona de casa).

O restante dos cooperados – cerca de 27% deles – que apresentou problemas à questão da convivência entre as famílias apontou questões que irão reaparecer durante a explicitação das outras temáticas do questionário. Estes cooperados responderam negativamente a esta proposição porque enfatizaram os desentendimentos acerca das disputas pelos parcos recursos comuns, com destaque para o problema da água – na época polêmico, mas atualmente prestes a ser resolvido com a intervenção da CEDAI – e acerca das regras de convivência e de participação, para cujo impasse a maioria responsabiliza a presidência da cooperativa.

Estes cooperados apresentaram as seguintes respostas para a questão:

É um gato engolindo o outro! Com essa borracha ali é uma brigalhada por causa da água! Um dia brigaram comigo, eu dei a borracha e disse: Bebe a água porque eu não vou brigar por causa de água! (Dona Filomena, 67 anos, aposentada).

A convivência é conturbada! Principalmente pela água! Fora isso... Uns falam que não deu a hora, outros falam que deu! – tempo determinado para encher a caixa d'água de cada família. (Heitor, 25 anos, gesseiro).

A seguinte cooperada assinala uma diferenciação interna ao conjunto de moradores no condomínio:

No dia de botar água o pessoal fica tudo piúdo! Tudo se bicando! Cada dia a água vai pra uma rua. O recurso próprio (os moradores não-cooperados) *fez uma cisterna e compra pipa-d´água!* (Érica, 50 anos, cozinheira desempregada).

Sinceramente? Se eu te falar, uma amiga aqui é uma! É Ermínia e Sérgio! Quando eu vim pra aqui eu não sabia o que era cooperativa, apesar do trabalho no mutirão. Se cooperativa for isso que tá aqui, pelo amor de Deus! Porque na hora de proibir... Vender uns três ou mais vendem! Não podia vender, não podia colocar muro! (Carmem, 56 anos, aposentada por invalidez).

Existe muita gente mandando e fazendo mesmo, ninguém! E Zé, eu queria que ele fosse reeleito, mas ele não quer. Se ele fosse presidente, eu seria secretária dele! (Ilda, 54 anos, auxiliar de produção aposentada).

Este cooperado propõe uma diferenciação entre o cristão católico e o cristão evangélico ou protestante, chamado genericamente de *crente*, sob a valorização do primeiro:

Cada um por si! Você não vê o que aconteceu com a festa? (Fui testemunha do empenho de sua esposa na tentativa de realizar a festa do dia das crianças). *Você pode ser o que for, mas não obrigue a pessoa ser o que ele não quer ser! Os católicos se misturam, o que bebe e o que não bebe, mas o crente não! Só ajuda quem é crente e faz as coisas escondidas. A festa é da competência da presidência, da diretoria.* (Seu Paulo, 78 anos, mecânico aposentado).

Não tenho muito a reclamar porque sou uma pessoa passiva, mas no geral é complicado por essa questão da não-participação. Seja pra fazer a limpeza da lixeira, seja para o controle da água, seja os cachorros livres... Se você for se envolver fica difícil conviver! (Clara, 44 anos, professora do programa Brasil alfabetizado, secretária da cooperativa).

É mais ou menos! Porque na época da construção já havia falado que cada um iria entrar na sua casa e acabou aquela coisa de construir uma comunidade! Tiveram muitas propostas, mas nada foi pra frente. Era um ou dois. Tinha também a questão do tempo disponível, não houve

interesse. Na época da construção teve bastante palestra, mas aqueles que tinham interesse iam remando sozinhos! (Verônica, 33 anos, professora e ex-secretária da cooperativa).

Todas as versões sobre a questão do relacionamento entre cooperados e não-cooperados que vivem no mesmo espaço que as 37 famílias, *o pessoal do recurso próprio,* como chamam, apontam para dois aspectos da apreciação deste morador como categoria genérica. Um que manifesta a possibilidade do convívio diante do entendimento unânime de que *eles são gente muito boa,* mas que pela própria referência mais generalizada aponta para um relativo distanciamento entre eles, como sinalizado nestes depoimentos, entre outros:

Ah sim! Gente muito boa! Gente muito humilde! Não tenho o que falar nada! (Bete, 47 anos, cozinheira desempregada).

Comigo é ótima! Gente boa, não tenho nada o que falar não! (Carmem, 56 anos, aposentada).

A gente tem pouca convivência, mas são gente boa! Ainda não tive tempo de conhecer o casal de velho que ficou com a casa de Ronaldo! – fala aqui dos pais da cooperada Dilma – que ocupou oficialmente o lugar do cooperado desistente Ronaldo – e que são pais também de duas moradoras do "recurso próprio" (Dona Rosa, 59 anos, acompanhante de idoso).

São tranquilos, são simpáticos! Nenhum problema de relacionamento! (Matilde, 28 anos, desempregada).

São gente boa! Gostei demais quando eles vieram pra aí! Antes tinham rapazes brincando dentro das casas vazias (em construção sob recursos próprios). Depois que eles preencheram, amei! São irmãos que moram aqui em frente a minha casa. Eles são bem mais fechados, né! Mas

eu sempre passei por eles e falei bom dia! (Olga, 42 anos, aposentada por invalidez).

A relação eu acho que é boa! A gente conversa, se fala. A gente só não tem condição de fazer cisterna como eles! Mas a gente não tem mesmo! (Érica, 50 anos, cozinheira, desempregada). Sua filha intervém: *No caso da gente, não vai demorar, porque essa CEDAE veio como obra do PAC* (Programa de Aceleração do Crescimento).

E há outro aspecto que aponta diretamente uma diferença no tipo ou intensidade de relacionamento mantido, seja esta diferença anunciada para afirmá-la enquanto tal ou para negá-la na atualidade, apontando sua superação. Trata-se da constatação de que a pessoa não-cooperada é de um "tipo diferente" já que não passou pelo mesmo processo de conhecimento e de convivência mútua que os cooperados. Como declarou a cooperada Eliana *ele*, o não-cooperado, *é uma pessoa individual* enquanto a pessoa cooperada seria, então, por contraposição, coletiva, enaltecendo-se sob este aspecto a *ligação* sui generis existente entre as famílias cooperadas. Há também a constatação direta ou indireta de uma relativa diferença sócio-econômica e cultural entre as famílias não cooperadas e cooperadas. Neste sentido destacam-se as seguintes versões sobre esta relação:

É distante. Praticamente se formou dois grupos! Não há uma forma homogênea, mas é amistoso. Há muita mistura! Aqui tem muita pessoa do nordeste, há diferenças culturais e sociais. A grande diferença é o nível social, você percebe que eles são mais articulados! (Rogério, 44 anos, guarda de trânsito municipal, balconista, ex-tesoureiro da cooperativa).

O pessoal do recurso próprio é individual, mais individual do que propriamente os cooperados. Nas festas juninas a gente começou quebrar isso. Agora tão participando dos encontros do condomínio. (Alice, 45 anos, cabeleireira e catequista, representando aqui o marido, Seu Paulo).

Os não cooperados eles não entendem muito bem isso, da ligação! Mas também tem gente que é cooperado desde o início que também não entende! Ele (o não cooperado) *é uma pessoa individual!* (Eliana, 33 anos, operadora de caixa).

A relação praticamente não existe. Agora que a gente tá tentando fazer essa união através das reuniões. (Clara, 44 anos, professora, secretária da cooperativa).

Dos recursos próprios são muito poucos que participam. Convivência não muito agradável. Não tem aquela aproximação de vizinhança. Claro, pode ser que eles não me neguem ajuda, mas até hoje não precisei! (Leandro, 41 anos, pedreiro).

Eu os conheço, mas sinceramente, eu não tenho... Como eles já têm famílias que já moram aqui... Se as casas tivessem sido construídas em conjunto como as da cooperativa, a convivência seria melhor. (Zé Carlos, 45 anos, pedreiro, ex-presidente da cooperativa).

Eu vejo que tem pessoas que fazem um pouco de diferença. Está todo mundo meio separado. Todo mundo ali são parentes, mas acho que não deveria ter diferença! Por exemplo, no caso da água! Deixaram de oferecer água da rua ao pessoal do recurso próprio quando ela tava disponível. Eles não sabiam que tinha água! (Verônica, 33 anos, professora, ex-secretária da cooperativa).

Havia uma diferença. Se criou uma diferença por ignorância. Quando havia reuniões da obra não havia necessidade de convidá-los. Hoje, chamamos pra responsabilidade! Cinco participam ativamente nas reuniões de condomínio. Na verdade, durante o período de pesquisa que estive em campo pela última vez soube de apenas uma tentativa de organização desta reunião. As reuniões da cooperativa e depois as

> organizadas pela FBR em função do programa de assistência técnica e mobilização comunitária, das quais alguns destes "moradores de recursos próprios" participaram, tinham prioridade na agenda. (Genilson, 43 anos, presidente da cooperativa).

> *Antigamente existia uma rivalidade, mas atualmente acabou o muro invisível!* (Sérgio, 40 anos, vendedor, tesoureiro da cooperativa).

Alguns poucos cooperados ressaltam, pelo contrário, a maior possibilidade de *união* com estas pessoas. Mas estas declarações estão mais associadas à oportunidade de crítica aos cooperados, tendo em vista o descontentamento geral com a falta de participação coletiva, do que a uma caracterização fidedigna destes moradores. Os seguintes relatos são representativos destas versões dos cooperados:

> *O pessoal se dá bem, são ótimas pessoas do recurso próprio! Em matéria de união elas são até melhores que as daqui!* (Luiza, 48 anos, cabeleireira, vogal da cooperativa).

> *São pessoas boas do recurso próprio! Eles cumprimentam você... Eu acho que a união é maior entre eu e eles do que entre as pessoas daqui da cooperativa! Eu digo pro meu filho: Não fale nada! Fique quieto!* – a fim de evitar desentendimentos com os cooperados. (Dona Filomena, 67 anos, aposentada).

> *É uma relação... Nós temos pessoas que são cooperadas e não aderem à condição de cooperado e às vezes nós temos pessoas que não são cooperadas e querem participar. Ser mais úteis!* (Moisés, 47 anos, pedreiro, ex-presidente).

> *O pessoal antigo faz de tudo pra atrapalhar o pessoal novo!* (não-cooperado). *Acho que quem estiver com nome limpo, quem deve menos, é*

> *que tem que ser presidente aqui! Tem muita gente que não presta, que quer ver o mal dos outros!* (Ilda, 54 anos, auxiliar de produção, aposentada).

Desta forma, os problemas comuns, motivos de queixas atuais, mas também as virtudes, motivos de orgulho para o grupo, compartilhados pelas famílias cooperadas e que as identificam como tais são situacionalmente argumentados, negativamente ou positivamente, como símbolos de distinção com relação às famílias não cooperadas.

Um dos argumentos que chama a atenção para a expectativa quanto à sociabilidade valorizada é o que menciona a possibilidade de *ajuda* como um símbolo do grupo cooperado e enquanto tal de parâmetro para avaliação do "outro" relativo a este contexto. Assim, o cooperado Leandro argumenta: *pode ser que eles não me neguem ajuda*, cuja incerteza já aponta para uma relativa distinção entre "eles" e "nós". Neste propósito comparativo a unidade de análise passa a ser não mais *a cooperativa* enquanto espaço de moradia, mas o espaço de todo o Condomínio do Padre.

5.4. Os motivos de satisfação – aspectos positivos da cooperativa

As reflexões quanto à afirmação de expectativas atendidas ou dos motivos de satisfação com a Cooperativa Ipiíba, para pelo menos 70% do conjunto de cooperados, reafirmam fundamentalmente o lugar de moradia e a convivência com os outros como valores coletivos. O ex-presidente Zé Carlos e o ex-tesoureiro Rogério, por exemplo, reiteram a conquista da casa como o único comprometimento da FBR com a cooperativa quando da sua constituição e, portanto, como a única fonte assegurada de satisfação com o empreendimento, a despeito de acusações e críticas sobre outras dimensões de expectativas não atendidas.

Estes cooperados, em resposta à questão da satisfação com a proposta de cooperativismo, falam de maneira objetiva das razões para os limites da cooperativa:

> *Estou satisfeito graças a Deus. Foi a dádiva de Deus, caiu do céu! Agora é dar uma arrumada, uma conservada... A discussão sobre a assessoria além da casa pela Bento tem que se aprofundar porque não foi esse o objetivo da Bento* (Zé Carlos, 45 anos, pedreiro e ex-presidente da cooperativa).

Sim. A casa já está pronta, uma casa bem estruturada! A deficiência que tem é em relação à estrutura urbana do bairro. As ruas internas já deveriam estar pavimentadas. Na época da primeira diretoria conseguiríamos material, mas não conseguimos mobilizar para a mão-de-obra. Nós fomos capacitados apenas para a casa, não fomos trabalhados para exercer a autonomia. Não temos capacidade de sermos auto-geridos, precisamos da FBR. O grande lance está aí! Conseguir de volta as parcerias! (Rogério, 44 anos, guarda de trânsito municipal, balconista e ex-tesoureiro da cooperativa).

Outros cooperados reafirmam a conquista da casa e destacam também, apesar de ponderações sobre outras dimensões não atendidas, o convívio mútuo e a segurança do lugar de moradia. Os depoimentos aqui assinalados são representativos destas versões da maioria dos cooperados:

Estou satisfeita com certeza! Lutei! Briguei! Trabalhei! Claro, com certeza, estou na minha casa! (Eliana, 33 anos, operadora de caixa).

Eu estou satisfeita porque estou no meu canto, estou no que é meu! *A morte do João poderia acontecer em qualquer lugar, lá no Norte...* (Neli, 42 anos, dona de casa e pensionista, que havia perdido o marido há pouco tempo e chegou a pensar em deixar a cooperativa).

Ta bom! Eu consegui melhorar a casinha. Eu sabia que não tinha água mesmo... Espero que melhore! (Henrique, 40 anos, gerente de restaurante).

Fiquei satisfeita porque aqui é casa. Eu sempre quis uma casa nova e que não fosse alta. (Olga, 42 anos, aposentada por invalidez).

Estou satisfeito. Principalmente a cooperativa realizou o sonho de muita gente! Neguinho fala, mas bem ou mal realizou! (Heitor, 25 anos, gesseiro).

Estou com certeza satisfeita! Por causa da casa, do lugar sossegado, da vizinha muito boa! Mas não sou de ficar de fofoca! (Bete, 47 anos, cozinheira, desempregada).

Eu gosto daqui, por enquanto ainda é um lugar sossegado! E contrastou com moradores de um condomínio na cidade de São Paulo do qual soube por meio de um programa de televisão. Chamou estes moradores de *povo sem respeito, que não tem civilização!* (Carla, 46 anos, diarista).

Pra mim foi válido com certeza! Abriu um leque muito grande na minha vida! Ás vezes você mora em um lugar há anos e não conhece seu vizinho. E aqui é diferente! (Ivete, 50 anos, fundadora da CATIVARE e pensionista).

Eu gostei. Gosto de morar aqui porque é tranquilo. Só tem alguns probleminhas... Mas não tem morro desabando, não tem tiroteio! (Matilde, 28 anos, pensionista, desempregada).

Eu sou satisfeita, embora não tenha água, ônibus... Só que agora a gente vê cada coisa! Mas eu faria tudo de novo! Apesar de que mudou tanta coisa! Mas cada qual vive a sua vida. (Amélia, 46 anos, doméstica, ex-vogal da cooperativa).

Com relação à moradia estou satisfeito, mas tinha a expectativa de que a cooperativa não acabasse. (Sérgio, 40 anos, vendedor, tesoureiro da cooperativa).

Não estou arrependida. Gosto dos meus vizinhos. Não são todos! Aqui tem um calor humano, mas muita coisa está diferente! O que aborrece a gente aqui é a água e o transporte. Sei que é uma penitência de arrastar borracha aqui, agora é 50 m só em cada caixa. (caixa d´água). *É dia sim e dia não. Tenho despesa de R$ 120,00 por mês pra lavar roupa, lavar*

quintal...(Dona Glória, 68 anos, orientadora infantil aposentada e catequista).

Os aspectos positivos da cooperativa, propostos como uma nova questão aos cooperados e que extrapolam a questão da aquisição da casa própria são lembrados por cerca de 63% dos cooperados. Eles apontam para valorizações semelhantes quanto à segurança do lugar de moradia e quanto às relações de vizinhança que enaltecem uma igualdade frente às dificuldades compartilhadas e pressupostas como fatalidades que podem, desta maneira, atingir igualmente a todos, mas por outro lado motivar recíprocas demonstrações de solidariedade. Eis algumas das respostas exemplares dessas opiniões:

O positivo é a união de todos os cooperados. É uma irmandade! Na hora do aperto todo mundo chega junto, não tem diferença! Aqui todo mundo é igual! (Tânia, 47 anos, dona de casa).

O que tem de bom é o povo unido! Se precisou eles estão sempre prontos pra ajudar! (Dona Glória, 68 anos, orientadora infantil aposentada e catequista).

Eu acho que o que valeu mais foram os laços de convivência entre as pessoas. São pessoas que muitas são muito amigas! Brigam o tempo todo, mas são irmãos! (Maurício, 33 anos, enfermeiro e vendedor).

O que é positivo é isso que eu estou dizendo: é a minha segurança! É a cooperativa da raiz da casa até a última telha! Quando eu falo meu vizinho é o da última casa até o início! Eu vejo a segurança, ali você aprende a conhecer cada um, o defeito e o não defeito. (Eliana, 33 anos, operadora de caixa).

O que tem de positivo é a segurança do lugar, me senti muito feliz quando a sede passou pra cá! (Fala aqui da troca do terreno da sede da cooperativa que antes seria construída onde hoje se encontra a Capela de

Guadalupe). *Eu tinha medo de dormir lá na CATIVARE. Ás vezes eu vinha e dormia aqui no escuro! Eu criei esse carinho, não só à casa.* (Ivete, 50 anos, pensionista e empreendedora da CATIVARE). Sua filha Gisele, 23 anos e dona de casa acrescenta: *Aqui tem a solidariedade dos vizinhos! Quando faltou energia aqui pra gente a Dona Rosa forneceu a energia dela.*

Eu tenho o meu sossego em lugar plano, não tem tiroteio, não tem menino de rua! Ainda né! Por enquanto! (Olga, 42 anos, dona de casa, pensionista).

Eu vejo um lugar promissor! No futuro a gente vê isso. Aqui as crianças têm liberdade pra brincar. Mesmo com algumas pessoas negativas! (Leandro, 41 anos, pedreiro).

Outros cooperados, aqueles que exerceram cargos de direção na cooperativa, destacam como argumento positivo em favor da cooperativa o cooperativismo em si mesmo, a proposta da *experiência de compartilhar*, ainda que sob a ressalva de que estes aspectos *surtiram efeitos diferentes:*

A cooperativa só trouxe coisas boas! Passei a conhecer a lei do cooperativismo, a experiência de compartilhar. (Sérgio, 40 anos, vendedor e tesoureiro da cooperativa).

A conquista da casa e os cursos para socializar, a capacitação para o cooperativismo foram bons. Mas cada um entendeu de uma forma. Surtiram efeitos diferentes! (Verônica, 33 anos, professora e ex-secretária da cooperativa).

Hoje entendo bem melhor o que é socialismo e me identifico! Se pudesse estar atuando estaria. (Rogério, 44 anos, guarda de trânsito e ex-tesoureiro da cooperativa).

> *A cooperativa, a meus olhos, é o único meio mais justo de viver socialmente. Por parte culpa nossa e por parte por parceria errada está nos deixando escapar!* (Genilson, 43 anos, pedreiro e presidente da cooperativa).

> *O importante é que sempre nós estamos trabalhando coletivamente!* (Moisés, 47 anos, pedreiro e ex-presidente da cooperativa).

Assim, o *trabalhar coletivamente,* sob estas versões aqui afirmado, pode ser entendido como a canalização do valor da *ajuda mútua* em favor do cooperativismo, pelo menos quando o que está em jogo é outro valor fundamental às famílias trabalhadoras, ou seja, a casa própria. Então, pelo menos neste sentido, o cooperativismo como modelo e como promessa associou-se ao seu "patrimônio cultural", ao seu "poder de articulação coletiva", como ressaltam os autores Veiga e Fonseca (1999). A despeito das críticas dos operadores diretos da Cooperativa Ipiíba, os técnicos da FBR e alguns cooperados diretores, que acusam os demais cooperados de *querer apenas a casa.*

5.5. Os motivos de insatisfação – aspectos negativos da cooperativa

Os cooperados que respondem negativamente à questão das expectativas atendidas e mostram-se insatisfeitos com o investimento na cooperativa, cerca de 30% deles, vinculam seu desapontamento às dificuldades estruturais do condomínio e do bairro e às diferenças individuais quanto ao investimento coletivo, questões recorrentemente afirmadas em outros momentos nos quais a atual diretoria é também responsabilizada, como na explicitação dos aspectos negativos da cooperativa.

Alguns cooperados, principalmente os que têm ou tiveram experiência com liderança e coordenação de iniciativas locais, apontam também para o ideal da organização coletiva e lamentam sua não realização, opondo a ela argumentos de responsabilização dos cooperados, como o *individualismo* ou a *falta de união,* mas também de forma mais racionalizada, a falta de interesse da FBR na *auto-gestão* e a

ausência de *conhecimento jurídico* no que se refere à falta de condições objetivas para o *exercício da autonomia,* como lembrou anteriormente o cooperado Rogério.

Entretanto, como verifiquei em outras ocasiões, todas as críticas anunciadas sob a proposição desta questão também figuram como questões relevantes para os demais cooperados que em maioria justificaram sua satisfação com a cooperativa por meio de outras razões, na qual a mais óbvia, apontada pelo cooperado Zé Carlos como objetivo principal da cooperativa, é a obtenção da casa própria. A preocupação com os problemas estruturais do bairro, por exemplo, é uma preocupação que atinge a todos, a despeito de não serem associados por todos os cooperados às insatisfações com a cooperativa que é vista também como um espaço de moradia e não apenas como um contrato coletivo.

Assim, como pude apreender em outro momento do questionário, pelo menos 85% dos cooperados responsabilizam o governo local pelos problemas relativos à ausência de serviços públicos essenciais, sob veemente crítica pela indiferença com que a prefeitura da cidade vem tratando estes problemas locais. Crítica que também se dá em outras ocasiões. Em ordem de prioridade destacam-se como problemas a falta de abastecimento de água, o transporte deficitário associado à falta de asfalto, o serviço de saúde precário, a falta de iluminação pública e os serviços insuficientes de educação, de comércio e lazer.

A cooperada Carmem, por exemplo, responsabiliza a prefeitura insinuando um engodo da população local: *Não é lá na prefeitura que está constando que está asfaltado, sem estar!?* A cooperada Dona Glória complementa a crítica: *A Aparecida* (Aparecida Paniset – prefeita de São Gonçalo) *parece que não conhece aqui em Ipiíba! Essa estrada era para ser asfaltada antes das eleições! Tem um projeto pra ter transporte, mas não sai do papel.* E o cooperado Seu Paulo aponta uma prática política conhecida por todos: *Para resolver seria a prefeita com o vereador, mas o vereador vem aqui pra pedir voto e depois some!*

Alguns cooperados responsabilizam a falta de atuação de associações coletivas como a *associação de moradores do bairro organizada,* lembrada pelo cooperado Moisés, a UMP-RJ ou mesmo a cooperativa, sob a forma concreta do *mutirão,* símbolo maior da reunião de esforços coletivos principalmente para os cooperados leigos à linguagem política de reivindicação social. Eles sinalizam para a importância destas

formas de organização coletiva como agências de pressão e de reivindicação junto ao poder público competente.

Dessa forma, entende-se a crítica velada do ex-presidente Zé Carlos à associação de moradores local, presidida pela cooperada Clara: *Se tivesse uma associação de moradores que atuasse no bairro a associação acionava a prefeitura, a prefeitura acionava o Estado e o Estado acionava o Governo Federal!* A cooperada Eliana reitera o que afirmou Zé Carlos sob a justificativa de que *ao presidente de uma associação vão escutar* visto que *ela representa os moradores.* E o cooperado Leandro, irmão de Zé Carlos, lembra também da responsabilidade da associação de moradores e anuncia que *está querendo se associar pra que se tenha uma voz mais ativa no bairro.*

Já o presidente Genilson propõe que todos os problemas do bairro citados por ele e recorrentes nas citações dos demais *são casos de poder público, da prefeitura,* entretanto, argumenta a ação comunitária em favor de sua resolução e em atendimento ao *interesse social da moradia*. Argumenta: *Esses fundos* (fundos públicos de financiamento) *a gente da União* (UMP-RJ) *entra com interesse disso, com interesse social! Interesse social é isso, é você poder morar!* A cooperada Amélia responsabiliza também a organização coletiva apontando para o símbolo do *mutirão*: *O problema não é só do governo! Do governo vêm o apoio, o arquiteto, o dinheiro. Se não tiver como fazer, a gente mesmo faz no mutirão!*

Tendo em vista, então, estes e outros motivos de insatisfação com a cooperativa que foram assim anunciados, destacam-se aqui as seguintes declarações:

> *Ainda estamos sem água. A gente tem luz porque a gente comprou um poste, um transformador e fiação porque antes era só gato! Eu gostaria de mais um pouquinho! Além disso, eu achava que a iluminação fosse melhor, poderia ter um posto de saúde e mais transporte. Essas coisas tinham que ter mais prioridade, escola...! O meu filho fez até o segundo ano porque a condução não chegava cedo. Eu ficava preocupada porque depois da escola ele tinha que vir a pé do Rio do Ouro. E outros garotos também! Ele não terminou!* (Érica, 50 anos, cozinheira, desempregada).

Não estou muito satisfeita não! Eu acho aqui muita cobrança e você não vê nada feito! Cobrança de participação! A gente sempre colabora com dinheiro pra comprar bomba, borracha e às vezes não vê... Às vezes chego à noite em casa e não vejo nada! (Fabiana, 41 anos, auxiliar de produção).

Não, porque tem muita coisa pendente, você colabora, mas não vê as coisas saindo, uns pagam e outros não pagam! (Quitéria, 49 anos, auxiliar de produção aposentada).

Não foram atendidas (as expectativas). *Você sonha com a coisa pra melhorar o seu bem-estar. Eu sonhava que houvesse, mais na cooperativa agora só tem individualismo!* (Seu Paulo, 78 anos, mecânico aposentado).

Da expectativa da casa sim, por enquanto sim. Mas crescimento como cooperativa infelizmente não! Eu acho que as pessoas eram mais unidas, se reuniam nos aniversários... Eu costumo dizer que a gente se divertia mais quando as casas não estavam prontas! (Luiza, 48 anos, cabeleireira, vogal da cooperativa).

Eu não estou satisfeita! Eu queria que fosse mais unido, passar o povo a respeitar o direito do ser humano! Aqui o pessoal é individual, não era como eu esperava. A horta! Eu fiquei muito revoltada! O povo não quer ajudar! Só queria saber do dinheiro, mas ninguém queria trabalhar! Fernando da secretaria de pesca da prefeitura veio ajudar na horta, mandou trator, tela, cerca, revirou a terra, deu o espaço pra vender em Alcântara! Na feira do agricultor. Cita também a esposa do presidente do Rotary Club de São Gonçalo que fez uma doação de material esportivo para os jovens da cooperativa, mas que teria se perdido em pouco tempo. (Dona Rosa, 59 anos, acompanhante de idoso).

> *Com relação à cooperativa se perderam um pouco os objetivos de ter uma renda, de ter uma comunidade unida!* (Verônica, 33 anos, professora e ex-secretária da cooperativa).

> *Participei do primeiro encontro de economia solidária em Brasília. Pra nossa surpresa a diretoria fechou os olhos! E na realidade aqui não soou bem aos olhos da Fundação a auto-gestão, a galinha dos ovos de ouro da Fundação! Tenho todo o material de empreendimento comunitário. Não quero dizer que a Fundação não teve um papel importante!* (Genilson, 43 anos, pedreiro e presidente da cooperativa).

> *Faltou um pouco de transparência, de diálogo, porque houve muito mal entendido em alguns objetivos. Houve muita guerra, algumas propostas meio vazias! Faltou mais conhecimento jurídico. Sempre tiveram "o jurídico", mas os problemas sempre tiveram! Se hoje fosse começar tudo de novo a gente não ia quebrar tanto a cabeça!* (Leandro, 41 anos, pedreiro).

O cooperado Vagner e sua esposa voltam a se diferenciar quanto aos demais por meio de suas respostas que em conjunto apontam para uma crítica ao que é entendido como desrespeito a seu direito de privacidade. Mas trata-se de uma privacidade de outro nível, de um nível distinto aos reclamados pelos demais cooperados, principalmente pelas mulheres que se orgulham de dizer que não circulam pelas casas dos vizinhos, de modo a serem honradas por isso. Assim, destaca-se a acusação do referido casal que inclusive confirma a circulação entre as casas:

> *O pessoal não respeita a privacidade dos outros! A gente não pode brigar, falar... Não entendem que você quer ficar na sua casa!* (Vagner, 33 anos, sushiman). *As pessoas acham por a gente morar perto do outro, acham que você tem que ficar um na casa do outro!* E critica depois alguns cooperados que, segundo ela, não respeitam a sua privacidade. (Vanessa, 19 anos, dona de casa, atual esposa de Vagner).

Estas mesmas questões surgiram para cerca de 73% dos cooperados questionados sob a proposição dos aspectos negativos da cooperativa. Os aspectos negativos elencados vão desde a responsabilização dos próprios cooperados, passando por racionalizações que apontam para a crítica do *capitalismo* como sistema econômico associado ao *condomínio* como modelo de moradia, oposto ao modelo da cooperativa habitacional, e para a crítica do *individualismo* e *assistencialismo* como valores em oposição ao *cooperativismo*, até a responsabilização direta ou indireta da direção atual pelo insucesso da cooperativa.

As declarações dividem os cooperados em dois conjuntos, aqueles que acusam os cooperados de indiferença ou de *falta de interesse* pela causa coletiva, de interesse apenas pela casa, e aqueles que acusam os dirigentes de injustiça, de imparcialidade na administração da cooperativa e até mesmo de beneficiamento próprio. Nos dois casos o que está em jogo é a oposição interesses individuais versus interesses coletivos.

As seguintes declarações sobre os aspectos negativos ou insatisfatórios da cooperativa são exemplares do primeiro grupo de cooperados:

> *Eu vejo todos!* (aspectos negativos) *Se fluísse, se as pessoas se engajassem... Mas ninguém faz nada!* (Cristina, 53 anos, cabeleireira afastada do trabalho, pensionista).

> *O pessoal gosta de moleza aqui pra dentro, quer tudo na mãozinha! Muitas coisas acontecem de errado com relação ao dinheiro das casas. Como as pessoas entraram na casa, querem mordomia!* (Bete, 47 anos, cozinheira desempregada).

> *Ninguém liga mais pra cooperativa. Um dia alguém fez pra eles estarem aqui, mas eles não fazem nada para que outros venham e tenham sua casa!* (Heitor, 25 anos, gesseiro).

> *Muita gente cobra e pouco faz, nem o lixo coloca pra fora. Se eu puder ajudar eu ajudo, se não, eu fico quieto no meu canto!* (Maurício, 33 anos, vendedor e enfermeiro).

A falta de união, a falta de interesse! A minha maior tristeza aqui é isso! É o individualismo! Se eu não estou enganado é 50%, a pessoa que só olha da frente da casa dele pra trás. (Leandro, 41 anos, pedreiro).

Confundir o cooperativismo com o assistencialismo! O não conhecimento do que é cooperativa! Exemplificou com a obra de pavimentação das ruas da cooperativa que já poderia ter sido realizada por meio da organização coletiva. (Rogério, 44 anos, guarda de trânsito municipal, balconista e ex-tesoureiro da cooperativa).

A falta de interesse pela melhoria da cooperativa. As pessoas não cuidam nem dos seus quintais... Aqui eu fico irritada, passo mal da pressão... (Dona Rosa, 59 anos, acompanhante de idoso).

Hoje é capitalismo, de cooperativa pra condomínio. Eles queriam só a casa e moradia digna não é só casa! (Genilson, 43 anos, pedreiro e presidente da cooperativa).

Outras declarações refletem as posições do segundo grupo de cooperados, mais direcionadas para a responsabilização da liderança atual:

No começo aqui era bem diferente, depois todo mundo começou a ser chefe e depois ficou muito fraco. Se não fosse Padre João não tinha saído não! (Henrique, 40 anos, gerente de restaurante).

Tem uns que colaboram, outros que não colaboram e os que colaboram têm os mesmos direitos dos que colaboram! (Quitéria, 49 anos, auxiliar de produção aposentada).

A cooperativa tem que ter um fundo pra dar ajuda à pessoa doente! Eu não vejo acontecer isso! Eu mesmo não tive isso e nunca veio ninguém aqui me dar bolsa nenhuma! A Alice falou que tem muita gente que não

paga. Tem pessoas, uma minoria, que é religiosamente em dia e tem gente aqui que nunca pagou nada, nem terreno! Eu não recebi nenhuma hora porque estive doente! Teve gente forte, com saúde que recebeu 1000 horas! E agora dizem que estou devendo hora. Não entro mais em nada pra fazer aqui! Tomei um nojo! (Seu Paulo, 78 anos, mecânico aposentado).

Aqui tem os dirigentes e a gente não tem muito... uma boa convivência. Nós não vamos à reunião. A reunião não é objetiva, o que é falado não é resolvido. Às vezes o que eles decidem a gente não faz, mas o que a gente quer a gente também não faz! (Érica, 50 anos, cozinheira desempregada).

O Fundo de Reserva tem gente que paga, mas nunca tem esse dinheiro! Quando precisa de alguma coisa o presidente vem e recolhe o dinheiro e não usa o Fundo de Reserva. É melhor terminar a cooperativa porque assim ninguém incomoda ninguém! Todo mundo se juntaria pra comprar algo que precise, como uma borracha, por exemplo. (Matilde, 28 anos, pensionista, desempregada).

Tudo aí é negativo! Porque na primeira vez que o Moisés foi presidente e na segunda vez que o Zé Carlos foi presidente, tudo bem! Mas esta última gestão, não gostei não! Se o padre pagou uma bomba e o poço, isso é pra gente! (Carmem, 56 anos, aposentada por invalidez).

Eu não votaria nele (Genilson) *na próxima eleição! Eu não aceito o modo dele arrogante. Ele se elegeu por falta de gente pra votar. Muito intransigente, mandão! Esse é o principal motivo. Com carinho a gente consegue tudo! O bom é que existem pessoas que têm fé em Deus, se não fosse isso já tinha acabado isso tudo. Eu uso muito o coração e pouco a razão. Eu tenho que usar os dois. Eu disse pra Amélia: Amélia, entra como presidente que eu entro também!* (Ilda, 54 anos, auxiliar de produção aposentada).

> *Nós temos uma empresa aonde nós cooperados sustentamos sem ela estar no mercado. Eu não vou gastar dinheiro com uma empresa e ela não funcionar! Não concordo, mas respeito a adesão dos colegas.* (Moisés, 47 anos, pedreiro e ex-presidente da cooperativa).

> *A proposta de construir uma forma de geração de renda não foi à frente.* (Zé Carlos, 45 anos, pedreiro e ex-presidente da cooperativa) Mesmo argumento apontado pela ex-secretária e professora Verônica.

Assim, sob estes argumentos ou os cooperados de uma maneira geral "não querem" implementar a cooperativa, são *individualistas* e *querem moleza*, em seus termos, ou seu dirigente "não é justo", "não é confiável", *é intransigente* e *só sabe mandar*, portanto, só pensa em si mesmo, crítica às avessas que aponta para o mesmo denominador comum. Confiável, neste caso, é o ex-presidente Zé Carlos que pondera sobre estes "limites individualistas" – se assim podemos chamar as resistências e a precariedade econômica dos cooperados – e busca o caminho possível, a mediação, para não ser acusado do mesmo mal que os aflige e incomoda, qual seja, a *falta de interesse pelo outro* em oposição ao que os orgulha, quer dizer, o *um ajudar o outro,* a *união.*

Acredito que ambos conjuntos de argumentos descritos aqui pelos cooperados, sugerem, direta ou indiretamente, a questão de um saber fortemente arraigado na classe trabalhadora que é o de articulação das práticas tradicionais de assistencialismo que lhe foram dirigidas ao longo do tempo por setores das igrejas, principalmente da Igreja Católica e por um conjunto de associações filantrópicas de toda ordem e por órgãos governamentais. Cenário que começa a mudar com um movimento de crítica ao sentido deste assistencialismo puro e simples na década de 70, quando se dá o desenvolvimento da Igreja Popular no país (Mainwaring, 2004) e da transformação de algumas destas "agências sem fins lucrativos" caracterizadas pelo serviço de "assessoria e apoio ao movimento popular" em ONGs (Landim, 1993).

Como ressalta Landim, com a articulação destas primeiras ONGs com este setor popular da Igreja Católica, que revela sua "preferência pelos pobres" através da ênfase na sua "participação" e no " instrumento da educação" (Mainwaring, 2004: 257), dá-se início a um conjunto de articulações que propõe um trabalho "a serviço" destes grupos,

orientado por princípios de autonomia social e política e sob a contestação do assistencialismo enquanto ação social que não responderia ao propósito de transformação das condições de exploração e exclusão sociais, missão que as "ONGs de desenvolvimento" que se consolidam no país a partir da década de 80 tomam para si.

Neves (2001: 07) argumenta sobre os princípios constitutivos do termo "exclusão social", atentando para sua "eficácia simbólica para dar visibilidade à expansão e à concentração territorial da pobreza". Assinala que o termo "exalta o caráter absolutizador e reificador da crescente precarização social de gerações de segmentos da população trabalhadora". Afirma que "ele denuncia a constituição de apartados do projeto de conquista da autonomia pelo trabalho e, consequentemente, das afiliações e dos direitos sociais que a ele, no decorrer do século XX, foram associados".

Portanto, ao termo exclusão social se contrapõe significativamente o termo inclusão social que as agências governamentais e as não governamentais buscaram promover através dos projetos reparadores de intervenção sobre uma ordem social moderna e capitalista que não inclui a todos, que é neste sentido excludente. Daí os esforços de inclusão da "população excluída" por formas alternativas de realização desta conquista da autonomia pelo trabalho.

Ainda que os representantes das ONGs procurem se diferenciar da filantropia fundamentada na generosidade simplesmente, na "ideologia da solidariedade ou do militantismo cristão" (Neves, 2001: 44-47) como princípio de ação, eles não são indiferentes às "concepções filantrópicas da pobreza e dos pobres" segundo as quais a pobreza é "uma situação de fraqueza" e o pobre deve procurar meios para a superação desta inferioridade social, assim reconhecida à medida que se reconhece, comparativamente, a superioridade dos abastados ou "dos bem dotados em termos materiais", como destaca Neves. Estas concepções, de acordo com a autora, representam também "um patrimônio cultural da humanidade ocidental e fundam um celeiro ideológico para constituição de projetos políticos viabilizadores de formas de ordenação social", nos quais certamente as ONGs estão implicadas.

Mas a proposição da pretensa autonomia pelas ONGs a partir de alguns destes projetos, de todo um "trabalho educacional de promoção da cidadania" (Landim, 1993: 54) junto aos segmentos pobres da população, não depende apenas da constrição dos postulados interesses e valores individualistas destes segmentos – acusação

internalizada, inclusive por eles, para a deslegitimação social de sua resistência aos princípios ordenadores destes projetos de inclusão social –, mas também dos limites para o exercício da autonomia das próprias ONGs. Ou seja, suas ações não se dão à revelia das dependências financeiras e ideológicas por meio das quais circulam "especialistas, moedas fortes, ideias e modelos de atuação, dentro da moldura enquadradora dos 'projetos'", como lembra Landim (1993: 09).

A autora aponta que tradicionalmente há um forte compromisso das ONGs brasileiras com as internacionais que as financiam, as agências europeias, canadenses e norte americanas que ditam as possibilidades estruturais de atuação das ONGs no terceiro mundo. Hoje esse universo começa a mudar com a redistribuição de recursos privados internacionais, que migram da América Latina para o continente africano, por exemplo, como ressaltou uma arquiteta da FBR, embora eles permaneçam como referência importante, principalmente quando se trata dos recursos ideológicos. E se atualiza a partir de novas fontes de parceria e financiamento, ditadas agora por órgãos governamentais e a cuja linguagem e ditames os "projetos" devem se adequar.

Assim, embora a autonomia seja "uma das palavras-chave no discurso das ONGs" na busca por independência com relação às demais instituições com as quais elas se relacionam, como "igrejas, partidos, universidades, sindicatos, órgãos governamentais, movimentos sociais, etc" (Landim, 1993: 07) – algumas destas concorrentes – essa total independência não é possível. As relações com estes outros pólos institucionais se dão sob a "ambiguidade de autonomia/dependência", como assinala a referida autora.

Portanto, suas ações sobre as expressões da desigualdade social não se realizam sem a consideração da ordem pública onde é produzida esta desigualdade e cujos princípios e condições de manutenção devem ser também internalizados pelas ONGs de maneira a não comprometer a possibilidade de sua intervenção sobre a realidade social objetivada. Sob este contexto, suas próprias condições de dependência expressam-se também nas condições de dependência dos segmentos populacionais atendidos e mobilizados como população demandante de bens e recursos, sob a forma, por exemplo, da *comunidade organizada.* Categoria nativa que neste campo de pesquisa traduz a ideia da Cooperativa Ipiíba, mas responde também de forma exemplar pelo movimento social

UMP-RJ e pela associação de moradores local, sem desconsiderar as diferenças internas a estas instituições.

Portanto, há limites implícitos para a realização da postulada "autonomia" ou para *ensinar o peixe*, como ressaltou a cooperada Ivete há cinco anos atrás, motivo na época de seu contentamento. Limites estes tão mais implícitos quanto mais importantes à sobrevivência destas organizações. Neste caso, eles colocam-se como uma densa e permanente contradição no trabalho com a população beneficiária que é, como nos apontou o presidente Genilson sobre a FBR, *a galinha dos ovos de ouro* destas agências no cenário nacional e internacional. O que obviamente é sabido também pelo cauteloso ex-presidente Zé Carlos no que se refere ao contexto de atuação da FBR como ONG.

5.6. A reforma da casa – um projeto permanente

As respostas dos cooperados à questão relativa aos planos de modificação da casa, com sua ampliação ou reforma, propõem um projeto de curto e longo prazo que se realiza já em alguns aspectos para a maioria das famílias, mas atinge a todos no sentido de suas intenções futuras. Estas reformas são uma prática constante de quase todas as famílias cooperadas e pressupõem um projeto contínuo de construção da casa para as classes trabalhadoras que se realiza de acordo com as suas possibilidades financeiras e de seu ciclo doméstico, neste caso, tendo em vista o crescimento dos filhos e até mesmo a formação de novos núcleos familiares.

Assim, alguns investimentos de reforma da casa já foram realizados pelos cooperados e são reafirmados pelos demais por meio da explicitação de seus projetos com relação a ela. Suas respostas à questão, de fácil verificação no condomínio, apontam para alterações consensuais da casa e do quintal, visando sua funcionalidade e ampliação, que vão desde a construção de muros, pisos e novos cômodos até os chamados "puxadinhos" (Guedes, 1998). Cerca de 54% dos cooperados realizaram modificações como estas na casa e 70% deles desejam realizar no futuro.

Quase a totalidade dos cooperados que já fizeram este investimento na casa fez obra no quintal, construindo muros e portões, cimentando este espaço ou em alguns casos colocando piso e levantando telhado para a construção de uma varanda maior, de garagem ou área de serviço. E o restante dos cooperados, ou a maior parte deles, deseja fazer o mesmo. Fizeram também, em menor número, outras reformas e ampliações da

casa que é de grande interesse também para os outros cooperados, como ficou claro nas declarações sobre as intenções futuras dos demais. Em ordem decrescente, ampliaram a cozinha, mudando-a de lugar em alguns casos, construíram cisterna, o *famoso puxadinho* – como ressalta o presidente da cooperativa –, realizaram reforma no banheiro e por último, fizeram uma nova cozinha e um novo quarto. Apenas uma cooperada construiu um terraço.

Casa da cooperada Eliana com investimento em portão novo.

Casa da cooperada Carla com investimento em varanda, quintal e muro.

Casa da cooperada Cristina com investimento em quintal, muro e caixa d'água maior, com capacidade para 10.000 litros.

Uma casa destaca-se sobremaneira das demais quanto ao investimento na sua reforma e ampliação. Trata-se da casa do cooperado Vagner que se diferencia não apenas pela intensidade de obras realizadas, mas também pelo material e aspecto do acabamento empregado, revelando uma diferenciação interna aos cooperados quanto à organização da forma da casa como espaço privado, o que por sua vez denuncia um poder aquisitivo mais alto da família com relação aos demais ou a possibilidade familiar de investir maior parcela do orçamento doméstico na casa.

Todo o quintal murado do cooperado é revestido de piso e coberto por telhado, desde a lateral da casa até os fundos. Desde o exterior da casa o acabamento se destaca e a pintura nova se sobressai em cores matizadas. O quarto da filha de 2 anos é bem decorado e acabado com papel de parede com motivos infantis. A sala se destaca com pintura texturizada. O cooperado possui carro e moto, os móveis são novos e, além disso, o casal possui cisterna, motivo de distinção local para apenas 3 cooperados.

Além dele, só o cooperado Henrique, gerente de restaurante e a viúva do cooperado João, que era considerado o melhor pedreiro do Condomínio do Padre e atendia aos demais moradores, possuem cisterna. João em vida pôde construir a própria cisterna, mas Vagner também se orgulha de ter ele mesmo reformado a sua casa nos

dias de folga do trabalho, sob a declaração de que aprendeu o ofício durante a obra de construção das casas.

Casa do cooperado Henrique com investimento em portão, garagem e cisterna.

Este contexto motiva acusações recíprocas relativas a esta distinção. Da parte dos demais cooperados a denúncia da diferenciação toma a forma de julgamentos morais acerca desta família específica que pressupõem o isolamento, a falta de humildade ou a altivez, atributos invocados sob categorias acusatórias pessoais como *metido*/*metida* e *orgulhoso*/*orgulhosa,* por exemplo. Da parte do cooperado suspeitado a defesa de sua diferenciação assume também a forma de um julgamento moral, mas sua acusação não atinge uma pessoa ou um cooperado em particular, mas todo o grupo, apontando-lhe o que lhe é comum, ou seja, o tipo de sociabilidade existente no espaço, fonte de sua própria diferenciação presumida. Por isso sua categoria acusatória é um atributo genérico como a *falta de respeito à privacidade*, por exemplo, passível, portanto, de ser ocupado pela categoria genérica *eles,* os cooperados.

O símbolo de sua distinção não é apenas um elemento de diferenciação, como a conquista da cisterna, por exemplo, mas o conjunto de elementos investidos na casa que não se integra às práticas de veiculação das conquistas comuns, como as reformas e as trocas neste sentido entre os cooperados. Nem o cooperado Henrique, nem a cooperada

Neli, viúva de João, que também possuem cisterna podem exacerbar na casa este conjunto de acessões, mas se orgulham, assim como os demais, de uma ou outra possibilidade de investimento a ser compartilhada com os outros.

Henrique, por exemplo, se orgulha fundamentalmente da *cisterna de 20.000 litros de água!*

Quintal do cooperado Henrique com cisterna.

Já a cooperada Carla, que assim como os demais ainda não tem essa possibilidade, se orgulha dos azulejos novos decorados do banheiro e da cozinha – os quais são elogiados pelas cooperadas Amélia e Bete – além da varanda construída atrás da casa. A cooperada Amélia comemora o novo espaço construído onde será a cozinha ampliada, com pia e armário novos, em fase de acabamento. Por sua vez a cooperada Bete reafirma em diferentes momentos a compra de seus móveis novos, o seu capricho em colocar rodapés, em pintar o interior da casa e deixá-la limpa e arrumada, colocando-se em contraposição aos outros.

A secretária Clara orgulhosa me chama para ver o espaço dos fundos construído e a ser acabado, com uma nova cozinha e área de serviço, já com pisos novos. A cooperada Quitéria toma a iniciativa de pintar a frente da casa e compartilha a obra com a vizinha que a ajuda e incentiva. O cooperado Seu Paulo conta sua obra de ampliação da cozinha e compartilha comigo e com outros cooperados sua pequena horta no quintal

a qual ressalta com orgulho. A mim oferece hortelã que aprecio bastante e oferece outras ervas aos demais.

Outros se orgulham pelo investimento nos fundos da casa. O cooperado Fernando aponta o quartinho atrás da casa onde usa o computador e que no momento serve também para guardar materiais, mas que no futuro será uma nova cozinha. A cooperada Filomena fala da importância do *quartinho pra dentro da varanda* que poderá servir ao filho caso ele queira *fazer uma lojinha mais tarde.* A cooperada Tânia revela a mesma preocupação com a prole por meio do *puxadinho* que fez *lá atrás,* como conta. E o presidente Genilson confirma *o famoso puxadinho pra filho, pra alguma necessidade!*

Construção nos fundos do cooperado Fernando.

É interessante perceber que entre os cooperados o projeto de construção do "puxadinho" – uma pequena casa construída no quintal, independente com relação à casa principal e que atende assim ao propósito de independência da família de procriação dos filhos, principalmente – é complementar ao projeto de construção de novos cômodos dentro da casa, ou seja, a construção de mais quartos, salas, cozinhas ou banheiros e até de escritório ou sala de estudos, como apontaram. Isto porque esta ampliação, de maneira diferente do "puxadinho", também tem como propósito atender

aos filhos, só que de maneira mais versátil, já que atende a distintas fases do ciclo doméstico da família. Serve tanto para abrigar os filhos em quartos ou cômodos independentes, quando eles ainda não estão em idade de constituírem família – como é o propósito da cooperada Amélia e de outros cooperados com filhos em idades próximas – tanto para acomodá-los no futuro, *em caso de necessidade,* quando eles já constituíram ou estão em vias de constituir um novo núcleo familiar.

Neste sentido, a cooperada Érica argumenta lamentando a falta de planejamento da casa como previsão desta situação e, então, como possibilidade de provisão dos filhos: *Agora eu vejo como é importante planejar a casa antes de morar. Porque a gente precisa de uma casinha e faz de qualquer jeito! Eu gostaria de espaço maior pra qualquer necessidade receber os outros filhos!* – que não moram com ela.

Mas esta ampliação é objetivada não apenas em sentido horizontal. Ela também pode se dar verticalmente, ainda que nem todos assumam este desejo de construção em segundo andar. A construção de um terraço por uma das cooperadas, representada pelo seu filho em ocasião de assembleia já aqui relatada, acionou uma polêmica com relação à legitimidade deste tipo de construção não apenas em razão da determinação oficial a respeito do assunto, mas também pela revelação de uma diferenciação quanto à forma de ampliação praticada pelos demais.

Assim, diante da polêmica a respeito da construção em segundo andar, são poucos os cooperados que dizem pretender construir sob esta forma. Daí surgem os argumentos oficiais que respondem por este receio. A cooperada Érica, por exemplo, argumenta: *A gente não pode construir aqui em cima porque não tem estrutura!* O ex-tesoureiro Rogério explica a ocorrência no início do projeto da cooperativa de *dois modelos de casa*, um que permitia a ampliação para os fundos, o contemplado atualmente, e o outro, um *projeto que incluía a ampliação lateral* e ao qual ele teria aderido, como afirma. Não toca, entretanto, na possibilidade de ampliação vertical.

As práticas dos cooperados entre si e as respectivas respostas a elas funcionam como uma espécie de termômetro para as ações futuras dos demais no condomínio, condicionando a realização ou a não realização de ações semelhantes, assim como a evitação ou não da questão. O cooperado Heitor, filho do presidente Genilson, por exemplo, assinala esta condição através da explicitação da possibilidade de pintura da casa: *É bom que a Quitéria começou a pintar a casa dela, a gente também vai pintar!*

Por que não podia pintar, era só branco, padronizado! Refere-se aqui à pintura da parte externa da casa.

Todos os cooperados que explicitaram a vontade de construir em cima das respectivas casas – a cooperada Amélia, também ex-vogal da cooperativa, a secretária Clara, os ex-presidentes Moisés e Zé Carlos e o presidente Genilson – são os que assumiram ou assumem cargos de direção na cooperativa. Talvez sejam os que, de forma relativa à autoridade dos representantes da FBR, possuam legitimidade para afirmarem esta posição. Os homens, como pedreiros experientes, por exemplo, afirmam a estrutura necessária e suficiente das casas para este tipo de construção em contraposição aos argumentos dos *técnicos,* cujo saber ninguém contesta ou *ninguém apita*, como enfatiza Moisés.

O presidente Genilson assinala que pretende também *fazer uma suíte em cima da casa, com um varandão, com área de lazer.* Já a secretária Clara pretende *ampliar mais um quarto, uma sala e um banheiro* no segundo andar. A cooperada e ex-vogal Amélia quer construir *um terraço* para colocar sua *máquina de costura e de lavar* e fazer *um quarto e um escritório pra Kelly,* sua filha. O ex-presidente Zé Carlos pretende também *fazer três quartos e banheiro* neste espaço. E o ex-presidente Moisés argumenta o projeto de construção das casas dos filhos que inclui um *puxado* para o filho e a construção *em cima* para a filha, que em paralelo ao *puxadinho* tradicional assume aqui a função de um *puxadinho* vertical. Como ele explica:

> *Pretendo fazer porque os filhos querem fazer um acréscimo da casa. Meu garoto quer fazer um puxado nos fundos e a garota quer construir em cima. Mas isso não tem nada de definitivo porque eu ainda não sou dono da casa. Nós temos estrutura, mas os técnicos não aprovam! Cabeça de técnico e cabeça de juiz ninguém apita! É um solo que tem condições até pra fazer um terceiro andar! Eu trabalhei aqui, vi a estrutura do trem! O que vai atender na prefeitura é o que os técnicos falam! O que vai vigorar é o que o engenheiro assina!* (Moisés, 47 anos, pedreiro e ex-presidente da cooperativa).

A justificativa do cooperado para sua certeza quanto ao dito revela a valorização de seu "saber prático" (Guedes, 1997) cuja confirmação é o trabalho já realizado na cooperativa e que assim respalda a conclusão favorável à possibilidade da obra questionada. Em associação com o que Lévi-Strauss denominou a "ciência do concreto" pode-se dizer que o saber argumentado por este cooperado é o exercício desta "ciência" que possui sua racionalidade própria e cujos resultados, que se dão pelo conhecimento sensível como fonte de classificação e racionalidade, portanto, por caminhos diferentes do percorrido pela ciência como a conhecemos, são relevantes e não devem ser ignorados.

Lévi-Strauss (2006), argumentando em favor desta ciência particular, sob exemplo da figura do "bricoleur", assinala o "signo" como fonte de conhecimento sensível em oposição ao "conceito" – utilizado pelo engenheiro, por exemplo, ao qual o "bricoleur" se opõe – e que funciona como um recurso mais abstrato não condicionado por uma experiência anterior com um instrumento em particular, daí a produção de teorias, em princípio aplicáveis a outros contextos independentes dos contextos que as tenha originado. Segundo o autor:

> "... o signo é um ser concreto, mas assemelha-se ao conceito por seu poder referencial: um e outro não se referem exclusivamente a si mesmos; além de si próprios, podem substituir outra coisa. Todavia, nesse sentido, o conceito possui uma capacidade ilimitada, enquanto que a do signo é limitada. A diferença e a semelhança ficam bem ressaltadas com o exemplo do bricoleur. Observemo-lo no trabalho: mesmo estimulado por seu projeto, seu primeiro passo prático é retrospectivo, ele deve voltar-se para um conjunto já constituído, formado por utensílios e materiais, fazer ou refazer seu inventário, enfim e sobretudo, entabular uma espécie de diálogo com ele, para listar, antes de escolher entre elas, as respostas possíveis que o conjunto pode oferecer ao problema colocado. Ele interroga todos esses objetos heteróclitos que constituem seu tesouro, a fim de compreender o que cada um deles poderia "significar", contribuindo assim para definir um conjunto a ser realizado... Com efeito, pelo menos uma das maneiras pelas quais o signo se opõe ao conceito está ligada a que o segundo se pretende

> integralmente transparente em relação à realidade, enquanto o primeiro aceita, exige mesmo, que uma certa densidade de humanidade seja incorporada ao real. Segundo a expressão vigorosa e dificilmente traduzível de Peirce: It addresses somebody" (Lévi-Strauss, 2006: 33-35).

Assim, a casa da cooperativa como ela foi constituída, desde a fundação até suas demais partes, a *estrutura do trem*, como assinalou o cooperado Moisés, é para ele um "signo" que funciona como um argumento em oposição ao "saber teórico" dos *técnico*s como saber dominante nas relações sociais e do qual deriva a ciência moderna, como saber *que vai vigorar,* que será atendido, como o cooperado argumenta. O impasse anteriormente descrito reafirma esta oposição entre formas específicas de classificação e assimilação do mundo e a importância do "saber prático" como específico à constituição do "ser trabalhador" (Guedes, 1997), adquirido por ele por meio da experiência acumulada no exercício do trabalho.

Assim como a obra *em cima da casa* é hoje um símbolo do desentendimento entre trabalhadores e técnicos da FBR, motivado pela diferença quanto ao saber que fundamenta suas versões discordantes a respeito das intervenções nas casas, há algum tempo atrás, em trabalho anterior[33], quando as casas estavam ainda em construção, assinalei uma discordância do mesmo tipo, mas sugerida pelo questionamento de uma mulher. Convém descrever aqui esta semelhante situação etnográfica.

Nesta época a cooperada Dona Filomena fora ignorada sobre seu questionamento da disposição do espaço da cozinha em construção e me alertou em segredo, tendo em vista que sua intervenção havia sido mal recebida, sobre a *falta de inteligência* das pessoas que planejaram a posição da pia, do fogão e do banheiro nas casas, porque, segundo ela, *até quem não tem inteligência* ("saber teórico") *sabe!* – que o fogão não pode ficar próximo à porta e que é imprópria a posição do banheiro em frente à sala. *Ainda mais quem tem inteligência!* – acrescentou.

No entanto, diante da resposta ao seu questionamento – Dona *Filomena fique quietinha! Não fale mais nada!* – ela planejava mudar por conta própria a posição prevista do fogão, mudando a configuração da cozinha e também a do banheiro depois da construção das casas. A cooperada terminou a conversa com uma confidência que

[33] Lima (2006).

assinalava seu entendimento do recado dispensado a ela no intuito de limitar seu poder de persuasão sobre este domínio técnico da construção civil: *Eu vou guardar a minha inteligência pra mim!*

Esta, no entanto, é a *inteligência* oriunda de um saber que lhe capacita identificar o procedimento correto, ou seja, resultante do "saber prático", já que a cooperada ressalta em diferentes ocasiões que *não possui leitura*. Aliás, hoje, seis anos mais tarde, a prática de mudar a cozinha de lugar ampliando-a, realizada ou a ser realizada pela maioria dos cooperados, atenta para a propriedade do saber desta cooperada e também para a valorização deste espaço doméstico por todos.

Assim, a casa para as classes trabalhadoras é um projeto familiar específico. Não incorpora os filhos apenas pela promoção do bem-estar em âmbito doméstico, mas também por meio de uma antecipação às recorrentes dificuldades sócio-econômicas para a independência familiar que são conhecidas por estes grupos. A ajuda financeira ao novo núcleo familiar que se forma através dos filhos dificilmente pode ser dada sob a forma de dinheiro ou através da compra de um novo terreno ou de uma nova casa. Mas o espaço da própria casa é disponibilizado a eles, evitando desta maneira a despesa com aluguel, principalmente no início da união do casal quando os proventos geralmente são baixos e possibilitando também trocas domésticas tanto materiais quanto imateriais, como afazeres domésticos e cuidados com as crianças, por exemplo.

A casa pode ser disponibilizada sob a forma do abrigo dentro do espaço doméstico, situação em geral vista como provisória, ou sob a forma do abrigo no quintal, através da construção do *puxadinho,* como no caso de alguns cooperados que antecipadamente os estão construindo ou irão construir. Ambos projetos paralelos de investimento na casa, qual seja, o de sua ampliação para o conforto e segurança da família como um todo, sobretudo dos filhos, e o de construção no quintal, são realizados de forma gradual, mas permanente, de acordo com as instáveis possibilidades financeiras que são administradas.

Desta maneira o valor da casa é atualizado pelas famílias cooperadas no espaço deste específico condomínio. Mas a contrapartida familiar aos filhos que formam novos núcleos familiares pode se dar também neste espaço de maneira particular, que começa já a se delinear para algumas famílias. Os filhos de cooperados podem usufruir a mesma oportunidade e forma de organização comunitária dos pais. Alguns compraram lotes da

Associação São Pedro de Alcântara a preços acessíveis e construíram ou estão construindo a casa própria com recursos próprios. Outros, que não haviam investido ainda na construção da casa, em tempo hábil se inscreveram no novo programa habitacional de assentamento familiar. Assim, sob a atualização da "preferência por questões de parentesco com cooperados" (Estatuto Social, 2001), seus filhos são pleiteantes à construção financiada da casa pelo novo programa de habitação de interesse social.

5.7. Os planos de vida – as expectativas futuras

Por ocasião da proposição aos cooperados de suas expectativas e planos de vida para o futuro, o valor da casa (Woortmann, 1982) e também o valor do trabalho (Duarte, 1988) são reafirmados. Valores que nesta experiência particular de cooperativismo se realizaram de forma conjugada sob a dimensão do mutirão familiar da mão-de-obra e inclusive sob a proposição ainda não viabilizada de promoção de alternativas de renda pela inserção das famílias no mercado de trabalho.

Assim, durante a explicitação de seus projetos, pessoais e para a família, a casa surge como um bem a ser assegurado e como um projeto de longo prazo de investimento de recursos. Seja ela citada diretamente como uma proposição única de projeto de vida ou indiretamente por meio do trabalho, uma vez que é o trabalho a forma valorizada e possível de quitá-la e de organizar as despesas domésticas no local.

Assim, estas três cooperadas falam apenas da conquista da casa como um projeto familiar, como um bem a ser assegurado à família:

> *Quero organizar minha casa e deixar pra minha filha, né!* (Olga, 42 anos, dona de casa, pensionista).

> *Pretendo quitar a minha casa e ter a escritura para ter uma segurança. Sem a escritura, você não tem...Você morre aí e uma casa sem escritura, sem nada, fica difícil resolver!* (Quitéria, 49 anos, auxiliar de produção aposentada).

> *O futuro a Deus pertence! Pretendo ajudar o máximo possível aqui. Sobre a casa não sei quem vai pagar. Meu cunhado, a gente junto... Pra pagar ao seu Gilson foi meu cunhado e minha irmã, pegaram empréstimo, pega ali, pega aqui e pagamos.* (Dilma, 51 anos, substituta do cooperado Ronaldo, fala do empenho familiar para o pagamento do valor devido a este cooperado e para o pagamento da dívida restante no futuro).

As relativas versões sobre os planos futuros apontam também para a importância do trabalho como uma contrapartida ao projeto da casa:

> *Eu nunca mais pude trabalhar, mas eu gostaria de voltar pra fazer alguma coisa na casa. Eu voltei a trabalhar, mas não deu pra continuar, não pude mais fazer o que eu fazia. O Nelson* (seu filho) *é que assumiu os remédio!* (Érica, 50 anos, cozinheira desempregada).

> *Esse gasto com a minha saúde me atrapalhou toda. Não vejo a hora de fazer essa varanda! Se eu tivesse bem de saúde até trabalhar eu trabalhava! Até papel a gente fez na cooperativa! Começa e pára por falta de oportunidade de levar adiante,* (Dona Glória, 68 anos, orientadora infantil aposentada e catequista).

> *Pretendo em primeiro lugar arranjar meu emprego e depois fazer minhas mudanças na casa. Aqui é bom que é lugar sossegado! As pessoas deixam a porta aberta!* (Bete, 47 anos, cozinheira desempregada).

> *Saúde pra trabalhar bastante pra terminar de fazer minha casa. Terminar minha casa! Gostaria muito mesmo que aqui fosse um lugar bacana pra trabalhar!* (Luiza, 48 anos, cabeleireira).

Estes outros cooperados, mas principalmente as mulheres, se destacam no desejo de independência profissional a partir da aquisição de um negócio próprio, a partir do projeto de *trabalhar por conta própria*:

Eu pretendo ir trabalhar por conta própria. O que eu mais desejava era abrir um restaurante, mas tenho que sonhar muito ainda! (Graça, 41 anos, auxiliar de produção).

Se eu encontrar um coroa pra eu tomar conta... Pretendo também comprar uma máquina pra fazer roupa pra vender. Tem que ser uma máquina industrial! (Carmem, 56 anos, aposentada por invalidez).

Quem sabe ter um comércio, um negócio próprio no futuro! (Vagner, 33 anos, sushiman).

Esta cooperada em particular fala do negócio próprio como um projeto para o filho, cuja dependência financeira a preocupa de tal forma que chega a esconder seu dinheiro dele guardando-o sob o colchão, como me confessa durante a entrevista. Assim ela descreve seus planos, principalmente o de trabalho para ele:

Meus planos é me dar saúde e arranjar um emprego de autônomo pra esse menino trabalhar! Uma lojinha pra ele trabalhar! Ele pediu pra montar em Alcântara e prometeu que o primeiro mês é meu e o segundo mês é dele (o rendimento mensal do negócio). *Ou um emprego pra ele ganhar pelo menos dois salários! Ele está pra arranjar com o marido da ex-mulher* (Dona Filomena, 67 anos, aposentada).

Para a cooperada Ivete, em parceria com sua filha, o projeto do negócio próprio assume também a forma de um projeto social:

A minha meta é comprar um terreno para a CATIVARE. Comprar um maquinário, melhorar o trabalho. (Ivete, 50 anos, fundadora da CATIVARE e pensionista). Sua filha Gisele, 23 anos, acrescenta: *A minha meta é fazer faculdade e aplicar os meus conhecimentos dentro da CATIVARE. Conquistar maiores parcerias, fazer bons projetos, saber falar*

com os financiadores. E a gente ser auto-sustentado. Esse trabalho é interessante porque você ensina a quem queira!

A versão do presidente sobre as expectativas futuras destaca também a importância do trabalho social, mas por meio de uma queixa acerca da cooperativa. Associa o trabalho no condomínio a um compromisso cristão e aponta sua recusa do compromisso com a cooperativa como um castigo divino:

Falando socialmente, pretendo correr sempre atrás de melhorias aqui pro condomínio. Qual foi o principal objetivo que Deus nos colocou no mundo? Servir! Primeiro a Deus e depois o mundo! Até Deus castiga! Estou largando a diretoria até março para o término da cooperativa. Ou alguém assume ou termina a cooperativa. Vou pedir licença. (Genilson, 43 anos, pedreiro, presidente da cooperativa).

Já o ex-presidente Zé Carlos revela o interesse em desenvolver algo semelhante à experiência cooperativa em sua terra natal a que deseja retornar um dia no sentido de um projeto de realização de longo prazo, já que tem uma vida constituída no lugar. Pra ele o retorno ao lugar pressupõe a oportunidade de replicar a experiência adquirida em Ipiíba:

Pretendo voltar pro Maranhão. A partir do momento que você vê que o seu lugar é precário e quando você adquire experiência em outro lugar você quer ajudar o lugar que nasceu. Mas isso não é pra agora, de repente lá para os 60 anos, se Deus ajudar! (Zé Carlos, 45 anos, pedreiro e ex-presidente da cooperativa).

A cooperada Neli, por exemplo, que perdeu o marido e deseja buscar o conforto familiar, argumenta também a possibilidade de se mudar de Ipiíba para retornar ao lugar de origem:

> *Eu pensei em tanta coisa! Em ir embora pra Paraíba! Quando for em junho eu vou passar uns tempos lá. Se eu gostar de lá, vou ficar lá!* (Neli, 42 anos, dona de casa).

Com o mesmo propósito de rever parentes e conterrâneos, três outras cooperadas mencionam viagens que representam o *passeio* no lugar de origem como uma forma específica de lazer:

> *A pessoa da minha idade* – 59 anos –*, não tem nem planos mais não! Terminar de pagar minha casa, ter minha escritura na mão, me aposentar e ficar só passeando. Eu tenho vontade ainda! De ir pra Rondônia. Agora não! Quando acabar minha casa. Mas vou só passear!* (Dona Rosa, 50 anos, acompanhante de idoso).

> *Pretendo ir passear lá no Maranhão com a família!* (Tânia, 47 anos, dona de casa).

> *Quero viajar o ano que vem. Com certeza vou viajar pra reencontrar a família. Constantemente vou viajar pra lá, reencontrando eles!* (Eliana, 33 anos, operadora de caixa). Ela relata também sua história de reencontro da família de origem no Ceará, de quem havia se separado aos 9 anos de idade quando foi morar com um tio paterno. Quando a reencontrou por meio de um parente que morava no Rio de Janeiro negociou na época com o patrão sua demissão e viajou para reencontrar mãe e irmãos. Mas afirmou que não moraria no Ceará de forma permanente. Uma de suas irmãs inclusive teria a acusou de *metida*, acusando-a de ter esquecido a origem nordestina, criticando o fato de *falar como carioca.* Já os que são naturais daqui, como eu, destacam exatamente o contrário, como ela confirmou).

Assim, para alguns cooperados a expectativa quanto ao retorno ao lugar de origem, seja como possibilidade de moradia, mais remota, ou como viagem, mais

provável, revela o valor da família de origem enquanto oportunidade de apoio familiar e como referência cultural.

Entretanto, para o ex-presidente Moisés, o desejo de um dia mudar-se de lugar de moradia propõe uma determinação da decisão familiar sobre a decisão pessoal, indicando que uma rede de referência local foi criada para a vida familiar. Assim, o contexto sob o qual se revela a expectativa de moradia deste cooperado exemplifica o valor da família de procriação em primeiro lugar e atenta para o fato de que uma vez constituída esta família já não se tem autonomia para manter decisões à revelia dela:

> *A minha expectativa é que meus filhos tomem conta aqui e eu saia pra morar lá em Goiás. A mulher não quer ir e os filhos querem que venda o barraquinho lá! Uma casinha que eu tenho com 2 quartos! Mas todos eles já falaram: Ah pai! Se você for eu vou! Mas a Lúcia não quer! Gostei muito de lá, morei lá por volta de 6 anos. Às vezes não quero fazer o que eu quero, tenho que entrar em acordo com a família. Nós não temos mais autonomia pra decidir sozinho, sem concordar primeiramente com a família!* (Moisés, 47 anos, pedreiro, ex-presidente da cooperativa).

Algumas mulheres se destacam pelo interesse em um projeto alternativo ao trabalho, mas também complementar a ele, ou seja, o projeto do estudo que tem por finalidade a conquista de melhores oportunidades de trabalho. Estas cooperadas, a maior parte jovem, revelam o desejo de retomarem os estudos. Algumas desejam realizar curso superior e outras querem concluir os estudos de nível fundamental ou médio ou realizar um curso técnico. Uma das cooperadas e ex-secretária Verônica busca ainda convencer ao marido a fazer o mesmo.

Assim elas descrevem suas intenções quanto ao estudo:

> *Quero me formar em assistente social e fazer meu marido terminar o ensino médio.* (Verônica, 33 anos, professora, ex-secretária da cooperativa).

Eu pretendo fazer um curso pra sair deste emprego. Vou fazer um provão supletivo pra concluir o ensino médio. A área da saúde não tem nada a ver comigo. (Débora, 34 anos, agente de saúde).

Estou feliz com o que tenho (Heitor, 25 anos, gesseiro). Mas sua esposa Angélica, 23 anos, dona de casa, argumenta seus planos de estudo: *Eu quero fazer minha faculdade de fisioterapia. Quero começar a trabalhar pra fazer minha faculdade.*

Pretendo fazer minha faculdade o ano que vem. Não sei se faço pedagogia ou serviço social. No campo de trabalho pedagogia iria me atender melhor. (Clara, 44 anos, professora e secretária da cooperativa).

Primeiro quero arranjar um emprego. Quero fazer meu curso de vigilante. Quero estar pagando minhas dívidas e fazendo mais. (Matilde, 28 anos, desempregada).

No caso destes outros cooperados o estudo, além do trabalho, surge também como uma proposição de *um futuro melhor* para a família, especificamente para os filhos*:*

Pretendo formar meus filhos para que eles tenham um futuro melhor, com dignidade! (Sérgio, 40 anos, vendedor e tesoureiro da cooperativa).

Pretendo ficar nesse trabalho, que dê certo. Visitar meus pais. Não esse ano! Pretendo que minha filha passe no concurso público, na prova do ENEM. Que o Júnior dê menos preocupação na escola, como de não passar de ano! Que Luiz consiga fazer a viagem pra ver os pais dele. E quero voltar a estudar – a cooperada fala aqui do processo de alfabetização que abandona e retoma dependendo do tempo disponível (Amélia, 46 anos, doméstica, ex-vogal da cooperativa).

Apenas este cooperado, com 48 anos, em contraste com os demais de mesma faixa etária, revela o projeto de retomar os estudos a partir de um curso superior:

> *Pretendo realizar um curso superior, direito. E envelhecer naturalmente!* (Fernando, 48 anos, cabeleireiro).

O cooperado Rogério, além do desejo de passar em concurso público, fala também do projeto semelhante de cursar faculdade, porém, como um projeto relegado em favor do investimento da esposa neste sentido, que foi interrompido para que ela pudesse cuidar da família. Entretanto, como ele conta, a partir de então ela teria entrado em depressão e depois se afastado do trabalho por causa do transtorno. Aliás, na ocasião da entrevista, o cooperado a substituía em decorrência de um surto depressivo. Assim ele se refere a esta expectativa como impossível ao mesmo tempo para o casal:

> *Estou pensando passar em um concurso do TRT. Já tive grande expectativa de faculdade, mas a minha esposa continua com a expectativa de concluir os dois períodos da faculdade de história.* (Rogério, 44 anos, guarda de trânsito municipal, balconista e ex-tesoureiro da cooperativa).

Esse contexto relativo ao projeto do estudo demonstra que ele é de prioridade para os filhos em idade escolar, mas também é de prioridade feminina para as mulheres que desejam continuar os estudos e aponta para o fato de que são elas que tomam a iniciativa de incentivar os respectivos maridos ou companheiros a estudarem, principalmente quando o casal em questão é jovem. Já o trabalho remunerado é sempre um projeto que inclui a todos, o casal e os filhos, estes a partir de uma certa idade, geralmente a partir dos 18 anos ou um pouco antes no caso dos meninos.

Assim, a casa, o trabalho e de forma específica o estudo, para os filhos ou para si, neste caso mais comum entre as mulheres e entre as mais jovens, são valores complementares que se realizam em função do valor maior que é a família, a família conjugal nuclear. A cooperativa de Ipiíba consolida a partir do projeto da casa, atualizado para os filhos, a oportunidade de organização coletiva para a realização

destes projetos complementares e para os quais a falta de condições financeiras não é apenas uma realidade, mas também uma urgência de explicitação e articulação como recurso simbólico.

Por isso a *falta de condições financeiras* não é somente uma justificativa para a ausência de mobilização em torno da cooperativa mista, motivo ao qual é contraposta a acusação de *falta de interesse* e indolência dos cooperados, mas também razão argumentada para a intervenção qualificada em favor de todos e para cujo sucesso o poder de articulação e mobilização comunitária deve ser, ao contrário, afirmada e não negada como na referida acusação.

Este é um contexto situacional de explicitação da pobreza já descrito por Neves (2001) em termos da configuração do beneficiário de programas sociais e que no caso desta pesquisa em particular é bem articulado pelos cooperados em favor da consecução de seus valores, dos quais as reformas nas casas após a moradia conquistada em condições padronizadas é um exemplo.

PARTE III

NOVAS INTERVENÇÕES INSTITUCIONAIS:

FAMÍLIAS REPRESENTADAS

Hoje a gente tem uma parceria do movimento de moradia, da União de moradia, com Bento Rubião e Misereor (...) A gente continuou brigando lá e mostrando pro presidente (da Caixa Econômica Federal) *quais eram as nossas dificuldades de construir moradia, porque não adianta eles irem pra imprensa e dizer assim: Olha, vamos construir 100.000 moradias! Mas e daí? Porque construir com a empreiteira você vai construir casa pra quem não necessita de um Crédito Solidário da vida! Assim, agora a gente tá conseguindo! Conseguimos trazer agora o secretário de habitação! Ele já conheceu o projeto! É um projeto muito interessante cara!*

(Declaração da coordenadora nacional da UMP-RJ).

6. O programa Assistência Técnica para Mobilização Comunitária e as famílias beneficiárias

6.1. O programa: fundamentos político-institucionais e contradições metodológicas

No documento Metodologia de Trabalho-Ipiíba (2009) são descritos os objetivos, os princípios de ação e as atividades do Programa de Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária a ser implementado por técnicos da FBR. Como relatado neste documento, trata-se da proposição de capacitação das novas famílias proprietárias de lotes em Ipiíba e das famílias que lá já moram para a "consolidação de estruturas associativas ou cooperativas, visando ao acesso de recursos de programas habitacionais, através de processos coletivos de produção do habitat" (2009: 06).

Os seguintes princípios para a ação de assistência técnica são destacados: "empoderamento da comunidade envolvida na melhoria das condições de vida e na busca de soluções coletivas para problemas comuns (...); promover a participação da população beneficiada em todas as etapas do trabalho; sensibilizar e capacitar a comunidade para a mudança de sua realidade, buscando melhores condições de vida; incentivar práticas de auto-gestão(...) através do exercício de práticas coletivas, e assim transpor os limites da ação individual na solução dos problemas urbanos" (2009: 07).

No documento (2009:13) é proposto o Diagnóstico Participativo como um método de "pesquisa-ação" adaptado do "Diagnóstico Rural Participativo (DRP)". Este é um método que em princípio "busca uma ampla participação da comunidade na geração e análise da informação, enfatizando mais os aspectos qualitativos do que a quantificação da realidade". Nele a participação é tomada como linha-mestre para "impulsionar a auto-análise e a autodeterminação de grupos comunitários". É concebida como "um ato interativo entre os diversos atores sociais, na perspectiva de conhecer o contexto no qual se encontram inseridos, as situações que precisam de intervenção e as alternativas para superação, utilizando para esta finalidade a mediação e o ato comunicativo no processo de acompanhamento dos grupos" (2009: 25).

Esta perspectiva da "pesquisa-ação" mantém afinidades político-ideológicas com a ideia de "educação popular" cujas práticas precursoras remetem a uma vertente da ação católica brasileira que se desenvolveu a partir de um trabalho educativo junto aos setores pobres da sociedade. A "educação popular", nascida deste contexto, foi posteriormente idealizada sob universo mais institucionalizado das chamadas ONGs, cujo processo de constituição é descrito por Leilah Landim (1993) no sentido de suas contribuições específicas à consolidação de um novo campo institucional do trabalho de assistência social sobre o qual se evoca um projeto consciente de diferenciação política.

Como destaca a autora sobre a conjuntura precursora das ONGs, no pré e pós 64 no país:

> "Fui jogada em narrativas sobre os tempos imediatamente anteriores e posteriores ao golpe militar de 1964. E não consegui encontrar 'pioneiros' que gravitassem em torno de outros campos institucionais, nesses tempos, que não fossem a Igreja Católica ou, com peso menor, as organizações que abrigavam protestantes progressistas, com os quais a história do campo católico aí se interpenetra. (...) E a interpretação da história dada pelos depoimentos segue no geral versões comumente encontradas na literatura segundo as quais, não só nos primeiros, mas nos piores anos do regime militar, o que havia de 'trabalho popular' era, no fim das contas, o realizado nos espaços de Igreja..." (Landim, 1993: 147,148).

A autora argumenta que o MEB (Movimento de Educação de Base), originado de um acordo entre o governo federal, em 1961, e a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), foi uma espécie de "pré-ONG" e as "redes invisíveis" que o sustentaram possibilitaram uma "prefiguração" das futuras ONGs:

> "...o MEB, por sua natureza, abrigou de forma mais ampla os que faziam carreira de 'educadores de base', de 'alfabetizadores de adulto', especialistas no que viria a ser chamado mais tarde de 'educação popular'. É frequente, por parte de gente ligada a esses acontecimentos, a menção do MEB como uma 'primeira ONG', ou uma 'pré-ONG'. (...) Surgem através

> desses conhecimentos pessoais as 'redes invisíveis', mas não organizadas das pessoas que dão 'cursos' e 'assessorias' junto a bases paroquiais ('quem sustentou os trabalhos na época foram os anônimos da pastoral') protegidas por bispos e padres progressistas, bastante ressaltados nos depoimentos, tempo em que ainda não existiriam as CEBs e onde se criavam 'laços de confiança entre o povo e os agentes'. São as pessoas que vão dar 'cursos de realidade brasileira', tudo isso formando 'redes invisíveis, e isso você não controla'. As ênfases nesses 'cursos' e redes de 'bases' tem a ver com uma interpretação e prefiguração do futuro caráter dos 'Centros/ONGs'" (Landim, 1993: 153,154).

Landim, ao focalizar a história de desenvolvimento da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), descrita como a primeira ONG em sentido cronológico, traça as etapas de sua trajetória no sentido de uma recusa paulatina das intervenções "assistenciais" para a consolidação de uma outra identidade político-ideológica partilhada entre as ONGs, apesar do nome que lhe dá origem e que assim não nega suas vinculações anteriores:

> "Segundo entrevista com um de seus atuais diretores (da FASE), podem-se distinguir três etapas na história da entidade: a 'puramente assistencialista'; a de 'promoção social', já com 'preocupação participativa', mas envolvendo as práticas despolitizadas do chamado 'desenvolvimento comunitário', que não colocava os grupos populares em relação com o Estado 'num processo de conquista de direitos e de cidadania'; e, finalmente, a da 'educação popular', em que a FASE estabelece laços privilegiados com os movimentos populares e define seu compromisso com transformações estruturais na sociedade" (Landim, 1993: 185).

A autora descreve também a emergência de uma nova ONG no início da década de 70, sugestivamente chamada "Nova" (Pesquisa e Assessoria em Educação), que responde pelo propósito de distinção com relação àquelas práticas "puramente assistencialistas", inclusive com relação à FASE. Resulta também, como argumenta, de

um momento de discussão de novos critérios para os financiamentos disponibilizados pelo CMI (Conselho Mundial de Igrejas), "eixo fundamental do 'movimento ecumênico' a nível internacional" (1993: 163), mas cujos representantes na época propõem a reavaliação dos fundamentos de suas ações de incentivo ao trabalho social no Terceiro Mundo. Landim revela, então, a partir de sua pesquisa com pessoas envolvidas neste processo a "criação de novos padrões de legitimidade de uma 'educação de base'":

> "A FASE 'não contava, porque era conservadora à beça', era coisa que 'saiu do padre, era filantropia do mundo dos padres', de uma 'igreja repressiva'. E por aí vai: as entidades que existiam eram assistenciais, excessivamente ligadas ao mundo das obras sociais tradicionais da Igreja. Questão básica era a de se distinguir do campo da assistência social – e também do espaço da Igreja, que nesse caso se superpunham. Já havia organizações com financiamentos valiosos do exterior, por exemplo, através da Misereor[34]. Mas era coisa de 'combate à fome, abrir poço[35]...' Resumo: 'todas eram assistenciais, mas Nova não era. Nova saiu de outra geração', diz uma das preparadoras do Encontro Ad Hoc" (Encontro compreendido como catalisador das novas intenções de pessoas envolvidas em projetos de educação de base e que posteriormente viriam a ser dirigentes das organizações chamadas ONGs)" (Landim, 1993: 176).

O texto da metodologia do programa de assistência técnica traz ampla referência a estes novos princípios de educação e articulação comunitária no sentido da transformação da realidade social e econômica das famílias objetivadas como beneficiárias. Entretanto, a meu ver, sugere um equívoco na formulação da "observação participante" e do "diário de campo" como técnicas/instrumentos da "pesquisa-ação", uma vez que estas técnicas e recursos metodológicos próprios da etnografia como

[34] A Misereor é, inclusive, a agência que financiou as cooperativas assessoradas pela FBR por meio do Fundo Rotativo.
[35] Intervenção semelhante foi realizada pelo padre João na Cooperativa Ipiíba e elogiada pelos cooperados, ou seja, a ajuda financeira para a construção de um poço e para a compra de uma bomba no início de construção das casas.

método de pesquisa que caracteriza a antropologia são retirados de um enfoque conceitual que lhe dá sentido para servirem a propósitos político-pragmáticos, assim descaracterizados como suporte analítico antropológico (Cardoso, 2004; Magnani, 2009). Mais apropriado seria, sem ceder à tentação de modismos que repousam sobre correlações precipitadas e superficiais, recorrer simplesmente à enunciação, embora nem tão prestigiosa, de uma "pesquisa participante" dentro de um "trabalho popular" (Brandão, 1985), mais coerente assim com a proposição de um "processo de reflexão-ação" (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009).

Nesta metodologia é também autorizada a divisão do chamado "Diagnóstico Participativo" a respeito dos problemas comuns às famílias bem como de seus temas de interesse em duas partes, intituladas de "levantamento de dados" e de "levantamento de campo" que continham, entretanto, as mesmas "ações/atividades" para "técnicas/instrumentos" diferentes. Divisão que foi sugerida pela arquiteta da FBR Selma, responsável pelo Programa Direito à Habitação, mas criticada pela socióloga Lívia, recém-contratada para o projeto de assistência técnica. Esta é da opinião de que a pesquisa em "banco de dados, em equipamentos comunitários, em serviços públicos e em instituições acadêmicas" – tomada como "levantamento de dados" – e a pesquisa com as famílias, incluindo desde "dinâmicas de grupo, oficinas e entrevistas até a observação participante e diário de campo" – tomada como "levantamento de campo" – poderiam ser descritas sob a forma de uma mesma atividade de levantamento, já que são complementares e se retroalimentam.

Este contexto já aponta para uma determinada hierarquia quanto aos saberes técnicos na FBR que se dá em função de diretrizes e objetivos institucionais em jogo que devem priorizar olhares mais instrumentais e adaptados à realidade dos "projetos financiáveis" que mantém instituições como estas. Assim, a divisão do trabalho de assistência técnica em tantas atividades-produto, totalizando 9 atividades – que em alguns casos se sobrepõem em termos de seus significados e contradizem a disponibilidade das pessoas para reuniões que *nunca acabam* ou *são todas iguais* – manifesta uma adaptação à estrutura burocrática de financiamento de projetos como estes, cuja verba é disponibilizada em partes correspondentes aos "produtos" apresentados. Neste caso, aqui transpostos em termos de "atividades".

O programa que está metodologicamente orientado para a prática é também marcado por implícitas contradições. É proposta uma intervenção técnica mínima, apenas o suficiente para dispor "ferramentas para a auto-análise dos/as participantes" e assim facilitar "um processo de auto-reflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los" (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009:24). Entretanto, a principal justificativa do trabalho de assistência técnica é obviamente antecipada como resultado esperado, qual seja, a "organização do grupo para o associativismo com a perspectiva de acessar programas habitacionais e lutar pelo Direito à Cidade e Reforma Urbana" (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009: 29). Abstrai-se aqui o trabalho de construção de categorias de entendimento, próprio da mediação e que traduz um significativo esforço no sentido de validar supostos interesses comuns, como ressalta Neves (2008). Este trabalho de mediação inclui a perspectiva da "criação de um novo sujeito social" no sentido da redefinição do "espaço da cidadania" (Scherer-Warren, 2005: 54), da transformação de necessidades argumentadas no espaço público em direitos. Neste caso as constrições neste sentido se dão no campo das necessidades construídas como direitos urbanos.

A última atividade da etapa metodológica "Diagnóstico Participativo" sinaliza aquele propósito fundamental do programa de assistência técnica. Propõe-se a "oficina de sensibilização para cooperação e autogestão" como uma culminância da participação determinante ou "diagnóstica" das famílias da qual um dos objetivos é "perceber a importância da experiência da cooperação e autogestão como saberes e práticas coletivas de transformação da realidade social" (Metodologia de Trabalho-Ipiíba 2009:28). Ou seja, a deliberação das famílias deve estar submetida a este objetivo fundamental. Neste mesmo sentido se insere a última atividade proposta da etapa seguinte, o "Plano de Ação", que busca a "estruturação de grupo para o associativismo habitacional e para implementação do Plano de Trabalho" (2009: 29; 32).

Assim, obviamente, o objetivo último da assistência técnica contradiz o recurso metodológico da participação das famílias no sentido de sua autodeterminação porque quaisquer decisões coletivas em contrário aos critérios postulados pela FBR e pelas agências governamentais envolvidas inviabilizam tal programa e as possibilidades de financiamento abertas pela atual conjuntura política. Ou seja, há um limite para o "diagnóstico participativo" no sentido de que ele não deve por em risco os princípios e

critérios de assessoria ao grupo. Este processo requer, obviamente, um trabalho persuasivo ou de "conscientização" de cunho sócio-político que em muitos casos não correspondem aos interesses e valores das famílias trabalhadoras beneficiárias, o que não quer dizer, entretanto, que não surta seus efeitos possíveis sobre elas, dos quais os problemas atualmente discutidos pelas famílias cooperadas da Cooperativa Ipiíba são exemplo.

O objetivo da estruturação do grupo de famílias em associativismo habitacional responde, evidentemente, à exigência acerca desta assistência técnica regulamentada, de proposição de "projeto com cronograma de atividades voltadas para a capacitação e fomento da comunidade em associativismo habitacional" (Manual para Apresentação de Propostas de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – Exercícios – 2008/2011 – anexo ao documento: Escopo Mínimo para Prestação de Serviços de Assistência Técnica – item 3). Vincula-se às experiências da FBR em assistência a cooperativas habitacionais, apesar das críticas veladas à instituição quanto aos limites destas assessorias implementadas no sentido de que não vão além do assentamento das famílias e não incluem planos de trabalho continuado para a transposição dos limites sócio-econômicos à propalada autonomia das cooperativas assistidas, tendo em vista interesses específicos destes grupos.

Mas obviamente o que está em jogo aqui não é apenas "a vontade" ou "os interesses" explicitados dos representantes da FBR, mas todo um aparato político-cultural compensador de inclusão dos pobres em uma ordem social entendida como excludente, cuja consagrada utopia de sua transformação deve se dar a partir do jogo contraditório das expressões deste mesmo aparato compensador. Ou seja, estas "disposições incorporadas" (Bourdieu, 2009) pelos operadores de tais projetos, a despeito das intenções de promoção de "empoderamento" da população beneficiária ou de promoção de deliberações de "baixo para cima", acabam por reproduzir a mesma ordem social que se pleiteia corrigir porque alheias em muitos aspectos a outros valores fundamentais a esta população assim representada.

Por exemplo, não há apenas o valor da ajuda-mútua e da solidariedade entre os "iguais" – sob destaque da solidariedade religiosa – mas também o da independência e o da privacidade do núcleo familiar. Não há apenas o valor da casa como espaço de moradia, mas o seu valor enquanto recurso simbólico e material para a garantia do

futuro da família, o que motiva arranjos frequentes neste espaço. Há, com frequência, a busca de certificação para o trabalho e neste sentido o reconhecimento situacional do "saber teórico", mas, sobretudo, há o valor do "saber prático", que alicerçado sob as experiências do trabalho, sendo dele originado, autoriza questionamentos sobre propósitos de intervenção fundados naquele saber de outra ordem.

Convém aqui o apontamento de Pierre Bourdieu (2009) acerca do problema da representação política, de ordem estrutural e pertinente quanto ao contexto dos interesses familiares supostamente representados pelos representantes deste programa de assistência técnica:

> "A concordância entre o significante e o significado, entre o representante e o representado, resulta sem dúvida menos da procura consciente do ajustamento à procura da clientela ou do constrangimento mecânico exercido pelas pressões externas do que da homologia entre a estrutura do teatro político e a estrutura do mundo representado, entre a luta das classes e a forma sublimada desta luta que se desenrola no campo político (...) A dedicação, por obrigação, aos interesses dos mandantes faz esquecer os interesses dos mandatários. Por outras palavras, a relação, aparente, entre os representantes e os representados, concebidos como causa determinante ('grupos de pressão' etc.) ou causa final ('causas' a defender, interesses a 'servir' etc.) dissimula a relação de concorrência entre os representantes e, ao mesmo tempo, a relação de orquestração (ou de harmonia pré-estabelecida) entre os representantes e representados" (Bourdieu, 2009: 176).

A partir da entrada neste campo político de novas fontes de financiamento um "plano de trabalho com a comunidade" no que diz respeito não só às casas, mas também à "capacitação em geração de trabalho e renda" (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009: 31,32) é objetivado. Basta saber, entretanto, se não será apenas uma proposição formalizada que não terá continuidade para além destes encontros segmentados por atividades. Se irá contar com a representatividade das famílias cooperadas e das demais, assim como com os motivos relativos a esta representação ou à falta dela. Se levará em

conta as distinções entre as famílias quanto a seus interesses imediatos, uma vez que as novas famílias estão no momento interessadas no início de construção das casas e as famílias cooperadas se interessam por melhores oportunidades de trabalho e renda. Se, então, esta será apenas uma oportunidade de replicar, sob novos moldes, as experiências anteriores, que possuem seus méritos, mas também seus limites enquanto proposta efetiva de "transformação da realidade social" das famílias, problematizados anteriormente.

Ilse Scherer-Warren (2005), discutindo a questão da autonomia como questão recorrente nos debates dos NMS (Novos Movimentos Sociais), questão também relevante ao contexto da Cooperativa Ipiíba e ao da UMP-RJ, aponta para o problema da "postura contraditória" concernente aos mediadores que frequentemente são os "propagadores da ideologia autonomista". Destaca a Igreja como mediador principal, mas estende esta perspectiva a outros agentes mediadores:

> "Muitos destes NMS (Bairro, Sem-Terra, Barragens) têm tido como principal mediador a Igreja, sobretudo através das Pastorais (Justiça e Paz, da Terra, da Juventude etc.). Estes mediadores, geralmente, têm sido propagadores da ideologia autonomista. Entretanto, pouca autocrítica tem sido realizada em relação à sua atuação junto às bases destes movimentos. Isto, todavia, não é privilégio dos agentes de pastorais, pois muitos outros mediadores (agentes educacionais, líderes político-partidários etc.) também frequentemente apresentam posturas contraditórias: apontam para uma nova cultura política, não autoritária, e são ao mesmo tempo representantes de um 'fazer político' tradicional (vanguardista, sectarista etc)" (Scherer-Warren, 2005: 59).

Neste sentido a ONG FBR pode ser aqui entendida como um destes mediadores que fomentam o ideal da autonomia, mas que, entretanto, não é isenta a determinadas contradições típicas do espaço público brasileiro condicionado por relações de tutela, de cooptação e de favor, a partir das quais se aciona estratégica e limitadamente o ideal de inclusão social, reproduzindo, no entanto, o mesmo viés excludente deste espaço. Isso não quer dizer, todavia, que a população trabalhadora, objeto de tais incorporações e

sugestivamente chamada de “camadas desfavorecidas”, seja alheia em seu “habitus” (Bourdieu, 2009) a estes recursos inclusivos, fazendo uso também estratégico de tais favores, ditado por seus próprios anseios e valores.

Entretanto, mesmo tendo em vista estes limites institucionais em jogo, tanto em termos destas práticas tradicionais arraigadas quanto em termos financeiros – que por sua vez resultam da mesma lógica de manutenção da ordem social existente –, o trabalho de persuasão, de convencimento das famílias beneficiárias no sentido do atendimento aos objetivos e princípios eleitos para as ações de intervenção, não pode ser entendido apenas em termos de seus resultados imediatos. Mas também no sentido processual de práticas de longo prazo que, objetivando a “mudança da realidade social das famílias”, ressoam nelas ecos de uma pedagogia política que se traduz em novo capital social incorporado, ainda que a ser mobilizado sob os limites das barganhas socioculturais aqui discutidas.

Sob a perspectiva deste trabalho de persuasão discursiva Scherer-Warren (2005) trata do “problema da defasagem entre discurso ideológico e prática efetiva”, aliás, problema aqui amplamente abordado a respeito da Cooperativa Ipiíba nos capítulos anteriores:

> “...há o problema da defasagem entre discurso ideológico e prática efetiva, notadamente nos movimentos de base popular. O modelo cultural destes reflete a ‘miséria’ (num sentido mais amplo do termo) e os interesses das classes subordinadas. Mas naturalmente não surgiu espontaneamente do seio das classes populares (e dificilmente assim poderia ser). Trata-se de um trabalho de construção que mediadores (intelectuais, agentes de pastorais, religiosos, educadores, líderes políticos) vêm desenvolvendo junto às classes populares. A ‘caminhada’, como muito sugestivamente a denominam os movimentos que contam com a mediação da Igreja. Portanto, o discurso de mediadores e líderes populares só aos poucos vai sendo incorporado nas práticas e nas ações cotidianas das bases. A revolução cultural não se faz através de um carta de intenções. É um processo longo que já teve seu início. Resta saber se terá continuidade” (Scherer-Warren, 2005: 62).

6.2. A Assembleia com os moradores

Tive oportunidade de acompanhar a primeira atividade do Programa de Assistência Técnica junto às famílias, a "Assembleia com os moradores" que teve como objetivo "apresentar a metodologia elaborada pela equipe técnica da FBR e as contribuições da população beneficiada e dos representantes da UMP/RJ", assim como "apresentar a equipe técnica FBR e representantes da UMP/RJ" (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009: 15,16).

A recepção dos representantes das novas famílias convidadas para a reunião foi realizada *em frente a Firenze*, um ponto de referência para os moradores de Ipiíba que fica a aproximadamente 2 km e meio do espaço da cooperativa onde se realizou a reunião. Cerca de 32% das novas famílias compareceram, além de 62% dos cooperados e 40% do *pessoal do recurso próprio*. Cheguei neste local em uma manhã de domingo, no mês de agosto do ano passado, quase junto com o coordenador estadual da UMP-RJ, César, também coordenador nacional do movimento. Zé Carlos chegou em seguida acompanhado de uma senhora, representante de uma das novas famílias e com a qual fiquei conversando enquanto aguardávamos a chegada de uma Kombi cujo motorista foi contratado pela FBR para levar as pessoas até o Condomínio do Padre.

Começo, então, a conversar com esta senhora sobre a reunião da assistência técnica. De certa maneira ela representava dúvidas quanto ao programa e quanto aos critérios de construção das casas. Parecia não entender o motivo da reunião e me perguntava sobre a razão deste encontro. Esclareço, com outras palavras, o que já era divulgado, que a reunião seria para explicar a metodologia de assistência técnica, os critérios de pesquisa e consulta às famílias que tem o nome de "diagnóstico participativo", o tipo de financiamento diferenciado das casas, com contratação de empreiteira, diferente do modelo de construção das casas da cooperativa – embora o mutirão permaneça como uma referência fundamental para o trabalho coletivo segundo a perspectiva da FBR.

Ela passa, então, a contestar a reunião dizendo que reuniões como esta, para discutir as condições do projeto, já aconteceram várias e no final das contas *nada se resolve,* em termos do que interessa, é claro, ou seja, a construção das casas não se inicia depois de uma espera de 4 anos, como ressalta. Deixa claro que as reuniões das quais participou foram neste sentido sem importância, ignorando suas motivações e

propostas específicas. Aliás, faz questão de frisar que compareceu a todas, cumprindo assim a parte que lhe compete. Fala em seguida das dificuldades para *o pobre conquistar sua casa própria* enquanto *os homens velhos do senado já estão ricos, velhos,* não têm despesas, estão no final da vida e mesmo assim *roubam*, no sentido de que não se contentam com o que possuem, em uma explícita crítica à ganância em contraposição à vida honesta e ascética, ou seja, *humilde,* categoria que expressa tais valores.

A questão levantada por esta senhora se aproxima em muito dos depoimentos dos cooperados acerca das condições iniciais de investimento na cooperativa que ressaltam um total desconhecimento acerca do sentido das intervenções da Igreja São Pedro de Alcântara e da FBR em favor do projeto de cooperativismo, mas cujo processo de investimento coletivo aponta para uma gradual socialização com a proposta. Por exemplo, a familiaridade atual com categorias tais como *mobilização, cooperação, comunidade, organização, participação, união, direitos, recursos* etc., que imagino serem ainda estranhas às demais famílias que agora iniciam o mesmo processo, evidencia o sentido desta socialização. A participação inicial das famílias, como aponta a versão daquela senhora, se dá menos em função de uma consciência sobre a importância da mobilização coletiva do que em atendimento a critérios vistos como exteriores a elas, o que não exclui, entretanto, que eles sejam ao longo do tempo interiorizados.

Chega, então, a Kombi que levaria as famílias, além de um carro do ITERJ com duas representantes desta instituição e um táxi trazendo Selma, Lívia e Mércia, a arquiteta, a socióloga e a assistente social da FBR, respectivamente. Esta última eu conhecia de longa data visto que acompanha a cooperativa desde seu início. Selma faz questão que eu e César sigamos no carro do ITERJ. Ela, Lívia e Mércia seguem de táxi e param em frente ao CIEP que fica próximo à cooperativa e deixam cartazes avisando que a reunião que lá seria – a reserva deste espaço havia sido cancelada – havia sido transferida para o espaço do barracão da Cooperativa Ipiíba. Uma das moças do ITERJ tece, então, comentários sobre o CIEP afirmando que ele poderia servir melhor aos moradores locais como espaço de lazer, desporto e recreação. César enfatiza seu aproveitamento para reuniões de associações comunitárias, por exemplo, e a

representante do ITERJ destaca o engajamento comunitário por outros meios, como esporte, lazer etc., não apenas pelo movimento político.

Ao chegarmos no espaço do barracão ele estava já arrumado com cadeiras, mesa e rede elétrica porque alguns cooperados se disponibilizaram a fazê-lo de forma improvisada para que a reunião pudesse acontecer. Selma e Lívia decoram, então, o lugar com cartazes informativos que continham também fotos de Ipiíba, fotos das casas em construção, das famílias cooperadas e de reuniões anteriores no lugar. Nos cartazes era esclarecido o significado das siglas UNMP e ITERJ enquanto instituições parceiras no projeto destacado como: "Projeto apoio à construção habitacional para famílias de baixa renda – Cooperativas Habitacionais no município de São Gonçalo – RJ".

Além dos representantes das novas famílias e de alguns cooperados, também estava presente o padre João. Ele, a assistente social Mércia e eu nos sentamos próximos. Antes do início da reunião Mércia conversa com o padre João sobre a especificidade do trabalho com as novas famílias, da dificuldade de se trabalhar com elas diante das limitações do contrato federal em termos dos prazos estipulados, comprometendo assim a experiência do mutirão valorizado aqui enquanto recurso simbólico. Explica ao padre que o mutirão não é apenas um momento de construção coletiva das casas, mas uma forma particular de construir vínculos para além das casas, mobilizando o grupo para o processo de identificação que se estenderia para as condições de moradia.

A arquiteta Selma inicia, então, a reunião agradecendo a iniciativa dos cooperados em organizar de improviso o espaço para a reunião já que a reserva do CIEP tinha sido cancelada. Fala do público-alvo daquela apresentação – ou seja, todos os moradores de Ipiíba, incluindo os futuros moradores e *o pessoal do recurso-próprio* – e da proposta do diagnóstico participativo, das melhorias para o bairro como objetivo, do projeto de urbanização, água, esgoto, creche e centro comunitário, transporte e biodigestor (tratamento alternativo do esgoto local), por exemplo. Enfatiza em seguida a organização da sociedade civil na implementação de um sistema nacional de habitação que prevê um fundo, um conselho estadual e nacional e planos municipais que têm a função de dar as diretrizes de utilização da verba deste fundo.

Registro do início da reunião de Assembleia com os representantes familiares no espaço do barracão da cooperativa (foto retirada pela equipe da FBR).

César, representando a UNMP, especificamente a UMP-RJ, relata brevemente a história do movimento. Relata que *a União* começa a se organizar na década de 60 e 70 para mobilizar a população para a auto-gestão, para o mutirão e para a garantia de recursos para moradia. Atenta para *o problema sintomático da habitação,* para a urgência da *demanda de 8 milhões de habitação* com destaque para as *famílias que ganham de 1 a 3 salários mínimos.* Destaca a criação do Ministério das Cidades durante o governo do presidente Lula como uma conquista, assim como o programa "Minha casa, minha vida" por meio do qual *quem ganha um salário mínimo, hoje paga R$ 50,00.*" Critica o *assistencialismo na política brasileira* que colabora para a má-gestão do dinheiro público, ressaltando que os impostos pagos deveriam ser investidos em políticas públicas, mas como destaca, *sem luta pelos direitos, isso não acontece e quando acontece parece doação!*

Em seguida, Genilson, representando a Cooperativa Ipiíba, se pronuncia corroborando o discurso de César sobre a questão da moradia. Aproveita para anunciar a celebração dos 75 anos do padre João que se daria no mês seguinte na paróquia São Pedro de Alcântara. A arquiteta Selma toma, então, a palavra para falar dos grupos representados pela FBR e lembra do lançamento da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que reivindica verba permanente para a moradia de interesse social, no

sentido de consolidar o atual investimento governamental na política habitacional como um direito constitucional.

Uma das representantes do ITERJ se apresenta para falar do trabalho desenvolvido pela instituição, da política fundiária no Rio de Janeiro através da qual são contempladas as demandas por regularização de terras, perfazendo um total de 700 comunidades atendidas, a exemplo do projeto de assistência técnica a ser desenvolvido em Ipiíba. Explica que o programa de Ipiíba é um projeto do Ministério das Cidades, com 80% dos recursos de origem federal e 20% de origem estadual e que o ITERJ cuidou da licitação para a execução do programa e a FBR ganhou esta licitação.

Em seguida Lívia se apresenta como socióloga contratada exclusivamente para a realização do programa e apresenta a pauta de atividades para o dia. Mas antes de iniciar propriamente a apresentação da metodologia da assistência técnica por data show, dá início à segunda atividade do dia, depois das apresentações. Esta atividade intitulada "dinâmica de integração do grupo – crachá" foi muito interessante como forma de expressão das famílias convidadas, mas incluiu também os demais presentes, a equipe da FBR e do ITERJ, inclusive eu mesma. Ela constituiu-se em um recurso simples de representar-se a si mesmo por meio de um desenho a ser exposto junto com o nome ou apelido em um crachá que seria apresentado individualmente em uma dinâmica de círculo.

As explicações das respectivas "figuras identitárias" traduziam desde aspectos característicos da personalidade dos representantes até simbologias relativas ao lugar, com expressão das expectativas quanto ao projeto de moradia nele. Foram desenhados, por exemplo, elementos da natureza como árvores, folhas, flores, sol, lua, inclusive animais como águia, cobra e até uma cabra com uma específica interpretação. Alguns destes desenhos traduziam aspectos do lugar Ipiíba, outros revelavam aspectos sobre si por analogia, como a alusão à luz e ao brilho do sol e a interessante alusão à vida de liberdade em montanhas da cabra, por exemplo. Muitas casas foram também desenhadas em clara associação às futuras construções no espaço. A arquiteta Selma e a socióloga Lívia fizeram referência a um condomínio de casas estruturado como espaço coletivo urbanizado e eu traduzi o meu trabalho como antropóloga pela analogia à escola, falei da importância para mim da aprendizagem junto às famílias, cujo saber era essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Infelizmente os crachás não foram

posteriormente recolhidos para arquivo pela equipe da FBR, fato pelo qual a arquiteta veio a se arrepender após a minha sinalização.

Registro da dinâmica do crachá (foto retirada pela equipe da FBR).

Registro da participação dos representantes familiares na dinâmica (foto retirada pela equipe da FBR).

Após esta dinâmica a arquiteta Selma toma a palavra para dar início à atividade seguinte. Fala do público-alvo médio, em torno de 135 famílias[36], somando-se as já moradoras e as moradoras futuras e explica o conceito de assistência técnica para mobilização e organização comunitária que consolida uma proposta *de baixo para cima,* ao contrário *dos projetos de cima para baixo* que caracterizaram a maioria das intervenções governamentais até então, como ressalta.

A socióloga Lívia dá andamento à apresentação da metodologia do projeto justificando-a como produto de levantamentos e estudos realizados pela equipe da FBR, de consultas a representantes da Cooperativa Ipiíba, da Associação São Pedro de Alcântara e da UMP-RJ. A apresentação, baseada em um resumo escrito desta metodologia já aqui objetivada, contou com o recurso de ilustração de algumas etapas, mas mesmo assim pareceu distante para as famílias, como pude perceber pela dificuldade de entendimento da proposição da atividade seguinte, "a formação de grupos de discussão da proposta de metodologia".

Registro da apresentação da metodologia do projeto (foto retirada pela equipe da FBR).

[36] Na verdade este total oscila em razão da desistência e entrada de novas famílias no projeto e também do número de famílias que vão construindo as casas com recursos próprios em lotes comprados anteriormente.

A arquiteta Selma complementa a exposição de Lívia esclarecendo a atividade de assistência técnica coletiva que tratará especificamente da construção das próximas casas. Entre as tarefas previstas para esta assistência foram destacados: a deliberação das famílias quanto a casa-modelo, o trabalho de drenagem das águas pluviais, de pavimentação, de coleta de água da chuva e de rede de esgoto, por exemplo. Destaca em seguida a dificuldade de reunir o novo grupo de famílias, bastante disperso, o trabalho de telefonar ou enviar carta para cada uma das 88 famílias, embora nem todos tenham comparecido e dá o exemplo do grupo de Santa Cruz, bem mobilizado por César, coordenador da UMP-RJ. Este, então, intervém para frisar a importância da mobilização das famílias. Como afirma: *Nós já temos técnicos, temos o Estado, agora falta a mobilização pra garantir a realização do projeto, licença de obra, transporte...*

Neste momento houve um intervalo para o almoço e para a visita da casa-modelo construída no terreno do condomínio, mas distante das casas da cooperativa. As pessoas foram guiadas até lá. Pelo caminho aberto em meio ao mato algumas casas construídas com recursos próprios e das quais não fazia ideia foram aparecendo. Quando chegamos encontrei a ex-cooperada Márcia que havia deixado a cooperativa no início de construção das casas e agora retornava por meio deste outro projeto. Conversamos antes de ver de fato a casa, de entrar nela.

Ela estava não apenas fisicamente diferente, mas também com novas ideias, novas perspectivas e olhares sobre a experiência vivida na cooperativa. Lembro-me de sua atitude durante as primeiras reuniões, de seu aborrecimento com o que não concordava, o que a levou a sair do projeto. Em uma visão retrospectiva me confidenciou que se fosse hoje seria diferente, não teria sido tão radical ao defender suas ideias porque afirma ser hoje mais tolerante e entender melhor o processo de construção coletiva cujos desentendimentos e desacordos são naturais. Associa sua mudança a outras experiências, como a formação superior em serviço social e o trabalho como educadora comunitária em um centro de formação profissional do CAMPO (Centro de Assessoria ao Movimento Popular) no Jóquei, bairro próximo a Ipiíba. Atualmente ela trabalha em um projeto da prefeitura de Rio Bonito.

Assim, a primeira experiência desta ex-cooperada com a Cooperativa Ipiíba, embora interrompida e agora de certa maneira recuperada, serviu de motivação para outros investimentos os quais, como não poderia deixar de ser, servem agora como

experiências norteadoras para a organização da memória do tempo anteriormente vivido (Pollak, 1992).

A casa-modelo é de mesmo tamanho das casas da cooperativa, mas é construída com tijolos ecológicos que ficam visíveis porque são encaixados, dispensando o emboço das paredes construídas com eles. Quando entrei na casa acompanhada de representantes das novas famílias, percebemos que ela era arejada, uma propriedade de tais tijolos, como foi justificado. O cooperado Sérgio estava lá e sob a curiosidade dos demais mostrou como se realizava o encaixe dos tijolos. Esclareceu que a pintura das paredes não é uma opção obrigatória porque se pode optar também pelo verniz. As vantagens sociais e ecológicas do uso deste tijolo, bem como a avaliação das famílias referente a ele, foram questões de discussão da reunião seguinte.

Registro da apresentação da casa-modelo aos representantes familiares (foto retirada pela equipe da FBR).

Retornamos, então, para almoçar, antes de retomar a reunião. Neste dia não almocei na casa da cooperada Amélia, como de costume, porque havia "quentinhas" que haviam sido providenciadas para a reunião pelo cooperado Zé Carlos. Mas as famílias convidadas não pagaram pelo almoço nem pelo transporte, foram financiadas pela FBR. Entretanto, ao final da reunião, a arquiteta Selma esclareceu que para a próxima reunião não haveria possibilidade de custear o transporte e sugeriu que as pessoas doassem um

alimento para o preparo de um almoço coletivo no próprio espaço. Os cooperados Zé Carlos e Moisés acharam por bem cada um fornecer o valor de "quentinhas" em dinheiro, caso contrário, as pessoas que ficassem responsáveis pelo preparo do almoço não teriam as mesmas condições de participar da reunião.

A frequência ainda menor das novas famílias na reunião seguinte foi motivo de preocupação da equipe da FBR, como veremos. Imagino que este contexto tenha exercido alguma influência, já que o Condomínio do Padre é um lugar de difícil acesso para muitas destas famílias e neste sentido custoso não só em termos de tempo disponível, mas, sobretudo, em termos financeiros.

Após o almoço algumas famílias convidadas foram embora e não participaram da atividade seguinte proposta pela socióloga Lívia: a organização em grupos para a discussão das propostas da metodologia de assistência técnica. O coordenador da UMP-RJ, César, também se despediu porque tinha um compromisso e não poderia permanecer até o final. Lívia, então, solicita que a divisão dos grupos seja feita pelo critério de proximidade quanto ao lugar de moradia, pelo critério de afinidade e conhecimento mútuo. Depois distribuiu papéis aos representantes das equipes já formadas para que elas pudessem confeccionar cartazes com a escrita das propostas relativas ao bairro a serem explicitadas.

Durante a observação do trabalho dos grupos tentei ajudar de alguma maneira, distribuía papéis enquanto Selma e Lívia, fundamentalmente, orientavam os grupos. As pessoas não sabiam o que de fato fazer porque, obviamente, a proposição de "discussão da proposta de metodologia" era muito abstrata para elas. Um dos participantes procura incitar a ajuda de um colega: *Você conhece mais o lugar, você já trabalhou aqui!* Outro questiona a proposta: *É tanta coisa que apresenta que às vezes fica difícil de a gente entender!* Conversando sobre este tipo de intervenção, sobre as dificuldades de racionalizações escritas pelas famílias, a arquiteta Selma enfatiza a ideia da linguagem acessível a elas, mas propõe a iniciação da escrita como uma necessidade do trabalho educativo desenvolvido.

Durante a dinâmica foi realizada uma estratégia de manutenção dos grupos de discussão que se formaram. Cada representante de grupo ficou com o registro dos nomes e telefones dos participantes para posteriormente avisá-los sobre o próximo encontro. Selma e Lívia falaram sobre estas estratégias de criação de vínculos de

identidade entre as famílias ali representadas e das dificuldades neste sentido. Então, falamos da especificidade do primeiro grupo de famílias que veio a constituir a Cooperativa Ipiíba, que se encontrava às quintas-feiras no espaço da Igreja São Pedro de Alcântara para organizarem grupos de trabalho e que tinha uma forte identidade religiosa. Disseram-me que, ao contrário, este grupo mais novo de famílias é mais heterogêneo e distante – alem de ser maior o número de famílias – e que as reuniões de consolidação deste grupo na mesma igreja não têm frequência suficiente.

Perguntei, então, pelos cadastros destas famílias que poderiam indicar preliminarmente alguns aspectos relevantes quanto à identidade e pontos de encontro entre seus representantes. Para minha surpresa elas não tinham posse destes cadastros. Aliás, posteriormente eu mesma fui buscá-los em Niterói na casa da secretária da Associação São Pedro de Alcântara e braço direito do padre João, Dona Édina. Mas os cadastros, muitos aplicados por esta senhora, ao contrário dos cadastros das primeiras famílias cooperadas, continham muitos lapsos e informações incompletas. Entretanto, é possível identificar que a maioria compartilha as mesmas condições sócio-econômicas das demais quanto à ocupação, renda e escolaridade. Moram em imóveis alugados ou cedidos em bairros periféricos dos municípios de São Gonçalo e de Niterói.

Lembro-me que na época do mutirão em Ipiíba quem era responsável pelo trabalho de cadastrar as famílias bem como de mobilizá-las para o trabalho coletivo eram as assistentes sociais Solange, que voltou para o Maranhão, e Mércia que permanece na FBR, mas não desenvolve o mesmo trabalho junto às famílias. Como pude perceber durante a reunião e durante o percurso de volta pra casa – peguei carona com a equipe da FBR – esta assistente social não ocupa mais uma posição de destaque no trabalho desenvolvido em Ipiíba. Durante este percurso conversamos sobre os resultados e dificuldades da proposta de cooperativismo, sobre a ideia de processo do "trabalho educativo" para a inclusão das famílias e sobre o papel fundamental dos líderes comunitários mediadores daquela proposta.

Mércia oportunamente relembrou a época do mutirão, de um episódio particular de sua intervenção como "cupido" entre a cooperada Quitéria e seu atual esposo, o qual teria deixado de beber para agradá-la. Lembrou da época que nos encontrávamos na cooperativa por meio do meu trabalho de campo: *Michelle parecia um fantasma* (em referência a minha magreza) *andando pra lá e pra cá com o caderno na mão!* Percebi

que ela utilizava a experiência anteriormente compartilhada com as famílias cooperadas, e também comigo, como um capital social diante de sua posição ao que parece desvantajosa hierarquicamente frente às profissionais Selma e Lívia, mais recentemente contratadas na FBR.

Por sua vez, esta contratação, principalmente da arquiteta Selma, uma funcionária permanente com função diretiva, aponta para novas diretrizes institucionais como a da proposta de "diagnóstico participativo", tendo em vista a conjuntura política atual de valorização da vertente participativa das "comunidades" no espaço público, a exemplo dos "orçamentos participativos" e das "gestões participativas".

A "comunidade", por este viés idealizada como entidade jurídica, legitima projetos de emancipação política e social da população dita "excluída" por meio destes novos recursos que se tornam tanto mais legítimos quanto mais advogados como "participativos" desta população. Entretanto, eles acabam por reproduzir a hierarquia de saber consolidada neste espaço porque no final das contas as "deliberações coletivas", em princípio equânimes, devem se enquadrar aos princípios, saberes e pressupostos de enquadramento dos "excluídos", projetados pelos técnicos idealizadores de tais sistemas de intervenção como valores libertadores aos quais esta população deve aceder de forma consciente.

Marcos de Oliveira (2003, sem p.) argumenta sobre uma teoria política de fundamento destas novas diretrizes de ação social fomentadas pelo chamado "Terceiro Setor". Expõe, neste sentido, os argumentos defendidos por Giddens (2001) sobre a "Terceira Via", entendida como um projeto político alternativo ao neoliberalismo e também à social-democracia que como proposta tradicional não chega a se realizar plenamente sob as condições econômicas atuais, ou seja, sob a hegemonia do sistema capitalista financeiro que produz consequências nefastas em termos de desigualdades sociais, impossíveis de serem controladas sob a égide dos mercados financeiros flexíveis.

As bases epistemológicas de formulação de tal teoria por Giddens, como salienta Oliveira (2003), encontram-se na contraposição à ideia de "progresso histórico" postulada no marxismo e por outro lado na adesão a uma determinada "relação dialética entre solidariedade social (de inspiração durkheimiana) e ação humana (de inspiração weberiana)". Assim, sob o ideário da chamada "Terceira Via" Giddens propõe "uma

nova relação entre Estado e Sociedade Civil" com a finalidade de "realizar as promessas da social-democracia: justiça e solidariedade social" em substituição "aos antigos mecanismos de welfare, que criou novas formas de exclusão".

Trata-se de uma proposta de "promoção da sociedade civil, através de uma teoria política que aumente a solidariedade social e diminua as diferenças econômicas". Neste sentido "o comunitarismo surge como remédio eficaz para a desintegração social advinda do predomínio do mercado e sua ideologia individualista. Seu fim é a restauração das virtudes cívicas e a sustentação dos fundamentos morais da sociedade" (Oliveira, 2003).

Segundo esta proposição o Estado "deve atuar mais como fomentador do que como fornecedor dos serviços". Neste sentido, "política pública" é antes "sinônimo de incentivo à criação de riqueza" que "redistribuição pela burocracia de Estado". E as "agências do Terceiro Setor ganham um papel específico" neste processo. O autor argumenta a fundamental inclusão das ONGs neste "projeto político-pedagógico atemporal que tem como objetivo a constituição de um novo sujeito social, agente da 'portabilidade de capacidade', pronto para um novo contrato social baseado na autonomia e no desenvolvimento pessoal":

> "Antes consideradas como refugo para cessão de dinheiro excedente e equipamentos obsoletos, as chamadas organizações não-governamentais (ONGs) sem fins lucrativos não se portam mais como filantropas frias e distantes, mas como incubadoras de novas oportunidades de inovação das relações sociais. Os motivos: a) combinam eficácia nos negócios com estímulo social; b) são uma alternativa para as desvantagens do mercado, associadas à maximização do lucro, e do governo, burocrata e inoperante; c) dão conta do binômio liberal flexibilidade-eficiência e do seu oposto socialista equidade-previsibilidade. O welfare positivo, portanto, admite o risco da desregulação do mercado de trabalho porque esta é a única forma de gerar riqueza" (Oliveira, 2003).

Segundo o autor (2003) "as pedras fundamentais desse 'novo progressismo' são: oportunidades iguais, responsabilidade social e mobilização de cidadãos e

comunidades". Esta mobilização deve se dar por meio de "empreendimentos econômico-sociais", que em conjunto com "os órgãos governamentais", promovem "nas comunidades carentes o chamado planejamento participativo", aqui também objetivado pela FBR. Destaca-se assim a "atividade empresarial-social, principalmente através da educação, pela qual se pode promover o que é chamado de 'redistribuição das possibilidades'".

Entretanto, Oliveira (2003) apresenta críticas de contemporâneos a Giddens que questionam os propósitos supostamente inovadores da reconstrução da social-democracia. Segundo ele, a legitimidade desta vertente de projeto político entre os governos democráticos e mesmo entre movimentos sociais críticos do neoliberalismo contribuiu "para o declínio da legitimidade da ação governamental e para o fortalecimento do setor corporativo multinacional". Como argumenta, sob o propósito de promover igualdade de oportunidades a "Terceira Via" não problematiza, entretanto, a "questão da distribuição desigual de riqueza e poder". "Naturaliza a globalização, absorve a crença da auto-regulação do mercado e aceita a substituição do cidadão pelo consumidor".

Sobre o papel do Terceiro Setor neste processo destaca que "o empresariamento social, praticado principalmente pela ONGs desobriga o Estado do financiamento dos recursos que deveriam garantir os direitos do cidadão, agora reduzidos a um mínimo pré-contratual". Substitui-se, assim, os "direitos sociais absolutos", a serem fornecidos diretamente pelo Estado, pela ideia de investimento em "capital humano" a partir da contrapartida de um "Estado de investimento social" com predominância de "uma nova economia mista". Neste contexto circulam novas categorias de idealização da ação social fomentadora deste "novo sujeito social". Substitui-se assim, segundo o autor, "carência" por "autonomia", "doença" por "saúde ativa", "ignorância" por "educação permanente", "sordidez" por "bem-estar" e "ociosidade" por "iniciativa".

Como argumenta sobre a função desempenhada pelo idealizado Terceiro Setor:

> "Na verdade, o que se pode ver nas entrelinhas da exaltação ao Terceiro Setor é que o seu 'sucesso' é um novo recurso de Estado, cujos interesses expressos são a aceitação da desigualdade como natural e, até mesmo, desejável. Isto porque as ONGS não são vistas como meios de

> resolução de alguns problemas sociais; meios que deveriam se exaurir ou quando fossem conquistados seus micro-objetivos ou quando não houvesse mais condições estruturais de produção da desigualdade. São tidas como uma nova indústria, um novo 'setor' de produção que cria suas próprias condições de perpetuação e sobrevivência. Torna-se não um meio, mas um fim em si mesmo. Um novo campo de empreendedorismo, o lugar do 'empresário social', aquele que lucra com a desgraça alheia a partir de sua perspicácia individual em descobrir novas e eternas necessidades humanas" (Oliveira, 2003).

E prossegue sobre a suposta legitimidade de tal valorização do Terceiro Setor:

> "...é preciso investigar a fundo os pressupostos e as promessas que fundamentam o debate sobre o papel do chamado Terceiro Setor na atual etapa de acumulação de capital, que coincide com a suposta derrocada do ideário neoliberal e o fortalecimento de um novo ideal societário baseado em atores sociais que, em tese, conjugam virtudes e benefícios dos setores público e privado, sem carregar seus vícios (a ineficiência, no primeiro caso, e o interesse de lucro, no segundo)" (Oliveira, 2003)

Como aponta, por exemplo, Gómez (2000), o sentido original de articulação de um projeto amplo de construção democrática da sociedade em oposição às posturas ditatoriais do Estado – que não contemplava, entretanto, sua negação enquanto agente fomentador e regulador de políticas públicas – foi deslocado para uma ideia simplista de antagonismo total entre sociedade civil e Estado, segundo a qual aquela é vista como virtuosa em seus ideais auto-suficientes e este avaliado como incapaz de promover o bem-estar social à sociedade. Este processo de inversão do significado desta relação sociedade civil-Estado foi promovido pela entrada das agências multilaterais de financiamento como o Banco Mundial, por exemplo, no campo das disputas pelas ONGs.

É preciso esclarecer, entretanto, uma diferenciação, ao menos teórica, entre o denominado Terceiro Setor – que abarca uma multiplicidade de organizações privadas e

sem fins lucrativos – e as chamadas ONGs. Esta é uma distinção fundamentalmente político-ideológica afirmada pela ABONG (Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais) que enaltece um compromisso específico de suas associadas com a construção de uma nova ordem social, sob os auspícios da cidadania como valor e contraposto às "utilizações neoliberais" sob novas roupagens validadas por críticas sociais como a de Giddens. Esta distinção é proposta por Durão (2003: 33), um dos primeiros presidentes da ABONG, ao situar historicamente o trabalho desenvolvido pelas ONGs como de "defesa de direitos e de alternativas de desenvolvimento" opondo-se a uma "ótica instrumental de atuação na execução de políticas públicas" que só alimenta a "ética privatista e individualista" como "marca da globalização neoliberal". O autor também considera importante frisar de que não se trata de uma proposta de substituição do papel legítimo do Estado neste processo.

Entretanto, por outro lado, estas "alternativas de desenvolvimento", a serem implementadas pelas ONGs, se dão sob esta configuração política e meandros ideológicos apontados por Gómez e Oliveira. Portanto, as ONGs não estão livres de serem captadas por meio dos instrumentos institucionais em jogo, sejam eles privados ou governamentais. A própria questão de sua sobrevivência que pressupõe um ininterrupto processo de viabilização de demandas de intervenção social, neste sentido de "produção" destas demandas, aponta para a perspectiva instrumental da desigualdade social que como razão legítima para estas intervenções assegura a manutenção da mesma ordem social criticada que a gera. Isto não quer dizer, entretanto, que este mesmo processo de controle das contradições desta ordem social desigual não seja também instrumentalizado pela população trabalhadora configurada como demandante dos recursos materiais e simbólicos que são mediados por aquelas intervenções sociais, como no caso do conjunto de famílias aqui objetivadas a partir da proposta de assistência técnica da FBR.

Voltando, então, à dinâmica de proposição dos grupos familiares de discussão, após uma hora de prazo para o trabalho coletivo, a socióloga Lívia chama os representantes dos grupos para apresentarem as respectivas elaborações escritas. Antes das apresentações, porém, o padre João intervém novamente a fim de motivar as famílias por meio de seu tradicional discurso, aliás, papel que desempenha em quase

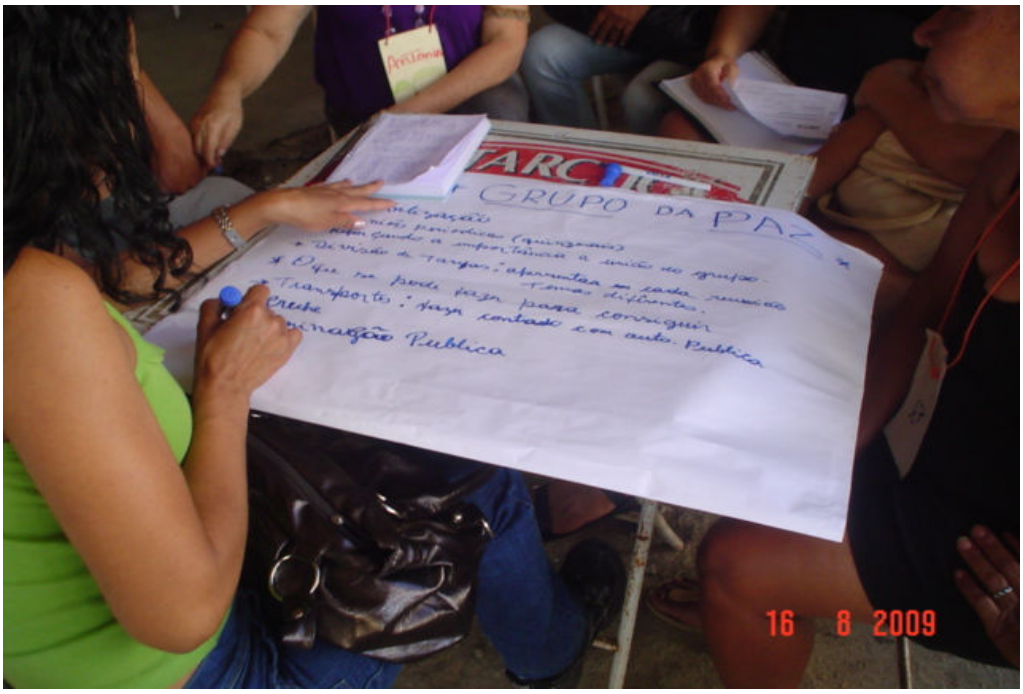
todos os encontros e eventos desde que a Cooperativa Ipiíba foi criada. Em suas palavras:

> *Cada um tem o seu compromisso para fazer daqui uma vila ecológica. Aqui ainda temos condições de criar um bairro bonito com aspecto agradável, simpático. O grupo Bento Rubião tem a vontade de ajudar e cabem a vocês se organizarem. Vocês devem fazer a parte de vocês. Depois do mutirão as pessoas ficaram mais individualistas. Mas é possível realizar o sonho da casa própria!*

As famílias representadas fizeram bom uso da divisão do trabalho ao explorar as competências de cada um no sentido daquele que possuía melhor aptidão para escrita ou para a oratória. Em alguns casos mais de uma pessoa de cada grupo expuseram para os demais participantes as elaborações do grupo representado que de maneira geral resultaram em propostas de serviços de urbanização, de melhorias estruturais para o bairro e de possibilidades de geração de renda. Quase todos os grupos tiveram a participação de cooperados que ressaltaram a questão da *mobilização* já que mais familiarizados com esta linguagem valorizada pela equipe da FBR. O único grupo formado apenas por representantes das novas famílias ressaltou também proposições sobre a *casa-modelo*, de maior interesse para estas.

Registro do trabalho coletivo das famílias (foto retirada pela equipe da FBR).

Registro do trabalho coletivo das famílias (foto retirada pela equipe da FBR).



Registro do trabalho coletivo das famílias (foto retirada pela equipe da FBR).

O primeiro grupo a ser apresentado, sob o nome de *Grupo da Paz,* é representado por seis mulheres e dois homens. As cooperadas Ilda e Carmem e a ex-cooperada Márcia, hoje assistente social, participam deste grupo. Através de seus

representantes propõem para o bairro *urbanização; transportes; creche; iluminação pública; alfabetização de jovens e adultos; espaço de lazer e cultura; segurança – D.P.O* (Departamento de Policiamento Ostensivo)*; posto de saúde – agentes de saúde; trabalho de geração de renda*; *reuniões quinzenais* e *divisão de tarefas: apresentar para outros grupos as assembleias anteriores.* E finalizam com a proposição de *não pensar só na gente, mas no grupo.*

O segundo grupo chamado *Unidos Venceremos* é integrado por três mulheres do novo grupo de famílias, mas uma delas se destaca como "articuladora local" contratada pela FBR para auxiliar no trabalho de assistência técnica junto aos grupos representados, sendo responsável "pela permanente identificação, diálogo e articulação de todos os atores sociais locais relevantes tais como lideranças comunitárias históricas de cada área, diretorias de Associações de Moradores, lideranças religiosas, diretores de escolas públicas e postos de saúde, etc." ((Metodologia de Trabalho, 2009: 37). O cooperado Zé Carlos posteriormente veio a apontar que na verdade ele é que exerceu esta função, assumindo responsabilidades que seriam dela e *sem ganhar nada por isso*, situação que não teria sido reconhecida pela FBR.

De qualquer maneira a presença desta "articuladora local" neste grupo determinou uma apresentação mais elaborada em termos de demandas tendo em vista um projeto de mobilização comunitária. O grupo, assim representado, inicia sua apresentação afirmando: *Na verdade a gente acaba vendo que os ideais são os mesmos...* E destaca: *Cooperativas (criação de trabalho); creche comunitária; escola; buscar recursos (melhoria, urbanização, saneamento básico, transporte, comércio, espaço para festas, áreas de lazer, artesanato, compra coletiva – cooperativas de consumo); associação de moradores do condomínio (contribuição para manutenção de moradores e associados); mobilização de grupos para buscar recursos de melhorias para condomínio e bairro; união com a associação de moradores e com o bairro.*

O terceiro grupo a se apresentar, a *Equipe 1,* é formado por dois homens e duas mulheres, as cooperadas Neli e Eliane (atualmente ex-cooperada porque ex-esposa do cooperado Vagner). São destacados: *Transporte coletivo (horário com mais frequência); posto de saúde comunitário (mais próximo); iluminação pública; adquirir vínculo com a CEDAE (fornecimento de água); construção de uma cisterna comunitária grande (pra aproveitar água da chuva).*

O quarto grupo, *Mais Unidos,* é formado por sete cooperados entre nove integrantes. Participam dele os cooperados Leandro, Sérgio, Carla, Luiza, Matilde, Tânia e Cristina. Inicia-se a apresentação com o enunciado sob destaque: *A mobilização das comunidades e associações para cobrar aos poderes públicos os direitos que todos nós temos ao pagar os nossos direitos.* Em seguida apontam-se as reivindicações em ordem de prioridade: *1º Água; 2º Iluminação pública; 3º Transportes; 4º Pavimentação e drenagem; 5º Posto de saúde.*

O quinto grupo, sem nome, também dá destaque à questão da mobilização, mas de forma específica explicita condições de manutenção das famílias no *pós-moradia*, atentando para os atributos de gestão, tendo em vista que ele integra o presidente Genilson e o ex-presidente Moisés, com trajetórias de experiência quanto às dificuldades de manutenção da Cooperativa Ipiíba. É um grupo masculino composto por seis homens. Entre eles há também um morador "do recurso próprio" e os demais são representantes das novas famílias. Apresenta-se, então, a seguinte proposição: *01 – Mobilização e afinidade comunitária (integração entre moradores); 02 – Projetos para capacitação pós-moradia; 03 – Que faça cumprir as definições dos regimentos, estatutos e deliberações das assembleias; 04 – Água, esgoto, transporte; 05 – Projeto para término do Centro Comunitário.*

O sexto grupo, também sem nome, é composto somente por representantes das novas famílias, três homens e um casal. Destaca-se nesta apresentação uma proposta de mudança da casa-modelo e a disponibilidade para o trabalho coletivo. Sugere-se: *Transporte, águas pluviais, asfalto, sistema de esgoto, policiamento comunitário; casa-modelo: banheiro e área de serviço nos fundos e ampliar a área da cozinha; uma reunião a cada 30 dias; uma cooperativa de reciclagem de lixo. E estamos preparados para o mutirão!*

O sétimo grupo, chamado *Candoza e Caramujo* – em referência à Vila Candoza, um bairro de São Gonçalo e Caramujo, um bairro de Niterói, neste grupo representados – é formado por três mulheres, uma delas a cooperada Eliana. Segue-se os seguintes apontamentos: *Creche; posto de saúde; ônibus; mercado; farmácia; área de lazer; colégio; água e esgoto.* Motivada pelo questionamento do representante do grupo anterior, a representante deste grupo faz comentários sobre a casa: *Achei muito bonita a casa, mas achei pequena a cozinha!* E pergunta para a arquiteta Selma se o projeto

contempla a ampliação da casa *pra cima.* Questão que é retomada na próxima reunião, diante da urgência de se legitimar o modelo de casa apresentado às famílias.

O oitavo grupo a ser apresentado, denominado *Grupo da Felicidade,* é composto por oito mulheres e um homem, cinco são cooperadas, Bete, Quitéria, Graça, Dona Filomena e Alice, que é catequista e mantém um trabalho educativo com os jovens. A filha desta última também participa ativamente da proposta. Propõe-se: *Melhoramento das ruas; transporte; iluminação; rede de esgoto; posto de polícia; manifestação da comunidade; área de lazer; participação da comunidade em ações públicas; escola para ensino médio; educação dos moradores; pavimentação pública; comércio.* A cooperada Alice finaliza a apresentação: *Tudo isto só podemos conquistar com participação e união da comunidade!* Em seguida sua filha, Júlia, discursa *em nome da juventude* para reivindicar espaços de lazer.

A iniciativa da filha da cooperada Alice enseja comentários a respeito das dificuldades para o desenvolvimento dos jovens. Assim, o cooperado Zé Carlos intervém dizendo que *não falta gente interessada em doar equipamentos de esporte para os jovens, mas eles não têm cuidado.* E os incita à mobilização de forma independente de seus pais, para se organizarem a fim de reivindicar espaços de atuação junto ao governo que, segundo ele, possui projetos específicos para esta faixa etária. A cooperada Amélia aponta sua dificuldade como mãe da adolescente Kelly que passa *necessidade pra fazer cursos* assim como *Júlia pra fazer esporte*.

O nono e último grupo denominado, sugestivamente, *Perseverança*, possui quatro participantes femininos e dois masculinos. É composto por três moradores "do recurso próprio", pelos cooperados Zé Carlos e Amélia e por um representante das novas famílias associadas. A apresentação, sob o título de *necessidades básicas* recebe as seguintes proposições: *Água; esgoto; pavimentação (asfalto); iluminação pública; Unidade de Pronto Atendimento (UPA); transporte coletivo; coleta regular do lixo; ampliação da rede de telefonia local; EJA* (Educação de Jovens e Adultos) *no CIEP; praça pública; construção do muro do condomínio; segurança pública.*

Em seguida a secretária da cooperativa Clara, em nome da Associação de Moradores de Ipiíba, recupera o que foi ressaltado pelos grupos. Diz que para o problema de transporte alega-se *falta de piso*, embora no momento os ônibus circulem de hora em hora. Sobre o problema de falta de atendimento médico lembra que há um

posto de saúde em outro bairro, no Engenho do Roçado, mas não há equipe para atender em Ipiíba. Quanto à necessidade de cursos para adultos diz que infelizmente no CIEP local não há espaço para EJA. E finaliza argumentando a favor da participação de *uma autoridade do governo* em reuniões como essa.

Posteriormente a socióloga Lívia argumenta sobre a necessidade da mobilização para a implementação destas propostas e Selma, a arquiteta, complementa alertando sobre a importância da conquista de direitos. Fala da necessidade de se fazer um levantamento dos projetos em andamento ou parados para o lugar. A cooperada Alice fala a respeito de um levantamento de lideranças locais, religiosas ou de associações comunitárias. Selma argumenta sobre a necessidade mais urgente de um grupo de interesse junto à Dona Édina e ao cooperado Zé Carlos para se obter a licença ambiental e licenças de obras para a construção no espaço: *é necessário obter informações sobre o prosseguimento dos processos.*

Explica em seguida que há uma proposta de construção participativa da FBR a fim de que *a comunidade possa participar na licitação junto com as empreiteiras*, no sentido de viabilizar a construção mista, ou seja, por mutirão familiar da mão-de-obra e por empreiteira. Sob esta forma o mutirão ficaria responsável apenas pelo *trabalho mais leve, de acabamento.* Esclarece que a estrutura da casa, como foi projetada, não permite sua ampliação para cima, mas é possível ampliá-la para os fundos do terreno. Isto porque só há disponível R$ 27.000,00 para cada casa.

Então, um representante de um novo núcleo familiar intervém para contestar os limites esclarecidos por ela, afirma que *com este dinheiro o mutirão faria toda a casa e bem feita*. Mas Selma explica que neste caso os prazos para a construção seriam maiores, com maiores custos de administração. Além disso, argumenta, a verba só está disponível por meio de licitação, não vai direto para a Associação São Pedro de Alcântara. Não é possível, então, construir daquela forma. O que é possível, segundo ela, é *a participação da comunidade no edital de licitação.* Mas propõe o mutirão por outros motivos, diz que *o mutirão é importante para a educação popular, para a solidariedade*, através dele as chances de melhor convívio entre as famílias são maiores e cita como exemplo o caso da Cooperativa de Ipiíba, o caso da cooperada Clara que *foi levar sopinha pro Gustavo* quando ele estava doente.

Em seguida Zé Carlos lembra aos interessados em adquirir lotes em Ipiíba que é possível ainda fazê-lo porque há pessoas que desistiram do projeto e estão agora repassando seus respectivos lotes. Como ressalta, *paga-se a primeira parcela* do valor do lote e a partir de então *a pessoa já faz parte do projeto*, entretanto, não é possível ficar *mais de 90 dias sem pagar.* Posteriormente Genilson informa que ele e César, representante da UMP-RJ, tiveram uma reunião com o subsecretário de habitação de São Gonçalo e este firmou compromisso em ampliar o valor da verba para a construção da casa, hoje em R$ 27.000,00, após o trabalho de assistência técnica.

A reunião, então, termina sob apontamento da arquiteta Selma de *dois encaminhamentos pra já: um grupo pra agilizar a licença ambiental e uma próxima reunião pra "decidir" o modelo da casa.* Ponho aqui entre aspas o verbo decidir, porque na verdade trata-se de um processo de legitimação da casa-modelo apresentada às novas famílias associadas.

6.3. A segunda reunião com os moradores – levantamento de campo

A segunda reunião, realizada no mês seguinte, em setembro de 2009, também no mesmo local, tinha como objetivo não só a deliberação sobre a casa-modelo, mas também dar prosseguimento à dinâmica anterior iniciada com as famílias. Esta era a segunda atividade do diagnóstico participativo, descrita na metodologia da assistência técnica como "levantamento de campo", que tinha como principal objetivo "o envolvimento das famílias para mobilização comunitária". Havia sido já iniciada durante a reunião da "assembleia com os moradores", a fim, obviamente, de otimizar tempo e custos gerados com estes encontros.

A recepção das famílias convidadas deu-se da mesma forma. Esperou-se pelas pessoas no ponto de referência – *em frente a Firenze* – com uma Kombi para transportá-las até o Condomínio do Padre. Esta reunião, entretanto, se deu *na mangueira,* uma árvore ícone de encontros e reuniões por causa de sua sombra. Como fazia muito calor se resolveu desta vez não realizar a reunião no *barracão.* Havia também à disposição neste espaço cadeiras e mesas. Desta vez, entretanto, havia ainda menos representantes das novas famílias. A estratégia da manutenção dos grupos parece não ter surtido efeito,

a frequência era baixa. Apenas 18% destas famílias compareceram, 51% dos cooperados e 40% do *pessoal do recurso próprio.*

Ao pé da mangueira a arquiteta Selma conversava com o cooperado Zé Carlos, o presidente Genilson e a socióloga Lívia que não havia mais tempo para esperar pelas pessoas que faltavam porque era necessário decidir naquele dia o modelo da casa. Quando sugeri o problema da falta de representação destas novas famílias, ela justificou-se dizendo que todas haviam sido avisadas sobre a discussão agendada para o dia. Esperou-se também por algumas famílias cooperadas que participavam de missa pela manhã. O padre João também chegou mais tarde.

A socióloga Lívia inicia, então, a reunião esclarecendo a pauta de discussão da reunião anterior, bem como o público alvo da proposta de assistência técnica no Condomínio do Padre em Ipiíba. Esclarece a proposta de urbanização do espaço e de mobilização da população beneficiária. Enquanto isso o presidente Genilson e o tesoureiro Sérgio ornamentam a árvore e o muro ao lado com cartazes da reunião anterior. Selma tira, então, fotos dos participantes como fez também anteriormente – o registro fotográfico destas reuniões é importante fonte de documentação para prestação de contas. E fala depois da conquista da verba para o projeto.

Em seguida Lívia explica a proposta da atual reunião: discutir as proposições dos grupos formados na reunião anterior. Argumenta em favor do conhecimento mútuo entre as famílias, das condições propícias à mobilização, das condições de moradia *onde todos se conhecem.* A arquiteta Selma apresenta o engenheiro voluntário do programa que se pronuncia a favor da atualização do biodigestor como modelo de tratamento sanitário, já existente na cooperativa, e também a favor de um sistema de aproveitamento de água. Pronuncia-se também sobre a intervenção da CEDAE, contrapartida fundamental para que o recurso para a construção das casas seja liberado, ou seja, depende da regularização do saneamento básico e da rede de abastecimento de água.

Então, o padre João intervém para avalizar o projeto a partir de seu peculiar discurso, valorizando a disposição do pobre para a mudança de sua situação social e de uma vida comunitária engajada, ainda que simples. Propõe, assim, *a luta pra vencer* e se opõe à *prisão das pessoas que vivem em grades,* em referência aqui aos condomínios fechados das cidades grandes, com muros altos e com pouca integração ao entorno,

ressaltando o bairro de Ipiíba ao afirmar que *aqui ainda não há isso!* Finalmente critica a falta de participação das famílias que já moram no espaço ao declarar que *falta o espírito solidário* a estas pessoas. Em contraposição, elogia a participação dos integrantes de um grupo formado na reunião anterior.

Em seguida a arquiteta retoma a proposta e explica que naquela reunião se discutiria os grupos de trabalho e depois do almoço seria decidido o modelo da casa. Lívia lembra que *todas as etapas do projeto serão participativas* e propõe a recomposição dos grupos formados na reunião anterior em grupos temáticos, segundo os seguintes temas: *urbanização e infra-estrutura; equipamentos urbanos; casa; meio ambiente; mobilização; geração e renda; história.* Quando a socióloga lê os nomes dos integrantes dos grupos anteriores percebe que muitos haviam faltado, então sugere que os demais presentes se juntem aos poucos representantes da reunião anterior aumentando os grupos originais. Assim, a maioria dos grupos desta reunião se formou de maneira também improvisada, havendo a necessidade de atualizar as problematizações anteriores.

Selma e Lívia explicam aos grupos já formados que a proposta é de levantamento e pesquisa sobre cada tema. Por exemplo, o grupo de geração de trabalho e renda que discutia as habilidades e interesses de cada um sobre cooperativas de trabalho, composto na maior parte por mulheres, foi levado a organizar uma pesquisa no bairro sobre as ofertas de serviços, suas carências, suas iniciativas e produções locais. A arquiteta lembra que após a apresentação das respectivas pesquisas dos grupos, em outra reunião, as propostas seriam avaliadas em termos de sua viabilidade.

Como na reunião anterior, os grupos deveriam registrar os nomes dos participantes com seus respectivos telefones disponibilizando-os a FBR e a um dos representantes. Cada grupo ficaria também com uma determinada orientação escrita para a pesquisa temática a ser desenvolvida posteriormente. Após o almoço – para o qual havia "quentinhas" providenciadas pelo cooperado Zé Carlos – deu-se início as apresentações dos grupos. Assessorados pela equipe da FBR eles salientaram algumas proposições para intervenção e pesquisa sobre o espaço do bairro, bem como para reivindicação de alguns serviços públicos.

A primeira equipe a se apresentar foi a de *equipamentos urbanos*, composta por 8 mulheres e 2 homens. Situam-se aqui as cooperadas Eliana e Ilda e a articuladora local

contratada para o trabalho de assistência técnica. A apresentação destaca: o*relhão – uso adequado; educação – falar com vereador pra ver a possibilidade de creche e educação de adultos, ensino médio e supletivo; saúde – o agente comunitário aqui, ele quase não vem pra fazer a ponte, necessidade de um posto mais próximo pra atender as adjacências; buscar ajuda em programas de televisão – não custa mandar um email, uma carta; dentista comunitário – turma do bem!*

A apresentação enseja discussões sobre a questão da saúde. O presidente da cooperativa esclarece que o agente de saúde visita o bairro duas vezes por mês, mas o representante daquele grupo questiona a insuficiência do serviço e diz que é preciso ampliá-lo. A arquiteta Selma propõe que se faça como no município de Niterói onde há *médico de família junto como o arquiteto de família.*

Então, Clara, a secretária da cooperativa, argumenta que *em termos de assistência em saúde é problemático* porque há um PSF (Programa de Saúde da Família) disponível, mas os médicos atendem em postos fora de Ipiíba, como no Posto do Engenho do Roçado, o posto mais próximo. Segundo ela as famílias foram cadastradas, mas não são atendidas no bairro. Lembra que no CIEP local há 5 salas disponíveis para o funcionamento de posto de saúde, mas falta reformar este espaço para que a equipe do PSF possa lá atender. No entanto, o cooperado Zé Carlos questiona a proposição de Clara, aliás, não perde a oportunidade de fazê-lo porque não concorda com suas atitudes e intenções de barganhas políticas. Afirma, então, que *na época da eleição os políticos farão isso e só!* Ou seja, não haverá investimento posterior no sentido de manter uma estrutura de atendimento médico no bairro.

O segundo grupo, o da *habitação*, é representado por 3 homens e 3 mulheres, todos representantes das novas famílias. A metade havia participado do grupo anterior que propôs questionamentos sobre a casa. As famílias aqui representadas, devidamente orientadas, propõem a seguinte pesquisa sobre a casa como modelo de moradia: *Ver o tipo de material da casa; medida da casa; opinião sobre o modelo; condições de ventilação na casa; problemas de saúde nas crianças e de locomoção dos idosos.* Após esta exposição a arquiteta Selma toma a palavra para lembrar da necessidade de uma reunião específica para tratar da situação da regularização das casas, das condições de seu uso e de mudanças e das condições de obras no condomínio.

O grupo da *urbanização e infra-estrutura*, representado por 5 mulheres e 2 homens, entre eles os cooperados Maurício e Angélica, apresenta genericamente *uma pesquisa sobre o asfaltamento e a iluminação* no bairro.

Em seguida o tema *geração de trabalho e renda* é apresentado pela cooperada Alice que durante a reunião anterior já havia formulado proposições neste sentido. O grupo representado por ela é formado por um homem apenas e 8 mulheres, todas cooperadas. A seguinte proposição é descrita: *cooperativas de consumo – comprar produtos alimentícios em atacado direto do produtor para cooperativa de consumo, alguns vão pesquisar no Cerasa e outros na Internet; farmácia popular* (cita aqui como exemplo a Cooperativa de Ipiíba na qual foram disponibilizados *materiais de primeiros socorros*); *artesanato – micro-empresas e pequenos negócios.* Seguem em seguida outros comentários da cooperada Alice sobre as respectivas propostas que enfatizam a necessidade de qualificação e de certificação:

> *Nós tivemos experiência com a construção civil, eu aprendi a fazer encanamento, tem mulher que assentou tijolo! Mas você pode ser o melhor profissional, se você não tiver um pedaço de papel que comprove que você fez o curso, baubau! Você não consegue emprego! Curso de artesanato, costura, bordadeira... Vamos comprar um material barato pra vender o produto em feiras. Cooperativa de reciclagem de lixo – precisa estudar o campo porque necessita de uma organização, de um espaço grande!*

O presidente da cooperativa Genilson acrescenta sobre a proposta de reciclagem de lixo que *todo lixo é reciclável, desde o orgânico ao plástico!* Então, a arquiteta Selma intervém para recuperar a proposta principal da dinâmica. Argumenta: *a proposta de hoje irá levantar os problemas, estudar a realidade local, depois irá eleger as prioridades para a solução!*

O grupo do *meio ambiente*, o penúltimo a ser apresentado, é composto por 5 mulheres, 4 são as cooperadas Tânia, Carmem, Quitéria e Vera. As seguintes proposições foram apresentadas pela cooperada Vera: *pesquisa sobre reciclagem de lixo; pesquisa sobre plantas medicinais; poço artesiano – chegamos à conclusão que ele seca; campo – a solução seria limpar*; *animais soltos – o que não pode acontecer;*

pedreira – ver se irá causar impacto nas habitações e plantas; pesquisar sobre carrapato estrela; fazer cercas e plantações de árvores, reflorestamento – o que seria da gente agora se não fosse essa mangueira!

O engenheiro voluntário convidado para participar da reunião intervém para falar da necessidade de canalização da água, do tratamento dos resíduos através do esgoto atrás das casas. E o cooperado Zé Carlos acrescenta: *Desde que cada família cuide deste tratamento porque há aqui construção em cima da caixa de esgoto!*

A última equipe a ser representada, a da *mobilização,* é constituída integralmente por homens, 4 são cooperados e 2 são pessoas *do recurso próprio.* Destacam-se o presidente da cooperativa Genilson, os ex-presidentes Moisés e Zé Carlos e o tesoureiro Sérgio. Genilson representa o grupo ao expor a proposta de *pesquisar grupos de interesse* e *levantar outros locais para reunião.* Embora o presidente participe ativamente desta proposta inicial, ele parece não acreditar no projeto. Durante o trabalho de discussão me confidencia, em tom de segredo, que *a FBR não tem interesse na autonomia da cooperativa*, que há empecilhos para que isto ocorra efetivamente.

Após as apresentações a arquiteta Sandra dá início à discussão sobre o modelo da casa a ser "definido" pelas novas famílias. Inicia a discussão argumentando a favor do tijolo ecológico. Afirma ser mais custoso o tijolo de alvenaria, ser mais trabalhoso também seu encaixe, para o qual se necessita de cimento. Além disso – argumenta aqui razões propriamente ecológicas –, *ele gera um gasto de energia maior para prepará-lo, para fazer se usa cimento e madeira pra gerar energia.* Enuncia em seguida um conjunto de vantagens no uso deste tijolo: *mínimo de cimento; não fura a construção; o encaixe é rápido; não usa madeira; maior estabilidade e facilidade na montagem da parede.*

Um dos novos associados presentes, preocupado com a segurança da casa, pergunta pelo *certificado* deste tijolo. A arquiteta Selma responde argumentando experiências bem sucedidas com o seu uso: *há experiências de profissionais da COOPE* (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro), *também em Caxias e uma experiência de construção em um presídio.* Mas o presidente Genilson contesta a possibilidade do uso deste tijolo. Afirma que conversando com o subsecretário de habitação do município soube que *a CEHAB-RJ* (Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro),

responsável pela construção das novas casas, *não trabalha com este tipo de tijolo.* Entretanto, ela não confirma sua informação.

Após esta exposição de motivos, dá-se início a votação do modelo da casa, tendo em vista o uso do tijolo ecológico. Seis pessoas colocam-se a favor do uso do tijolo tradicional, ou seja, 37% das novas famílias representadas nesta reunião. Então, a arquiteta pergunta sobre as razões da opinião contrária. Um destes associados se manifesta, diz que pensa *no futuro, na segurança no caso de um vendaval e na possibilidade de um terraço no futuro.* Ela esclarece que o tijolo ecológico garante uma determinada flexibilidade suficiente à construção, ou seja, os respectivos encaixes possuem espaço para expansão diante de calor ou frio. Argumenta que *o produto tendo qualidade e fiscalização, a construção será segura.*

A reunião termina com um informe do cooperado Zé Carlos sobre um encontro em São Gonçalo para se discutir um projeto de lei acerca do uso dos espaços dos condomínios. Mas ela termina sem aparentemente resolver o problema das dúvidas quanto ao modelo da casa. Quando as famílias vão embora a arquiteta Selma coloca-se receosa de não ter convencido a todos das vantagens da construção das casas com o polêmico tijolo. O cooperado Zé Carlos propõe que o problema da desconfiança das famílias representadas *é cultural*, segundo ele há *resistência em aceitar o que é novo.*

Na próxima reunião de continuidade da pesquisa de campo proposta às famílias, marcada para um final de semana do mês seguinte, não estive presente. Na ocasião participava de um congresso em antropologia. A socióloga Lívia contou-me posteriormente que apenas um grupo, o da habitação, conseguiu se apresentar em meio à polêmica sobre o material de construção da casa que teria tomado conta da reunião. Sob sua versão, a equipe da FBR iniciou o encontro com uma dinâmica e em seguida coordenou os grupos de trabalho. O arquiteto da Fundação, Sandro, responsável pela construção das casas da cooperativa, coordenou os dois grupos que se juntaram: *urbanização e infra-estrutura* e *equipamentos urbanos.* A socióloga Lívia auxiliou o grupo de *geração de trabalho e renda* e a arquiteta Sandra permaneceu no grupo do *meio ambiente.* Um estagiário em arquitetura ficou responsável pelo grupo da *habitação.*

Lívia contou que antes da proposta de apresentação dos grupos eles foram convidados a caminharem pelo bairro em busca de conhecimento e informações sobre o

bairro. O grupo que mais teria andado por Ipiíba, segundo sua versão, foi o do meio ambiente representado pela cooperada Vera. Os representantes do grupo da habitação teriam entrado nas casas dos cooperados e ouvido as queixas destes moradores como, por exemplo, sobre a cozinha considerada *muito pequena* e sobre as infiltrações nas paredes, queixas recorrentes entre os cooperados. O estagiário em arquitetura teria realizado também desenhos a fim de explorar as ideias das famílias referentes ao modelo da casa. Basta saber se estas serão contempladas.

Lívia informou que os demais grupos que não se apresentaram justificaram falta de tempo e de condições para realizarem a proposta de pesquisa da FBR. Entretanto, como destacou, as famílias não teriam outra oportunidade de se apresentarem tendo em vista o tempo hábil de desenvolvimento do programa. Seu cronograma estaria já atrasado e a verba disponível seria escassa. Enfatizou o fato de serem muito dispendiosos para a FBR encontros como aqueles desenvolvidos junto às famílias.

Obviamente, se já era baixa a frequência às reuniões em Ipiíba coordenadas pela FBR, principalmente das novas famílias associadas, tendo em vista suas dificuldades de acesso em termos financeiros e de tempo disponível, pode-se imaginar que a auto-organização dos grupos para a realização de tal proposta de trabalho coletivo seja mesmo inviável.

Lembro-me dos questionamentos da cooperada Vera, responsável pelo grupo de discussão sobre o meio ambiente, uma das mais motivadas, que me perguntava se a FBR teria como financiar os encontros dos interessados em visitar alguns lugares do entorno, sob auxílio de um morador do bairro. Se haveria em breve uma representação da instituição quanto a isto. Lembro também das justificativas dos demais cooperados, como a da cooperada Carmem que dizia não ter dinheiro *nem pra pagar uma passagem de ônibus*, quanto mais pra realizar tal pesquisa. O que havia de certeza era o fato de que os representantes da Fundação estavam ausentes, que as reuniões do programa haviam sido interrompidas. Mais tarde vim saber que se alegou suspensão de verba como motivo para a falta de continuidade do projeto.

Esta reunião, no mês de outubro de 2009, foi a última reunião realizada enquanto permaneci em campo, até aproximadamente fevereiro do ano seguinte. Retornei a Ipiíba bem recentemente fundamentalmente para visitar os cooperados antes do Natal. Neste dia um funcionário da FBR, que eu ainda não conhecia, fazia inscrição

de novas famílias junto ao *pé de mangueira* do condomínio com o auxílio de Dona Édina, representante da Associação São Pedro de Alcântara. Ele, que é pedagogo de formação, me informou que migrou de outro projeto mantido pela Fundação para assumir a coordenação do programa.

A socióloga Lívia e a arquiteta Selma, que ficaram grávidas quase na mesma época, estavam afastadas temporariamente. Lívia voltou para sua terra-natal, Recife, a fim de ter o bebê em família e Selma estava de licença-maternidade. O pedagogo esclareceu que a retomada das atividades do programa, sob sua gestão, se deu em junho de 2010. Seu oitavo "produto", intitulado "discussão e consolidação de um Plano de Trabalho com a comunidade", estaria, então, já consolidado, enquanto o nono e último, a "estruturação de grupo para o associativismo habitacional e para implementação do Plano de Trabalho" (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009), estava em fase de finalização.

Quando questionado sobre o desenvolvimento da etapa "levantamento de campo" junto às famílias, tendo em vista as dificuldades quanto ao "diagnóstico participativo" por mim observadas no início da proposta, ele me responde *como pedagogo,* como enfatiza. Sugere uma contradição ao afirmar que, *ou o diagnóstico é rápido ou ele é participativo*, postulando um equívoco ao propor como recurso metodológico o DRP – Diagnóstico Rápido Participativo, adaptado do Diagnóstico Rural Participativo – dadas condições estruturais de trabalho com as famílias, principalmente em termos de seus limites financeiros. Então, explica que *as oficinas*, mais pontuais, foram técnicas por ele utilizadas para integrar as famílias e tentar obter delas o máximo de respostas possível aos questionamentos sugeridos a partir da proposta da assistência técnica. Contundente afirma que *essa história de sair pra fazer levantamento de campo não dá, não tem dinheiro pra isso!*

Assim, mesmo sob os limites de minha breve participação dos encontros formalizados para a legitimação deste trabalho de assistência técnica, foi possível entrever, sob a proposição do "diagnóstico participativo", algumas contradições que envolvem a objetivação de decisões supostamente compartilhadas e referidas à auto-reflexão das famílias beneficiárias. Neste contexto, torna-se relevante não apenas a falta de representatividade numérica das famílias, mas, fundamentalmente, o processo de convencimento acerca de escolhas que lhes são antecipadas, mas que ganha status de

"deliberação coletiva". A construção de uma casa-modelo, com o dispêndio de recursos materiais – sob a contradição da insuficiência de verba recorrentemente afirmada – e também de recursos simbólicos – sob a égide de valores ecológicos – é ícone deste processo.

Este é um processo, entretanto, que está longe de contar com um consenso ideológico institucional, mas envolve, como vimos, posições político-acadêmicas divergentes às quais os diferentes profissionais representantes da FBR estão referidos e que entram em negociação de acordo com as disposições de força nesta instituição e neste campo da assistência social. Além disso, esta é uma proposição que surte também efeitos distintos a partir dos diferentes níveis de familiaridade e de experiência com a temática da mobilização coletiva entre as categorias de famílias.

Ficou claro, por exemplo, pelas apresentações dos grupos de trabalho propostos, que de maneira geral os cooperados, também mais próximos *do pessoal do recurso próprio*, manipulam mais convenientemente a questão do engajamento coletivo, sublinhada inclusive pela intervenção carismática do padre João que assim a legitima em seu sentido religioso. Estas famílias dominam os discursos e as práticas em jogo que possuem neste contexto valor fundamental de troca, ou seja, legitima-se coletivamente as propostas financiadas, ainda que não compatíveis inteiramente com seus reais interesses, e por outro lado se mantém através destes mesmos "rituais político-pedagógicos" a presença da FBR como instituição de mediação fundamental junto às agências de financiamento possíveis.

7. O movimento União por Moradia Popular no Estado do RJ

7.1. A entrevista com a coordenadora nacional

Minha aproximação de questões de política habitacional propostas por integrantes da UMP-RJ se deu não por intermédio dos cooperados Zé Carlos e Genilson, mais próximos de mim e que são, respectivamente, coordenador estadual e coordenador regional no movimento, mas através de entrevista com uma coordenadora nacional que representa este Estado. Inicialmente eu não sabia do cargo ocupado por ela, meu interesse inicial era na Cooperativa Shangrilá, na qual ela ocupou cargo de presidente. Shangrilá foi uma das primeiras cooperativas assistidas pela FBR que serviu de modelo para o fomento de outras, como a Cooperativa Ipiíba. A ativa integração de sua ex-presidente a um movimento habitacional de âmbito nacional autoriza suas avaliações a posteriori acerca da interlocução das cooperativas com outras instituições associadas ao movimento de cooperativismo, como a Igreja Católica e a FBR.

As suas perspectivas quanto às políticas privadas e públicas voltadas para o cooperativismo vão, logicamente, ao encontro às preconizadas no movimento. Além disso, seu relato da história de constituição da Cooperativa Shangrilá, bem como de avaliação de outras cooperativas que vieram a ser assessoradas também pela FBR, aponta para pressupostos de organização das famílias tendo em vista uma política habitacional para população trabalhadora de baixa renda priorizada no movimento. A figura da Igreja Católica, que parece ser um ícone para a organização inicial das famílias locais que posteriormente vêm a se constituir em cooperativas no Estado do Rio de Janeiro, é também objeto de apreciação pela coordenadora. Ela esclarece de maneira exemplar o caminho trilhado por famílias sob sua liderança que vai do campo da mobilização religiosa para o campo oficial da mobilização política através da UMP-RJ.

A entrevista com Gilda, a coordenadora nacional deste movimento, que é também cooperada, ocorreu em fevereiro do ano de 2009 no espaço da cooperativa Shangrilá que se localiza na Taquara, no bairro de Jacarepaguá da cidade do Rio de Janeiro. No dia marcado tive dificuldades para chegar ao lugar. A rua Japomirim,

transversal à estrada Rio Grande e onde ficaria a cooperativa, terminava e eu não a encontrava. Perguntei, então, a uma moradora pela cooperativa Shangrilá. Ela ficava em uma rua estreita de terra batida que era continuação da Japomirim que é pavimentada. Tive receio de entrar nesta rua que parecia um beco com pequenas casas e "puxados" construídos de forma desordenada. Estas casas e barracos dividiam espaço com um terreno maior que fazia limite com a rua estreita através de um portão de ferro. Era o espaço da cooperativa que parecia uma vila de casas.

A Shangrilá não fica longe da rua principal, da Japomirim, mas era preciso adentrar este lugar fisicamente próximo do que chamamos de favela. Quando entrei perguntei novamente a um comerciante local que encontrei no caminho, mas apenas para explicitar o motivo da minha entrada no lugar. Para minha sorte, a tal "vila", ou seja, a cooperativa, era exatamente em frente ao bar deste comerciante que me respondeu rispidamente, de maneira meio desconfiada. Como vim a saber depois, sob crítica da coordenadora Gilda, ele exerceria um certo tipo de especulação imobiliária no lugar.

O terreno da Cooperativa Shangrilá é triangular, são ao todo 29 casas com 46 m² construídas em modelo diferente das casas da Cooperativa Ipiíba. São construções em primeiro e segundo andar com uma varanda coletiva na parte de cima que forma um corredor de acesso único às casas neste pavimento. A escada fica na outra extremidade oposta ao portão, sob a qual se deu a entrevista. O maior lado do terreno abriga a maior parte das casas. Há também um jardim no centro do espaço, construído pelos moradores prioritariamente com o objetivo de coibir a velocidade de motos que colocavam em risco as crianças que lá brincam. O telhado das casas, originalmente de amianto, estava sendo reconstruído por telha colonial através de verba cedida pela ONG SELAVIP (Servicio Latinoamericano, Africano y Asiático de Vivienda Popular). Há ainda um centro comunitário, um prédio maior separado das casas, onde funcionam reuniões e encontros desta cooperativa, da nova cooperativa associada, a Esperança, e reuniões regionais da UMP-RJ.

A entrevista aconteceu próxima à casa de sua irmã, abaixo da sua, sob a escada. Foi interrompida algumas vezes, tendo em vista a própria dinâmica do lugar familiar. Fomos interrompidas pela netinha de Gilda que subia e descia as escadas e era chamada à atenção pela avó e pelos demais moradores cooperados que falavam com ela. Como

salientou a coordenadora: *Aqui a Shangrilá é isso que você tá vendo aqui! Tem dia que isso aqui tá mais atacado, bota um rádio mais alto, aí tem uma mãe doida que fica gritando o filho o dia inteiro, entendeu? Mas é isso aqui que você tá vendo! Não tem tráfico, na tem nada, graças a Deus!*

Mas tem milícia! Fomos interrompidas também por um casal que procurava pela "presidente" da cooperativa. Este casal pedia a assinatura de um ofício em nome da "comunidade" pra encaminhar à prefeitura um pedido de liberação de um bloco de carnaval. O rapaz era representante de uma milícia atuante no bairro e Gilda, obviamente, queria evitar envolvimento pessoal, além de procurar preservar a cooperativa como instituição. O diálogo aqui transcrito – no qual G é Gilda, H é o homem que nos interrompeu (supostamente miliciano), M é a mulher que o acompanhava e P sou eu, a pesquisadora – representa esta delicada situação por ela resolvida:

> M – *Nós vamos fazer um bloco aqui na rua, aí a prefeitura liberou, mas tem que ter a assinatura dos moradores. Nós precisamos de um papel, de um ofício da Associação. O presidente daqui é você, né!?*
> G – *Não tem mais presidente! Tava até falando com ela agora, na entrevista, falando com ela, não tem mais presidente aqui não!*
> M – *A gente precisava de um papel da Associação, só pedindo a liberação!*
> H – *Algum papel timbrado!*
> M – *Até pra liberar o carnaval, entendeu? Pra poder mandar banheiro, aquele banheiro químico. E policiamento pra rua, porque tem que ter!*
> G – *Tem que ter! Isso tem que pedir com antecedência!*
> M – *É, aí só tá precisando disso, de uma declaração!*
> G – *A Jorgina não dá não? Porque lá tem Associação! Porque aqui não tem associação, aqui é cooperativa. E não tem ninguém... Quer dizer, tem assim, todo mundo manda igual, não tem uma coordenação...*
> M – *Como faz pra conseguir um papel desse?*
> G – *Porque quem assina? Alguém tem que assinar!*
> H – *Ué, eles assinam!*

G – *Não. O papel que sai da Associação alguém tem que assinar pela Associação! Esse dia teve uma pessoa, eu não sei quem me pediu também, eu não pude nem dar o nome porque é assim, quando é pra um benefício pra comunidade, se eu assinar um documento em nome da cooperativa sem ser presidente, entendeu? Quem pode dar isso é a Jorgina! Eu posso também... Eu podia ver... Mas também não vai dar pra mim ver, só sábado que eu vou estar com eles. Pela União! Eu também não tenho nem o telefone da Jorgina! Sabe quem é a Jorgina? A do Conselho Tutelar! Porque lá deve ter carimbo...*

H – (Ao telefone) *Pô cara tem que ver o negócio aqui cara! Eu to aqui, em vim aqui... Olha só, vem pra cá (...) Vou pegar a porra do ofício de lá mesmo, a gente não pode parar não! A gente tem que fazer isso pra ontem! Aí vai babá tudo, vai babá tudo! Você não pode vir aqui pra gente tentar ver, tentar resolver? Tem que arranjar um papel timbrado com a porra do carimbo da Associação que eu assino, cara!*

G – *Thau! Se eu pudesse ajudar eu ajudava, tá!*

P – O que eles estão querendo?

G – *Liberação pro carnaval aqui na rua. Aí pra você pedir aqueles banheiros químicos, policiamento, você tem que ter papel da associação, só que aqui não é uma associação!*

P – É, aqui é cooperativa. E aí, tá sem presidente?

G – (Fala baixo) *Ele é da milícia. Entendeu? Eu me comprometo com uns cara desse? Vai onde tem uma associação, procura uma associação! Eu não sou associação!*

P – Mas aqui tem presidente ou não?

G – *Não, aqui tá sem presidente! E nem pode! De jeito nenhum! A cooperativa ela não responde pelo conjunto habitacional de Shangrilá! Ela responde pela cooperativa! Do portão pra fora é Associação de Moradores! Você entendeu? Sabe o que está acontecendo? Eles ainda não conseguiram cooptar aqui porque aqui é uma cooperativa, se fosse uma associação já tinha cooptado!*

Durante esta entrevista e todo o trabalho de campo ficou claro que a questão do poder paralelo, seja ele originado do tráfico ou da milícia, é um problema cada vez mais urgente colocado para as agências que desenvolvem trabalho de intervenção social junto à população mais pobre e trabalhadora. Sobre este processo de cooptação das associações de moradores no Rio de Janeiro, César, outro coordenador nacional da União por Moradia no Estado, chama a atenção para o envolvimento do presidente da FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro) em diversas contravenções destacando a grande disputa por poder nesta instituição. Falou que teve, inclusive, oportunidade de ocupar a presidência, mas rejeitou devido ao envolvimento de várias associações de moradores com tráfico e com milícia. A coordenadora Gilda cita, por exemplo, o caso de uma cooperativa na Ilha do Governador que não deu certo por causa do tráfico no local e responsabiliza o trabalho social desenvolvido por técnicos FBR. A Cooperativa de Ipiíba ainda está relativamente distante deste contexto, mas a segurança quanto a esse aspecto, tendo em vista problemas com alguns moradores, é uma preocupação recente dos cooperados.

A entrevista foi bastante interessante, seguiu sob discursos improvisados e resgatados pela memória da entrevistada que desmentia seu término a cada novo impulso de fala. Como ela mesma ponderou: *Eu falo muito, né! Tem horas ás vezes que eu tenho que pedir arrego! Eu peço arrego de mim mesma!*

Entretanto, meu retorno pra casa foi tenso. Saí da cooperativa e cumprimentei o mesmo comerciante que encontrei quando cheguei, mas este desta vez nem mesmo me respondeu, só me olhou, quer dizer, "me encarou"! Saindo da ruela, caminhando pela rua Japomirim em direção à estrada Rio Grande um motorista de um carro preto me seguiu lentamente, jogava beijos me intimidando. Fiquei assustada, mas procurei ignorar e cheguei até o ponto de ônibus. Não imaginava tal situação porque antes de procurar pessoalmente por Gilda nesta cooperativa falei com os cooperados de Ipiíba que freqüentavam o lugar por meio de reuniões da UMP-RJ e eles me certificaram de que não haveria problema visitar Shangrilá desacompanhada. Mas imagino que opinaram com relação a si mesmos que já eram conhecidos. Eu, obviamente, não sou um deles.

7.1.1. A Cooperativa Shangrilá

A coordenadora da UMP-RJ e ex-presidente da Cooperativa Shangrilá, Gilda, tem 50 anos, 2 filhos, 3 netos e é moradora do lugar localizado na Taquara, há 20 anos. A cooperativa, fundada em 96, foi a primeira a ser assessorada pela FBR sob o modelo de ajuda-mútua para a construção integral das casas para seus moradores. Ao relatar a história de constituição da cooperativa revela a iniciativa da Igreja Católica em mobilizar um grupo de famílias que vivia em condições precárias no lugar, situação exacerbada por uma enchente no bairro. Assim, conta a história de constituição da Cooperativa Shangrilá, vinculada à história de seu próprio envolvimento com a Igreja local que se deu a partir da perda de sua desconfiança da iniciativa de um grupo católico:

> *Eu já moro aqui já há 20 anos como eu falei, né! Eu vim de uma comunidade em Realengo, morava no morro em Realengo e minha sogra que veio morar aqui primeiro, então aqui era só barraco. E na época aqui eram 16 famílias, um banheiro pra atender as 16 e um tanque que ao mesmo tempo que era tanque era pia pra lavar louça. Era uma vila de barracos, caixote de madeira! E aí essa vinda nossa pra cá... Na época tinha um grupo da igreja que fazia círculo bíblico nas casas com as famílias, né, da Igreja Católica daqui da Taquara que é uma que você passou por ela. Esse grupo da igreja... Tinha um grupo que trabalhava dentro da igreja que tinha aquele trabalho mais de rezar, né, de está rezando, rezando... E em uma campanha da fraternidade a ideia era transformar as palavras em ação e aí esse grupo veio trabalhar com as comunidades. Isso em 90, 92 mais ou menos. E aí esse grupo veio com uma proposta de mudança, né! Por que mudança? Porque eles iam fazer o círculo bíblico com a gente aqui quando estava chovendo não tinha como fazer porque não tinha casa pra ficar!*
>
> *Na verdade eram 15* (famílias) *porque eu mesma... eu sempre fui muito desconfiada, né! E aí eu ficava preocupada achando que aquelas pessoas poderiam estar querendo tirar algum benefício da gente aqui. E eu comecei a pensar melhor a partir de uma chuva que deu aqui em*

Jacarepaguá e eu vi essas duas pessoas que era o Orlindo e o Arnobe preocupados com as nossas condições e vieram aqui na comunidade. E essas duas pessoas fizeram com que eu me sentisse melhor, porque quando aconteciam as reuniões essas 15 famílias iam pra reunião, eu era a única que não ia e eu achava que era a única que estava certa! E aí nessas reuniões o pessoal voltava pra cá, né, pra cá pra comunidade com um montão de ideias e eu não tinha assim interesse em nem procurar saber o que estava acontecendo lá. Eu queria mudança, mas não queria discutir como, não estava nem aí!

Aí eu comecei a frequentar as reuniões, aí eu me inseri no grupo né! Aí nessa época da chuva muito forte eu comecei a participar e a entender a proposta deles, a proposta deles era de transformação. E a transformação não era a transformação da pessoa, mas a transformação da condição que ela vivia e aí eles colocaram pra gente a possibilidade de comprar, de negociar lá com a dona, comprar o terreno e a gente estar construindo as casas. Só que aí ficou aquela dúvida: Construir casa como, né! Porque das 16 que moravam aqui se 3 pagavam aluguel em dia era muito!

Inicia-se, então, sob sua versão, a mobilização das famílias para angariar fundos dentro deste espaço religioso a fim de comprar o terreno para a construção das casas. Gilda destaca também um evento *crítico* no dia dos trabalhadores proposto por este grupo da Igreja no qual, então, se propõe uma discussão das condições sócio-econômicas precárias vividas por muitas famílias trabalhadoras em termos de uma contestação da política do salário mínimo. Como relata:

A compra do terreno era complicada. E aí na época nós pedimos ao padre da igreja, o padre Roberto, pra deixar que a gente fizesse algum festival, alguma quermesse, alguma coisa pra angariar recurso pra isso. E aí nós fizemos. A primeira coisa que nós fizemos foi um bingo e nesse bingo nos ofereceram um casal de pato, né, e aí nós não fizemos o bingo, fizemos a rifa do pato. Fizemos a rifa! E aí nós conseguimos vender 100 números na época do pato e a pessoa que ganhou o pato devolveu o pato pra gente e aí

nós fizemos outra rifa do pato! E é assim quando eu conto essa história todo mundo ri, né! E aí na segunda rifa do pato quem ganhou foi um morador que mora aqui, este morador até estava aqui. O segundo morador ganhou o pato e aí ele resolveu não mais fazer a rifa do pato, resolveu fazer o pato, comer o pato! E aí nós continuamos lá na igreja fazendo festival. Aí teve um festival de 1º de maio! Que era um festival muito grande! E aí a gente tinha a contribuição, era um festival crítico né! Que era pra gente fazer... Pagava um salário mínimo pra quem ganhasse o 1º lugar! Que era justamente pra gente fazer assim, a pessoa ganhava um salário mínimo, mas esse salário mínimo, dependendo do número da família, ele acaba logo no próprio almoço aqui do grupo! E aí junto a isso apareceu também... nós tivemos uma doação de um recurso de uma pessoa, que até hoje ela não se identificou, pra comprar o terreno, pra ajudar a comprar o terreno. E aí nós conseguimos...

Em sua versão, a orientação jurídica do grupo também é dada por um movimento da Igreja, *por uma pastoral de favela*:

E aí nós conseguimos comprar o terreno e assim, um preço bem mais barato, né! Parte veio dessa pessoa, a outra parte já veio das nossas festas, dos nossos bingos, né, da nossa contribuição... Aí nesse momento que houve essa primeira compra que era a compra do terreno a gente conseguiu fazer isso, até porque assim, isso aqui é uma posse, eram duas posses, uma colada na outra, dois terrenos. E aí nós conseguimos descobrir com uma pastoral de favela que foi quem nos indicou a possibilidade de comprar esse terreno, que esse terreno aqui na verdade ele era posse e tinham famílias que moravam aqui já há mais de 20 anos, então, essas famílias tinham por direito de até serem indenizadas pra sair daqui. E aí nós colocamos isso pra proprietária: olha, tem isso e isso acontecendo, né, a gente sabe em que condições está o terreno, se a senhora for tirar o pessoal daqui – ela estava sempre ameaçando que ia tirar – vai ter que indenizar todo mundo! Na época quem morava a mais nova era eu que

morava há cinco anos já. E aí ela ofereceu, resolveu vender o terreno pra gente. E aí nós conseguimos comprar o terreno que na época foi R$ 7.000,00.

Posteriormente à compra do terreno houve o contato com a FBR que começou a partir de então a assessorar este primeiro grupo de famílias. Após uma primeira tentativa de organização das famílias para geração de renda, com o objetivo de obter financiamento para a construção das casas, o projeto de cooperativa habitacional engrenou com a disponibilidade de um fundo de origem privada, da Misereor, uma agência da Igreja Católica alemã, e da IAF (Fundação Interamericana), possibilitando a inclusão de mais famílias no projeto e, inclusive, o financiamento de outras cooperativas porque o fundo original tornou-se rotativo. Descreve aqui este contexto:

Aí nós transformamos isso aqui numa cooperativa. E aí você compra o terreno e agora como é que você vai construir casa? Se não tem dinheiro! Aí veio a proposta da Fundação. Numa reunião também nós descobrimos lá na Cidade de Deus que tinha um grupo, uma ONG que estava prestando assessoria pro pessoal da Cidade de Deus que era a FBR. Aí nós fomos até lá falar com o pessoal, trouxemos o pessoal aqui, apresentamos, apresentamos pra comunidade, apresentamos o projeto né! E aí nós trouxemos eles aqui e falamos, colocamos qual era a nossa proposta que era melhorar aqui as condições de moradia e aí logo de início falou: Ó, nós temos o trabalho, não temos o dinheiro! Então, junto a isso, em 93, na conta de luz vinha uma contribuição que a gente fazia sem querer, sem perceber você fazia uma contribuição na conta de luz! Esse dinheiro virou um fundo, né, que na época era fundo religioso onde esse fundo seria destinado a partir de projeto pras comunidades carentes que estivesse pensando em geração de renda. E aí nós fizemos projeto pra lá, conseguimos o primeiro cheque pra montar uma geração de renda e aí viemos discutir com a comunidade qual era o ponto fundamental naquele momento ali. Era a gente empregar 9 famílias porque das 16 tinham 9 desempregadas e que assim, todas elas trabalhavam na área da construção civil! E aí nós compramos uma betoneira, compramos 10 fôrmas de fazer

laje de concreto e compramos também uma máquina de fazer bloco, bloco de muro, daquele bloco daquele muro que tem lá fora! E aí nós começamos a trabalhar geração de renda e começamos a construção.

Enquanto estava no processo da geração de renda o Bento Rubião fez pra gente 3 modelos de casa, projeto de casa, e aí nós optamos por um né, que era esse aqui pra atender 16 famílias. Naquele momento, até aquele momento eram 16. Mas com a dificuldade da moradia aqui em Jacarepaguá a gente percebeu que as pessoas quando souberam do projeto começaram a procurar a comunidade e aí nós ampliamos, abrimos pra mais 13. 13 famílias se cadastraram, começaram a acompanhar a reunião, começaram a participar e hoje tem um total de 29 morando.

Aí iniciamos com essas duas casas aqui, depois ficou um ano parado, até chegar o recurso da Misereor, porque na verdade essas duas casas aqui elas foram construídas com recurso próprio. Quando a gente tava fazendo o bloco e a laje, o dinheiro que a gente ganhava do bloco e a laje a gente pagava as pessoas que trabalhavam e também ao mesmo tempo construía as duas casas, mas aí o processo é muito demorado! Foi quando a gente optou por fazer projeto com a Fundação e buscar recurso fora. Ficamos dois anos na prefeitura negociando, nem a manilha pro esgoto a gente conseguiu! Já era o César Maia!

Esse projeto ele foi financiado por uma ONG chamada Misereor, da Igreja Católica. Aí esse projeto foi financiado por esta instituição. E aí qual era a contrapartida? Porque geralmente quando você empresta você quer tomar o dinheiro de volta! Eles fizeram a contrapartida, o dinheiro não volta pra Alemanha, ele continua no Brasil, ele tem que virar um fundo rotativo aonde esse fundo vai está atendendo outras comunidades. E aí assim, a gente começou a pagar aqui, esse dinheiro foi pro fundo, aí esse fundo já atende lá em Ipiíba e já atende Herbert de Souza que é a segunda cooperativa de Jacarepaguá. Porque cada, Ipiíba e até a Herbert de Souza, uma parte é do fundo rotativo da Misereor e outra parte é de uma outra instituição chamada IAF que é americana. Tá, assim, até a gente que assinou o projeto na época apoiando lá! Porque pros americanos

repassarem recursos da IAF pra Ipiíba e pra Herbert teria que ter o respaldo, a assinatura de algum projeto dizendo que vai dar certo.

O fundo disponibilizado por estas agências internacionais fomentou a organização de um Conselho Gestor. Participam dele lideranças das famílias das cooperativas, associadas também ao movimento União por Moradia, e representantes da FBR, como nos esclarece a coordenadora Gilda:

A partir do momento que vem o recurso e tem essa proposta da própria Misereor, o quê que eles fazem? A gente tem que criar, tá criado, né, no Rio de Janeiro tem um conselho que esse conselho é representado por duas pessoas de cada cooperativa dessa, esse conselho é que diz, sei lá, de repente a Michelle quer construir lá em Santa Cruz! Aí tem dinheiro do fundo? Tem que passar pelo Conselho, esse Conselho é que vai dar o aval pra Michelle construir lá! É o Conselho Gestor do Fundo Rotativo! Olha, nós temos, quer dizer, na verdade tem o nome, porque essa o tráfico tomou conta, que é chamada Pixuna, que é lá na Ilha do Governador. Tem uma outra chamada Colmeia que é lá em Campo Grande, tem Shangrilá, tem Herbert, tem Ipiíba. Essas cinco cooperativas são construídas do Fundo!

E aí esse processo só acontece a partir do aval do Conselho, entendeu? Porque se não você vai sair construindo casa em qualquer lugar! E outra coisa, esse recurso, o dinheiro da Misereor, ele não compra terreno, é só pra obra, só pra construção! Não compra terreno! E nem você consegue retomar ele pro próprio... Por exemplo, Shangrilá tem alguns problemas aqui de obra, entendeu? Então, pra você conseguir acessar desse próprio fundo pra conseguir retomar pra cooperativa que já usou dele você tem que justificar muito bem justificado! Porque eles fazem uma auditoria. Agora mesmo em setembro, acho que foi em setembro, a auditoria teve aqui no Rio, né, na Fundação, aí essa reunião é com a Fundação mais o Conselho. E agora em fevereiro a gente tem que fazer de novo a auditoria porque hoje a gente tem uma parceria do movimento de

moradia, da União por Moradia, aí tem uma parceria: União por Moradia, com Bento Rubião e Misereor.

Como aconteceu também na Cooperativa Ipiíba, na Cooperativa Shangrilá a Igreja Católica teve um papel importante inicialmente. Entretanto, neste caso, a coordenadora Gilda destaca um rompimento com aquele grupo da Igreja que considerou necessário para que as famílias pudessem ter voz ativa no exercício da mobilização coletiva. Este processo de rompimento e desentendimento com representantes da Igreja, se dá principalmente a partir do contato com outras instituições que apóiam as famílias, tendo acesso a questões sobre formação e mobilização comunitária tendo em vista um projeto mais amplo de assentamento habitacional das famílias. Fala, então, de uma *racha* no grupo da Igreja, de sua intransigência, associando-o a iniciativas mal sucedidas de geração de renda na época em que ele possuía voz ativa na Cooperativa Shangrilá:

Aqui teve a fábrica de bloco, teve a fábrica de laje, teve restaurante, vendia quentinha e aí fazia chinelo... Muita iniciativa começou e parou! E aí porque a gente avalia? Quando tinha aquela época da Ação e Cidadania, que tudo era muito bonito, tudo era muito belo, o quê que acontecia? A gente não fazia um estudo, que acho foi o que aconteceu com Ipiíba também, não fazia um estudo prévio de dizer o quê que a comunidade necessita, entendeu? Será que uma fábrica de chinelo aqui ia conseguir escoar o produto? A gente não fez essa avaliação! Aquilo que nos ofereceram nós pegamos e a gente viu que a gente nadou e morreu na praia! Então, assim, a Shangrilá ela passou por um processo de parada, até porque esse grupo da Igreja que veio pra cá são pessoas assim, que a vida toda passou na Igreja com alguém mandando, então, na cabeça deles eles tinham que ficar aqui na ponta sempre mandando! E aí houve um racha nesse grupo, nós rachamos com esse grupo! Dizer assim: Olha, até aqui foi a vez de vocês, agora deixa a comunidade caminhar sozinha! Entendeu? A Nelma até conhece esse pessoal, o grupo rachou!

Tá um tempo já que a gente tá sem coordenação, a gente procura fazer algumas reuniões, fizemos um sábado passado com algumas famílias

que nem todo mundo vai. Esse grupo se afastou e aí deixou o trabalho e a gente vem agora tentando priorizar e priorizar de que forma? É sentar com a comunidade e dizer assim: Olha, estamos aqui com um problema, como nós vamos resolver? Entendeu? Mas isso tem que vir da gente que é morador, não da pessoa que tá de fora que não tá vivenciando o problema! Isso era proposto pela Igreja, agora é proposto pela gente, entendeu? Por exemplo, o telhado aqui, sempre teve problema no telhado, o vazamento que era aquela telha fininha de amianto. E aí todo tempo brigando, morador brigando com outro e aí tinha uma Comissão de Obra na época, o pessoal culpa a Comissão de Obra até hoje! E aí nós sentamos com eles, convocamos uma assembleia, sentamos com o morador: Olha, tem um problema instalado, é o telhado, o que nós vamos fazer?

7.1.2. A expansão da experiência Shangrilá – abordagens sobre o cooperativismo habitacional

A experiência de Shangrilá passa, então, a ser expandida a partir de seu envolvimento maior com a questão habitacional, da sua entrada no movimento de luta por moradia com a adesão de novas famílias demandantes de habitação entendida como um processo contínuo que expressa a falta de moradia para as famílias de baixa renda. A intransigência daquele grupo da Igreja Católica local é também lembrada quando ela já associada à União por Moradia procura alternativas de habitação para novos grupos de famílias formados em Jacarepaguá que representam hoje a Cooperativa Herbert de Souza e a Cooperativa Esperança. Esta é a mais nova cooperativa criada cujas casas estão hoje em processo de construção via financiamento pelo Crédito Solidário, que em outro momento irá ressaltar como uma conquista da UMP-RJ. Assim, descreve a história deste investimento:

Porque o quê que acontece? A partir do momento que nós entramos pra União de Moradia, pro movimento de moradia, nós entendemos que assim, o nome já diz: é moradia! Tem que priorizar, tem que buscar moradia pro povo que precisa! Então, assim, o quê que acontece?A partir do momento que a gente entrou pra União de Moradia, a

gente avaliou isso, aí a gente foi buscar experiência com São Paulo pra alternativa de moradia, de habitação. E aí a gente começou a perceber algumas dificuldades, só que nesse momento a gente já tava com esse grupo organizado! Que é assim, quando você entrega uma casa, automaticamente, sem você querer você percebe que já vem outro grupo se formando, buscando também casa. E aí nós, esse grupo na verdade ele tem 8 anos. Esse grupo ele cresceu na fila de espera da Herbert. Então, no processo de... Eu, como eu sou muito sentimental, né, eu ficava muito preocupada com aquelas pessoas! A Nelma acompanhou bem esse projeto lá comigo também. Agora a Esperança ela surgiu – a gente costuma dar o nome de rabo da fila – no rabo da fila da Herbert, né! Então foram aparecendo, a gente foi pegando o pessoal, fazendo cadastro, né, guardando o nome e aí um dia eu falei: Ah, vou pensar em construir um novo grupo! E aí começamos a fazer algumas reuniões. Muita dificuldade! No início era eu sozinha, só eu mesma. E aí eu fui chamei a Nelma, o César (também coordenador nacional)*, né, que é um amigo nosso, o Manuel que mora aqui: Vamos formar um novo grupo! E aí começamos a discutir com eles. "Pô, tem que buscar família!" Aí eu falei, não! Aí eu apresentei o cadastro. Não, família eu já tenho!*

Aí começamos a discutir, aí a gente fazia reunião na escola, aí a gente começou a fazer reunião na rua, né, porque não tinha... Este espaço (o Centro Comunitário de Shangrilá) *estava fechado com aquelas famílias do grupo da Igreja. E aí assim, o meu questionamento era o seguinte: Pô, com um salão daquele lá construído e não pode usar porque tinha uma racha! Tinha nada a ver com o pessoal que tava entrando! Aí eu fui fiz um documento pedi aqui. Aí qual era o meu questionamento, você com um salão desse construído e aí fechado por causa de capricho, por causa de uma pessoa da igreja!? Aí mandamos o documento. Você não sabe a briga que era! Mandamos um documento solicitando o espaço pra atender a Esperança. Aí fizemos a primeira reunião, na segunda reunião eles mandaram um documento dizendo que não reconhecia aquele grupo como nada em Jacarepaguá! Era uma briga interna nossa que eles levaram a*

coisa pro lado pessoal! Aí eu falei: Olha, tudo bem, a gente até não faz a reunião, mas eu vou mandar um documento pra entidade que financiou o projeto (uma ONG espanhola) *e vou dizer que o Centro Comunitário foi construído pra virar um elefante! Aí resolveram liberar!*

E com isso já tem oito anos que a gente tá fazendo reuniões com esse grupo, né, da Esperança. Assim, o entendimento deles é que a gente era ignorante demais, que não ia conseguir entender o que estava acontecendo! Só que não é por aí, entendeu, não é por aí! O argumento era que não conhecia esse grupo como nada! Não foi nem a comunidade que rompeu! Esse grupo da Igreja ele rompeu com a FBR em nome da comunidade, a comunidade nem sabia! E aí nós desfizemos o mal entendido, entendeu? Colocamos pra eles que não era bem assim a história, que quem tava rompendo com o Bento Rubião era aquele grupo, não era a comunidade!

Quando a cooperada descreve o processo de mutirão pelo qual passaram as famílias destaca a grande representatividade das mulheres. São fundamentalmente elas que iniciam o processo de aprendizagem de construção das moradias a partir das trocas de experiências que se dão em rede de cooperativas, um processo iniciado com a Cooperativa Shangrilá:

O processo de mutirão mesmo, assim, interessante: 80% da mão-de-obra do mutirão é mulher. Aqui nós já temos casos assim de a mulher falar pro marido: Olha se você não for trabalhar no mutirão você não vai entrar na casa depois! Entendeu? É porque o quê que acontece? A mulher vem porque quando você fala que quem quer ter uma casa, geralmente quem está na frente é a mulher! O marido ele vai trabalhar de manhã, ele chega no final do mês ele te dá o dinheiro, você se vira com o que ele te dá, né! Você tem que se virar, pagar aluguel, conta de luz, médico, não sei o quê, não sei o quê. Mas quando fala em ter a casa própria automaticamente é a mulher que sai na frente! Como é a outra cooperativa agora que a gente tá começando, entendeu? Tem reunião que você conta a dedo, 3, 4 homens e o restante tudo é mulher! E são 70 famílias! No projeto novo do Crédito

Solidário, que é o Grupo Esperança que é a cooperativa agora, são 70 famílias. Você olha assim tem 3, 4 homens. É tudo mulher!

Todas as cooperativas elas têm a mesma linha, elas seguem a mesma linha. Você tem um pedreiro e um servente, na verdade qual é o papel do pedreiro e do servente? Durante a semana é pra abrir a frente de trabalho pro final de semana. Na Herbert tem mulheres lá que colocam azulejo, entendeu, que assenta tijolo. Esse profissional que você contrata ele tem que ser não só rápido, uma pessoa que consiga trabalhar em conjunto, uma pessoa que consiga multiplicar o trabalho e que tenha paciência pra ensinar, tá! Que por acaso o nosso chegou, entrou aí agora! Então a gente consegue contratar essa pessoa, o nosso aqui tinha maior paciência pra ensinar! As vigas de laje, você conhece viga de laje? Todas foram feitas aqui, a de Ipiíba quem ensinou a fazer lá fui eu! Enchemos um ônibus de pessoas e levamos lá, não só pra conhecer a experiência mas pra trocar, né, e aí nesse dia eu fui ensinei o pessoal lá. Ensinei até os homens a fazer viga de concreto, meu filho foi ensinar colocar caixonete de porta, não só lá não, na outra também1 Na Colmeia, que é lá em Campo Grande, também! Porque a ideia é trocar mesmo!

A grande presença das mulheres no projeto irá se coadunar com uma perspectiva da política habitacional defendida pela coordenadora Gilda em outra oportunidade, fora das condições da entrevista. Refere-se ao entendimento da propriedade feminina da casa como uma estratégia mais eficaz neste sentido porque baseada no postulado de que as mulheres são mais inclinadas a preservar o valor social da casa. Ele mesmo devedor de uma concepção de natureza feminina e masculina, segundo a qual, na versão da coordenadora do movimento, *as mulheres pensam mais na família e nos filhos,* estariam assim mais voltadas para a manutenção dela, enquanto *os homens a abandona e repassam a casa para terceiros mais facilmente*. Esta proposta deveria ter correspondência com o estatuto do associativismo habitacional como meio coletivo de aquisição do terreno e da casa e de assim garantir um capital social que se oponha à perspectiva *individualista* tão criticada em sua vertente pessoal e institucional.

Nesse sentido ela descreve a conjuntura mais favorável da Cooperativa Shangrilá que pretende legalizar o terreno como coletivo, ao contrário de Ipiíba cujo terreno foi transformado em lotes e vendido. Enaltece, com este propósito, o desapego à ideia de propriedade individual da terra alegando uma *lógica* do trabalho do movimento do qual faz parte e uma suposta ordem divina do mundo cujo território seria assim naturalmente coletivo. Como argumenta:

> *Aqui foi diferente! Mas a ideia aqui é fazer uma propriedade coletiva. Porque o quê que pode acontecer? Às vezes eu converso muito isso com o Zé Carlos. O quê que pode acontecer? Daqui pra frente ninguém garante que a família vai tá pensando no filho dela, entendeu? No bem estar! Porque assim, da mesma maneira que eu tive dificuldade, até com quase com 40 e poucos anos, com 50 anos, estou tendo minha casa ninguém garante que minha filha ou minha neta vai ter a casa dela amanhã, né! Não queremos que isso aconteça, até porque todas as famílias, todas elas têm filhos e muitos filhos numa situação muito precária! Você imagina o pai maluco vende a casa e os filhos vão ficar como depois? Não vai conseguir uma casa dessa nesse valor em lugar nenhum! Em lugar nenhum! Então, a nossa discussão hoje é transformar isso aqui numa propriedade coletiva.*
>
> *Aqui são dois terrenos. Quem comprou o terreno foram duas pessoas da Igreja, um comprou um, o outro comprou o outro. Foi comprado em nome de pessoas porque lá no início não tava constituída ainda uma cooperativa. Um terreno já foi passado pra cooperativa, tem que passar os dois pra depois legalizar!Eu não sei qual é essa discussão que rola lá* (na Cooperativa Ipiíba)*, até porque eu não consigo acompanhar muito o raciocínio que eles têm em relação a isso. Entendeu? Eu não acho muito interessante, não, até dentro da lógica que a gente trabalha! Porque eu acho tão, assim, mesquinho as pessoas brigarem por terra! Sabe! Pra mim não tem mérito nenhum brigar por terra! Isso aí um mata o outro! Tá doido! Deus quando fez o mundo ele não falou assim: esse pedaço é seu, esse pedaço é seu, esse aqui é do outro. Ele não fez isso! Ele não dividiu o mundo em pedaço ali. Eu acho o mundo tão difícil!*

Seguindo esta linha de raciocínio a coordenadora se coloca contra a ampliação não planejada da casa, ou seja, deve-se priorizar modelos coletivos e negociados de habitação o que justifica um determinado controle sobre as famílias a fim de evitar construções desordenadas:

> *Lá tem previsão* (na Cooperativa Ipiíba) *pra ampliar, aqui não tem previsão. Aqui nós deixamos uma casa já com dois quartos, sala, cozinha e banheiro, área de serviço, varanda.* (No modelo original, as casas da Cooperativa de Ipiíba só não possuem área de serviço) *Por quê? Assim, a estrutura dela não comporta você fazer pra cima porque se não você fica com aquele vício de construir favela, favela, favela! Nada contra favela, mas fica feio, um aspecto ruim! Você vai criando... Não tem mais espaço! Mas eu sei como é, no primeiro momento todo mundo concorda com tudo, depois quer modificar! Lá em Colmeia eles radicalizaram, eles passaram por toda a orientação do Bento Rubião. Aí tipo assim, a presidente da cooperativa ela construiu... Porque a casa dela é o contrário, né, em vez de ser uma casa em cima e embaixo, é sala e cozinha embaixo e quarto em cima. Em cima ela já construiu já, o pessoal abriu, como é que se diz? Espaço aberto pra lazer em cima! É, ela começou né, agora vai desencadear uma abertura maior da comunidade! E aí a partir do momento que o presidente quebra a regra, a tendência é todo mundo quebrar, né? Por isso que aqui a gente tá segurando o tempo inteiro, entendeu, pra não quebrar regra! Porque fica feio cara!*

Este e outros aspectos relativos à convivência familiar em um espaço coletivo, previamente delimitado, constituindo um conjunto de compromissos e obrigações comuns, deve ser objeto, segundo sua versão, de um trabalho de formação que deve ser realizado junto às famílias e que neste trabalho foi amplamente situado em termos de suas características mediadoras tendo em vista as diferentes instituições concorrentes nos projetos desenvolvidos, como a Igreja Católica e a FBR, além da UMP-RJ. A coordenadora deste movimento se refere a este trabalho de *preparação das famílias* a partir da questão da inadimplência de pagamentos na Cooperativa Shangrilá:

O pagamento (da casa) *ficou a prestação de R$34,00, que aí nós temos 3 pagamentos porque aqui a gente tem casa com 2 quartos, casa com 1 quarto e quitinete. O valor é diferenciado a partir do tamanho, quitinete 19, um quarto 25 e essa aqui de 2 quartos é 34. E 8 anos pra pagar, que a grande maioria já pagou tudo, já acabou. Mas luz, não, luz tem algumas famílias aqui que é assim, não é nem que ela não tem condições de pagar, porque é picareta mesmo, entendeu? Não é nem que atrasa não, deixa acumular pra lá, deixa cortar e liga no gato mesmo! Porque aí você percebe, por exemplo, uma família que diz que não tem R$ 50,00 pra pagar uma conta de luz, mas ela passa na loja e compra, sei lá, uma calça comprida de levantar a bunda de R$ 250,00. Entendeu?*

Então, assim, aquele momento do barraco, que as pessoas pagavam aluguel, não pagavam a luz, viviam no gato, aquilo vem junto! Então quando entregou a primeira casa teve uma amiga nossa, que a Nelma até conhece ela, que é a Regina, ela fez a seguinte pergunta: Tudo bem, a casa tá linda, maravilhosa, a família tá sendo muito bem recebida, agora, vocês prepararam as famílias pra receber essa casa? Era exatamente isso que eu tava dizendo! Vocês prepararam as famílias, que elas vão ter que pagar aluguel, vai ter que pagar água, vai ter que pagar luz? Então, isso aí tá sendo assim, um desafio pra gente! E aí é assim, se a gente avaliar, por exemplo, hoje a gente estaria pagando uns R$ 70 a R$ 80,00 de aluguel, na época, se fosse barraco. Pra 34! Não paga porque não quer, entendeu?

Quando a FBR é avaliada enquanto ONG parceira da UMP-RJ a coordenadora Gilda ressalta aspectos positivos que se referem à idoneidade institucional, à possibilidade de negociação do movimento apesar das dificuldades estruturais em atender a todas as demandas do movimento:

Porque assim, a gente sabe que todas as ONGs têm seu problema, mas de todos os problemas que têm no Rio de Janeiro, a FBR ainda é a única ONG que a gente consegue trabalhar que atende a gente nas 3 esferas, entendeu? Que tem a possibilidade de atender o movimento! Então,

assim, a FBR tem várias frentes lá dentro, você tem a social, você tem a pedagogia, você tudo você tem dentro da Fundação, que é assim, não é aquela disponibilidade porque a demanda é muito grande! Porque eles têm trabalho no Rio de Janeiro quase que inteiro pra atender! É Rocinha, é um monte de coisas! Outros projetos. E aí assim, acaba ficando difícil, mas a gente consegue trabalhar, entendeu? Com agenda, tal, tal! Ontem mesmo tivemos uma reunião com a Fundação pra assinatura de um contrato que a gente conseguiu agora pra... com o governo federal pra apoio de assistência técnica. Então, a gente conseguiu assinar isso ontem! Então, por acaso a gente tava ontem, todo mundo da União tava ontem nessa reunião!

Mas por outro lado, o trabalho da FBR é questionado quando comparado à firmeza dos representantes da Igreja, avaliada agora em termos positivos no trabalho desenvolvido com as famílias de Shangrilá, tendo em vista contextos específicos de objetivação de controle sobre projetos de cooperativismo onde a determinação, sob a forma de *capacitação* das famílias, é situacionalmente entendida como mais importante que o livre-arbítrio, onde a *razão* é vista como mais urgente que *o coração*, como enfatiza:

Quando você pára pra avaliar os projetos, a gente teve muito erro, a gente errou muito! Mas esse erro não significa você ter que repetir! A gente tem tudo na mão pra não repetir e essa é assim a decepção maior da minha vida com o foco social do Bento Rubião! Eu costumo dizer assim pra eles, o social eles agem muito com o coração e nesse tipo de projeto tem que agir com o coração, mas também com a razão, não é? Tem hora que tem que botar o coração de lado e companheiro, vem cá! Tem que chamar o cara porque se não, não funciona não!

E outra, lá em Pixuna (cooperativa tomada pelo tráfico)*, eles tinham até uma cozinha comunitária lá também! Tinha uma cozinha comunitária e na reta final eu soube de informação o seguinte: tinham duas pessoas que ficaram coordenando o projeto da cozinha e aí disse que os caras chegavam lá de manhã e falavam pra elas: tem que fazer comida pra*

mim aí hoje! E as mulheres tinham que fazer! Então, assim, não houve uma preparação! Lá, acho que eram 30 também (famílias)*. Não tenho nem o número exato mais quanto é que era! Todo mundo sumiu! Todo mundo! Sabe assim, deixou mesmo pra lá? Porque não tinha condições, não tinha como se expor! E as casas chegaram a ser construídas, infelizmente! E aí assim, aquela... Não que você queira ser dono, mas tem que ter alguém que tem que tá se impondo em alguns momentos exatamente pra não acontecer porque isso pode existir, acontecer em todos os lugares!*

Porque se você percebe, por exemplo, se você vê lá e a capacitação que foi dada aqui em Shangrilá, independente do problema da Igreja, foi o grupo da igreja que deu! E lá não teve essa capacitação! Não teve uma formação! Não, é chegar lá e passar o básico de cooperativa! O que é cooperativa? É isso, isso e isso! Essas três (cooperativas) *começaram juntas: Shangrilá, Ipiíba e Colmeia! Começaram junto! Então, assim, a mesma capacitação que eu tive não foi a mesma que eles tiveram! Até porque a Igreja tem um lado ruim – que ela quer ser durona – mas tem um lado bom de você conseguir entender melhor o processo como acontece! Lá, dava assim, aquele curso de cooperativismo que é assim, cooperativa tem que tá inserido, fazer isso, fazer aquilo, entendeu? Que é o básico de cooperativa, não aprofundou!*

E nós temos também as nossas parcelas de culpa, como aqui em Shangrilá. O quê que acontece? Toda formação que eu tive todo mundo aqui teve direito de ter, mas não quiseram! Então é mais fácil hoje ter uma pessoa falando por Shangrilá! Não seria bom que todo mundo falasse? Mas hoje tem gente aqui que não sabe nem mais o que é fundo rotativo! E por exemplo, ele quer sair da casa dele, ele acha que você que é.... "Ah, a cooperativa tem que me pagar!" E quem é cooperativa? Então, a resposta está na pergunta dele! Entendeu?

Segundo esta perspectiva a objetivação de controle também deve se dar após a construção das casas a fim de salvaguardar os critérios do projeto de cooperativismo consolidados e supostamente aderidos pelas famílias. A venda de uma casa em outra

cooperativa de Jacarepaguá, a Herbert de Souza, sob condições suspeitas, é razão de preocupação da coordenadora que supõe o risco de não pagamento da dívida do Fundo Rotativo pelas demais famílias. Descreve aqui sua aflição com o problema apresentado na Cooperativa Herbert de Souza transpondo-a em termos de uma necessidade de manutenção das condições idealizadas de moradia a serem salvaguardadas em nome de uma coletividade:

> *Na Herbert eles acabaram de vender uma casa agora! E aí assim, a proposta da Herbert é igual Shangrilá, você não pode vender a casa pra terceiro. Todas as cooperativas são assim! Aí você passa pra própria cooperativa e a cooperativa que vai avaliar quem vai colocar lá! E aí na Herbert o pessoal doou, eu soube disso faz uma semana. Não, sexta-feira que eu soube que um morador da Herbert vendeu a casa! E outra, o mais agravante disso tudo é o seguinte, que a pessoa que comprou ela sabe que como a Herbert só tem acho que 6 anos de vida, que ela tem todo o fundo rotativo pela frente pra pagar... Porque na verdade, não creio que pagando 23.000, não é só 23.000! Ela tem todo um processo pra trás pra pagar! E tomara que a família que vendeu esteja em dia, né!*
>
> *E o pior disso tudo é que a pessoa que comprou, que assim, que indicou quem poderia comprar, foi tesoureira, fez parte da coordenação! Fez parte da coordenação! Isso que dói lá no fundo! Uma pessoa que veio, que era separada do marido, o marido não tá nem aí! A gente trabalhou pra caramba pra ela fazer a casa dela porque a gente também trabalha, a gente não trabalha só indo lá pra... Não, mete a mão na massa mesmo! Eu mesma não consigo chegar lá no mutirão ver o pessoal puxando um balde e eu não fazer isso, né! Assim, você se dedica, perde tempo, vai pra lá, ajuda... Aí a pessoa todo o tempo tá igual camaleão? Concorda com tudo o que você fala, tudo pra ela tá certo! E depois vem te dá uma facada nas costas!*
>
> *Nós vamos tentar fazer uma reunião lá pra saber o quê que houve, por que vendeu, se a pessoa que comprou tá sabendo como é que funciona o negócio, que ela vai ter que pagar o fundo, entendeu? Tem que saber disso! Porque isso, se essa família não pagar o restante do fundo isso pode desencadear dos outros também não querer pagar mais! E aí se ela não*

paga o fundo rotativo o restante da comunidade também não paga! Às vezes eu não durmo, eu fico rodando igual peru tonto dentro de casa, eu fico lembrando dessas coisas, eu fico tentando achar saída! Então, assim, isso mexe com a sua insônia!

7.1.3. A consolidação da União por Moradia no Estado do Rio

A coordenadora Gilda apresenta a organização do movimento União por Moradia de âmbito nacional cujo compromisso é com a política habitacional e urbana no país. Descreve o encontro com o movimento regional de São Paulo cujos associados apresentaram a proposta de cooperativismo a moradores representantes de famílias demandantes de habitação no Estado do Rio. Fala deste processo de engajamento na militância pela moradia que se iniciou com a parceria com a ONG FBR:

A União de Moradia ela milita mais em São Paulo, né, ela está hoje em 20 estados. E assim, ele foi criado a nível nacional, cada estado tem dois representantes nacionais, né, dentro da coordenação. Tem a executiva e tem as regionais. Então, no Rio de Janeiro hoje nós temos 6 regionais: Jacarepaguá, Santa Cruz, Nova Iguaçu, Caxias, Magé e São Gonçalo. E Centro! São sete! Tem sete coordenadores que atuam mais na área da habitação. Hoje nós estamos militando não só na habitação, mas na reforma urbana como no geral, né! Porque a gente defende o seguinte, que moradia não é só casa!

A União de Moradia, na verdade assim, ela, nós achamos a União a partir de uma experiência. O seguinte: teve uma troca de experiência do Rio de Janeiro com São Paulo, foram pro Uruguai pra conhecer as experiências do Uruguai. Então, naquele momento foi em 96. Foi em 96 se não me engano! Então, o Rio de Janeiro, nós daqui de Shangrilá mandamos um representante pra lá pra conhecer a experiência. Quer dizer, você vem de lá, né, cheio de ideias! E aí a partir dessa ida lá é que nós entendemos melhor ainda o processo de cooperativa, né! E aí ano passado já teve uma outra visita, em 2000 teve uma outra visita porque você vai levando pessoas

diferentes até pra conhecer! Pra você conseguir vender a ideia de cooperativa da forma que a gente está sendo, né!

Quem tinha esse contato era a FBR, que automaticamente os grupos que estavam inseridos na Fundação ela apresentou pra União e aí a gente resolveu mandar uma pessoa junto com a União. Então, nesse primeiro momento a União ela não conseguiu avançar aqui no Rio de Janeiro, né. Aí quer dizer, hoje, esse momento que ela está vivendo hoje é um segundo momento da União aqui no Rio!

Em seguida comenta a rotina do movimento no Estado do Rio de Janeiro que a partir deste segundo momento se fortalece. Fala das *estratégias* das reuniões regionais, da sua rotina de negociação interna, da agenda de encaminhamentos tendo em vista a ampliação da atuação do movimento diante da mudança de perspectivas na política de habitação no país, com a inserção de programas governamentais com investimento no setor:

O Centro Comunitário é uma sede da União de Moradia. Ela vem, quer dizer, os coordenadores vêm pra cá e agora a gente tá mudando de estratégia, nós vamos fazer as reuniões mais itinerantes. Por exemplo, sábado agora, depois de amanhã tem uma, vai ser lá em Magé, porque assim, independente dos coordenadores estarem dentro da União tem coordenador que não conhece a realidade de Magé! Eu conheço porque eu tenho que rodar, eu tenho que ir conhecer. Então, tem coordenadores que são mais recentes que não conhecem a proposta lá. Mas a reunião da União é uma reunião mais restrita, quando a gente faz seminário ou essas coisas a gente convida todo mundo, mas a reunião normalmente é fechada. Porque assim, a reunião da coordenação é sempre uma reunião pra lavar roupa suja, quebrar o pau, brigar, entendeu? Que a gente briga, saiu depois, tá todo mundo se beijando, se amando! Mas, então, o pau quebra de vez em quando!

Essa agora vai ser uma extraordinária porque a gente tem um montão de projeto pra ver e a gente tem que encaminhar e é assim, você

tem que ter uma reunião por ano, você tem que fazer uma reunião o dia inteiro porque geralmente a gente não faz uma reunião só, faz mais. Mas essa... Porque é assim, tem um monte de projeto acontecendo, a gente tem que sentar com a coordenação da União pra distribuir tarefa, né! E tem a agenda nacional! Que tem que cumprir também a agenda nacional porque a agenda nacional é o quê? É fazer contato com os outros países, é a mobilização do Estado, aí tem a reunião da reforma urbana, tem que tirar quem é que vai pra onde, quem vai fazer o quê. Tem um monte de projeto acontecendo, entendeu? Por exemplo, Ipiíba tem o Fundo (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social)*, aqui tem o Crédito Solidário, Santa Cruz tem Fundo, Nova Iguaçu tem Crédito Solidário... E assim vai, vai começar tudo agora em março e abril. Nós vamos preparar o calendário do ano e nós vamos dizer: olha, o calendário é tal! A União tem muito trabalho, muito, não é pouco não! Por isso a gente tem que sentar um dia pra se preparar!*

Apresenta também os grupos inseridos e representados no movimento e os projetos de construção e capacitação que os contemplam:

Nós temos associação de moradores também! Por exemplo, Santa Cruz é associação, Nova Iguaçu é associação! Cooperativa que tá dentro da União hoje é Shangrilá, é Ipiíba, agora Esperança, que é uma nova cooperativa do Crédito Solidário que a reunião é aqui também, no Centro Comunitário. Já Magé não é construção, Magé é só capacitação! *Capacitação pras famílias mesmo entenderem como é que funciona o movimento, fazer, sabe, um trabalho maior, mobilizar a comunidade!*

Magé é um projeto novo que tá começando agora, um projeto de capacitação! O recurso que a gente conseguiu pra lá é de capacitação. A própria pessoa que é coordenador da União lá ele fala: "nós não queremos construção agora porque as famílias querem construir outras coisas". Fizeram ocupação no terreno da rede ferroviária e construíram suas casas. O que ele pede pra União hoje, pediu na época, era projeto pra fazer

capacitação e formação com as pessoas que moram lá. E é assim, o projeto, ele veio pra atender 40 famílias. Sabe qual é a extensão de famílias que a gente tem pra trabalhar? 14 Km! E só tem dinheiro pra atender 40! 14 Km de ocupação, não dá, não dá!

É Magé e Caxias! Agora o restante é tudo construção! Teve uma companheira nossa, a Dona Neia, essa que vai na União, o projeto de Crédito Solidário dela é de Nova Iguaçu, que tem uma parceria com a prefeitura de Lindinberg. E sabe quantas famílias ela tem? 102. E já conseguiu terreno, já fez planta da casa, só falta algumas pendências da Caixa pra poder começar!

Este panorama atual mais favorável ao movimento no âmbito do Estado do Rio é comentado como produto dos investimentos de luta do movimento, como o Crédito Solidário, por exemplo, que na fala da coordenadora é destacado como símbolo do esforço de seus integrantes em negociar junto ao governo federal, *brigar* por critérios favoráveis às famílias beneficiárias da nova Cooperativa Esperança. A participação neste movimento é vista como essencial para se ter acesso às questões e informações próprias do campo da habitação e assim ter possibilidade legítima de barganhar os interesses de seus integrantes, representantes líderes das famílias que pleiteiam casa própria. Enaltecendo este sentido positivo da mobilização no movimento ela comenta alguns dos projetos consolidados:

O grande desafio nosso também pro Crédito Solidário é que é uma inovação do governo Lula, entendeu? Que assim, a partir das demandas do movimento, das reivindicações do movimento criou-se esse Crédito Solidário que é apelidado de "Crédito Solitário"! Até porque ainda não começou. Tem quatro anos que a gente tá negociando esse Crédito Solidário! Tem um ano de contrato assinado e aí quando você pega lá o nosso projeto você percebe assim muita... A burocracia da Caixa que impossibilita! E aí nós continuamos e mesmo assim nós continuamos!

Aí no Crédito Solidário a gente esbarrou com essa dificuldade da Caixa Econômica, com a burocracia. Não pode tá no SERASA, não pode tá

no SPC! No primeiro (contrato) *nós quebramos lá a história do SPC! Aí continuou a história do SERASA! A gente continuou brigando lá e mostrando pro presidente quais eram as nossas dificuldades de construir moradia, porque não adianta eles irem pra imprensa e dizer assim: Olha, vamos construir 100.000 moradias! Mas e daí? Vão construir com o quê, com as empreiteiras? Porque construir com a empreiteira você vai construir casa pra quem não necessita de um Crédito Solidário da vida! Porque esse projeto é pra atender de 0 a 3 salários mínimos e a gente começou a brigar, brigar, brigar e a gente conseguiu avançar no projeto, mudou.*

E aí assim, a gente continuou brigando lá com o governo, mudamos algumas coisas dentro da proposta do Crédito Solidário, forçamos a Caixa a assinar o contrato porque a Caixa não assina o contrato se você não tem o terreno! Aí nós continuamos brigando com a Caixa Econômica pra liberar o projeto e brigando com o governo federal porque a gente queria uma área do governo federal! Aí nós conseguimos a aprovação do projeto e conseguimos também que o governo federal doasse terreno pra gente! Eles doaram um terreno com 9.000 m² depois de uma negociação. A gente conseguiu, trocamos por um com 13.000 e estamos lá dentro da Colônia hoje! Provavelmente começa agora no final de março!

Agora, o projeto da Caixa Econômica (vinculado ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social) *é todo ele financiado pela Caixa Econômica! Mas também é via governo federal, é uma proposta do governo federal em parceria com a prefeitura e com o governo do Estado, entendeu? E é assim não foi... Olha, é muito trabalho, sabe! Não é pouco trabalho não! É muito trabalho! Nelma andou acompanhando um tempo o grupo.*

Agora, o telhado lá em cima da casa (da Cooperativa Shangrilá) *a gente mudou agora com outro projeto também, mas pela SELAVIP! Vai trocar o telhado, tá muito ruim, tá desgastado! Aí vai trocar o telhado, caixa d'água, tá trocando tudo! A fundo perdido também! E foi a União que indicou a SELAVIP, foi a União de São Paulo que indicou! Aí, assim, quando você consegue ter essas informações, como é que a gente consegue?*

É tanto dentro da história! Aí a União hoje ela tá no Rio de Janeiro, está eu, o Zé Carlos, essa galera toda dentro da União!

Entretanto, há algumas distinções entre as regionais do Rio de Janeiro e de São Paulo, apontadas pela coordenadora em termos de *contradições*. Há um maior incentivo e apoio financeiro do governo do Estado de São Paulo ao movimento que lhe possibilita maior poder de articulação e de concretização de demandas. Mas por outro lado, em sua versão, a UMP-RJ se destaca frente aos integrantes da União de São Paulo pela iniciativa em procurar atender às famílias locais, com os recursos que lhe são possíveis, por meio de sua organização em cooperativas habitacionais. Como argumenta:

Agora, tem umas contradições! Por exemplo, São Paulo! Nós tivemos o encontro da União do Rio de Janeiro há quatro anos atrás aqui no Rio. Aí no último dia, qual era a proposta do curso? Era o pessoal fazer visita, né, conhecer o Rio de Janeiro! E aí um grupo de São Paulo optou por vir conhecer a cooperativa (Shangrilá). *Quando eles chegaram aqui eles ficaram doidos! Porque eles não conseguem construir lá, eles achavam que não tinha como construir! Só constrói prédio, não tem cooperativa! É tudo associação! Aí nós passamos a tarde inteira!*

Lá é uma parceria muito forte com o governo do Estado e prefeitura. Por exemplo, lá tem 1% de repasse do Estado pro movimento construir casa todo ano, tem repasse de 1% da verba arrecadada! Aqui no Rio a gente não tem! Lá é mutirão e misturado! Mutirão e remuneração! Olha, muito bom! Cooperativa tem aqui! Ó tem Rio de Janeiro, Bahia tem cooperativa, que também foi depois de conhecer o projeto nosso. Que é assim, você se sente muito fortalecido quando você escuta as pessoas colocarem assim: Olha, a Bahia, ela só assumiu o projeto de habitação depois que conheceu o projeto do Rio de Janeiro! Assim, só que eu só falo o que eu ouço, mas era bom que a comunidade ouvisse pra aprender a dar valor, entendeu? Goiás é projeto de cooperativa! Só não conheço a parte de experiência!

A coordenadora Gilda destaca em seguida um dos princípios políticos do movimento no Estado do Rio de Janeiro a partir da descrição de uma negociação com o governo federal acerca do financiamento das habitações a serem construídas com o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que é também o que beneficia as famílias de Ipiíba, tanto as novas que irão morar lá quanto as famílias cooperadas que se beneficiarão da infra-estrutura necessária à consolidação das novas casas no espaço. O princípio focaliza, sob sua perspectiva, a questão da manutenção do próprio movimento uma vez que se refere a um mínimo de investimento financeiro e simbólico das famílias beneficiárias entendido como valorização e sustentação da razão social da União por Moradia. Assim ela esclarece este ponto de vista "do movimento":

> *O Crédito Solidário é pagamento mesmo, na Caixa Econômica! Mas esse do recurso federal não vai pagar! Crédito Solidário é uma coisa, ele se paga, mas o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social que é esse que Zé Carlos está, a proposta dele é ser fundo perdido. Mas o movimento foi contra essa proposta! As pessoas têm que pagar o mínimo possível, nem que seja R$ 50,00 por mês. Porque se não, o que vai acontecer? Vai acontecer um retorno disso ruim pro movimento! Daqui a pouco todo mundo vai achar que o movimento tem que fazer casa de graça! E a gente não vai ter o fundo toda vida! Então, assim, o quê que acontece? As pessoas não podem entender que é um fundo perdido pra não pagar porque isso pode virar uma coisa depois contra o próprio movimento! A gente não vai ter o Governo Lula toda vida mais não, pra ficar repassando recurso sem precisar pagar! Tem que pagar! Entendeu? Tem que contribuir! Não dá pra ser de graça! Então, a gente tinha abertura pro movimento no Estado definir. E aí a União definiu de haver retorno!*

Ela exemplifica ainda o avanço do movimento União por Moradia no Estado do Rio pela organização do grupo em termos de parcerias necessárias à discussão qualificada da questão da moradia, que se expressam não só em termos de projetos geridos em conjunto, aqui considerados, mas também sob a forma de cursos e seminários:

> *E a gente tá avançando, mês passado, em dezembro, nós fizemos o seminário aqui no Rio pra discutir a questão da habitação! A União com a FBR. Que a gente calculou que ia colocar 50 pessoas lá até porque era um dia de semana, segunda e quarta-feira, em pleno verão, o povo querendo ir pra praia, querendo trabalhar e a gente fazendo seminário! Foi lá em um hotel lá no Flamengo. E nós conseguimos colocar umas 200 pessoas dentro daquele auditório pra discutir habitação, moradia! Agora dia 03 ou dia 10 vai começar aqui um curso também, que são dois cursos, né, a União em parceria com o pessoal da Fiocruz pra discutir políticas públicas e habitar saudável! A gente vai tá fazendo o curso! Esse é de 15 em 15 dias. Quatro meses de curso! Vai ser aqui em casa, a gente abriu o curso pra toda a galera participar! De 15 a 30 pessoas. Foi uma briga, né!*

Ao final da entrevista, quando já nos despedíamos, comenta comigo uma questão que caracteriza todo o seu discurso como cooperada da Cooperativa Shangrilá e ex-presidente da mesma, mas fundamentalmente como integrante do movimento União por Moradia. Critica a falta de comprometimento das pessoas com as decisões coletivas e constituídas democraticamente, cujo viés individualista abriria caminho para associações com o assistencialismo e o clientelismo político institucional que se deseja evitar. Estes últimos se consubstanciariam nas usuais instrumentalizações privadas da máquina pública.

Mas o assistencialismo assumiria também a forma de programas de desenvolvimento social entendidos como paliativos e criticados pela sua superficialidade e provisoriedade como, por exemplo, o programa *Fome Zero* por ela lembrado. Relatou inclusive um episódio em que teve oportunidade de dizer ao Betinho (Herbert de Souza), responsável pelo programa, que a família tem fome o ano todo e não apenas um dia do ano. Em sentido diverso, a conquista da casa própria, como ela propõe, seria uma necessidade a ser atendida como uma contrapartida mais eficaz em termos da redução da pobreza já que a desobrigação do pagamento do aluguel desafoga a família e redimensiona o orçamento doméstico.

Mas é também necessário, segundo sua perspectiva, um programa de acompanhamento ou de *formação* das famílias beneficiárias, como enfatizou em diferentes momentos durante a entrevista, para que a política habitacional seja eficaz neste sentido. Fez clara alusão, por exemplo, à ineficácia do programa federal Bolsa Escola sob o governo de Fernando Henrique, hoje incorporado pelo programa Bolsa Família do governo Lula. Declara que ela mesma fez muitas denúncias de famílias da Cooperativa de Shangrilá que recebiam o benefício, mas cujos filhos não freqüentavam a escola. Alude-se, assim, às políticas voltadas para a satisfação da moradia de interesse social como mais eficazes porque atreladas a outras políticas de inclusão social que autorizam formas de reabilitação de indivíduos a novas ordens sociais idealizadas em crenças que devem se realizar, entendidas aqui em termos de ideais "do movimento União por Moradia".

Deste modo o conjunto de questões pela coordenadora Gilda representadas não deixa de se vincular a processos de deslegitimação de formas de dominação para criar outras, uma vez que devem desqualificar valores e atitudes que não correspondem aos elencados para a mudança social que se preconiza. Entretanto, os mecanismos de construção social da realidade (Berger e Luckmann, 1973) não se realizam somente por constrições, há também adesões, ou seja, deve-se ter em vista o panorama dinâmico das escolhas e ações dos indivíduos que nem sempre se coadunam plenamente com as propostas de transformação social, mas são muitas vezes arranjos possíveis entre interesses e valores negociados.

7.2. A reunião da UMP-RJ em Ipiíba – minha inserção no movimento

Através do ex-presidente da Cooperativa Ipiíba, Zé Carlos, que ocupa atualmente o cargo de coordenador estadual na UMP-RJ, representando também o município de São Gonçalo, pude conhecer alguns dos outros integrantes do movimento ao participar de uma de suas reuniões que aconteceu em Ipiíba. Conheci primeiro, entretanto, em outra oportunidade, César, o também coordenador nacional do movimento.

Na ocasião em que o conheci, na sede da FBR, a arquiteta Selma argumentava com ele sobre a importância de sua presença em uma reunião com novos grupos de

famílias para lhes apresentar o então novo programa do governo federal inaugurado em 2009, chamado Minha Casa, Minha Vida. Este programa conta com financiamentos específicos de moradias para famílias de diferentes faixas de renda, distintas entre aquelas que ganham de 0 a 3 salários mínimos e as que recebem mais de 3 até 10 salários-mínimos. Em parceria com Estados e Municípios o programa beneficia pessoas físicas cadastradas. É paralelo à sua versão "Entidade", ou seja, ao Programa Habitacional Popular Entidades – Minha Casa, Minha Vida, com recursos do Crédito Solidário que consolida o Fundo de Desenvolvimento Social, neste trabalho descrito como mais uma conquista da União por Moradia que beneficia diretamente associações e cooperativas habitacionais.

Uma preocupação da arquiteta Selma era que várias pessoas interessadas em casa própria estavam migrando para o programa Minha Casa Minha Vida, sem a mediação, portanto, da FBR por ela representada. Com recursos paralelos ao Fundo de Habitação de Interesse Social, fonte do financiamento dos programas de assistência técnica realizados pela Fundação, o programa consolida condições atraentes e inovadoras como, por exemplo, "pagamento de 10% da renda durante 10 anos, com prestação mínima de R$ 50, 00 e registro do imóvel em nome da mulher"[37]. Assim, o governo federal na política habitacional compartilha da mesma perspectiva dos integrantes do movimento da União Nacional por Moradia quanto à preconização da propriedade feminina dos imóveis financiados.

Nesta ocasião os coordenadores César e Zé Carlos comentavam questões relevantes aos projetos negociados por eles junto às instâncias governamentais a partir destes programas federais, cujo processo que implicava também uma delicada relação com a FBR, assessora do movimento, só se tornaria mais claro pra mim posteriormente, a partir da minha inserção no grupo por meio da minha participação da reunião em Ipiíba.

Assim, o coordenador César ponderava sobre sua situação ambígua vivenciada por ser um militante das bases do movimento de União por Moradia e ao mesmo tempo estar no momento vinculado à política pública de habitação do município do Rio de Janeiro por ser assessor de Jorge Bittar, secretário de habitação. Alertava o companheiro

[37] Minha Casa Minha Vida – Cartilha da Caixa. Disponível no site do Ministério das Cidades: www.cidades.gov.br. Acesso em 05/01/2011.

Zé Carlos sobre a necessidade de ponderação com relação ao modelo de auto-gestão priorizado no movimento. Sendo a UMP-RJ uma nova parceira do governo e não conhecendo ainda o "metiér", os trâmites burocráticos e legais, se deveria ter cautela ao exigir, desde agora, o critério da auto-gestão para os projetos em parceria, tendo em vista um governo que nunca trabalhou e não tem experiência com a questão.

Eu já havia explícito o meu interesse em participar das reuniões da União para a coordenadora Gilda e fiz o mesmo com César. Entretanto, a possibilidade de minha participação de seus encontros regulares foi marcada, desde o início, pela instabilidade e hesitação. César, como vim saber depois por Zé Carlos, mostrou-se temeroso quanto a meu eventual vínculo com a FBR, questionou neste sentido a minha participação.

O cooperado Zé Carlos me confidenciou que estava insatisfeito com a atitude do colega o qual havia *dado algumas indiretas* sobre minha presença temendo que eu fosse representante da FBR. Nesta época o trabalho da assistência técnica com as famílias de Ipiíba ainda não havia começado. Eu também não sabia exatamente do que se tratava e estava relativamente distante da instituição. Alguns poucos encontros com seus técnicos se davam apenas em função de alguma reunião aberta com representantes da Cooperativa Ipiíba. Talvez, a minha presença na FBR tenha propiciado aquela impressão ao coordenador César. Zé Carlos comentou que já havia conversado com ele, que havia lhe dito que não se tratava disso, mas de alguém cujo trabalho com a Cooperativa Ipiíba ele já conhecia.

Cheguei, entretanto, a participar de uma de suas reuniões que foi realizada em Ipiíba no mês de junho de 2009 com a presença de 9 coordenadores, entre eles 2 mulheres. A coordenadora Gilda não pôde comparecer. Os demais foram esperados no *ponto da Firenze*. A reunião se realizou em uma das casas desocupadas da Cooperativa Ipiíba onde será sua sede. Antes de seu início fui apresentada informalmente ao grupo e tomamos café, Zé Carlos havia providenciado uma mesa farta.

Durante o café um dos coordenadores, da regional Centro-Sul, do Parque da Cidade, na Gávea, perguntou ao César sobre minha presença, depois veio até mim para saber de meus interesses. Expliquei, então, minha trajetória naquela cooperativa e meu interesse em ampliar minha abordagem através do movimento da União por Moradia, já que alguns cooperados faziam parte dele. César, diante de todos, fez questão de frisar que não havia *segredo* no movimento e que eles não funcionam por regime de

presidencialismo, mas por colegiados. Disse que no início as reuniões aconteciam na FBR, mas que haviam tido dificuldades em manter a autonomia política do movimento. Deixou claro que a FBR ocupa a posição de assessora técnica e não deve determinar ou influenciar suas decisões e diretrizes. Falou, então, que eu, como não sou da Fundação, teria livre acesso à participação. Esta foi sua primeira opinião assim explicitada.

Depois do café a mesa foi afastada e pegamos algumas cadeiras na casa do cooperado Zé Carlos para iniciarmos a reunião. O coordenador da regional de Magé estava responsável por secretariar a reunião em substituição de um colega, mas esclareceu que não estava à vontade na função. Então, o mais jovem coordenador, da regional de Jacarepaguá e que representa a Cooperativa Esperança, me perguntou se eu poderia redigir a Ata na falta da coordenadora que sempre a realiza. Disse que sim, que o único impedimento seria a falta de conhecimento dos nomes das pessoas. César disse que antes de começar a pauta de discussões haveria uma apresentação formal. Todos então se apresentaram pra mim, dizendo o nome e a coordenação regional que assumiam no movimento. Por último eu me apresentei, falei com mais detalhes o que havia dito antes ao coordenador do Parque da Cidade.

Entretanto, alguém propôs uma questão: qual seria, enfim, o trabalho do antropólogo? Questão que muitos dos meus colegas de profissão já devem ter enfrentado em pesquisa de campo. Optei por um argumento tendo em vista um público mais interessado e esclarecido sobre o exercício de profissões técnicas e acadêmicas. Falei da questão cultural como objeto da antropologia, mas tratei de distinguir cultura em termos de senso comum, ou seja, não estava interessada na "cultura" como algo erudito, mas sim no saber e ações por eles produzidos. A partir de então, passei a nutrir uma simpatia especial pelo coordenador do Parque da Cidade que fazia questão da minha presença. Inclusive, minha segunda tentativa de participação das reuniões do movimento se deu em sua região. Infelizmente o mesmo parece não ter se dado com o coordenador nacional César que continuou reticente em relação a mim.

Antes da apreciação da pauta escrita em um cartaz discutiu-se um horário teto para a reunião. O coordenador do Parque da Cidade lembrou que era dia de jogo da seleção brasileira, às 16 horas, e todos, *como brasileiros,* gostariam de assistir. Propôs que se parasse a reunião às 15 horas para que pudessem almoçar e em seguida assistir ao jogo. O jovem coordenador de Jacarepaguá se opôs dizendo que não deveriam parar por

causa do jogo embora todos fossem *nacionalistas*. Como já havia comentado na Van, a caminho da cooperativa, estava preocupado com a quantidade de questões a resolver. Depois soube o motivo de sua aflição. Disse que é muito ocupado, que as reuniões precisam ser aproveitadas ao máximo porque durante o dia trabalha como técnico em informática, à noite cursa faculdade e durante os finais de semana também trabalha. Ainda coordena as reuniões com o grupo de famílias da Cooperativa Esperança.

Então, alguns gostariam de almoçar assistindo o jogo, outros gostariam de terminar no máximo às 16:30 hs, mas o que de fato aconteceu foi que por volta das 14 horas todos pararam pra almoçar na casa do cooperado Zé Carlos com um intervalo de 30 minutos e a reunião veio a terminar às 17 horas. Ele mesmo que foi também cozinheiro industrial preparou um delicioso almoço para todos. Para o almoço, que seguiu em clima de descontração, diferente da reunião, o anfitrião organizou uma mesa e cadeiras no quintal, nos fundos da casa. Zé Carlos brincava com sua cadela presa em um canto que respondia aos seus estímulos corporais, sua esposa brincava com os convidados que elogiavam o almoço e também brincavam com os demais. Como acontecia na época do mutirão, fizemos uma fila para nos servir depois de lavar as mãos em um tanque.

Entre as conversas nesta ocasião se travou uma polêmica em torno da atuação das milícias na zona oeste do Rio de Janeiro. Novamente o coordenador de Jacarepaguá se opôs à opinião do coordenador do Parque da Cidade. Este dizia que a milícia era um mal menor em comparação com os traficantes de drogas, os quais seriam mais cruéis e desprovidos de moralidade. Defendeu a ideia de que alguns milicianos *protegem os moradores* em troca de aceitação, de legitimidade social. Já o outro defendia a opinião de que os milicianos são exploradores e *extorquem a comunidade,* limitando a liberdade de cada um e gerando *uma dependência* dos milicianos. O coordenador César interveio e de forma "mais política" que os demais se referiu à idealização da presença do Estado citando o exemplo do Morro Santa Marta, a primeira favela a receber uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), informação que na época circulava na mídia.

7.2.1. Questões discutidas

Durante minha participação nesta reunião o que me chamou a atenção foi o tom exaltado do coordenador César ao defender suas ideias. Aliás, já havia sido avisada pela

coordenadora Gilda do conteúdo sobressaltado das reuniões da União. Mas não sei em que medida minha presença influenciou os ânimos dos coordenadores porque também não chegou a ocorrer nenhuma briga. Durante o percurso de volta pra casa o coordenador de Jacarepaguá deixou claro que as reuniões costumam ser mais acaloradas, com ânimos exaltados. Aquela, segundo ele, teria sido *light,* eu teria oportunidade de acompanhar outras *menos light*, em seus termos.

As questões de rotina nesta reunião discutidas revelaram a preocupação dos representantes do movimento, fundamentalmente do coordenador nacional César, em manter o poder de decisão frente a oportunidades de financiamento por meio de parcerias que se concretizam na atualidade. Neste contexto o vínculo com a FBR é ambíguo porque se oficialmente ela é subordinada ao movimento na condição de *assessora*, condição que deve-se enfatizar sempre, por outro lado a ONG mantém o monopólio da rede de contatos e parcerias porque conta com uma estrutura técnica consolidada, embora alegada insuficiente no atendimento às demandas do movimento.

Cada um dos coordenadores propõe a legitimidade de seu argumento a partir da idealização de questões teóricas fundamentais, como a *socialização do capital* e a *socialização do trabalho,* em nome das quais se fazem representantes de conjuntos de famílias trabalhadoras que como beneficiárias destes projetos devem ser representadas. Entretanto, não se exclui neste processo, como discutido em Bourdieu (2009: 176), "a relação de concorrência" existente entre os diferentes representantes neste campo da assistência social transformado pela conjuntura legítima da conquista de direitos.

O coordenador nacional César inicia, então, a reunião lendo a Ata da reunião anterior realizada em Santa Cruz. Explica que nesta ocasião a discussão sobre o Fundo Nacional de Habitação ficou para uma próxima oportunidade porque estava pendente a definição do modelo de cogestão a ser proposto em conjunto com a Secretaria Municipal de Habitação do RJ. A questão do espaço institucional para o movimento também não foi discutida. Existe um projeto da Misereor para construir um espaço no centro do Rio, mas tal projeto ainda não foi apreciado.

Notifica a todos sobre um novo projeto. *O pessoal do Chica da Silva* apresentou, junto com a FBR, uma proposta de assistência técnica na região da Gamboa no Rio de Janeiro, mas *a União* a questionou em função da sua não participação no projeto. Houve questionamento também da adesão de algumas construtoras através de licitação,

colocando em questão a idoneidade das mesmas. Por fim a empresa que recebeu o aval foi a Tensor. *Um estudo* dessa região teria sido apresentado e amplamente debatido em uma reunião com representantes da Secretaria de Habitação do município e da Gerência Regional do Patrimônio da União, inclusive sobre a questão da demanda. Foi proposta a inclusão de 8 famílias já existentes no terreno e também a possibilidade de construção de uma área de lazer. Defendeu-se a autonomia das famílias para escolher e decidir as construções neste espaço.

Comenta ainda que *a avaliação da União* sobre a reunião com o secretário de habitação *foi positiva*. Este teria explicitado seu total apoio, se posicionado favoravelmente à União no que diz respeito à forma dela agir frente às demandas de habitação. Neste caso, quem faria os projetos de habitação *seria a União*. Mas para isso se concretizar seria necessária a contrapartida do governo em termos de infra-estrutura para o trabalho social. Nesta oportunidade deixou-se claro que *a União* tem possibilidade de trazer o crédito solidário e os fundos para o município. Há, então, possibilidade de expandir o trabalho do centro-sul e da zona oeste para outras regiões da capital.

Outra notícia anunciada gerou um debate acerca da substância da relação existente entre a F.B.R e a UMP-RJ. A FBR teria negado que recebeu o recurso do governo para implementar o projeto de Assistência Técnica, embora a informação que lhe foi confiada afirmasse o contrário. Um mal-estar foi criado em função do desencontro de informações, já que de fato o recurso não havia sido liberado.

A partir de então, os presentes se pronunciam sobre as condições necessárias e idealizadas de assessoria técnica ao movimento. Genilson, coordenador regional de São Gonçalo e também representante da Cooperativa Ipiíba propõe a existência de uma incongruência entre o sistema capitalista e o socialista, por isso, segundo sua opinião, ocorre o conflito entre a FBR (*socialista e capitalista*) e as bases (*inteiramente socialista*). Afirma que a organização sem fins lucrativos não visa o dinheiro, portanto, a FBR deve ser coerente com esta identidade jurídico-institucional.

O coordenador da regional Parque da Cidade/Centro-Sul afirma que *o capital tem que ser socializado*. Sob seu ponto de vista, sem a assistência técnica, sendo ela vinda da base ou não, não é possível *socializar o capital*. É necessário formar técnicos ou utilizar os existentes. O coordenador da regional Jacarepaguá argumenta, então, que

existe gente capacitada disponibilizada nas bases, que é preciso saber pedir ajuda visto que *não se visa o capital*. Aquele, então, ratifica sua fala sobre a capacitação das bases. Não se trata de questionar sua competência, mas de se reconhecer o capital disponível insuficiente como uma limitação para a contratação, *mesmo de técnicos* oriundos *das bases*, por isso são necessárias as parcerias.

O coordenador nacional César declara que o eixo central do movimento é a *socialização do trabalho* e a *socialização do capital*. Segundo seu ponto de vista a assessoria é um recurso fundamental para a viabilização dos projetos, portanto, necessária à realização daquele eixo central. A FBR teria se desenvolvido sob a desorganização da União, mas este seria o momento de sua reorganização através da *recuperação das demandas*. Haveria, então, um ponto positivo na assessoria que existe em função das decisões do movimento cujos agentes desempenham, segundo esta perspectiva, um papel político, o de *orientação das massas*. Já o papel dos técnicos delimita-se por suas atribuições técnicas que devem servir às *demandas do movimento*. Deve se assegurar esta perspectiva reforçando-a publicamente. Ressalta também a existência de deficiências na área técnica e jurídica e propõe a exigência do atendimento de demandas junto ao diretor da FBR. Caso isso não seja possível faz-se necessário a organização do movimento em termos de estrutura técnica. Coloca em questão, então, a capacidade de gestão da FBR já que a falta de resposta compromete o trabalho social do movimento.

O coordenador estadual Zé Carlos enfatiza, então, a necessidade de persistir nas decisões com a preparação do movimento em termos de assistência técnica alternativa a FBR. Exemplifica a deficiência na assistência com o caso da licença ambiental sem resposta da prefeitura de São Gonçalo. Pergunta pela justificativa da FBR diante de tal problema e César responde que a Fundação justificou que não há técnicos suficientes, enquanto ele mesmo declara, sob seu ponto de vista, que *a responsabilidade é de quem responde pelo projeto*.

Os coordenadores Zé Carlos e Genilson questionam o exercício da hierarquia na FBR que coloca em risco o andamento do trabalho por falta de democratização das informações. O coordenador César lembra a todos que o apoio técnico da Secretaria de Habitação é um fato que como informação foi disponibilizado à Fundação. O coordenador da regional de Santa Cruz frisa, em seguida, a necessidade de deliberação

nas regionais sobre uma proposta junto à ONG e sugere uma reunião com o diretor da Fundação para tratar disso. O coordenador da regional de Magé destaca a importância de se concretizar o que se decidiu no encontro do movimento realizado em Recife, ou seja, deliberar sobre as ações junto à assessoria, a fim de não permanecer dependente dela. E finaliza a discussão colocando a necessidade de *organização das bases* para implementar propostas e questionar, com respaldo, o exercício da FBR. César, então, se pronuncia sobre uma proposta comum acerca destas deliberações regionais junto à FBR, aqui pontuadas.

Deu-se início posteriormente aos informes regionais e seus respectivos comentários. O coordenador Genilson fala em nome da regional de São Gonçalo. Informa que a FBR cobrou maior atuação do movimento junto à Associação São Pedro de Alcântara, junto às famílias a ela associadas, mas é da opinião que a cobrança é indevida visto que se depende do andamento do projeto de assistência técnica gerido pela própria Fundação. Informa sobre a viabilidade de se construir ou melhorar habitações em alguns espaços de Niterói e de São Gonçalo. Entre os terrenos citados estão o de São Domingos, na Lara Vilela, o da Amaral Peixoto, o do Morro do Estado, o de São Lourenço, o de Neves e o do Rio do Ouro, este em São Gonçalo. Comenta a opinião de que famílias de baixa renda teriam dificuldades sócio-econômicas de se adaptarem a algumas destas regiões de Niterói tradicionalmente ocupadas por moradores de classe média. Então, o coordenador do Parque da Cidade contesta esta perspectiva com o comentário de uma experiência colombiana de convivência e coexistência de famílias de condições sócio-econômicas distintas.

Genilson destaca em seguida a demanda por 300 moradias apenas em São Gonçalo, embora nada haja de concreto. Sobre Ipiíba lembra que há uma proposta de Regimento de Convivência para o Condomínio do Padre que falta ser apreciado em reunião e que um Conselho de Moradores deve ser ainda implementado. Volta à polêmica relativa a FBR apontando um retrocesso nas decisões frente à instituição. É radical ao compará-la a uma *financeira* e utiliza a metáfora do *cobertor curto* para esclarecer a difícil dimensão política da negociação com a ONG. O coordenador e cooperado Zé Carlos argumenta que a arquiteta Selma está cobrando indevidamente do movimento, que é preciso recursos para financiar o deslocamento das famílias e pessoas envolvidas com o projeto até o bairro. E Genilson lembra que a Fundação conseguiu

funcionar em Ipiíba com o apoio essencial da Dona Édina, secretária da Associação São Pedro de Alcântara, insinuando uma dependência da instituição de representantes da Igreja que realizam trabalhos que deveriam ser realizados por técnicos da Fundação.

César esclarece, então, ao Zé Carlos que para adquirir licença ambiental é necessário apresentar um projeto que deverá ser aprovado ou não em função da lei orgânica do município de São Gonçalo e do seu plano diretor. Diz que é preciso argumentar com a FBR a apresentação dos projetos a fim de que ela possa cumprir seu papel de assessora e salienta que o recurso do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social é produto do investimento e mobilização do movimento popular e não uma conquista da Fundação.

A coordenadora que representa a Associação de Moradores do Anaia, um bairro vizinho de Ipiíba, queixa-se sobre a queima de um barracão na sua região e diz que o projeto para sua região está parado, dependendo da assessoria da FBR.

O coordenador da região centro-sul, do Parque da Cidade, a apresenta como uma nova região na mobilização por moradia. Conta que na primeira reunião realizada no local houve a participação dos coordenadores nacionais César e Gilda com destaque para as experiências da União por Moradia como movimento e de Shangrilá como primeira cooperativa. Na segunda reunião, dirigida por ele e outra companheira, abordou-se novamente a União enquanto movimento nacional e na terceira reunião se argumentou a parte técnica do projeto. Lembra a todos de uma quarta reunião a ser realizada no final daquele mês com convite extensivo às demais regionais. Esclarece que na regional há mais mulheres que homens, 2 pessoas idosas e 2 portadores de deficiência. A maior parte das famílias é pobre e trabalha na informalidade, configurando assim um universo semelhante aos demais grupos de famílias trabalhadoras representados.

O coordenador da regional de Magé, Guia de Pacobaíba, convida os integrantes do movimento para um seminário na sua região, também para o final daquele mês, cujo tema é a revitalização da ferrovia ocupada pela *comunidade* que ele representa. Nesta ocasião, segundo ele, irá comparecer o jornal O Dia, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o poder público de maneira geral, entre outros. Ressalta, entretanto, que embora a União por Moradia e a Associação de Pacobaíba tenham sido convidados a participar da comissão organizadora deste evento houve a exclusão de ambos na divulgação do

seminário em folder. Explica que o movimento pela revitalização da ferrovia, outro grupo organizado, é contra o assentamento existente no espaço a ser revitalizado. Frisa, entretanto, que *a regional defende o uso democrático* deste espaço a ser urbanizado para que se possa receber a população visitante com uma infra-estrutura adequada. E informa que foi redigido, em nome da sua regional, um documento contando a história do assentamento e encaminhado à Ampla, a fim de questionar a ausência de energia elétrica na região. Fala finalmente de seu sentimento de ressentimento acerca das informações falsas da parte da assessoria técnica e dos órgãos do governo municipal e federal. Ressente-se da falta de dados concretos para resguardar *a comunidade* que representa.

O jovem coordenador da regional de Jacarepaguá informa que o Grupo *Esperança* incluído no projeto Minha Casa Minha Vida e financiado pelo crédito solidário está se organizando na elaboração de seu estatuto e que há o investimento de um segundo grupo, o *Esperança 2*. Fala da *lavoura* como metáfora para a fertilização do movimento que deve continuar mesmo após o término das casas. Exemplifica com casos potenciais de intervenção futura da Comissão de Obras e da Comissão de Mobilização no espaço, quando as famílias estiverem morando. Enfatiza a responsabilização de todos, desde a menor instância, na prestação de contas dos gastos da regional à FBR. E o coordenador Zé Carlos esclarece que a coordenadora Gilda se responsabilizou do repasse dos relatórios referentes a isso.

O coordenador da regional de Santa Cruz lembra que o movimento em sua região começou com o Crédito Solidário, com 165 famílias e resultados não muito positivos. Mesmo migrando para o Fundo Nacional de Habitação tiveram problemas que hoje tentam superar, porque não há contrapartida da assessoria na organização e *entrega dos projetos* exigidos.

O coordenador nacional César informa sobre a reunião na Secretaria Municipal de Habitação que ocorreu no sentido da defesa da autogestão da qual ele, Zé Carlos e Gilda participaram. Segundo ele, o secretário se dispôs a conhecer o trabalho social de autogestão e nesta reunião o diretor executivo da FBR entrou em acordo a respeito de uma gestão compartilhada dos projetos. Esclarece, então, o ponto de vista da União sobre o trabalho de mutirão do qual não se abre mão, que ele deve ser realizado ao menos para o trabalho de mobilização, mas propõe também a melhor discussão da

cogestão junto à Secretaria de Habitação. Enfatiza que a negociação é difícil porque há oposição a esta demanda, entretanto, as propostas do movimento reiteram uma política que se propõe interlocutora com os órgãos públicos competentes. Ressalta uma questão que, segundo ele, merece um aprofundamento, a questão da definição dos procedimentos técnicos para a implementação da proposta política, bem como a interlocução entre os grupos.

O coordenador do Parque da Cidade defende em seguida uma proposta que teria sido colocada no encontro do movimento em Recife, embora não aceita. Segundo ela, cada regional criaria um conselho independente do conselho fiscal a fim de supervisioná-lo e cobrar mais clareza na prestação de contas. César, então, coloca-se contra essa proposta, defendendo a ideia de que a prestação de contas é um dever de todos e *a relação de confiança* é o que sustenta o movimento. Hoje, segundo ele, não há motivo para fiscalizar um recurso que hoje não há. O recurso que entra para o financiamento é posto em assembleia para apreciação. E lembra do avanço em termos da negociação do Fundo Rotativo junto à FBR e das demais verbas vigentes para financiamento. Zé Carlos reitera seu argumento acerca do conselho regional proposto e sugere que há, infelizmente, uma limitação no acesso à fiscalização da verba originada da Misereor e disponibilizada pela FBR.

O coordenador César lembra da importância de se eleger o maior número possível de delegados no município para participar das conferências municipais e da importância de se associarem a outros municípios a fim de integrar o debate da União Nacional por Moradia Popular, atraindo outros atores, de outros movimentos inclusive.

Dá início, então, aos informes finais. Informa sobre o Fórum Urbano Mundial no centro do Rio, na região portuária, propondo a participação quantitativa e qualitativa do movimento. Anuncia que este encontro terá a participação da coordenadora nacional Gilda. Informa que os imóveis do INSS estão sendo leiloados e que a União está propondo a utilização destes imóveis para a ocupação da população demandante de moradia. Lembra também da visita de um representante da Misereor na FBR no final daquele mês para realização de auditoria, encontro que terá a participação dos coordenadores César, Zé Carlos e Gilda, e anuncia que foi marcada para o mês seguinte uma reunião extraordinária do movimento no Parque da Cidade que contará com a

presença do diretor executivo da FBR a fim de se discutir questões de interesse do movimento aqui pontuadas.

As questões e informes aqui descritos em termos de "deliberações do movimento" referem-se à proposição de acesso a informações e espaços qualificados para a ação organizada de seus representantes. O dilema da assessoria técnica, sempre presente, revela o jogo emblemático e sinuoso da autonomia e dependência que vincula ambas instituições, UMP-RJ e FBR, e em nome das quais se milita e se presta assessoria, respectivamente. Entretanto, o que fundamenta o poder de barganha e a legitimidade das ações de ambos conjuntos de representantes é a manutenção das demandas das famílias representadas a serem beneficiadas pelos projetos idealizados segundo determinadas proposições políticas.

É dentro deste jogo de representações que deve se dar a *recuperação das demandas,* como enfatiza o coordenador nacional César, processo de disputa que dissimula a sua própria criação. Quer dizer, sobre o desejo da casa própria deve se exercer um determinado trabalho de constrição das famílias beneficiárias a critérios e princípios de ação coletiva fomentados por ambos, UMP-RJ e FBR, sem desprezar aqui as particularidades que os distinguem institucionalmente. Ou seja, os representantes do movimento União por Moradia, como membros líderes das famílias trabalhadoras representadas, articulam uma específica e autorizada mediação entre estas famílias, sendo esta também estrategicamente incluída pelos representantes da FBR em seu trabalho de assistência técnica.

7.3. A reunião da UMP-RJ no Parque da Cidade – limites a minha participação

Ficou acordado que eu não participaria da reunião seguinte no Parque da Cidade porque se tratava de uma reunião extraordinária que contaria com a presença do diretor da FBR na qual se trataria, então, de assuntos compartilhados, alguns dos quais já argumentados na reunião anterior e aqui descritos. Tais assuntos passavam pela questão principal acerca da relação mantida com os técnicos que representam a FBR, quer dizer, o questionamento de sua autonomia frente a decisões relativas a programas de habitação entendidos como conquistas do movimento da União, especificamente dos representantes do movimento no Rio de Janeiro.

Entretanto, Zé Carlos me ligou para confirmar o dia da reunião e dizer que eu poderia participar porque o diretor da Fundação não participaria. Desabafou comigo ao afirmar que *as pessoas são muito radicais* quando questionam o procedimento da Fundação, que *só cobram, mas ninguém faz nada.* Quer dizer, no final das contas acabam rompendo relações com os profissionais da ONG perdendo, então, a possibilidade de viabilização dos projetos cuja sistematização qualificada é mérito deles.

Então, no dia da reunião o coordenador Zé Carlos me aguardou na região da Gávea, no Parque da Cidade, onde seria realizada a reunião. Desci do ônibus em frente a uma subida de um morro, em frente à estrada Santa Marinha, transversal à rua Marquês de São Vicente onde se localiza o Shopping da Gávea. A rua de acesso a esse morro começa larga e se estreita à medida que se sobe. É a morada da *Comunidade do Parque da Cidade* com casas simples e pequenos comerciantes. Há inclusive um hortifruti no lugar, um pouco mais acima do morro, com produtos expostos que tomam conta da rua, dividindo espaço com os pedestres. Mas logo no início se encontra o Centro de Atividades do local onde aconteceria a reunião.

Fui bem recebida pelo coordenador anfitrião que disse que eu era *muito bem vinda.* O Centro de Atividades é uma pequena casa com uma varanda na frente que dá acesso a uma sala com um quadro ao fundo. Neste dia haviam cadeiras organizadas em círculo para a realização da reunião e próximo à porta de entrada duas mesas com água, café, bolo e biscoitos. Quando cheguei encontrei também o coordenador Genilson e o de Magé e fui apresentada a duas senhoras presentes que eram moradoras do bairro.

Uma destas senhoras, muito expressiva, me contou seu trabalho como agente ambiental, seu trabalho de conscientização ambiental, de inspeção sanitária e de dedetização junto à associação de moradores do bairro para cujo presidente diz angariar votos. Conversamos sobre questões do Globo Ecologia, programa de televisão que diz acompanhar sempre, sobre questões de sustentabilidade e sobre iniciativas nesta área como, por exemplo, o beneficiamento do esgoto da cidade de Rio Bonito por uma usina do lugar, gerando subprodutos comercializáveis como energia, adubo etc. Esta senhora lembrou que o Parque da Cidade é uma área onde tradicionalmente se plantava café, abrigando moradores descendentes de famílias deste período e onde hoje se procura preservar a flora local.

Assim, o "engajamento comunitário" também para estes moradores é proposto como um valor intimamente ligado à apropriação "consciente" do espaço em que se mora, em suas diferentes dimensões, sobretudo a ecológica que deve estar relacionada com as dimensões histórica, sociocultural e econômica do local. Apropriações semelhantes foram propostas às famílias cooperadas de Ipiíba e às futuras famílias moradoras do bairro através do Programa de Assistência Técnica para Mobilização Comunitária.

A coordenadora Gilda chegou acompanhada de duas senhoras que representavam também Jacarepaguá. O coordenador César chegou em seguida e me avisou que não havia recebido o email que eu lhe havia enviado duas vezes com a Ata da reunião anterior e que esta seria necessária para a reunião. Então, antes da reunião começar fui até um cyber local acompanhada do coordenador do lugar.

A visita a este cyber foi interessante e divertida. O coordenador, na ida e na volta, subindo e descendo o morro, ia cumprimentando as pessoas que encontrava. A uma delas, um homem de meia-idade, me apresentou orgulhosamente como antropóloga e lhe disse que eu gostaria de entrevistá-lo para me *apropriar dos costumes* do lugar. Eu, sem saber o que falar, disse que poderia ser, talvez. Depois contou que se tratava de uma *brincadeira*, que o tal homem era uma pessoa muito conhecida que *trabalha com TV a cabo ilegal* e que *tinha um problema com sua sexualidade,* que só conseguia ficar com três ou mais mulheres ao mesmo tempo.

Quando chegamos ao cyber o rapaz que nos atendeu, muito simpático, enquanto imprimia a Ata da reunião e motivado pelo coordenador que conhecia bem, falou de seu próprio trabalho. Argumentou que é bom fazer o que gosta, que o trabalho só se torna pesaroso quando não há empatia com quem se trabalha, ou no caso dele, com quem ele atende. O que se colocava em questão era a arrogância e a pretensão versus a humildade e o respeito aos trabalhadores como valores. O rapaz citou o caso de uma mulher que desdenhou de seu serviço especializado em informática ao negligenciar o valor do trabalho. Esta teria lhe dito: "R$ 5.00,00 paga!". O coordenador, em contrapartida, falou dos casos em que sofre abuso de poder quando atende a militares de alta patente fazendo instalações elétricas.

Nos despedimos, então, do rapaz que disse que era a primeira vez que conversava *com uma antropóloga.* Obviamente, a profissão não é tão conhecida quanto

outras mais comuns. Informou que há com freqüência visitas de estudantes da PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) ao lugar, mas *nenhum deles era antropólogo*. Soube depois que representantes da PUC-RJ ajudavam em algumas atividades mantidas no Centro de Atividades como a realização de alguns cursos. A prefeitura também havia colaborado com algumas obras na região, mas tais obras ficaram inacabadas, como informou o coordenador que representa o lugar.

Voltando ao Centro de Atividades a reunião se inicia com o coordenador César falando de minha presença na reunião que se deu em Ipiíba, explicando quem eu era e a concordância da minha participação naquela ocasião quando nem todos ali estavam presentes. Explica que *por decisão democrática* deveria consultar a todos sobre a minha participação nesta reunião também e em seguida me pergunta se eu gostaria de falar alguma coisa. Eu, então, sem imaginar o que realmente se passava, explico que é importante a consulta a todos, que se trata de uma tese de doutorado e esclareço o trabalho de observação que pretendo realizar. Até, então, eu nem desconfiava que o coordenador estava preocupado com a presença do diretor da Fundação que ao contrário do que me havia dito o coordenador Zé Carlos participaria sim daquela reunião.

Sem ser explícito o coordenador César fala de seu receio quanto ao possível constrangimento a ser gerado com a minha presença. Eu, então, já desconfiada, pergunto se por acaso a reunião seria com o representante da FBR. E diante da confirmação me desculpo pelo equívoco sem querer comprometer o coordenador Zé Carlos. A coordenadora Gilda afirma que a reunião já está marcada há algum tempo e outra senhora argumenta que aquela reunião, por tratar de questões particulares junto à FBR, não me traria vantagens, não ajudaria na minha tese. Afirmo, então, que os aspectos entendidos por eles como negativos também são importantes, mas que não teria o menor problema em me retirar porque não gostaria de prejudicar os integrantes do movimento, não tinha a intenção de causar constrangimento. A coordenadora Gilda propõe que a minha tese no futuro poderia ser a eles disponibilizada, seria *mais um ponto de vista,* disse que *ás vezes se pensa que está certo, mas não se está!* Afirmo que não tenho, entretanto, a pretensão de lhes apontar "caminhos certos", que não se trata disso, mas apenas de entender o que fazem sob o contexto das proposições do movimento.

Algumas pessoas perguntam o que se faria, então. Eu me antecipo e digo que volto pra casa sem problemas. Alguém insinua que *a situação é chata, constrangedora* e a coordenadora Gilda interpõe enfaticamente: *Ninguém morreu não gente!* E justifica sua opinião dizendo que se estivesse no lugar do diretor da Fundação questionaria *a presença de uma pessoa de fora,* que não representa o movimento, enquanto o contrário não acontece, ou seja, não há nas reuniões da ONG ninguém que não seja daquela instituição.

Quando menos esperávamos chega o diretor da FBR e algumas pessoas levantam-se apressadamente. O clima é de apreensão. O coordenador César me agradece a entrega da ATA e uma das coordenadoras presente me abraça carinhosamente dizendo que eu participaria de outras reuniões. Os coordenadores Zé Carlos e o de Magé se despedem de mim. Mas já de saída algumas pessoas me chamam para me apresentar ao diretor da Fundação que, obviamente, havia perguntado sobre mim tendo em vista a cena improvisada de despedida. Este diz que eu não lhe sou estranha, que já havia me visto antes na Fundação. Então, lhe explico o meu trabalho com a Cooperativa de Ipiíba a cerca de alguns anos e o coordenador local tenta justificar a minha presença dizendo que eu havia participado da reunião anterior, redigindo a ATA, inclusive.

Depois de me despedir novamente de todos o coordenador anfitrião me acompanha até o ponto de ônibus. Neste momento coloca-se contra ao acontecido, diz que a minha saída não havia sido decisão da maioria, que não se colocou realmente em votação a minha participação. Alega que *não há segredo* a ser mantido, discurso de qualificação política do movimento, aliás, também proferido pelo coordenador nacional César na ocasião da reunião anterior.

Assim, minha segunda tentativa de participação no movimento UMP-RJ resultou em constrangimento coletivo, pois o clima inspirava mesmo expectativas e cuidados por parte dos coordenadores quanto a um determinado controle sobre uma ocasião de negociação e persuasão frente à FBR representada por seu diretor. Entretanto, há também ressalvas por parte do coordenador César com relação à minha presença que refletem um certo receio quanto ao comprometimento do uso estratégico acerca de informações e deliberações do grupo. Assim, tendo em vista aquela situação específica,

mas também determinadas pretensões políticas deste coordenador nacional, ele veio explicitamente buscar representação para a alegada ilegitimidade de minha participação.

Sob a opinião posterior do coordenador e cooperado Zé Carlos que indiretamente me representou naquele encontro soube que a reunião tivera um cunho excessivamente conflituoso, com a preconização de uma rivalidade descabida e irrefletida entre o coordenador nacional e aquele representante da FBR. Zé Carlos também se justificou dizendo que não soube em tempo hábil da presença do diretor. Mas imagino que ele e o outro coordenador que me recebeu tão bem no Parque da Cidade, em função de divergências intrínsecas ao pertencimento à UMP-RJ, confabularam a minha presença à minha revelia.

Assim, neste movimento, como vimos também no caso da FBR, não há homogeneidade de opiniões e perspectivas. O consenso é algo que deve ser construído como um espelho a ser revelado para o "outro" que é antagônico em termos de pertencimento institucional. Mas há também "outros" mais relativos, ou seja, tendo em vista distâncias simbólicas situacionalmente vividas dentro de uma mesma instituição. O coordenador nacional César, por exemplo, se coloca contra a FBR ao defender o poder de deliberação política do movimento UMP-RJ. O coordenador Genilson argumenta supostos interesses institucionais subliminares e não explícitos "da Fundação" que assim se opõem à perspectiva de autonomia das cooperativas assessoradas. Os coordenadores Zé Carlos e Gilda assumem as críticas "do movimento" à Fundação, relativas à insuficiência de sua assessoria técnica, mas, por outro lado, são mais ponderados em função da manutenção da valorizada parceria com a ONG, fundamentalmente Zé Carlos, que é figura mediadora fundamental com relação ao contexto de Ipiíba e São Gonçalo.

Sob este contexto dinâmico é preciso não perder de vista as eventuais utilizações e catalisações da figura do pesquisador, marcado inextrincavelmente pela sua exterioridade e pelo risco daquelas utilizações em função dela. Como ressalta Zaluar (2004: 115), a alteridade entre pesquisador e pesquisado, "nunca resolvida nos encontros e desencontros que a pesquisa traz", traduz os "imperativos de uma relação social desequilibrada, desigual e hierarquizada" que "ressurgem de suas cinzas quando menos o pesquisador já aceito espera". Ainda mais se tratando, neste caso, de relações nas quais os pesquisados assumem posições políticas conjunturalmente opostas das

quais se deseja resguardar de atenções externas que possam comprometer as alianças e projetos comuns.

Além disso, esta situação serviu de alerta para reflexões sobre as condições de comunicabilidade e também de "incomunicabilidade às vezes conscientemente manobrada pelos nativos", uma vez que se deve ter em vista que o pesquisador representa o "registro de um discurso para fora" e é preciso estar atento aos imperativos, limites e virtuais manobras desta posição que ele ocupa de "intermediário entre o grupo que estuda e o resto do mundo" (Zaluar, 2004:114).

Portanto, sem omitir a busca de uma certa afinidade entre mim e o ex-presidente da cooperativa, que é minha ligação com a história da Cooperativa Ipiíba e a possibilidade de veiculação de uma imagem legitimadora de meu pertencimento particular àquele grupo de cooperados e, por doravante, meu compromisso primeiro com eles, não posso ser alheia aos agenciamentos desta posição segundo os diferentes interesses em jogo. Estes são originados não somente das afiliações institucionais, mas também das dissidências situacionais destas mesmas afiliações.

Considerações finais

As considerações que ao longo desta tese apresento – e aqui recupero em alguns pontos fundamentais – não se referem a conclusões definitivas, mas oferecem contribuição relevante para a compreensão de fenômenos relativos a políticas de inclusão social a partir de programas habitacionais, públicos e privados, e de seus específicos intercâmbios no atendimento às populações trabalhadoras configuradas nos contextos aqui explicitados como beneficiárias e, neste sentido, circunscritas a determinados princípios de ação.

Estudos antropológicos, como o aqui apresentado, manifestam a especificidade da abordagem antropológica sobre fenômenos das sociedades complexas, quer dizer, que visa alcançar uma compreensão mais profunda de processos sociais a partir da focalização de eventos especificamente localizados no tempo e no espaço em uma sociedade que está em constante fluxo e mudança.

De acordo com esta perspectiva metodológica a contribuição da antropologia reside exatamente "no estudo microscópico e detalhado de interstícios sociais e relações interpessoais", privilegiando "a observação do comportamento concreto de indivíduos específicos, suas ações, interações e estratégias em contextos também específicos", a fim de analisar intensiva e detalhadamente "processos políticos, econômicos, culturais e históricos de pequena escala" (Feldman-Bianco, 1987: 14, 15).

Desta forma é possível analisar a cultura enquanto processo. Esta condição *sine qua non* da cultura não depõe contra o trabalho antropológico – sob alegados limites à apreensão dos significados em constante fluxo –, mas pelo contrário, emerge como uma possibilidade de dar visibilidade dinâmica às significativas experiências das pessoas histórica e socialmente envolvidas nestes estudos. Tarefa que certamente é suplementada, sob processo contínuo, por colegas de profissão.

Então, neste campo específico orientado pelo ideal de transformar necessidades de moradia em direitos de habitação e direitos urbanos está em jogo um conjunto de ações e representações mediadoras da proposição de novos atores sociais. Um novo sujeito deve emergir deste contexto político-pedagógico envolvendo as famílias cooperadas e novas famílias associadas em associativismo habitacional. Contexto que inclui o dinamismo do processo de escolhas, usos e negociações de valores

reconhecidos como da cultura de trabalhadores urbanos diante de novos valores e questões que lhes são propostos.

A questão proposta fundamentalmente pelos idealizadores do projeto de cooperativismo e por cooperados mediadores integrantes da UMP-RJ acerca da oposição entre *assistencialismo* e *mobilização comunitária*, enaltecendo a segunda e criticando o primeiro, deve ser, por exemplo, relativizada tendo em vista contextos e situações específicas.

A figura da secretária Clara, hoje presidente da Cooperativa Ipiíba, é extremamente criticada no sentido desta oposição porque a ela se associam relações de favor mantidas com políticos e com moradores externos ao Condomínio do Padre a partir de posição privilegiada mantida na associação de moradores do bairro. Sua posição quanto a estas barganhas políticas é justificada por ela em termos da necessidade de se utilizar todas as ajudas disponíveis. Mas o cooperado Zé Carlos é reticente quando aos benefícios oriundos desta relação de trocas vista com desconfiança. Alega que há possibilidade de se cair no problema do clientelismo ou do assistencialismo inócuo uma vez que não se objetiva de fato a mobilização da população para a conquista de direitos, ao contrário dos trabalhos desenvolvidos por ele e outros companheiros junto à UMP-RJ. Papel que, sob sua visão, deveria desempenhar toda associação de moradores.

Entretanto, a UMP-RJ não representa todas as famílias do bairro Ipiíba, embora a expansão de sua representação em todo o município de São Gonçalo seja objetivada. Estas famílias são distintas em termos sócio-econômicos e tais distinções definem espaços físico-sociais específicos. O Condomínio do Padre, que inclui a Cooperativa Ipiíba, é apenas um deles que é privilegiado sob o contexto de proposições das políticas habitacionais aqui apresentadas.

As famílias cooperadas de maneira geral estão mais envolvidas entre si, com questões relativas à cooperativa e simplesmente ignoram outros agrupamentos sócio-econômicos no espaço do bairro. A cooperada Amélia, por exemplo, em favor do "status" do lugar, deseja inclusive omitir a existência de famílias bem mais pobres que as famílias cooperadas no bairro, enfatizando, pelo contrário, a existência de outros moradores, entendidos como *moradores ricos* tomando de exemplo suas belas casas. Mas o Condomínio do Padre que abriga as famílias cooperadas é também diferenciado

por alguns moradores externos que o considera auto-segregado e auto-referido, crítica salientada também pela cooperada Clara que por sua vez a utiliza para legitimar sua atuação junto a estes. Posição semelhante é defendida pela cooperada Ivete que montou uma rede de catadores de material reciclado fora do condomínio, incorporando alguns destes moradores.

Visões críticas de outros cooperados acerca do tipo de liderança comunitária exercida por Clara atentam para avaliações de sua pessoa em relação com os demais cooperados e não para contraposições às suas práticas supostamente assistencialistas, tendo em vista que estas são práticas constitutivas da ação religiosa católica, às quais as mulheres cooperadas, principalmente, estão ligadas.

Como propõe Landim (1993), para a consolidação da chamada "educação popular", com a inserção das ONGs neste campo, houve a reconversão de "projetos de desenvolvimento comunitário" e "assistenciais" enquanto iniciativas da Igreja Popular, um setor específico católico reconhecido pelas suas pastorais populares. Entretanto, permanece um padrão de alianças as mais diversas das ONGs com esta vertente de ação católica e que marca consideravelmente as ações religiosas no espaço da Cooperativa Ipiíba.

Em nome deste "assistencialismo religioso", algumas cooperadas mantêm, inclusive, trocas materiais com a polêmica creche comunitária Cantinho dos Anjos mantida no bairro. Assim, as críticas à cooperada Clara não demarcam uma contraposição ao assistencialismo em si mesmo, mas manifestam valores da classe trabalhadora que em associação com valores religiosos de certa maneira autorizam estas práticas assistenciais. Então, as ponderações acerca de sua figura se dão em função destes valores, ou seja, em contraposição à critica de que *pensa apenas em si mesma* se afirmam princípios como *confiança*, *honestidade, humildade* e *solidariedade*. Alega-se, então, a utilização do comprometimento com o outro a partir do valorizado trabalho de abnegação e doação ao próximo que envolve trocas de bens materiais e simbólicos como pretexto para beneficiamento próprio.

Como argumenta Neves (2001: 44) sobre o contexto de expansão de instituições filantrópicas, suas ações encontram apoio em "associações mantidas e reproduzidas pela utopia voluntarista, legitimada pela ideologia da solidariedade ou do militantismo cristão e pela reivindicação de uma humanidade única, universalizada em Cristo".

Então, o propósito coletivo fundado neste militantismo cristão funciona como um discurso autorizado para a desclassificação do outro acusado de não estar imbuído dele. Seu oposto, manifesto em termos de *individualismo* que "ronda" a todos como um fantasma à espreita do espírito enfraquecido, é a acusação que serve ao mesmo tempo como um discurso para dentro e para fora. Assim, por meio da afirmação do risco do *individualismo* afirmam-se, por contraposição, as intenções de todos quanto a relações de ajuda-mútua e de reciprocidade, enaltecendo a legitimada *comunidade organizada* em prol de benefícios coletivos e da visualização de conversões qualificadas do pobre que deve, pela evidência de suas carências e de seu consequente desejo de *autonomia* frente a elas, transformar-se em *cidadão*.

Trata-se de uma equação específica porque o "cidadão" moderno está cada vez mais associado ao indivíduo como valor, ao "individualismo" (Dumont, 1975) como forma de organização e intervenções autônomas sobre o mundo. Entretanto, nesta experiência particular a valorização de ações de cidadania, fundamentadas em direitos civis, sociais e políticos, deve se dar, sobretudo, pela ação dos indivíduos organizados em formas coletivas e solidárias, fundadas na reciprocidade e na ajuda-mútua para a superação do que os cooperados chamam de *individualismo*, discurso que incorporam, ou seja, ações do indivíduo objetivando benefícios apenas para si mesmos.

Para este propósito contribui, significativamente, não apenas as elucubrações políticas da FBR e da UMP-RJ, mas principalmente o discurso religioso católico, com a presença marcante do padre João lembrando a todos do compromisso cristão que deve refletir experiências de engajamento comunitário a serem incorporadas, sob seu aval, pelos técnicos da Fundação e pelos representantes-líderes de movimentos comunitários como o da União por Moradia. Certamente as mulheres desempenham papel importante no fomento a estas demandas de cunho religioso.

Assim, as considerações morais acerca das lideranças comunitárias exercidas por determinados cooperados na cooperativa e no bairro Ipiíba, que estão próximas das experiências cotidianas das famílias, são cheias de significado religioso, mas se interconectam com valores da classe trabalhadora fortemente arraigados entre elas. Estas específicas associações, referidas a princípios morais fundamentais sob este aspecto, autorizam tais avaliações que manifestam diferenciações acerca das apropriações sobre condutas e atributos pessoais dos cooperados líderes.

Neste sentido a figura do cooperado e ex-presidente Zé Carlos é positivamente destacada contrapondo-se a ele, em termos pessoais, a figura da cooperada Clara, alvo de constantes alegações de dificuldades em se estabelecer com ela uma relação de confiança. Ele guardaria, ao contrário, todos os atributos "carismáticos" (Weber, 2000) associados àqueles valores enaltecidos para a relação com o outro.

A cooperada Amélia, por exemplo, traduz este carisma quando se refere ao cooperado Zé Carlos como *um incentivador da vida*, da vida humana e também da vida comunitária, porque sempre pronto a agir em função do grupo de famílias que acompanha desde sua formação. São, então, estes atributos pessoais que respondem pela legitimidade de sua liderança. A valorização do *respeito* aos colegas cooperados, representado por formas mais ponderadas, interlocutoras e mediadoras de negociar problemas comuns e de se dispor a resolvê-los, é a exemplificação do que é considerado importante na legitimação de seu discurso de representação política, ou seja, a forma de tratamento que consolida uma relação de confiança com os demais.

A ausência deste tipo de interlocução qualificada é sinalizada na gestão do cooperado Genilson. Sua liderança contrapõe-se à liderança exercida pelo ex-presidente Zé Carlos e, assim como no caso da secretária Clara, recai sobre ele uma série de acusações sobre sua personalidade que, por associação, contesta o exercício do cargo de presidente da cooperativa. Acusações de que é *intransigente, orgulhoso* – inclusive no sentido de *não pedir e não aceitar ajuda – intolerante e ignorante* não se esgotam sobre evidências de relação de vizinhança com os demais, mas se desdobram em questionamentos acerca da relação política determinada por sua atuação como presidente.

Desse modo, o significado da política para a maioria dos cooperados, entendido em sentido mais abrangente por englobar outras dimensões do vivido, como a dimensão religiosa e demais dimensões das relações interpessoais, está mais marcado por abordagens como aquelas do que pela consideração mais abstrata e genérica acerca do compromisso com ações democraticamente representadas, de relevância dentro do sistema político formal e dentro das recentes "redes cívicas" (Maia, 2002) que interrogam e questionam este sistema de maneira específica.

Tais ações encontram fundamento teórico na idealização do sujeito cidadão que como tal deve questionar a cultura política associada às alianças tradicionais com o

clientelismo, com o populismo e com o assistencialismo, considerados causas de alienações de ordem política. Entretanto, esta cultura política diz respeito a práticas e representações que consolidam a vida cotidiana dos brasileiros e de maneira específica das famílias cooperadas, em termos do recorte analítico e sentido aqui destacados.

As experiências particulares destas famílias no âmbito da proposição do cooperativismo e de todas as suas virtualidades propaladas por processos político-pedagógicos que o acompanham incorporam-se a seus valores e representações acerca do mundo que as cerca. Este contexto específico serve de arcabouço para avaliações e deliberações *a posteriori* acerca da Cooperativa Ipiíba como experiência vivida e como proposição de ação coletiva para o futuro. Preocupações acerca dos problemas particulares à manutenção de tal empreendimento coletivo, relativos à falta de participação e mobilização idealizadas, inclusive em termos de contrapartida econômica, revelam a relevância da categoria *cooperado* que é contextualmente afirmada ou negada tendo em vista o público particular ao qual se destinam as discussões acerca deste estatuto.

Quando o que está em jogo são benefícios atribuídos a uma coletividade por meio de projetos mediados pela FBR e pelo UMP-RJ a ênfase na identidade coletiva que consolida tais benefícios e legitima a necessidade de intervenções sociais torna-se pertinente. Assim, os desapontamentos com esta experiência particular de cooperativismo transformam-se, sobretudo neste contexto, em discursos de exposição das dificuldades financeiras.

Tais discursos autorizam também acusações acerca de diferenciações quanto aos investimentos de cada um e sinalizam para uma ambígua relação mantida com a FBR. Sob o discurso da conquista da *autonomia*, em princípio preconizada por representantes da Fundação, cooperados e técnicos desejam manter uma permanente relação de assessoria, a qual já dura pelo menos 10 anos e é, entretanto, marcada pela dependência mútua.

Após a conquista da casa, que é o bem maior que justifica o projeto comum, as famílias desejam investimentos em infra-estrutura no condomínio e no bairro e alternativas de renda que beneficiem o grupo. Problemas pelos quais responsabilizam órgãos públicos, mas para os quais desejam mediadores qualificados como os técnicos da FBR. Por outro lado, estes, ao assumirem tais papéis, somando-os aos trabalhos de

assessoria a outros grupos de famílias e *comunidades* na cidade do Rio de Janeiro, acumulam funções desempenhadas dentro dos limites da estrutura técnica e financeira recorrentemente alegada insuficiente. Mas mantém-se o postulado da *autonomia* frente a tais limites alegados para o trabalho de *mobilização comunitária*.

Não apenas os técnicos da Fundação, mas também cooperados que ocupam ou ocuparam função diretiva na Cooperativa Ipíba, que seriam assim, mediadores por excelência de tal processo, argumentam também a falta de adesão efetiva dos cooperados aos princípios do cooperativismo associando-a ao *problema cultural* do *assistencialismo* arraigado que como tal fundamentaria as ações dos cooperados ou, nos termos colocados, a falta de ação no sentido da mobilização política objetivada. Entretanto, subjacente a esta questão é a proposição da falta de interesse da "FBR" na viabilização da autonomia das famílias, problema colocado por estes mesmos cooperados mediadores, ainda que o único que o explicite abertamente seja o cooperado Genilson.

O cooperado mais fugidio quanto a este aspecto, por entender a sua própria dependência com relação a FBR, inclusive como integrante de um movimento por moradia popular, é o cooperado Zé Carlos. A "ambiguidade de autonomia/dependência" destacada por Landim (1993) que constitui a relação das ONGs com as outras instituições com as quais mantém relação, como igrejas, governos e movimentos sociais, se estende também aos grupos por elas assessorados e que no sentido aqui descrito são representados pelos cooperados da Cooperativa Ipiíba.

No interior desta específica relação de assessoria e fomento ao cooperativismo destacam-se as contraposições dos cooperados ao projeto inicial da casa tendo em vista projetos de sua ampliação e modificação. Isto porque a casa como valor associa-se ao valor da família tomada em seus diferentes ciclos de reprodução e frente às suas diferentes possibilidades financeiras. A sua ampliação, reforma ou construção de espaços alternativos no quintal têm em vista o crescimento dos filhos e a constituição de novos núcleos familiares. Assim, nessa experiência de cooperativismo atualiza-se o que é recorrente entre os trabalhadores, ou seja, o acolhimento da família dos filhos no espaço da casa quando eles necessitam desta *ajuda* ou por meio de construções específicas fora dela, como o *puxadinho*, por exemplo. O acolhimento de outros parentes na casa *que venham* também neste sentido *precisar* é uma possibilidade aberta.

Este é um projeto de longo prazo que se realiza em função do maior conforto do núcleo familiar tendo em vista valorizadas apropriações dos espaços da casa como lugar de moradia, mas também como lugar do trabalho doméstico e, de forma alternativa, do trabalho remunerado informal. Os projetos de cozinha ampliada e área de serviço respondem, por exemplo, pelo primeiro propósito e o de estabelecer pequeno comércio em casa pelo segundo. O projeto de modificação da casa se traduz, então, em investimentos econômicos que podem se dar paulatinamente, de acordo com as incertas condições financeiras das classes trabalhadoras, agregando assim valor econômico à casa enquanto bem que assegura o futuro da família, mas também valor simbólico, atribuído pela dedicação de toda uma vida em muitos casos.

Assim, a casa, como razão para a adesão à cooperativa, inclusive com o desconhecimento de outras dimensões da proposta do cooperativismo, como atestam alguns cooperados, e como valor, continua a demandar esforços e preocupações quanto aos investimentos futuros. As expectativas do grupo referem-se a este contexto de prover as condições necessárias para o projeto da casa. O trabalho, outro valor fundamental, junto com as oportunidades particulares de financiamentos e fontes de renda que surgem ou podem surgir através do estatuto de cooperado é o projeto que lhe é complementar, assim como o estudo em casos específicos, não apenas para os filhos, sobretudo no caso das mulheres. Trabalho, casa e estudo, nos sentidos aqui delimitados, se complementam na realização do valor maior que é a família para a classe trabalhadora.

Neste contexto, filhos de cooperados usufruem as oportunidades potenciais a partir da idealizada organização comunitária em associativismo habitacional ou, num ângulo oposto, estão submetidos aos limites impostos por tal empreendimento coletivo que se referem a condições de moradia que foram antecipadamente delimitadas. Quanto a estes limites os cooperados questionam não apenas o modelo da casa a partir de intenções de modificações futuras valorizadas, mas também a alegada ilegitimidade do comércio no espaço do condomínio que se dá em função de um propalado *interesse social da Cooperativa Ipiíba* e, portanto, de tudo que em seu espaço e em nome dela se realizar.

A categoria *interesse social* possui aqui fundamento dentro do campo de questões propostas pelo cooperativismo, por sua vez referidas à ideia de economia

solidária segundo a qual a coletividade como estatuto específico se contrapõe ao individualismo, valorizado na sociedade capitalista e cujos princípios sócio-econômicos ordenadores procura-se sobrepor. Como categoria jurídica é explicitado como interesse vinculado a uma coletividade como sujeito e ao bem comum como objeto, este também entendido como "valores essenciais para a vida em sociedade". Como propõe Antônio Ferraz (2010, sem p.):

> "Fazendo uso das noções gerais acerca do interesse, em especial aquelas que o encaram como relação entre um sujeito e um objeto, observaremos que a doutrina tende a identificar o interesse social com o que tem por titular toda a coletividade, todo o grupo social, e, por objeto, bens ou valores essenciais para a vida em sociedade (o bem comum) (...) De modo menos utópico, diríamos que sujeitos do interesse social podem ser parcelas significativas da coletividade (não, necessariamente, toda ela), preservada, porém, a indeterminação das pessoas que as integram (pois do contrário ingressaríamos na órbita do interesse coletivo)".

Esta categoria jurídica é reiterpretada por técnicos da FBR tendo em vista interesses concernentes ao cooperativismo. Sobre ela alguns cooperados líderes exercem também uma mediação de segunda ordem, entretanto, qualificada em termos da comunicação objetivada com os demais cooperados. Tal categoria é, no entanto, contestada quanto aos seus significados válidos no sentido dos interesses e valores das próprias famílias, sendo por elas ressignificada. Segundo esta perspectiva, tudo que as beneficia tendo em vista ações com o propósito de *melhorar de vida*, inclusive ações individuais, como, por exemplo, iniciativas em montar comércios locais que funcionem como alternativas de renda ou usos específicos da casa que convêm a cada família determinar, manifestaria também *interesses sociais*, entendidos aqui em termos de necessidades e interesses sócio-econômicos que identificam o grupo.

Todavia, a categoria como lhes é apresentada, apropriada também em termos dos interesses dos promovedores do projeto, considera um sentido específico do social que não responde por tais iniciativas individuais que caracterizam as famílias enquanto grupo de trabalhadores, como, por exemplo, o comércio autônomo na porta de casa que

se insere informalmente dentro de um tradicional mercado capitalista, entretanto, criticado pelos idealizadores do cooperativismo como excludente em termos de justas e democráticas condições de trabalho. Mas, ao contrário, possui um sentido de inclusão dos cooperados em uma nova ordem social que seja capaz de fazer frente a esta conjuntura e estrutura supostamente opressivas. Para tanto, *interesse social* vira metonímia de *comunidade organizada* em prol de um objetivo válido sob este aspecto, ou seja, cujos resultados objetivados por uma coletividade manifestem igualdade de condições, justiça social e também, por este viés, qualificação política.

Por outro lado, outros questionamentos das famílias acerca das condições de moradia no espaço do condomínio, ao contrário de manifestarem preocupação com a superação de supostos enclaves aos interesses de cada uma, manifestam interesse em manter um estado de sociabilidade conquistado a partir destes mesmos princípios de cooperativismo que se colocam agora em julgamento e que no passado consolidaram a união das famílias, legitimando intervenções necessárias.

Neste sentido há uma preocupação coletiva com o controle sobre condições de segurança no condomínio que foram conquistadas a partir de uma valorizada sociabilidade sedimentada por relações de entre-ajuda. A falta de segurança é um risco atribuído não apenas às possibilidades de acercamento da criminalidade, questionamento recorrente, mas também às potenciais más influências que podem ser exercidas por novas famílias a serem incluídas no espaço do condomínio, as quais não são conhecidas ou com as quais não se mantém uma relação de confiança como a existente entre as famílias cooperadas.

Norbert Elias (2000: 165,168) em "Os estabelecidos e os outsiders" analisa semelhantes diferenças originadas da hierarquia classificatória de grupos de famílias envolvidas em "relações comunitárias" dentro de um mesmo local de moradia. Em relação a este espaço comum há distinções dos moradores quanto à "antiguidade" e à "recenticidade" que fundamentam respectivas relações de poder. Como destaca, os "antigos" moradores em nome deste atributo de antiguidade manifestam uma "pretensão de distinção e superioridades sociais". Em referência a esta "configuração social específica", dada pelas interdependências entre as "famílias antigas" em relações "especificamente comunitárias", o autor fala da existência de um "código comum"

como o existente entre as famílias cooperadas a partir das alegadas relações de confiança e segurança entre eles:

> "Assim, as pessoas que pertencem a um círculo de 'famílias antigas' são providas de um código comum por seus vínculos afetivos específicos: uma certa união das sensibilidades subjaz a todas as suas diferenças. Nesse aspecto, elas sabem onde se situar em relação umas às outras e o que esperar umas das outras, e o sabem 'instintivamente' melhor, como se costuma dizer, do que onde se situar em relação aos outsiders e o que esperar deles. Ademais, numa rede de 'velhas famílias', as pessoas geralmente sabem quem são em termos sociais" (Elias, 2000: 171).

Esta relação de confiança serve de parâmetro para apreciações sobre o "outro" que não integra efetivamente o grupo. Seja este "outro" mais relativo na sua relação com o grupo, como *o pessoal do recurso próprio* – que são moradores do Condomínio do Padre, mas não são cooperados – ou mais circunscrito a distanciamentos, como os futuros moradores sobre os quais se antecipam determinadas restrições que, entretanto, começam a ser também relativizadas pelas experiências de trocas propiciadas a partir das intervenções dos técnicos da FBR em nome do Programa de Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária.

Assim, apesar do conjunto de apontamentos negativos acerca da Cooperativa Ipiíba, amplamente argumentados neste trabalho, ressaltam-se dimensões valorizadas desta experiência coletiva que em função delas é avaliada como positiva. Além da casa própria, valor por excelência que justifica todos os esforços familiares, há a dimensão da sociabilidade conquistada segundo o princípio da ajuda mútua e da reciprocidade, reconhecido como patrimônio cultural dos trabalhadores e enquanto tal estratégia fundamental dos técnicos da FBR para a consolidação da Cooperativa Ipiíba. Entre os cooperados o princípio traduz recursos simbólicos para a legitimidade do merecimento de projetos financiáveis em nome dos quais os técnicos lhes prestam assessorias.

Uma das assessorias mais recentes, baseada nesta específica e familiar relação de trocas, se dá, como vimos, pelo Programa de Assistência Técnica para Mobilização e

Organização Comunitária pelo qual respondem os técnicos da FBR. Através deste programa eles ensejam relações entre as famílias cooperadas e as novas famílias associadas à Associação São Pedro de Alcântara e neste processo as experiências das primeiras quanto ao circuito de categorias vinculadas à questão da mobilização devem alicerçar os primeiros investimentos das segundas. A presença das famílias cooperadas que dominam os discursos e as práticas em jogo consolida a troca de interesses que fundamenta a proposta de intervenção ordenadora de "processos coletivos de produção do habitat" (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009: 06).

Tal intervenção exemplifica a consolidação de interesses em jogo. O interesse das famílias cooperadas em oportunidades de financiamentos de projetos de infra-estrutura para o condomínio e para o bairro e de projetos de geração de renda. O interesse das novas famílias na materialização do sonho da casa-própria. O interesse dos técnicos da FBR em legitimar suas assessorias empregadas em termos de uma missão político-pedagógica de transformação da realidade social dos beneficiários, à qual se soma uma missão religiosa de evangelização a partir de uma proposta de solidariedade e igualdade cristã, representada por integrantes da Igreja Católica. E o interesse especial dos coordenadores do movimento UMP-RJ, alguns deles cooperados, em consolidar e ampliar sua representação política no campo do direito habitacional e urbano, tendo em vista conquistas de alegadas demandas.

Entretanto, esta intervenção específica representa de maneira simbólica as incongruências metodológicas e divergências da FBR acerca de apropriações político-institucionais particulares. A proposição de "diagnóstico participativo" como recurso metodológico por alguns de seus técnicos revela contradições acerca do projeto de consolidação do grupo de famílias em associativismo habitacional que o incorpora. Nesta proposição as deliberações coletivas a partir da idealização da participação das "pessoas da comunidade", no sentido de "impulsionar a auto-análise e a autodeterminação de grupos comunitários" (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009: 25), são tomadas como "escolhas conscientes" destes grupos e assim mascaram determinações e critérios antecipados por condições dos projetos que a ONG representa.

A mais óbvia contradição, tendo em vista tais processos de "autodiagnóstico" sobre "aspectos importantes para a comunidade" (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009: 25), é o objetivo último da assistência técnica, ou seja, "a estruturação do grupo

de forma associativa habitacional e mista" (Metodologia de Trabalho-Ipiíba, 2009: 32) de forma a associar as novas famílias ao estatuto das famílias cooperadas. As postuladas "decisões coletivas" devem se enquadrar aos princípios de ação coletiva que caracterizam o cooperativismo, a serem negociados também junto a critérios de construção habitacional representados pelo governo em suas instâncias federal, estadual e municipal. Ignora-se, por exemplo, a discussão dos cooperados acerca da propriedade da manutenção da Cooperativa Ipiíba em função de problemas comuns e de avaliações sobre a falta de participação e investimentos coletivos suficientes, enfatizando-se apenas as considerações de ordem positiva a respeito desta experiência de cooperativismo.

Além disso, há outras contradições menos óbvias como a que vimos no caso do processo de convencimento das novas famílias a respeito da casa-modelo, referida a valores socioeconômicos e ecológicos e ícone do processo maior de produção de demandas de mobilização coletiva e de intervenção social dos técnicos assessores para o fomento desta mobilização. Este contexto expressa uma conjuntura favorável de promoção da "sociedade civil organizada" sob a égide do que ficou conhecido como a Terceira Via (Giddens, 2001), embora a perspectiva adotada em nome das ONGs, aqui representadas pela FBR, não idealize a substituição do Estado, mas incorpore uma concepção favorável a recursos de pressão e negociação junto ao Estado pela incorporação de demandas de investimento social em termos de políticas públicas e direitos constitucionais.

Entretanto, sabe-se que tais agências não-governamentais tradicionalmente atuam nas brechas e interstícios provocados pela ausência de políticas públicas eficazes, no sentido do atendimento de necessidades e interesses específicos de setores pobres e trabalhadores, que marca sobremaneira a história do país e em nome da qual estas necessidades são intensamente argumentadas no espaço público. O que não falta são representantes desta parcela da população, cada qual disputando maior autoridade e alegando maior legitimidade para esta representação. Aos representantes de ONGs, que como instituições assim denominadas são relativamente novas, se somam representantes de Igrejas, governos, partidos, sindicatos e outras entidades filantrópicas.

Temos, então, uma contradição fundamental. A partir do processo de organização destes trabalhadores considerados excluídos da ordem social vigente, processo este forjado como missão de luta por direitos, aquelas mesmas brechas

enquanto sintoma de uma ausência do Estado enquanto agente de promoção social, que autorizaram e autorizam as ações de intervenção das chamadas ONGs, são em princípio solucionadas. Desta maneira se cumpre a "autodeterminação" de tais grupos no sentido de sua autonomia política para solucionar problemas próprios. No entanto, está posto aqui o dilema acerca do nascimento e da manutenção das chamadas ONGs. A total qualificação dos grupos assessorados, nestes termos, seria a própria extinção de sua razão de ser, ou seja, de sua missão de estar "à serviço", razão fundamental de sua existência intensamente argumentada por Landim (1993).

A consolidação de um movimento da classe trabalhadora de âmbito nacional no campo da política de habitação, como a UNMP, cuja filial UMP-RJ recebeu apoio fundamental da FBR, é símbolo deste contexto contraditório. Não é sem propósito que os representantes deste movimento rivalizam com os da FBR em razão de problemas próprios da relação mantida com ela em nome das *bases*, para utilizar aqui uma categoria própria ao movimento que designa as famílias trabalhadoras representadas. Estes desentendimentos são apenas expressões nativas daquele dilema fundamental com relação à dependência/autonomia, intrínseco ao campo de atuação das ONGs.

Tal ambiguidade cristaliza-se em preocupações "do movimento" acerca das prerrogativas de seu poder de representação frente a programas de habitação que devem ser afirmados como produto das ações qualificadas "do movimento". Entretanto, como vimos, a qualificação para o campo das ações de reivindicação, institucionalmente integradas, não é a mesma necessária para a concretização dos projetos e programas habitacionais e urbanos idealizados e conquistados, que se tornam, no entanto, viáveis a partir da negociação de proposições políticas, papel que os integrantes do movimento tomam para si. Os financiamentos só se realizam de fato em função de contrapartidas em termos de projetos de assistência técnica, sistematizados e concebidos a partir de um aparato técnico-institucional consolidado.

Ou seja, apesar das reiteradas críticas sobre a insuficiência da assessoria prestada pelos profissionais da FBR, que colocam assim em risco o andamento e a qualidade dos projetos contemplados, por outro lado, é fato reconhecido e lamentado a ausência de condições estruturais do próprio movimento em atender aos critérios de assistência técnica. Neste contexto surge a polêmica a respeito da necessidade de *autonomia* a partir da consolidação de *formação das bases* e de novas *parcerias* não mediadas pela

FBR. Algo complicado porque até mesmo a objetivação de uma sede para o movimento no Estado do Rio de Janeiro é no momento mediada por representantes da Fundação junto a Misereor, a agência internacional financiadora por eles representada.

Entretanto, a explicitação de tal contexto de limites reconhecidos acerca da assessoria prestada pela ONG é relativa às posições assumidas pelos diferentes integrantes do movimento UMP-RJ. Há os que se colocam mais contestadores das condições de dependência com relação à Fundação, supostamente vinculadas a interesses escusos, e por contraposição afirmativos do poder de deliberação e organização política do movimento que representam para o controle destas condições. E há aqueles que, mais ponderados, afirmam a necessidade da negociação mais racionalizada com representantes da ONG, por maior consideração da incapacidade em realizar a independência relativa.

Estas distintas posições assumidas pelos integrantes deste movimento, mas também as preconizadas pelos técnicos da FBR, são exemplos de relações de concorrência institucionais e intra-institucionais segundo as quais se dão os agenciamentos da posição do pesquisador, como os relatados no meu caso em relação às duas instituições em foco. Assim, para as situações de sua aceitação e acolhimento, assim como para as ocasiões de sua recusa, são acionados determinados sistemas de representação a respeito de sua figura de pesquisador, marcada por seu específico distanciamento com relação aos contextos do campo e às pessoas com as quais nele se relaciona. Ele há de considerar, portanto, as utilizações acerca de sua presença que são informadas pelas diferentes posições dos informantes em relação a si e em relação a determinados contextos.

Neste sentido, a perspectiva de controle sobre determinados contextos nos quais me insiro como pesquisadora marca este campo de proposição de princípios sóciopolíticos e religiosos para a ação coletiva os quais entram em relação a partir da relevância das diferentes instituições envolvidas e aqui amplamente referidas, ou seja, a Igreja Católica representada pela Associação São Pedro de Alcântara, a ONG FBR e o movimento UMP-RJ. As duas últimas, na figura de seus representantes, marcam uma relativa e desejada transição da mobilização religiosa para uma mobilização propriamente política das famílias desta maneira objetivadas, transição que é tanto mais

legítima quanto mais próxima das perspectivas e princípios políticos defendidos em seu nome.

O que se destaca como característica fundamental de definição desta transição é a conquista de *autonomia* para a tomada de decisões versus contextos controlados de ações religiosas supostamente limitadores e restritos quanto àquele aspecto. Entretanto, esta suposta *autonomia* não se realiza à revelia, mas também deve se dar sob controle específico por meio da adesão a princípios e estratégias de ação política simbolizados pelo cooperativismo como proposta. Somente neste sentido a associação com determinados princípios religiosos é desejada, a exemplo da experiência particular da Cooperativa Ipiíba.

Alguns destes princípios e estratégias são destacados por representantes da UMP-RJ. A preconização da propriedade da casa pela mulher como estratégia de ação política do movimento, por exemplo, manifesta a preocupação em preservar o *valor social da casa* como princípio ao qual se subordina. Ações baseadas nesta associação surtem já seus efeitos, já que programas habitacionais mantidos pelo governo federal incorporam a alegada vinculação entre propriedade feminina e manutenção do valor de uso da casa pela família, em detrimento da especulação imobiliária que se deseja evitar. Como descrito anteriormente, imagina-se que a mulher cumpre melhor o papel de preservação do lar para a família porque se sabe que, em caso de dissolução da união conjugal, é ela que na maioria das vezes permanece com os filhos da relação rompida. Muitas famílias da Cooperativa Ipiíba representadas apenas por mulheres são exemplos desta configuração específica.

Então, a proposição de formas coletivas de produção da habitação deve se dar em função desta *função social da casa* de maneira a se vincular a critérios limitadores de vendas individualizadas da mesma, ou seja, aquisição de terreno coletivo, bem casa associado a capitais sociais a partir do estatuto do cooperativismo habitacional e controles coletivos sobre repasse da casa para terceiros segundo princípios da "ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade" (A Identidade do Cooperativismo, FBR, s/d).

Este conjunto de princípios é o preconizado para fazer frente à perspectiva *individualista* não apenas acerca de políticas públicas no setor habitacional, mas acerca das ações dos indivíduos no plano da ação social e política cotidiana. Associações entre

individualismo como valor e *capitalismo* como sistema de organização da vida social, política e econômica, se contrapõem a outras associações, como *coletividade*, *socialização do capital e socialização do trabalho* por meio de sistemas de *auto-gestão.* Quando estas últimas são expressamente vinculadas ao *sistema socialista* o que se deseja marcar é um modelo de referência mais justo para ações sociais alternativas dentro das sociedades capitalistas.

Então, a proposta de construção habitacional por processos de auto-gestão que deverão ser negociados no espaço público urbano, quer dizer, de gestão pelas próprias famílias beneficiárias organizadas, se consubstancia em um programa holístico no sentido aqui argumentado. Ou seja, o que se pretende é a transformação do indivíduo trabalhador em *cidadão* de tipo específico, que seja capaz de incorporar a dimensão da inclusão qualificada na sociedade capitalista segundo aqueles princípios sóciopolíticos que a contradizem em muitos aspectos. Opõem-se ideologicamente, por exemplo, à alegada superficialidade do puro *assistencialismo*, à injusta concentração de renda, à valorização do lucro em detrimento de justiça social, à demagogia de suspeitas barganhas políticas, ao clientelismo e ao perigo de instrumentalizações privadas de recursos públicos.

Esta inclusão qualificada do trabalhador na sociedade, no sentido aqui explicitado, objetiva mudanças sociais a partir de novos princípios, representações e perspectivas para as suas ações que deverão integrar a organização de associações coletivas a fim de promover tais mudanças. Por isso parte-se do primeiro grupo social de valor fundamental aos trabalhadores que é a família a fim de posteriormente ensejar a mobilização articulada com outros grupos. Os processos de mediação aqui exemplificados se dão no sentido da desqualificação de valores e atitudes considerados impróprios e da construção afirmativa de outros preconizados ideais para este objetivo fundamental. Trata-se, portanto, de particulares formas de dominação ocultadas por crenças em transformações sociais consideradas necessárias e legítimas tendo em vista a superação de outras dominações de ordem econômica e social. Estas, entretanto, deverão ser nestes termos explicitadas e argumentadas.

A constrição das famílias objetivadas segundo este contexto de intervenção social inclui um específico trabalho de comunicação ordenado por categorias significativas neste processo, como *solidariedade*, *união*, *luta*, *direitos*, *recursos*,

fundos, *organização*, *mobilização*, *associação* e *comunidade organizada,* com destaque para a categoria que incorpora as demais, a *cidadania* como valor. Neste sentido, os benefícios sociais traduzidos em termos de conquistas desta objetivada organização coletiva são estímulos à inclusão das famílias, mas que não se esgotam em si mesmos. Estas conquistas devem, ao contrário, manifestar um processo de disposições internas para a mudança social que se preconiza.

Então, a circularidade de tais categorias reproduz constrangimentos estratégicos para a realização da proposta de inclusão destas famílias trabalhadoras em uma ordem social fundada na *cidadania* como valor a partir de sua *organização comunitária*. Vimos que, sob os contextos de tal proposta idealizada, determinados interesses e concepções das famílias beneficiárias são representados em termos de contraposições e limites à sua consolidação. Mas por outro lado, há também adesões que se expressam, por exemplo, em escolhas e ações dos cooperados de Ipiíba ordenadas por aquelas mesmas categorias que circulam em suas experiências cotidianas a partir do processo político-pedagógico aqui destacado.

Esta é uma proposta que, nos termos e contextos aqui apresentados, por estar vinculada ao campo da habitação e das reformas urbanas, deverá sofrer influencia de mudanças sociais, políticas e econômicas específicas neste campo, como este trabalho já assinalou acerca da maior relevância na atualidade dos órgãos governamentais na configuração de políticas de habitação. Mas sofrerá também influência fundamental das específicas relações de dependência e autonomia entre instituições aqui representadas – agências não governamentais e governamentais, setores da Igreja e movimentos sociais – que se dão em função da proposição de intervenções sociais sobre condições de existência e de representação da vida social das populações trabalhadoras configuradas, nestes termos, como beneficiárias daquelas intervenções.

Estas intervenções ganham status de solução para problemas que são comuns aos trabalhadores e que na conjuntura atual é tanto maior quanto mais estão associadas a princípios de autodeterminação e de deliberações participativas da população configurada beneficiária. As respostas dos trabalhadores a este contexto se fundamentam em valores e interesses histórica e culturalmente orientados que são dispostos em negociação frente a atributos de ação e representação considerados ideais. Portanto, estas respostas não se dão à revelia, não incorporam os propalados princípios

de ação quando estes não encontram terreno fértil. Mas são relativos às específicas relações mantidas com os diferentes representantes autorizados de instituições como as aqui em foco.

Bibliografia

A IDENTIDADE DO COOPERATIVISMO. Fundação Bento Rubião, s/d.

AGIER, Michel e GUIMARÃES, A.S.A. Imagens e Identidades do Trabalho, São Paulo: Hucitec, 1995.

ARRUDA, Ângelo. Contribuição para oficina de planejamento. Rio de Janeiro: Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas, s/d.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____ Razões práticas: Sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A participação da pesquisa no trabalho popular* In BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.), Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARDOSO, Ruth C. L. *Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método* In CARDOSO, Ruth C. L. (org.). A aventura antropológica. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHAVES, Christine de Alencar. Festas da política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

CORRÊA, Ricardo de Gouvêa. Direito à terra e habitação. Uma experiência no Rio de Janeiro, vol II. Rio de Janeiro: Fundação Bento Rubião, 2007.

DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro: editora Guanabara, 1990.

DELEUZE, Gilles. Lógica do sentido. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

DUMONT, Louis. O Individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1975.

DURHAM, Eunice R. *Família e Reprodução Humana* In CHAUÍ, Marilena; CARDOSO, Ruth; CÉLIA, Maria. Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

DURÃO, Jorge Eduardo Saavedra. *O Estado da Questão.* In GARCIA, Joana; LANDIM, Leilah; DAHMER, Tatiana (orgs.), Sociedade & Políticas – novos debates entre ONGs e universidade. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ESTATUTO SOCIAL. Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba. 09 de dezembro de 2001.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Cadernos de Campo, n° 13. São Paulo: PPGAS/USP, 2005.

FELDMAN-BIANCO, Bela. *Introdução e organização* In FELDMAN-BIANCO, Bela. A Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo: Global, 1987.

FERRAZ, Antonio Augusto Mello de Camargo. Considerações sobre interesse social e interesse difuso In Revista Internacional Direito e Cidadania, n° 08. Outubro de 2010 a janeiro de 2011. Disponível em: www.iedc.org.br. Acesso em: 10/01/2011.

FONSECA, Cláudia. Família, fofoca e honra. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____ Obras e vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GIDDENS, Anthony. A terceira via e seus críticos. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. Revista de Antropologia, vol. 46. São Paulo: 2003.

GÓMEZ, J.M. Política e Democracia em Tempos de Globalização. Ed.Vozes, LPP, CLACSO, Petrópolis, RJ, 2000.

GUEDES, Simoni Lahud. Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais. Caderno CRH, Salvador, n°. 29, 1998.

_____. Jogo de Corpo: Um estudo de construção social de trabalhadores. Niterói: Eduff, 1997.

GUEDES, Simoni; LIMA, Michelle da Silva. *Casa, família nuclear e redes sociais em bairros de trabalhadores* In BARROS, Myriam Lins de (org.) Família e gerações. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOGGART, Richard. La culture du pauvre. Paris: Lês Éditions de Minuit, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – www.ibge.gov.br – acesso em 06/01/2010.

KANT DE LIMA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público* In GOMES, Laura G.; BARBOSA, Lívia; DRUMMOND, José A. (orgs.) O Brasil não é para principiantes. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LANDIM, Leilah. A invenção das ONGs. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 1993.

_____ *Experiência militante: histórias das assim chamadas ONGs* In LANDIM, Leilah (org.). Ações em Sociedade. Rio de Janeiro: NAU, 1998.

_____ *Múltiplas identidades das ONGs* In HADDAD, Sérgio (org.), ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. São Paulo: Papirus, 2006.

LIMA, Michelle da Silva. Família, redes de sociabilidade e casa própria: um estudo etnográfico em uma cooperativa habitacional em São Gonçalo, RJ. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. Horizontes Antropológicos, vol. 15, n° 32. Porto Alegre: julho/dezembro de 2009.

_____ De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, n° 49. São Paulo: junho de 2002.

MAIA, Rosiley. *Redes cívicas e Internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública* In EISENBERG, José & CEPIK, Marco (Org.). Internet e Política: teoria e prática democrática eletrônica. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e a política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALINOWSKI, Brosnislaw Kasper. Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANUAL PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS. Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Ministério das Cidades. Exercícios – 2008/2011.

MAUSS, Marcel. Antropologia e Sociologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

METODOLOGIA DE TRABALHO – IPIÍBA - Assistência Técnica para Mobilização Comunitária. Contrato n° 001/2009 – ITERJ – FBR – UMP-RJ. agosto/2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES – www.cidades.gov.br – acesso em 05/01/2011.

MIRANDA, Júlia. Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 1999.

NEVES, Delma Pessanha. Nesse Terreiro Galo não Canta. Estudo do Caráter Matrifocal de Unidades Familiares de Baixa Renda. Anuário Antropológico 83. Rio de Janeiro: 1985.

_____ *Precariedade social, tutela filantrópica e voluntariado filantrópico* In MOTTA, Márcia; PIÑEIROS, Théo Lobarinhas (orgs.) Voluntariado e Universidade Rural. Niterói, 2001.

_____ *Apresentação*. In NEVES, Delma Pessanha (org.), Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. *Mediações sociais e mediadores políticos* In NEVES, Delma Pessanha (org.), Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. O projeto político-pedagógico da Terceira Via In Revista de Ciência Política, nº 14, dezembro de 2003. Disponível em: http//www.achegas.net/anteriores.html. Acesso em 17/12/2010.

PASSERON, Jean-Claude. *Présentation*. In La culture du pauvre. Paris: Lês Éditions de Minuit, 1970.

PEIRANO, Mariza. A teoria vivida: e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PEREIRA, José Carlos da Costa. Artesanato – Definições, Evolução e Ação do MTb - PNDA. Brasília: Ministério do Trabalho/Planejamento e Assuntos Gerais, 1979.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

_____ Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n° 10, 1992, p. 200-212.

PREFEITURA DE SÃO GONÇALO – www.saogoncalo.rj.gov.br – acesso em 06/01/2010.

REGIMENTO INTERNO MUTIRÃO. Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba. 01 de abril de 2001.

RAMOS, Alcida Rita. Ethnology Brazilian Style. Cultural Anthropology, 5 (4), 1990: 452-472.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAHLINS, Marshall David. Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SILVA, Lília Márcia de Almeida. Periferia rural urbana: um estudo sobre Ipiíba, São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR – www.unmp.com.br – acesso em 07/03/2010.

VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

VAN VELSEN, J. *Análise situacional e o método de estudo de caso detalhado* In FELDMAN-BIANCO, Bela. A antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global, 1987.

VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. Cooperativismo: uma alternativa dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Senac/ARRJ, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. Revista Mana, n° 8(1). Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 2002.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia Compreensiva. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WHYTE, William Foote. Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

WOORTMANN, Klass. Casa e Família Operária. Anuário Antropológico/80. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

_____ A Família das Mulheres. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

ZALUAR, Alba. *Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas* In CARDOSO, Ruth C. L. (org.) A aventura antropológica. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Anexo 1

Mapas de São Gonçalo

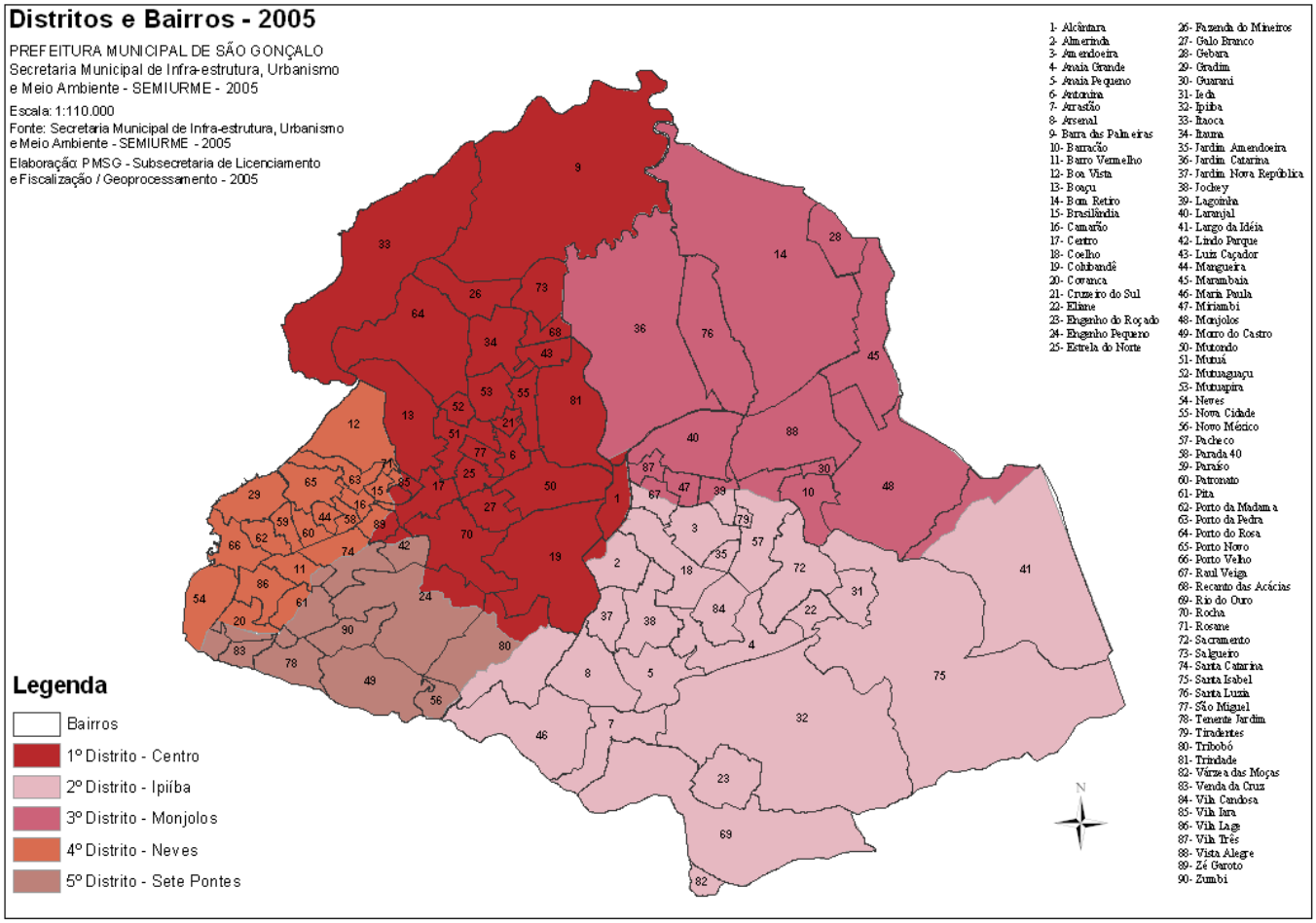
Figuras 1 a 5

Figura 1- Distritos de São Gonçalo

1º Distrito : 6800 ha | 2º Distrito : 7200 ha | 3º Distrito : 5100 ha
4º Distrito : 1200 ha | 5º Distrito : 2400 ha

Fonte: site www.saogoncalo.rj.gov.br

Figura 2 - Distritos e bairros de São Gonçalo

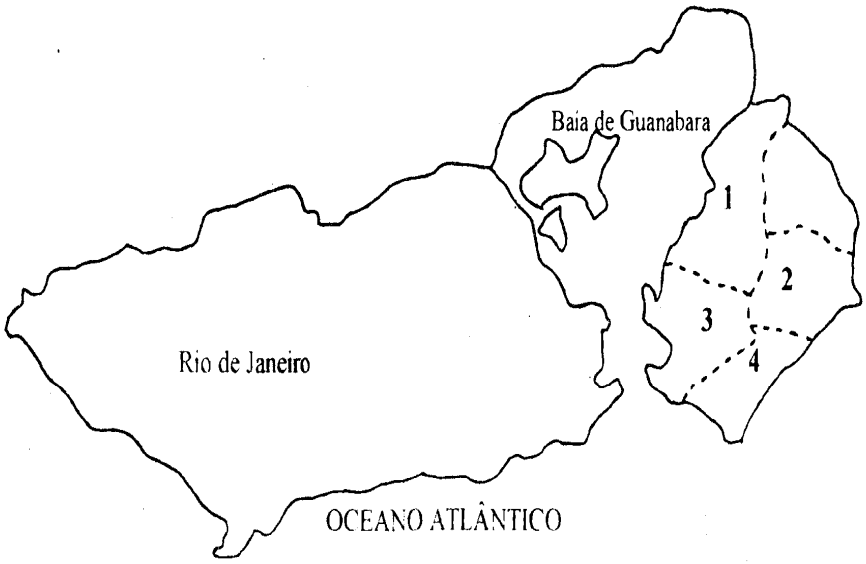


Fonte: site www.saogoncalo.rj.gov.br

Bairros do distrito Ipiíba:

55. Almerinda
56. Jardim Nova República
57. Arsenal
58. Maria Paula
59. Arrastão
60. Anaia Pequeno
61. Joquei
62. Coelho
72. Amendoeira
74. Jardim Amendoeira
75. Vila Candoza
76. Anaia Grande
77. Ipiíba
78. Engenho do Roçado
79. Rio do Ouro
80. Várzea das Moças
81. Santa Isabel
82. Eliane
83. Ieda
84. Sacramento

Figura 3 - Orla Oriental da Baía de Guanabara: Localização das Freguesias de São Gonçalo e de Nossa Senhora da Conceição e Cordeiro – século XVI



--- Limite das Freguesias
Freguesias
1 - de São Gonçalo
2 - de N. S. da Conceição e Cordeiro
3 - S. Sebastião de Itaipu
4 - de Niterói

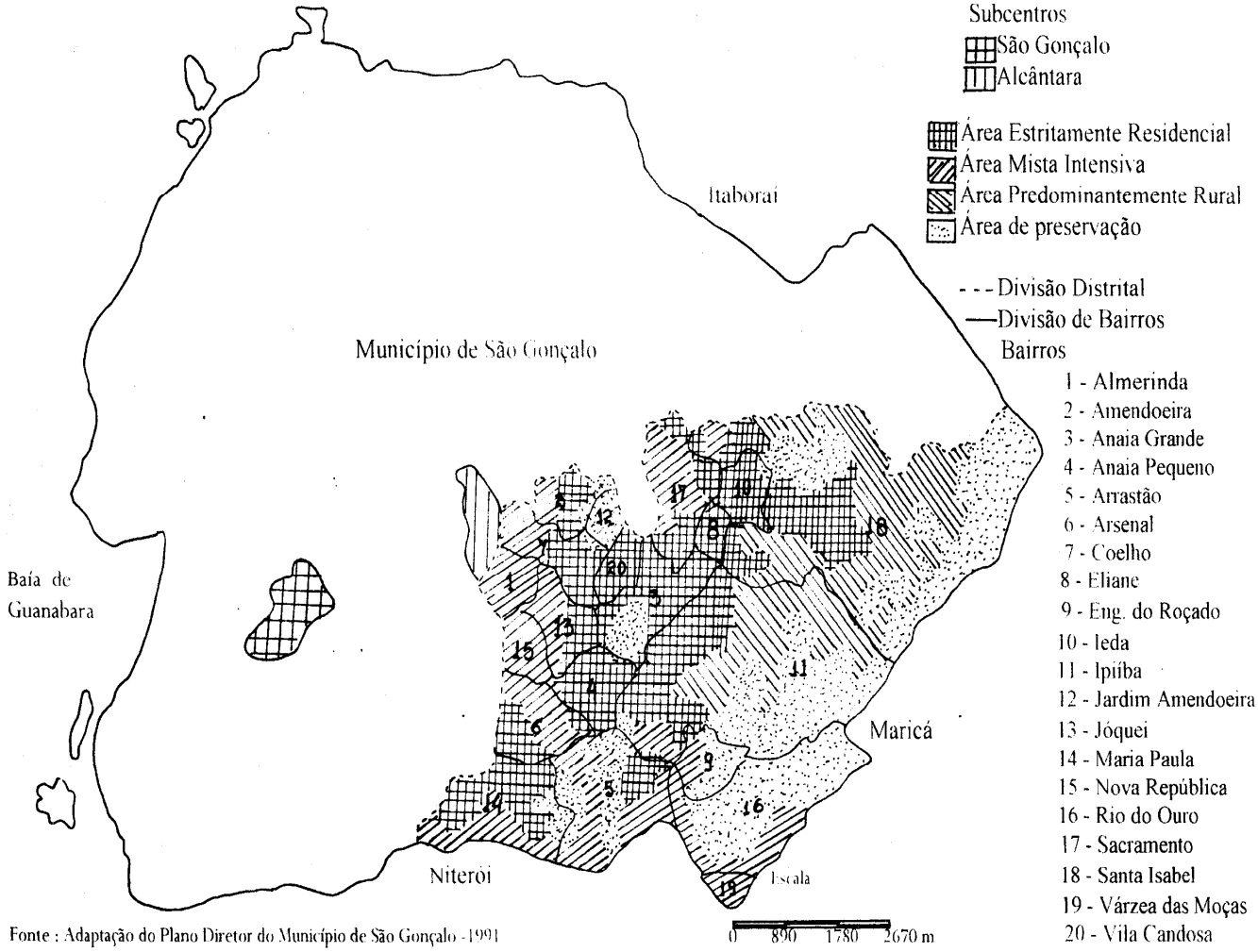
Escala

0 6.4 12.8 19.2 Km

Fonte : Adaptação de BRAGA (1997).

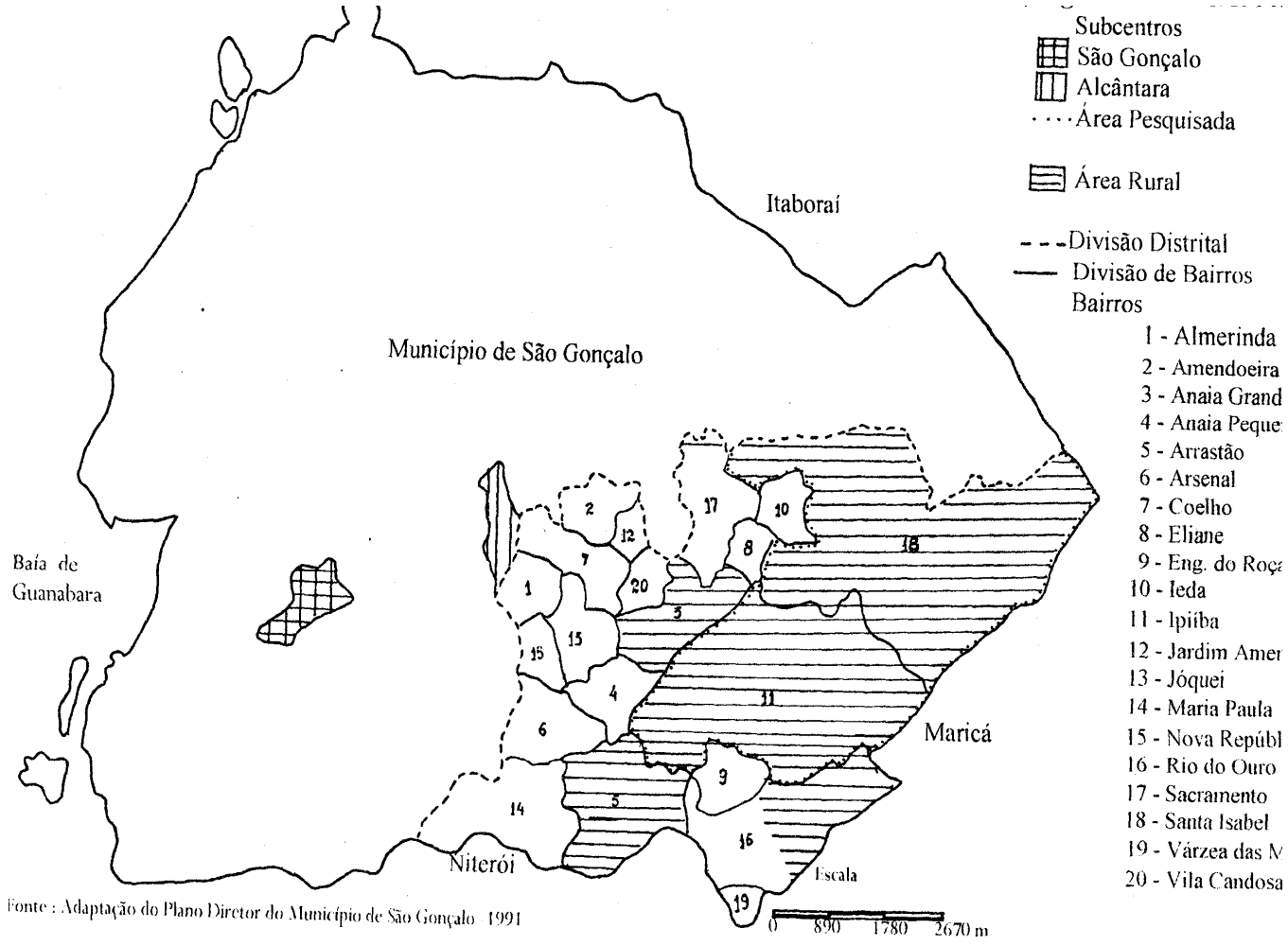
Apud Lília Silva (2001)

Figura 4 – Município de São Gonçalo - 2° Distrito-Ipiíba: Zoneamento, segundo Plano Diretor, 1991



Apud Lília Silva (2001)

Figura 5 – Município de São Gonçalo - 2° Distrito-Ipiíba: Delimitação da Área Rural, segundo lei 006/1999



Apud Lília Silva (2001)

Anexo 2

Estatuto Social

da Cooperativa Ipiíba

ATA DE FUNDAÇÃO

Aos nove dias do mês de dezembro de 2001, às 14 horas, compareceram as pessoas abaixo qualificadas, à Estrada da Meia Noite, nº3000, a fim de fundar a Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba. Após lido o Estatuto, este foi aprovado por unanimidade, no teor que se segue:

COOPERATIVA HABITACIONAL E MISTA IPIÍBA

ESTATUTO SOCIAL

CAP.1 - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO e TEMPO DE DURAÇÃO

Art. 1º- Com a denominação de Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba Ltda., se institui uma entidade civil sem fins lucrativos, com sede na Estrada da Meia Noite, nº3000, Alcântara, São Gonçalo, foro no município de São Gonçalo, que será regida pelas disposições deste Estatuto e pela Lei 5764/71 e outras legislações pertinentes.

Art. 2º- O tempo de duração da Cooperativa é ilimitado.

CAP.2 - DO OBJETO DA COOPERATIVA

Art.3º- A Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba tem como objetivos:

a) promover moradia digna a seus associados através da construção em mutirão pelos mesmos, atribuindo àqueles direito de uso exclusivo sobre a casa, bem como o direito de uso não privativo aos bens comuns;
b) fomentar o ideal e a prática do movimento cooperativista;
c) receber as mensalidades destinadas ao Fundo Rotativo e outros Fundos em cotas individuais de cada associado;
d) integrar organismos tais como Federações, Redes, Associações relativos ao movimento cooperativista a fim de estabelecer operações comuns que divulguem o cooperativismo;
e) fomentar a criação de outras modalidades de produção cooperativa que cubram as diversas necessidades de seus associados, tais como prestação de serviços, consumo, etc.
f) desenvolver qualquer atividade tendente à consecução de seus fins, desde que compatíveis com os princípios cooperativistas.

Parágrafo único – Após a quitação total das mensalidades destinadas ao pagamento do material empregado na construção da casa, o cooperado terá a propriedade plena da mesma.

Art.4º- A Cooperativa não tem fins lucrativos e funcionará de acordo com os princípios da igualdade de direitos e deveres de seus associados, livre adesão, neutralidade política, religiosa, racial e filosófica.

Art.5°- O exercício social da Cooperativa é de janeiro a dezembro, devendo seus diretores realizar o balanço geral da entidade no período de janeiro e fevereiro, apresentando as contas ao Conselho Fiscal em março.

CAP.3 - DOS ASSOCIADOS

Art.6°- O número de associados corresponderá ao número de casas construídas.

Art.7°- São condições de entrada na Cooperativa Ipiíba:

a) Ter no mínimo 21 anos;
b) Estar em pleno gozo de seus direitos civis;
c) Estar plenamente consciente dos princípios cooperativos e do funcionamento de uma cooperativa;
d) Participar no período de um mês de capacitações que vão prepara-lo para o Cooperativismo;
e) Não ser proprietário, promitente comprador ou mutuário de nenhum imóvel no Estado do Rio de Janeiro;
f) Ter renda familiar mensal entre 2 e 6 salários mínimos;

Art.8°- Para ser admitido na Cooperativa, o aspirante a cooperado, encaixando-se nas condições que determinam o artigo anterior, deverá prosseguir da seguinte forma:

a) Solicitar por escrito à Diretoria da Cooperativa seu ingresso na mesma, provando que está apto a tal;

§1° A Diretoria deverá levar o pedido à assembléia geral, na qual o aspirante a cooperado estará presente apenas para se apresentar e expor seu desejo, retirando-se em seguida;
§2° A assembléia geral decidirá sobre o pedido, ouvindo para tal a manifestação dos membros da Diretoria.
§3° Em caso de decisão positiva, o novo cooperado assinará o Livro de Matrícula e receberá a chave da casa, podendo imitir-se na posse da mesma imediatamente;
§4° Em caso de decisão negativa, o aspirante só poderá tentar ingressar novamente após 1 (um) ano;
§5° Havendo mais de um aspirante a preferência se dará por questões de parentesco com cooperados, número de filhos menores na família e condições da moradia (aluguel e precariedade).

Art.9°- São direitos dos cooperados:

I – Direito ao uso de uma casa da cooperativa, com fim exclusivo de moradia, podendo nela morar quem o cooperado desejar, sendo ele responsável pelo ato de todos que nela habitam;
II – Participar das assembléias gerais com voz e voto, podendo fazer-se representar por qualquer membro da família que more na mesma casa, desde que maior de 21 anos;
III – Utilizar o Centro Comunitário, respeitando-se o regimento interno do mesmo;
IV – Ser votado para qualquer cargo elegível, desde que em dia com suas obrigações estatutárias;

V – Convocar assembléias em conjunto com outros cooperados, respeitando-se o mínimo exigido no art.27 do presente Estatuto.

Art. 10 – São deveres dos cooperados:

I – Pagar em dia sua mensalidade;
II – Cumprir fielmente as disposições estatutárias, os regimentos internos, as decisões tomadas em assembléia e prestar seus esforço solidário à concretização dos princípios cooperativistas;
III – Assistir as assembléias e demais reuniões em que for convocado, salvo impedimento devidamente justificado à Diretoria;
IV – Votar nas eleições, sendo considerada falta grave a falta;
V – Pagar em dia todos os Fundos que a Cooperativa mantém;
VI – Participar de todos os mutirões designados pela Diretoria da Cooperativa;
VII – Usar sua casa apenas para sua moradia e de seu núcleo familiar, mantendo-a e conservando-a, não podendo ceder o uso a outrem, nem alugar ou sublocar.

Parágrafo único – Os direitos e obrigações dos cooperados se regulamentarão com sujeição aos princípios da igualdade e solidariedade cooperativa, não sendo permitido nenhum tipo de privilégio.

CAP.4 - DA DEMISSÃO, EXCLUSÃO E ELIMINAÇÃO DOS ASSOCIADOS

Art.11 – A responsabilidade do associado perante terceiros por compromisso da Cooperativa perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos até quando aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento.

Parágrafo único – As obrigações dos associados falecidos, contraídas com a Cooperativa, e as oriundas de sua responsabilidade como associado em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após 1(um) ano contado da abertura da sucessão, ressalvados os aspectos peculiares da Cooperativa Habitacional.

Art.12 – O associado poderá por iniciativa própria, a qualquer tempo se retirar do quadro de associados da Cooperativa.

Art.13 – A exclusão do associado ocorrerá por:

a) dissolução da cooperativa;
b) morte do associado;
c) incapacidade civil não-suprida;
d) deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

Parágrafo único – No caso de falecimento do associado, seus direitos e obrigações transferem-se aos herdeiros, que poderão optar por continuar no uso da casa da cooperativa, ou retirar-se da mesma, observando-se as regras do art. 20. No caso de mais de um herdeiro, deverá ser feito um acordo entre eles, respeitando-se a lei civil de sucessões.

Art.14 – O associado que não se integrar aos princípios do cooperativismo, não proporcionando nenhum benefício à entidade, ou, de qualquer forma, prejudicar a Cooperativa, não atentando aos deveres elencados no art.10, ou ainda, causar transtornos ou conflitos, poderá ser excluído da mesma, garantido ao mesmo, em qualquer hipótese, o contraditório e a ampla defesa.

§1°- Todos os casos tratados neste capítulo deverão ser levados à assembléia geral, para que esta tome ciência e decida, quando assim for necessário.
§2°- A saída do cooperado dá-se formalmente com sua assinatura no Livro de Matrícula e a entrega das chaves da casa.
§3°- No caso de o cooperado se recusar a cumprir a formalidade descrita no artigo acima, a ata da reunião em que foi desligado servirá como documento comprobatório de sua saída.
§4°- O cooperado que estiver devendo três meses ou mais de qualquer prestação à Cooperativa deverá ter seu caso levado à assembléia;
§5°- O cooperado que ficar inadimplente por mais de 1 (hum) ano sem justificativa e for excluído da Cooperativa, sofrerá retenção de 30% (trinta por cento) do valor de sua cota-parte.

Art.15 – Em qualquer dos casos descritos neste capítulo, a forma de recuperação da cota-parte do cooperado que se retira obedecerá o descrito no art. 20 do presente Estatuto.

CAP.5 - DO CAPITAL SOCIAL

Art.16 – O capital social da Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba é formado da seguinte maneira:

a) 85% referem-se as acessões construídas nos lotes dos cooperados;
b) 15% referem-se à mão-de-obra empregada no regime de mutirão para a construção das acessões.

Art.17 – O capital social é dividido em cotas-partes, cujo número tem como referência o número de casas da Cooperativa, podendo aumentar conforme tal número aumente, obedecendo sempre o critério descrito no art.16.

Art.18 – A cota-parte é indivisível, intransferível a não associados e não poderá ser negociada nem dada em garantia e a sua subscrição, integralização, transferência ou restituição será sempre escriturada no respectivo livro.

Art. 19 – A integralização da cota-parte será feita com o trabalho no mutirão e o pagamento de prestações mensais à Cooperativa relativas às acessões.

Art.20 – O associado que, de qualquer forma, se retirar da Cooperativa, receberá o valor correspondente à sua cota-parte diretamente daquele que, obedecido os critérios estabelecidos no art. 8°, entrar como associado em seu lugar.
§ 1° A forma de pagamento será combinada entre os interessados, de forma a possibilitar o pleno acesso do novo cooperado;

§ 2° O novo cooperado se obriga a continuar arcando com todas as despesas da Cooperativa, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

Art.21 – O capital da Cooperativa será constituído por:

I – moradias e outras construções localizadas no terreno sito na Estrada da Meia Noite, n°3000;
II - subvenções, auxílios e doações de pessoas físicas e jurídicas, ou entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

CAP.6 – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art.22 – A assembléia geral é o órgão máximo da sociedade cooperativa, podendo deliberar sobre todas as questões relativas à mesma, respeitado o estatuto e a legislação em vigor.

Art.23 – Realizar-se-á, ao menos, uma assembléia geral anualmente, que deliberará sobre os seguintes assuntos:

a) Prestação de contas anual dos órgãos da administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal;
b) Planejamento de atividades;
c) Avaliação e controle das atividades em geral;
d) Eleição dos componentes dos órgãos de administração e Conselho Fiscal, quando couber;
e) Assuntos de interesse da Cooperativa.

Art.24 – As eleições da diretoria e do conselho fiscal serão realizadas durante assembléia geral convocada especialmente para esse fim.

§ 1° O tempo de mandato para qualquer cargo da Diretoria é de 2 (dois) anos, podendo haver uma re-eleição;
§ 2° As chapas que concorrem aos cargos de Diretoria e ao Conselho Fiscal são separadas;
§ 3° Será tirada uma Comissão Eleitoral, formada por três cooperados imparciais à disputa, para organizar o processo eleitoreiro, sendo responsável, inclusive, pela convocação por carta, à assembléia que ocorrerá a eleição.

Art.25 – Sempre que necessário, será realizada assembléia geral extraordinária, que poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que especificados na carta que a convocará.

Art.26 – É de competência exclusiva da assembléia geral extraordinária deliberar sobre a reforma do presente Estatuto, fusão, incorporação ou desmembramento, mudança de objeto da sociedade, nomeação e contas do liquidante, quando as decisões serão sempre tomadas por 2/3 dos presentes.

Art.27 – A assembléia geral poderá ser convocada pelo presidente, metade da diretoria, por decisão unânime do Conselho Fiscal, ou ainda por pelo menos 1/5 dos associados em pleno gozo de seus direitos.

Art.28 – O quórum mínimo para instalação da assembléia será de pelo menos:

a) 2/3 dos associados em pleno gozo de seus direitos, em primeira convocação, presentes no local e hora indicados pelo edital;
b) metade mais um dos associados em pleno gozo de seus direitos, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação;
c) 1/3 dos associados em pleno gozo de seus direitos, em terceira e última convocação, uma hora após a primeira convocação.

Art.29 – Os editais de convocação serão fixados em quadro de avisos que a Cooperativa manterá com fins de informação sobre suas atividades, com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência.

Art.30 – O funcionamento das assembléias seguirá as seguintes normas:

a) Serão presididas pelo presidente da Cooperativa ou pelo secretário, ou por outro cooperado eleito de forma direta no momento de sua instalação;
b) Todas as deliberações deverão ser tomadas por maioria simples dos presentes, em casos de instalação da assembléia em primeira convocação; por maioria absoluta (metade mais um) em casos de instalação em segunda convocação; e por 2/3 dos presentes em caso de terceira convocação. Nas assembléias gerais extraordinárias, as deliberações devem ser tomadas por 2/3 dos presentes;
c) Todas as votações deverão ser feitas pelo voto direto e individual, secreto ou aberto conforme deliberação da própria assembléia;
d) Os temas relacionados a assuntos particulares deverão ser decididos sem o voto dos envolvidos.

Art.31 – Cada associado tem direito a apenas um voto, sendo proibido o voto por procuração, ressalvado hipótese do art.9º, II.

Art.32 – É de competência exclusiva da assembléia geral a decisão sobre a venda, locação ou doação de qualquer bem da sociedade, inclusive empréstimos, financiamentos e gravames que recaiam sobre seu patrimônio.

CAP.7 – DA ADMINISTRAÇÃO

Art.33 – A cooperativa será administrada por uma diretoria composta pelos cargos de presidente, tesoureiro, secretário e vogal.

§ 1º Para ser candidato a um desses cargos, o associado deverá estar no pleno gozo de seus direitos;
§ 2º Não podem compor a Diretoria parentes entre si até o segundo grau, seja em linha reta ou colateral.

Art.34 – Compete à Diretoria:

I – Encaminhar, implementar e zelar pelo cumprimento das decisões da assembléia geral e do presente Estatuto;
II – Convocar as assembléias gerais e viabilizar suas realizações;
III – Prestar contas de todas as atividades e iniciativas desenvolvidas em nome da Cooperativa;
IV – Garantir o funcionamento da Cooperativa na implementação de seus objetivos;
V – Realizar convênios ou acordos com outras entidades e organismos;
VI – Contratar e demitir funcionários;
VII – Propor à assembléia um regimento para regular o dia-a-dia da Cooperativa;
VIII – Propor à assembléia sanções, punições ou penalidades aos associados;
IX – Indicar à assembléia as propostas de admissão, demissão e exclusão de associados;
X – Contratar assessoria técnica necessária às atividades da Cooperativa
XI – Administrar e implementar medidas para o bom funcionamento e desenvolvimento da cooperativa em benefício de seus associados.

Art.35 – Compete ao Presidente:

I – Representar a Cooperativa, ativa e passivamente, social e politicamente, em juízo e fora dele;
II – Assinar cheques e movimentar contas financeiras em conjunto com o tesoureiro;
III – Coordenar as assembléias e as reuniões de diretoria;

Art.36 – Compete ao tesoureiro zelar pela ordem financeira e contábil da cooperativa, organizar a documentação fiscal, encarregar-se das obrigações trabalhistas e tributárias, movimentar as contas bancárias e recursos financeiros em conjunto com o presidente.

Art.37 – Compete ao secretário zelar pelos livros e documentos da cooperativa e secretariar os seus atos institucionais e administrativos.

Art.38 – Compete ao vogal substituir qualquer membro da diretoria quando ausente.

Art.39 – Caso fiquem vagos cargos da Diretoria por mais de 30 (trinta) dias, deverá ser convocada assembléia geral extraordinária, conforme art. 27 do presente Estatuto, para o devido preenchimento dos cargos.

Parágrafo único – Os escolhidos exercerão o mandato pelo prazo que restava aos seus antecessores

Art.40 – Os integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Cooperativa, a não ser nos casos em que este Estatuto exija especificamente aprovação superior e essa não foi obtida e pelos prejuízos resultantes de seus atos se agirem com culpa ou dolo.

CAP.8 – DO CONSELHO FISCAL

Art.41 – O planejamento e a administração da Cooperativa serão controlados por um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos, todos associados eleitos anualmente pela assembléia geral, sendo permitida a re-eleição de um terço de seus componentes.

§ 1° Não podem fazer parte do Conselho Fiscal ao parentes dos diretores até segundo grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.
§ 2° O associado não pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e de fiscalização.

Art.42 – Compete ao Conselho Fiscal apresentar relatório e parecer na assembléia geral ordinária sobre as contas, negócios e movimentações financeiras da Cooperativa.

Art.43 – As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria absoluta, excetuando-se o parecer sobre as prestações de contas da diretoria, que deverá obter posição unânime.

Parágrafo único – Não havendo posição unânime, as posições divergentes serão levadas à apreciação da assembléia.

CAP.9 – DOS FUNDOS

Art.44 – Serão constituídos os seguintes fundos:

I – de Reserva de capital, destinado a atender as necessidades da Cooperativa, inclusive despesas com o contador e demais técnicos;
II – de Solidariedade, destinado a atender as necessidades dos cooperados.
III – Rotativo, destinado a integralização da cota-parte, que terá como destino o apoio à criação de outras cooperativas habitacionais.

Parágrafo único – O Fundo de Solidariedade terá um regimento interno elaborado em assembléia geral convocada para este fim.

Art.45 – Os valores a serem destinados aos Fundos de Reserva e de Solidariedade serão definidos em assembléia por maioria simples.

CAP.10 – DOS LIVROS

Art.46 – A Cooperativa deverá dispor, seja em livros, ou em fichas organizadas numericamente, ou em sistemas informatizados que cumpram os mesmos objetivos:

a) Matrícula dos associados;
b) Atas das assembléias gerais;
c) Atas das reuniões da Diretoria;
d) Atas das reuniões do Conselho Fiscal;
e) Presença dos associados nas assembléias;
f) Todos os livros, registros contábeis e fiscais estabelecidos na lei.

Anexo 3

Regimento Interno de Mutirão

da Cooperativa Ipiíba

COOPERATIVA HABITACIONAL IPIIBA
REGIMENTO INTERNO
MUTIRÃO

TÍTULO I - DA COMPOSIÇÃO

Artigo 1° – As famílias integrantes da Cooperativa IPIIBA faz valer a partir da data de hoje este regimento interno que será seguido durante todas as atividades do mutirão para a construção de 42 casas, aprovado pelos cooperados em 01 de abril de 2001.

Artigo 2° – O mutirão tem como instâncias de organização e execução das atividades, as Comissões de Obra, Mobilização e Formação, compostas por membros da cooperativa IPIIBA, eleitos nas assembléias da cooperativa, e Técnicos da Fundação Bento Rubião, referendados na Assembléia Geral da Cooperativa.

TÍTULO. DAS Funções DAS COMISSÕES DE TRABALHO

Artigo 3° – As comissões de trabalho no mutirão têm as seguintes funções:

A – COMISSÃO DE OBRAS:
I – Coordenas as obras do mutirão juntamente com o pedreiro e o apontador;
II – Supervisionar diariamente a realização das atividades do mutirão;
III – Organizar a utilização das ferramentas e do material necessários no mutirão;
IV – distribuir as tarefas do mutirão entre os cooperados nos diversos setores da obra;
V- Participar na solução dos problemas que surgirem na obra apresentados pelo pedreiro e o apontador, juntamente com as demais comissões;
VI – Acompanhar o rendimento e a postura dos profissionais contratados para a execução da obra e dos cooperados;
VII – Participar do planejamento das etapas da obra, com os profissionais contratados e a equipe técnica da Fundação Bento Rubião;
VIII – Planejar e ajudar na compra de material para a obra, não permitindo o desperdício e das ferramentas;
IX – Auxiliar o apontador no controle do almoxarifado, zelando pelas ferramentas e para não deixar faltar material na obra;
X – Ter conhecimento do orçamento disponível para a obra;
XI – Fazer levantamento de preços para comprar material mais barato e economizar no valor da casa;
XII – Atuar junto ao pedreiro para facilitar a divisão de tarefas entre os mutirantes;
XIII - Tomar decisões no que se refere ao andamento da obra, quando não houver a presença nem do Pedreiro, nem da Equipe Técnica da Fundação Bento Rubião, não podendo ser uma decisão individual, mas dos componentes da Comissão e será levada para discutir na próxima Assembléia da Cooperativa.

B – COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO

I – Acompanhar o cumprimento das horas trabalhadas pelo Núcleo Familiar;
II – Organizar as equipes de trabalho no mutirão;
III – Organizar e controlar o Banco de Horas do Núcleo Familiar;
IV – Dar encaminhamentos e tomar as providências necessárias quando houver alterações nas horas de trabalho do Núcleo Familiar;
V – Mobilizar os cooperados para a execução das tarefas do mutirão;
VI – Organizar os cooperados no tocante a alimentação que será consumida nos dias de mutirão, principalmente nos finais de semana e feriados;
VIII – Organizar entre os cooperados, as pessoas que ficarão com as crianças que não tem com quem ficar na família e precisam acompanhar a família no mutirão.

C – COMISSÃO DE FORMAÇÃO

I – Mobilizar os cooperados para participar das atividades de formação;
II – Fazer um levantamento dos Temas/Assuntos para serem trabalhados nas atividades de formação;
III – Realizar um levantamento dos Temas/Assuntos que já foram trabalhados e necessitam de maior aprofundamento na cooperativa;
IV – Organizar as atividades de formação das comissões de obras e mobilização;
V – Coordenar, juntamente com a equipe da Fundação Bento Rubião e da Cooperativa Mista de Shangri – lá e IPIIBA, as atividades de formação;
VI – Participar as atividades (seminários e encontros) de formação que acontecem referente a temática do cooperativismo;
VII – Elaborar um cronograma em conjunto com a assessoria da Fundação Bento Rubião e a Cooperativa IPIIBA, a formação dos cooperados.

TITULO III – DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS

Artigo 4º – Das atribuições

A – São atribuições do Pedreiro:
I – Coordenar, juntamente com a Comissão de Obra, os trabalhos no mutirão;
II – Assumir a responsabilidade pelas atividades, em especial aquelas que exijam a sua habilidade profissional;
III – Solicitar da Comissão de Obra a organização da participação dos cooperados na execução do mutirão;
IV- Preparar o canteiro de obra para a execução do mutirão nos finais de semana e feriados;
V – Dividir o trabalho entre os mutirantes;
VI – Abrir frentes de trabalhos para as atividades do Mutirão no final de semana;
VII – Fazer previsão de pedido de material junto a Comissão de Obra;
VIII – Distribuir as tarefas do Mutirão em sistema de Rodízio entre os mutirantes, de acordo com o trabalho a ser realizado, salvo os casos de problemas de saúde devidamente comprovado.

B – São atribuições do Ajudante de Pedreiro:

I – Executar tarefas definidas pelo Pedreiro e Comissão de Obra;
II – Auxiliar o pedreiro na execução da obra;
III – Ajudar o pedreiro na preparação da obra para a execução do mutirão pelos cooperados nos finais de semana e feriado.

C – São atribuições dos Apontadores de Obras:

I – Organizar, juntamente com a Comissão de Mobilização, o banco de horas do Núcleo Familiar;
II – Distribuir e recolher dos cooperados o Termo de Compromisso assinado, para o controle das horas trabalhadas pelo Núcleo Familiar;
III – Controlar no banco de horas, as horas trabalhadas por pessoas que não são cooperados, mas trabalharão para algum Núcleo Familiar;
IV – Controlar a saída e entrada de ferramentas do almoxarifado;
V- Controlar o recebimento dos materiais adquiridos para a obra.
VI – Anotar o horário de entrada e saída do cooperado.

TÍTULO IV – DO MUTIRÃO

Artigo 5° – O Mutirão é destinado à construção das casas, através da mão-de-obra do Núcleo Familiar, trabalhando coletivamente, cabendo a cada Núcleo trabalhar uma carga horária de 17 horas semanais, não podendo dar menos de 4 horas diária de trabalho.
Artigo 6° – O valor da hora trabalhado por cada cooperado equivale à R$ 1,90
Artigo 7° – Cada Núcleo Familiar deve trabalhar nos dias assumido no Termo de Compromisso Semanal, caso haja algum impedimento informar ao Apontador com 48 horas de antecedência, não podendo dever horas por mais de 15 dias. Caso não efetuem o pagamento a situação deverá ser levada a Assembléia Geral da Cooperativa.
Artigo 8° – O horário de trabalho no Mutirão é das 8hs às 17 horas, nos finais de semana e feriado e durante a semana;
Artigo 9° – O horário de trabalho do Pedreiro, Ajudante de Pedreiro e Apontador de Obra é o mesmo horário de funcionamento do Mutirão, de segunda a sexta. Dentre esses profissionais caso haja algum que faz parte da cooperativa, este deve dar suas horas de trabalho no final de semana.
Artigo 10° – É proibido o uso de drogas e ou bebidas alcóolicas nos horários do mutirão, caso tal fato aconteça, a pessoa deve deixar o Mutirão, não podendo permanecer na obra. Caso o fato se repita, a situação será levada para a Assembléia da Cooperativa, estando o mutirante sujeito a saída da Cooperativa.
Artigo 11° – O mutirante deve obedecer a equipe responsável pela obra e destinará as tarefas que deverão ser realizadas e em qualquer dúvida, procurar alguém da equipe ou da Comissão de Obra.
Artigo 12° – Em caso de desentendimento no horário do mutirão, procurar os responsáveis pela obra e/ou algum representante da diretoria da Cooperativa presente no local.

TÍTULO V – DO BANCO DE HORAS

Artigo 13° – O Banco de Horas é constituído pelas horas trabalhadas pelo Núcleo Familiar, além dos voluntários do Núcleo, informado previamente no Termo de Compromisso.
Artigo 14° – Caso haja algum trabalho voluntário sem está ligado a nenhum Núcleo Familiar, as horas trabalhadas serão para o banco de horas da cooperativa, formando o fundo de reserva da cooperativa.
Artigo 15° – O registro das horas será feito na entrada e saída do cooperado na obra e quinzenalmente será feito um levantamento das horas dadas pelo Núcleo Familiar e apresentado pela Comissão de Mobilização nas Assembléias da Cooperativa.

TÍTULO VI – DAS FALTAS

A – São consideradas faltas justificadas:
I – Quando houver mudança no horário de trabalho do cooperado do Núcleo Familiar, conforme colocado no Termo de Compromisso, este deve avisar com 48 horas de antecedência;
II – Por motivo de doença ou acidente pessoal e enfermidade de familiares direto: pais, irmãos, filhos, maridos, esposas, etc, comprovado por atestado médico;
III – Pelo falecimento de familiares direto: pais, filhos, maridos, esposas, avós, tios e primos;
IV – Data de exames escolares, horários de cursos ou mudanças de horário no trabalho;
V – Participação em reuniões ou fóruns relativos ao Cooperativismo;
VI – Realização de exames médicos, desde que devidamente comprovados.

PARÁGRAFO 1°

As demais faltas serão consideradas faltas não justificadas, devendo o cooperado repor as horas que lhe cabe no prazo de 15 dias, comprometendo-se após assinar Termo de Responsabilidade. O não cumprimento no período estipulado deverá ser levado a Assembléia Geral, passível as punições cabíveis, chegando até ser excluído da Cooperativa.

PARÁGRAFO 2°

A saída da obra antes do horário previamente assumido no Termo de Compromisso só será permitida pela Comissão de Obra, a quem caberá avaliar e permitir a liberação ou não. Esta solicitação só poderá ser aceita 2 vezes ao mês por cada mutirante.

TÍTULO VII – DO CUMPRIMENTO DOS HORÁRIOS NO MUTIRÃO

Artigo 16° – O horário de funcionamento do Mutirão é das 8 hs às 17 horas, com um intervalo de 1 horas para o almoço, das 12 às 13 horas.

Artigo 17° – o núcleo familiar não pode trabalhar menos de quatro horas;

Haverá uma tolerância de 1 hora de atraso. Ultrapassando esse horário, o núcleo familiar perderá o turno da manhã e o direito ao almoço coletivo, caso o atraso seja na parte da tarde será considerado falta não justificada e estará sujeito as punições previstas neste Regimento.

Artigo 18° – O Núcleo Familiar deverá procurar o integrante da Comissão de Mobilização e/ou Apontador, responsável para anotar o banco de horas, para informar o horário de chegada e saída do Mutirão, nos dias assumidos no Termo de Compromisso para registro do Banco de Horas;

TÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 19° – A Cooperativa contará durante todo o processo de construção das casas com a assessoria da Fundação Bento Rubião, que tem a função de prestar o aporte técnico, por uma equipe de profissionais das áreas de Engenharia, Arquitetura e Serviço Social, que prestarão assessoria nas áreas citadas, tendo os profissionais direito a voz nas assembléias da Cooperativa.

Artigo 20° – O Núcleo Familiar deve está vacinado com a vacina antitetânica e deverá ser apresentada o comprovante.

Artigo 21° – Os cooperados que apresentarem impossibilidade para trabalhar em obras de construção de moradias, deverão apresentar atestado médico de órgão oficial (INSS, Hospitais Públicos especializados) e especificando o problema de saúde e que funções o cooperado poderá exercer.

Artigo 22° - Cada cooperado deverá assinar um Termo de Compromisso apresentando condições que pode trabalhar nas obras da construção das casas da Cooperativa.

Artigo 23° – Caso não compareça nenhum dos membros das comissões, quaisquer cooperados poderão informar os problemas às comissões responsáveis, não resolvido, levar a situação para as Assembléias Gerais.

Artigo 24° – Na ausência do apontador no ato do recebimento do material, este terá que comunicar a comissão de mobilização ou indicar um dos cooperados para substituir nas ações que forem solicitadas.

Artigo 25° – Os menores de 16 anos de idade não poderão participar do mutirão como mão de obra qualificada, apenas na situação de aprendiz, não podendo fazer atividades que prejudiquem sua condição de pessoa em processo de desenvolvimento.

Artigo 26° - As horas de capacitação dos cooperados, dentro e fora da cooperativa, serão contabilizadas no banco de horas do núcleo familiar, aprovadas em assembléia, registradas em ata e lida para o conjunto dos associados.

PARÁGRAFO ÚNICO

Este regimento deverá ser aprovado em Assembléia Geral da Cooperativa, com maioria absoluta dos seus membros, tendo portanto o direito a 1 voto por cada Núcleo Familiar.

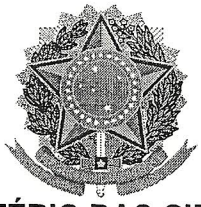
Anexo 4

Manual para Apresentação de Propostas

de Prestação de Serviços

de Assistência Técnica para Habitação

de Interesse Social



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
- FNHIS -

Programa: Habitação de Interesse Social

Ação: Apoio à Provisão Habitacional para Famílias de Baixa Renda

Modalidade: Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social

Manual para Apresentação de Propostas
Exercícios – 2008/2011

SUMÁRIO

I APRESENTAÇÃO

II OBJETIVO

III DIRETRIZES GERAIS

IV DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS

V ORIGEM DOS RECURSOS

VI QUEM PODE PLEITEAR OS RECURSOS - PROPONENTE/AGENTE EXECUTOR

VII PARTICIPANTES E ATRIBUIÇÕES

VIII AÇÕES CONTEMPLADAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

IX COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO

X VALORES MÁXIMOS DE REPASSE DOS RECURSOS DO FNHIS

XI CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS

XII ROTEIRO PARA APRESENTAÇÃO E SELEÇÃO DE PROPOSTAS

I APRESENTAÇÃO

Este manual tem como objetivo apresentar à administração pública estadual, do Distrito Federal e municipal, direta e indireta, os fundamentos técnicos da Modalidade de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social do Programa Habitação de Interesse Social, acrescidos das orientações necessárias ao processo de apresentação e seleção de propostas, em regulamentação à Resolução nº 9, de 20 de junho de 2007, e à Resolução nº 13, de 15 de outubro de 2007, ambas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

II OBJETIVO

A ação visa apoiar estados, Distrito Federal e municípios na melhoria dos padrões de salubridade, segurança e habitabilidade das edificações produzidas, reformadas ou ampliadas no âmbito do processo de auto-gestão habitacional no país, por intermédio de apoio à prestação de serviços de assistência técnica, assim entendida como o conjunto de ações voltadas à elaboração de projetos, acompanhamento e execução da obra, trabalho social e jurídico.

III DIRETRIZES GERAIS

As propostas apresentadas no âmbito da ação de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social observarão as seguintes diretrizes gerais, sem prejuízo daquelas estabelecidas no Anexo I, da Resolução nº 9, de 20 de junho de 2007, do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social:

a) estabelecimento, no âmbito da Política e do Plano Habitacional de Interesse Social locais, do instituto da Assistência Técnica como componente estratégico para promoção de melhoria habitacional, conforme previsto no Estatuto da Cidade, de que trata a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

b) fomento e apoio a programas de assistência técnica para habitação de interesse social, promovidos por estados, Distrito Federal e municípios ampliando o desenvolvimento institucional destes entes, no processo de provisão habitacional de interesse social;

c) inserção e participação da sociedade no fornecimento de assistência técnica para habitação de interesse social, incentivando a formação de parcerias com unidades de ensino, núcleos de extensão das universidades, entidades profissionais, empresariais, outros entes públicos, organizações não-governamentais e entidades da sociedade civil;

d) multidisciplinaridade do serviço de assistência técnica, incluindo mobilização, participação e desenvolvimento social das comunidades, para ampliação do acesso a programas de financiamento à produção habitacional e regularização fundiária, além da assistência técnica para produção e melhoria habitacional no contexto da auto-gestão;

e) promoção de ações que visem a sustentabilidade do ambiente construído, com redução do desperdício, aumento da vida útil das construções, melhoria dos padrões de conforto ambiental e melhoria da qualidade e produtividade das obras, com participação da cadeia produtiva do setor; e

f) fomento e apoio à regulação, à ocupação e ao uso do solo urbano, de acordo com os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, nos Planos Diretores Participativos e nos Planos Habitacionais de Interesse Social, especialmente nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

IV DIRETRIZES ESPECÍFICAS

As propostas apresentadas no âmbito da ação de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social observarão as seguintes diretrizes específicas:

a) articulação de programas e projetos habitacionais para as famílias de baixa renda com programas de financiamento e micro crédito desenvolvidos nas esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, destinando-os, principalmente, para a auto-gestão coletiva ou individual;

b) associação de parâmetros de qualidade com menor custo, propiciando assim economia de escala;

c) incentivo aos agentes que compõem a cadeia produtiva da construção civil para desenvolvimento de pesquisas e incorporação de desenvolvimento tecnológico e de formas alternativas de produção habitacional, desde o projeto até a edificação, prioritariamente no segmento voltado para habitação de interesse social;

d) atendimento, prioritário, à mulher responsável pelo domicílio, às comunidades quilombolas, indígenas, ciganas e outras de cunho étnico-racial ou de populações tradicionais, além de segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social (trabalhadoras domésticas, catadores de material reciclável, ex-colonos de hanseníase etc.), bem como observar os mecanismos legais de cotas para idosos e portadores de necessidades especiais;

e) incentivo à implementação de mecanismos permanentes de assistência técnica aos programas e ações de habitação de interesse social, buscando integrá-los ao plano local de habitação constituindo uma das formas de enfrentamento ao déficit habitacional local;

f) valorização, enriquecimento e aperfeiçoamento de formas construtivas adequadas às especificidades regionais; e

g) promoção dos controles de uso, de ocupação e fiscal do solo, por meio da vinculação orgânica com os serviços de licenciamento locais.

V ORIGEM DOS RECURSOS E CONTRAPARTIDA

1 Os recursos são provenientes das seguintes fontes:

a) Orçamento Geral da União - OGU, da Unidade Orçamentária do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS;

b) contrapartida dos Proponentes / Agentes Executores; e

c) outras que vierem a ser definidas.

2 A contrapartida dos Proponentes/Agentes Executores fica definida na forma disposta na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, observadas as orientações e os percentuais ali estabelecidos.

3 Obras e serviços executados antes da assinatura do contrato de repasse de recursos da União não poderão ser aceitos como contrapartida, nem compor o valor do investimento.

4 Os estados, o Distrito Federal e os municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração indireta, deverão comprovar que os recursos referentes à contrapartida estão devidamente assegurados.

VI QUEM PODE PLEITEAR OS RECURSOS - PROPONENTE/AGENTE EXECUTOR

1 O Chefe do Poder Executivo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios ou seu representante legal.

2 Os dirigentes máximos de órgãos da administração indireta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

VII PARTICIPANTES E ATRIBUIÇÕES:

1 Ministério das Cidades – MCIDADES, na qualidade de Gestor, responsável por:

a) realizar a gestão, a coordenação geral, a gerência, o acompanhamento e a avaliação da execução e dos resultados das ações;

b) estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos operacionais para a implantação das ações;

c) consignar recursos no FNHIS para execução das ações;

d) realizar o processo de análise e seleção das propostas apresentadas pelos Proponentes/Agentes Executores, com vistas à celebração dos contratos de repasse;

e) descentralizar os créditos orçamentários e financeiros para a CAIXA; e,

f) manter o Conselho Gestor do FNHIS informado da execução e acompanhamento das ações.

2 Caixa Econômica Federal – CAIXA, na qualidade de Agente Operador, responsável por:

a) celebrar os contratos de repasse após análise e seleção pelo MCIDADES, promovendo sua execução orçamentário-financeira;

b) acompanhar e atestar a execução do objeto das contratações efetuadas;

c) manter o Gestor informado sobre o andamento dos projetos e encaminhar documentos necessários processo de acompanhamento e avaliação da execução e dos resultados das ações;

d) observar as disposições da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, bem como do Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006.

3 Administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, na qualidade de Proponentes/Agentes Executores:

a) encaminhar ao MCIDADES suas propostas, para fins de seleção, sob forma de consulta-prévia;

b) executar os trabalhos necessários à consecução do objeto contratado, observando critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos contratualmente;

c) selecionar os beneficiários em conformidade com as diretrizes do programa;

d) estimular a participação dos beneficiários em todas as etapas do projeto, na gestão dos recursos financeiros da União destinados ao programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

e) prestar contas dos recursos transferidos pela União;

f) manter/utilizar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos; e

g) fornecer ao MCIDADES, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo.

4 Famílias atendidas - Beneficiários

a) participar, de forma individual ou associada, em todas as etapas do projeto, no controle da gestão dos recursos financeiros da União destinados ao programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos; e

b) apropriar-se corretamente dos bens e serviços colocados à sua disposição.

5 Movimentos sociais, associações ou grupos representativos de segmentos da população, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa - Promovedores

a) apresentar demanda aos Proponentes / Agentes Executores; e

b) participar em todas as etapas do projeto, no controle da gestão dos recursos financeiros da União destinados ao programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

c) desenvolver atividades relativas à prestação de serviços de Assistência Técnica.

VIII AÇÕES CONTEMPLADAS

Os serviços de assistência técnica serão implementados por equipes técnicas multidisciplinares e de diferentes níveis de formação, que poderão desenvolver um conjunto de operações na forma a seguir descrita:

1 **Assistência Técnica Individual:** destinada a prestar assistência técnica necessária à construção, reforma, ampliação ou conclusão da moradia em unidades isoladas, abrangendo as ações necessárias para regularização fundiária do terreno objeto da intervenção, a elaboração de projetos de engenharia e arquitetura e o acompanhamento da execução das obras e serviços.

2 **Assistência Técnica Coletiva:** destinada a prestar assistência técnica a

beneficiários organizados de forma associativa para elaboração de projetos de empreendimentos habitacionais que contemplem parcerias com o poder público municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal.

2.1 Compreenderá as etapas de elaboração dos projetos de engenharia, arquitetura e trabalho social, até a etapa de contratação da operação junto ao Agente Financeiro, como também a assessoria no processo de licenciamento ambiental e apoio técnico-construtivo e jurídico para regularização fundiária, necessários à realização dos empreendimentos e à contratação pelos agentes financeiros.

3 Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária - destinada à:

3.1 mobilização e organização comunitária, com viés associativo, voltada para a capacitação da demanda coletiva ao acesso dos recursos públicos direcionados a Habitação de Interesse Social

3.2 implementação de trabalho social para geração de renda da comunidade;

3.3 educação ambiental voltada para a capacitação de público instalado em áreas de risco ambiental;

3.4 implementação de processo de regularização fundiária.

4 Parâmetros de Atendimento:

4.1 Deverão ser considerados os seguintes valores e parâmetros de atendimento:

Ações de Atendimento de AT	Valor (R$1,00)	Faixa de Atendimento
Assistência Técnica Individual	40.000,00	100 a 200 unidades habitacionais
Assistência Técnica Coletiva	40.000,00	100 a 200 unidades habitacionais
Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária	30.000,00	100 a 200 pessoas

IX COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO

O valor de investimento é representado pelo somatório das parcelas de custos de serviços necessários à execução da proposta e será composto, exclusivamente, pelos itens abaixo:

1 ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDIVIDUAL:

a) PROJETO TÉCNICO E DE AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS : valor correspondente à elaboração dos projetos de engenharia e arquitetura e de custos de mão-de-obra especializada para a prestação de serviços de Assistência Técnica, bem como o custo de diagnósticos, levantamentos, prospecções, laudos e análises de viabilidade.

2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA COLETIVA:

neste capítulo, a partir de solicitação do Proponente/Agente Executor e análise técnica de viabilidade.

X VALORES MÁXIMOS DE REPASSE DOS RECURSOS DO FNHIS

Os valores de repasses de recursos da União obedecerão aos seguintes limites:

GRUPOS DE MUNICÍPIOS POR POPULAÇÃO	TOTAL DE AÇÕES
Municípios com até 30.000 habitantes	1 Ação
Municípios de 30.001 até 100.000 habitantes	Até 2 Ações
Municípios de 100.001 a 1 milhão de hab. ou componentes de RMs	Até 6 Ações
Municípios acima de 1 milhão de habitantes	Até 15 Ações
Estados ou Distrito Federal	Até 20 Ações

XI CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS

Serão consideradas prioritárias as propostas apresentadas no âmbito da ação de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, que atendam aos critérios relacionados nos itens a seguir.

a) pré-existência de serviço de assistência técnica à habitação de interesse social;

b) existência de parcerias com entidades da sociedade civil e/ou agentes financeiros de habitação de interesse social na prestação de serviços de assistência técnica;

c) existência de ações de assistência técnica focalizadas, integradas a projetos de requalificação urbana ou ZEIS;

d) municípios que estão obrigados a apresentar o Plano Habitacional de Interesse Social, dentro do período correspondente ao da seleção, nas condições e prazos definidos pela Resolução nº 2, de 24 de agosto de 2006, do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e suas alterações e aditamentos; e

e) existência de Fundo Local de Habitação de Interesse Social e Conselho Gestor do Fundo Local de Habitação de Interesse Social, nos casos de entes federados que já tenham implementado os instrumentos de adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

1 Fica automaticamente cancelada a seleção de proposta que venha a apresentar, na fase de contratação, alterações nas informações prestadas por meio da consulta-prévia, relacionadas aos critérios de seleção.

XII ROTEIRO PARA APRESENTAÇÃO E SELEÇÃO DE PROPOSTAS

1 Para acesso aos recursos do FNHIS, estados, Distrito Federal e municípios deverão assinar Termo de Adesão, na forma estabelecida na Resolução nº 2, de 24 de novembro de 2006, do Conselho Gestor do FNHIS, disponível no sítio eletrônico:**www.cidades.gov.br**

2 Para fins de seleção, os Proponentes / Agentes Executores deverão

a) PROJETOS TÉCNICO, JURÍDICO E DE TRABALHO SOCIAL: valor correspondente à elaboração dos projetos de engenharia, arquitetura, trabalho social diagnósticos, levantamentos, ensaios, coleta de amostras, prospecções, laudos, análises de viabilidade, até a etapa de contratação da operação junto ao Agente Financeiro, além da assessoria no processo de licenciamento ambiental e de regularização fundiária necessários à realização dos empreendimentos.

3 ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

a) IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA: valor correspondente ao custo do trabalho de integração, mobilização e desenvolvimento social e econômico das famílias beneficiárias, conforme os eixos propostos na seção VIII, item 3. Inclui custos com pagamento de mão de obra especializada e estagiários, além de custos com a logística e material didático necessários à realização das atividades.

b) PROJETOS E AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: atividades jurídicas e administrativas correspondentes à implementação do conjunto de ações que objetivem a regularização fundiária de assentamento ou da área prevista para reassentamento de famílias, conforme os itens a seguir discriminados:

b.1) levantamento fundiário registral realizado perante o Cartório de Registro Geral de Imóveis e órgãos públicos competentes, tais como: Gerência Regional do Patrimônio da União, órgãos municipais de controle urbanístico, órgãos estaduais/distritais, entre outros;

b.2) coleta de documentos pessoais para instrução dos processos e elaboração de cadastros socioeconômicos com informações individuais relativas aos beneficiários tais como: nome, RG, CPF e informações relativas à ocupação, tais como: tipo e tempo de posse, renda familiar, comprovante de residência, entre outros;

b.3) medidas administrativas e legais necessárias para aplicação dos instrumentos de regularização fundiária, tais como desafetação, lei de Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, regulamentação de instrumentos de regularização fundiária, entre outras;

b.4) elaboração e instrução de ações judiciais ou outras medidas judiciais ou extra-judiciais necessárias à regularização fundiária; e,

b.5) elaboração e formalização de termos, contratos ou atos necessários à emissão de títulos de posse/propriedade, com vistas ao registro dos instrumentos de outorga de direitos reais em favor dos beneficiários finais do procedimento de regularização fundiária perante o Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição respectiva, nos casos não abrangidos pela Lei nº 10.931, de 2004. As custas cartorárias deverão ocorrer à conta de contrapartida.

4 Em todas as Modalidades de AT, os demais custos serão de responsabilidade dos Proponentes/Agentes Executores.

5 É facultado à Secretaria-Executiva analisar e, a seu critério, autorizar casos excepcionais que envolvam alterações dos itens e respectivos parâmetros descritos

encaminhar suas propostas ao MCIDADES, na forma de consulta-prévia, em formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico: **www.cidades.gov.br**

2.1 O processo de seleção levará em conta as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual –LOA, excetuadas aquelas nominalmente identificadas (emendas parlamentares), e o Decreto que estabelece a programação orçamentária e financeira do exercício.

3 A apresentação dos documentos para análise e a celebração de contratos de repasse por parte dos proponentes que tiverem suas propostas selecionadas pelo MCIDADES, observarão as disposições do **Manual de Instruções para Contratação e Execução, exercício 2008**, a ser aprovado por ato deste Ministério e disponibilizado no sítio eletrônico: **www.cidades.gov.br.**

4 Os contratos de repasse poderão ser plurianuais, ou seja, ter previsão de empenho de recursos à conta de dotações orçamentárias dos exercícios de 2007 a 2010, em função da disponibilidade orçamentária de cada exercício, ficando o desembolso das parcelas vinculado ao cronograma físico-financeiro estabelecido no contrato de repasse e à execução do objeto pactuado.

5 Contatos em caso de dúvidas:

5.1 **Secretaria Executiva/MCIDADES**

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 1º andar - Sala 105

CEP 70.050-901 Brasília - DF

Telefone: (0XX61) 2108-1631 / 2108-1608

FAX: (0XX61) 2108-1420

E-mail: **gab.secretariaexecutiva@cidades.gov.br**

Internet: **www.cidades.gov.br**

4.2 **Secretaria Nacional da Habitação/MCIDADES**

Departamento de Produção Habitacional - DHAB

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 3º andar - Sala 318

CEP 70.050-901 Brasília - DF

Telefone: (0XX61) 2108-1715 / 2108-1716

FAX: (0XX61) 2108-1431

E-mail: **snh-dph@cidades.gov.br**

Internet: **www.cidades.gov.br**

ANEXO

ESCOPO MÍNIMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1 ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDIVIDUAL

1.1 Projeto Técnico: devem ser apresentados em escala adequada com todos os componentes exigidos para obtenção do Alvará de Construção (projeto de arquitetura, das instalações, e especificações técnicas), devendo ficar disponíveis às famílias candidatas a financiamento habitacional em meio eletrônico, de forma a facilitar adaptações porventura necessárias. O projeto deverá conter um q**uadro de especificações alternativas por componente da construção,** para que sejam assinaladas pelas famílias candidatas a financiamento aquelas de sua escolha.

1.2 Planilha de quantidades e custos dos materiais: a planilha contém todos os tipos de material que poderão ser necessários à obra, quantificados, anotados e precificados, segundo o projeto escolhido e as especificações adotadas.

1.3 Cronograma Físico-Financeiro: previsão de desembolso no decorrer do tempo de execução proposto pelo projeto.

1.4 Levantamento das quantidades de material e mão-de-obra por serviço: Faz parte da Programação da Obra e facilita a visão do proprietário quanto aos totais gerais dos materiais a adquirir tanto por serviço, quanto por mês, quanto no total da obra.

1.5 Quadros para apontamentos de entrada de materiais e materiais utilizados na obra: Utilizados para registrar o tipo, as quantidades e os preços pagos pelos materiais de construção no momento de sua chegada ao canteiro de obras e registrar a efetiva utilização do material nos serviços da obra.

1.6 Cartilha do Proprietário: Destina-se a orientar as atividades para construção de habitação auto-gerida. Deve ter linguagem accessível ao construtor, a exemplo de determinadas práticas populares de medição de areias e demais agregados.

1.7 Relatório de Vistoria de Obra: Destina-se a registrar o andamento de cada etapa da obra.

2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA COLETIVA

2.1 Projeto Técnico-Construtivo: Apresentados em escala adequada com todos os componentes técnicos exigidos para obtenção do Alvará de Construção (projeto de arquitetura, das instalações, e especificações técnicas), bem como a elaboração de documentação complementar e assessoria técnica à análise e contratação por agente financeiro de Habitação de Interesse Social.

2.2 Projeto Técnico Social/Jurídico: Deverá abarcar três eixos básicos: desenvolvimento comunitário, com diagnóstico da comunidade *a priori,* educação ambiental e geração de renda. O projeto deverá incluir cronograma de execução financeira e de atividades e mencionar quais serão os instrumentos utilizados para a avaliação das atividades. O componente jurídico refere-se à documentação relativa

à regularização fundiária exigida pelos programas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.

3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

3.1 Assistência Técnica Mobilização e Organização Comunitária para Associativismo

3.1.1 Projeto Técnico Social: Projeto com cronograma de atividades voltadas para a capacitação e fomento da comunidade em associativismo habitacional O projeto deverá incluir cronograma de execução financeira e de atividades e mencionar quais serão os instrumentos utilizados para a avaliação das atividades.

3.1.2 Estrutura Associativa Consolidada: A execução da programação prevista no Projeto Técnico Social deverá apresentar como principal resultado a constituição de uma ou mais estruturas associativas com diretoria devidamente eleita, personalidade jurídica formal e listagem de associados pleiteantes de habitação de interesse social.

3.2 Assistência Técnica Mobilização e Organização Comunitária para Educação Ambiental

3.2.1 Diagnóstico sócio-ambiental: Mapeamento dos problemas ambientais locais, com seus impactos presentes e futuros, no sentido de atenuar os riscos de deslizamentos, enchentes ou outros problemas ambientais que afetem a comunidade;

3.2.2 Implementação de Educação Ambiental: relatório das atividades realizadas em consonância com o Projeto de Educação Ambiental, incluindo os resultados do diagnóstico sócio-ambiental, bem como as propostas de soluções comunitárias para o problema ambiental.

3.3 Assistência Técnica Mobilização e Organização Comunitária para Ações de Regularização Fundiária

3.3.1 Contextualização da Dominialidade do(s) Terreno(s): Levantamento do estatuto jurídico da dominialidade do(s) terreno(s), como também sua contextualização social, econômica e política;

3.3.2 Roteiro de Atividades: Levantamento e identificação das atividades a serem realizadas junto à comunidade, no sentido de capacitação e esclarecimento acerca do estatuto fundiário urbano, da importância da regularização fundiária e das estratégias e possibilidades de ação;

3.3.3 Plano de Ação para Regularização Fundiária: Mapeamento analítico da(s) estratégia(s) possíveis para ação de regularização fundiária, assim como proposições formalizadas;

3.3.4 Encaminhamentos Preliminares de Regularização Fundiária: Encaminhamentos legais que comprovem a existência de um processo de regularização em curso.

Anexo 5

Modelo de questionário

aplicado aos cooperados

Cooperativa Habitacional e Mista Ipiíba
Questionário

1 - Dados pessoais do representante do núcleo familiar

Nome:
Endereço:
Telefone:
Data de nascimento:
Local de nascimento:
Escolaridade:
Estado civil:
Etnia:
Profissão:
Ano de adesão à cooperativa:

2 - Moradias – histórico

Estado do Rio de Janeiro

Municípios	Bairros	Anos	Meses	Imóveis -situação
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

Outros estados do país

Municípios	Bairros	Anos	Meses	Imóveis-situação
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

3 – Composição familiar e doméstica

Grupo doméstico atual – (registrar futuros moradores possíveis)

Nome	Grau de Parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade	Ocupação	Renda

Grupos domésticos anteriores

Nome	Grau de Parentesco	Sexo	Idade	Ocupação	Local de moradia	Anos Meses

Parentes próximos

Nome	Grau de Parentesco	Sexo	Idade	Ocupação	Local de moradia	Anos Meses

2 - Situação no Mercado de Trabalho

Ocupações atuais

A – Empregador	F - Assalariado com carteira de trabalho
B Assalariado sem carteira de trabalho	G – Informal
C Autônomo	H - Aposentado/Pensionista
D Funcionário público	I – Estagiário / aprendiz
E Não trabalha	J – Outra
L – Desempregado (Especificar o tempo que se encontra nesta situação)	_____ _____ Local: _____

Renda

Renda de aposentadoria	Renda de seguro-desemprego	Renda de pensão alimentícia	Outras rendas
R$	R$	R$	R$

Ocupações anteriores

	Local	Ano

Cursos realizados

	Local	Ano

3 - Despesas mensais da família

Aluguel	Prestação habitacional	Alimentação	Água	Luz
R$	R$	R$	R$	R$

Transporte	Medicamento	Gás	Outras despesas _____	Nº de pessoas que vivem da renda desta família
R$	R$	R$	R$	

4 - Perguntas abertas – participação comunitária e relações de convivência, cooperativa Ipiíba, expectativas e projetos familiares

O núcleo familiar participa de alguma organização comunitária, religiosa ou grupo de interesse? Quais? Por quê? _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____	□ sim, apenas 1 □ sim, de 2 a 3 □ sim, de 3 a 5 □ sim, mais de 5 □ não □ NS/ NR

Qual a finalidade dessas organizações? _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____	□ ajudar a resolver problemas □ representar moradores □ melhorar o bairro □ educar a população □ ajudar aos diretores, seus idealizadores □ satisfazer valores pessoais e coletivos □ NS/NR
Como você avalia o desempenho das associações comunitárias que você conhece? Por quê? _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____	□ Ótimo □ Bom □ Regular □ Ruim □ Péssimo □ NS/NR
Enumerar os principais problemas no bairro por ordem de prioridade _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____	□ Segurança □ Saneamento básico □ Saúde □ Serviços urbanos □ Urbanização □ Não existem problemas □ Desemprego/pobreza □ Equipamentos/lazer □ Educação/creche □ Habitação □ Associativismo □ Outros □ NS/NR
Quem é responsável por resolver os problemas? _____ _____ _____ _____	□ Ninguém □ Prefeitura □ Associação □ Governo Federal □ Igrejas □ Governo do Estado

_____ _____	□ Político □ Outros □ NS/NR

Quais as motivações para a adesão à proposta da cooperativa?

_____
_____
_____
_____
_____

Suas expectativas foram atendidas? De que maneira?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Como são as condições de convivência e de moradia no condomínio?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

Como é a relação entre cooperados e não-cooperados no condomínio?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

Quais os aspectos positivos e negativos da cooperativa?

_____
_____

Realizou ou pretende realizar modificações na casa? Quais?

Quais as expectativas e os planos de vida para o futuro?

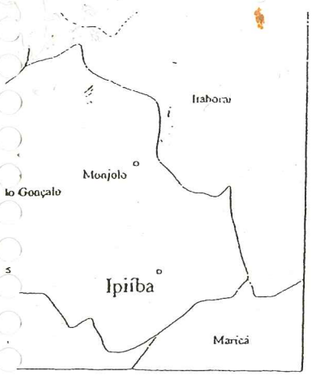
Anexo 6

Planta de Situação

do Condomínio do Padre

(20/08/2010)

Posição em: 20/08/2010



DE LOCALIZAÇÃO
.000

3 CORTE DA RUA
Esc.: 1/25

37 casas já regularizadas na Prefeitura SG, Quadras, A, B, C

(•) 88 LOTES INSCRITOS NO FNHIS

CASAS CONSTRUÍDAS OU INICIADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS

OS LOTES ABAIXO SERÃO OCUPADOS PELO FNHIS, CASO SEUS PROPRIETÁRIOS NÃO CONSTRUAM COM RECURSOS PRÓPRIOS IMEDIATAMENTE:

~~Quadra D - lote 03~~
Quadra E - lote 01
Quadra G - lote 08
Quadra J - lotes 04 e 06

2 PLANTA DE SITUAÇÃO
Esc.: 1/500

ATENÇÃO: ASSOCIADAS REMANEJADAS PARA DAR LUGAR AOS INSCRITOS NO FNHIS, EXIGEM:

Lote 21 - Quadra H - conta com fundação. Tereza Cristina exige mesma fundação no lote 06, Quadra M.

Lote 12 - Quadra H - conta com 4 furos. Foi removida para o lote 06, Quadra O. Dinalva exige os mesmos furos.

Lote 15 - Quadra C - conta com fundação. Jurema foi removida para o lote 15, Quadra L e exige a mesma fundação.